

Cenários e *Perspectivas:*

**Os trintas anos do
programa de Pós-
graduação em Planejamento
Urbano e Regional da Univap**

Cenários e Perspectivas:

Os trintas anos do programa de
Pós-graduação em Planejamento
Urbano e Regional da Univap

Organizadores:

*Lidiane Maria Maciel, Sandra Maria
Fonseca da Costa, Viviane Mendes Lima,
Bruno Peregrina Puga, Luiz Carlos Andrade
de Aquino, Maria Angélica Toniolo.*

*São José dos Campos
Univap
2023*

**Universidade do Vale do Paraíba
Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação**

Apoio: PROAP-CAPES

**Revisão Técnica: Vera Lúcia Figueiredo Barbosa,
Cintia Fabíola Mota, Alves e Rubia Gravito Gomes**

Direção de arte e diagramação E-book: Amanda Favali

Sistema de Bibliotecas Univap

Cenários e Perspectivas: os trinta anos do Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional da Univap / Organizadores: Lidiane Maria Maciel; Sandra Maria Fonseca da Costa; Viviana Mendes Lima; Bruno Peregrina Puga; Luiz Carlos Andrade de Aquino; Maria Angélica Toniolo. - São José dos Campos, SP: Univap, 2023. 305 p.

ISBN: 978-65-88226-13-1

Inclui referências

1. Planejamento Urbano e Regional - História. 2. Cidades pequenas. 3. Desenvolvimento Socioambiental. 4. Urbanização. 5. Cartografia Social. I. Maciel, Lidiane Maria. II. Costa, Sandra Maria Fonseca da. III. Lima, Viviana Mendes. IV. Puga, Bruno Peregrina. V. Aquino, Luiz Carlos Andrade de. VI. Toniolo, Maria Angélica. VII. Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional. VIII. Título.

CDU: 711.4

Elaborado por Rubia Gravito Gomes, CRB-8/4953

Sumário

- 10 **Apresentação**
- 16 **Tudo que é Sólido Desmancha no Ar ou 30 anos de Análises Territoriais: História, Tendências e Desafios para O PPGPLUR - UNIVAP**
Adriane Aparecida Moreira de Souza | Luiz Carlos Andrade de Aquino | Pedro Ribeiro Moreira Neto
- 42 **Laboratório de Pesquisa e Documentação Histórica da UNIVAP: Espaço de história e Memória para o Planejamento Urbano e Regional**
Maria Aparecida Chaves Ribeiro Papali | Valéria Zanetti
- 60 **Planejamento, População e Desenvolvimento Socioambiental**
Bruno Peregrina Puga | Maria Angélica Toniolo Mario Valério Filho | Nathan David Vogt | Sandra Maria Fonseca da Costa
- 82 **Dimensões da Questão Metropolitana: Revisão de Trajetória**
Cilene Gomes
- 124 **Os Limites e os Desafios da Discussão dos Planos Populares de Urbanização: Um Ensaio reflexivo a partir das epistemologias decoloniais**
Fabiana Felix do Amaral e Silva | Lidiane Maria Maciel
- 156 **Estudos do Espaço Urbano na Amazônia e o Planejamento Urbano e Regional: 16 anos de Pesquisa Sobre as Pequenas Cidades do Delta do Rio Amazonas e as Contribuições do Laboratório de Estudos das Cidades**
Sandra Maria Fonseca da Costa | Viviana Mendes Lima Lucas de Sousa Santos

180 **O Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional em Dados: Uma análise bibliométrica**
Cintia Fabiola Mota Alves | Rubia Gravito Gomes

200 **É o Vale! Cartografias de Intervenções Artísticas Visuais Urbanas e Narrativas por Direito à Cidade e Cidadinidade a partir do Vale do Paraíba Paulista**
Bianca Siqueira Martins Domingos

212 **Planejamento Insurgente, Justiça Socioespacial e o Direito à Cidade: Práticas de Resistência no Território às Políticas Públicas de Desfavelização em São José dos Campos, São Paulo, Século XXI**
Jairo Salvador de Souza

218 **Os impactos Gerados pela Instalação do UNIVAP no Bairro Urbanova em São José dos Campos - SP**
Maria Helena Alves da Silva

236 **Diagnóstico da Vulnerabilidade Urbana Segundo a Epistemologia do Sul: Síntese de uma Tese**
Priscila Maria de Freitas

265 **Macrometrópole Paulista: Os Cenários das Tentativas de Retomada da Hegemonia Inacabada em São Paulo**
Agnes Yuri Uehara Bezerra

290 **O Papel da Teoria de Schumpeter na Gestão do Conhecimento na Cidade de São José dos Campos**
Marcela Façanha Silva / Adriane Aparecida Moreira de Souza | Quésia Postigo Kamimura

310 **Responsabilização Socioambiental das Instituições Financeiras Internacionais e as Resistências das Comunidades Afetadas**
Douglas de Almeida Silva | Marcel Fantin

344 **Requalificar para quê? Para Quem? Estudos Iniciais do Processo de Requalificação da Área Central de Boa Vista-PR**
Artur Rosa Filho

362 **A Radiodifusão Des(aparecida): Desconstrução Tecno-social e a Dinâmica Socioespacial Contemporânea, na Terra e no Ar**
André Luiz de Toledo | Cilene Gomes

388 **Sobre os (as) Autores (as)**

Apresentação

A Apresentação

Publicar um livro que realiza uma síntese das questões trabalhadas nos 30 anos de um Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional (PPGPLUR) é algo bastante desafiador e um tanto quanto “injusto”, pois a amplitude das discussões certamente não será alcançada neste volume. No entanto, o grupo de professores e alunos do PPGPLUR da Univap, em seu VIII Seminário, realizado em março de 2023, deliberou pelo enfrentamento desse desafio. Sabe-se que, de 1993 a 2023, esse Programa enfrentou um cenário ainda de consolidação democrática, em que a política urbana brasileira foi reconstruída por discussões que envolveram diferentes profissionais: arquitetos e urbanistas, administradores públicos, geógrafos, cientistas sociais, advogados, economistas, historiadores, entre outros. Esses profissionais consolidaram um campo de saber, nascido ainda na Ditadura Militar, o Planejamento Urbano e Regional, que se dedica a traçar perspectivas para o ordenamento e reordenamento de cidades e regiões.

No entanto, para além dos desafios vinculados aos ventos democráticos, o ensino e pesquisa em nível da Pós-graduação também sofreram alterações nesse período; a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)

passou rigidamente a partir de 1995 a avaliar os cursos de pós-graduação stricto sensu brasileiros. Nesse cenário, o **PP-GPLUR** da Univap percorreu um longo caminho até o credenciamento em 2000, uma vez que manter o financiamento das pesquisas e qualidade do programa, em um contexto de uma universidade comunitária, é um desafio cotidiano.

Considerando esses apontamentos iniciais, o livro é fruto de esforços coletivos para revelar um conjunto de reflexões que esteve presente no PPGPLUR da Univap. Apresenta-se um compilado de 16 artigos e algumas fotografias que mostram faces e fases das reflexões do Planejamento Urbano em um eixo mais localizado, no Vale do Paraíba Paulista, mas também a amplitude dos debates realizados por docentes e discentes que passaram pelo Programa ou ainda estão vinculados a ele.

O artigo Tudo que é sólido desmancha no ar ou 30 anos de análises territoriais: história, tendências e desafios para o PPGPLUR-Univap, de Adriane Aparecida Moreira de Souza, Luiz Carlos Andrade de Aquino e Pedro Ribeiro Moreira Neto, realiza uma história conceitual e um balanço sobre a produção do Programa nesses 30 anos, destacando as produções e as linhas de pesquisa do projeto. Em diálogo direto com esse levantamento, as autoras, Cintia Fabíola Mota Alves e Rubia Gravito Gomes, em O Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional em dados: uma análise bibliométrica, colaboram com a reflexão anteriormente lançada. Ainda considerando as reflexões dos artigos anteriores, o trabalho de Maria Aparecida Papali e Valéria Zanetti, Laboratório de pesquisa e documentação histórica da Univap: espaço de história e memória para o Planejamento Urbano e Regional, também busca explicitar a consolidação da Linha 3, cujo foco na cultura trouxe ao planejamento novos objetos de estudo.

No âmbito do estabelecimento de uma memória do Programa, o artigo Planejamento, população e desenvolvimento

socioambiental, de Bruno Peregrina Puga, Maria Angélica Toniolo, Mário Valério Filho, Nathan David Vogt e Sandra Maria Fonseca da Costa, concentra-se no balanço da linha de pesquisa “Planejamento, população e desenvolvimento socioambiental”, suas pesquisas e reflexões gerais; destaca-se na análise dos autores a descrição dos laboratórios que fomentam o debate sobre ambiente e população: Laboratório de Estudo das Cidades (LABCITY), Laboratório de Estudos Geoambientais (LABEGAM), Laboratório de Estudos Socioecológicos de Paisagens (LESP). Um pouco mais à frente, o artigo Estudos do espaço urbano na Amazônia e o Planejamento Urbano e Regional: 16 anos de pesquisa sobre as pequenas cidades do delta do rio Amazonas e as contribuições do Laboratório de Estudos das Cidades, de Sandra Maria Fonseca da Costa, Viviana Mendes Lima e Lucas Sousa Santos, aprofundará o debate sobre a produção do Laboratório de Estudo das Cidades, mostrando a centralidade do tema das pequenas cidades para a compreensão da Amazônia.

Cilene Gomes, em Dimensões da questão metropolitana: revisão de trajetória destaca a produção do NEEUR – Núcleo de Estudos do Espaço Urbano e Regional, concentrando os esforços na avaliação de um longo percurso analítico sobre os processos desencadeados pela Metrópole. Fabiana Felix do Amaral e Silva, Lidiane Maria Maciel, em Os limites e os desafios da discussão dos planos populares de urbanização: um ensaio reflexivo a partir das epistemologias decoloniais, levantam casos de planejamento popular em que a autonomia dos sujeitos é valorizada. A produção também se remete à síntese do NEPACS – Núcleo de Extensão Pesquisa-ação Cartografias Sociais.

Para celebrar os esforços coletivos do Programa e comemorar seus 30 anos, os textos “É o Vale!” Cartografias de intervenções artísticas visuais urbanas e narrativas por direito à cidade e cidadania a partir do Vale do Paraíba Paulista, de Bianca Siqueira Martins Domingos, e Planejamento in-

surgente, justiça socioespacial e o direito à cidade: práticas de resistência no território às políticas públicas de desfavelização em São José dos Campos, São Paulo, no século XXI, de Jairo Salvador de Souza, festejam duas teses reconhecidas no Prêmio CAPES de melhor Tese do ano. Bianca Siqueira Martins recebeu o Prêmio de Melhor Tese na área Planejamento Urbano e Regional/Demografia em 2023; e Jairo Salvador Souza recebeu Menção Honrosa em 2022. Esses dois autores representam compromisso e seriedade com a ciência brasileira, são egressos exemplares e inspiradores.

Os seis últimos artigos também são resultados de pesquisas de ingressos e egressos do PPGPLUR. O texto de Maria Helena Alves da Silva intitulado Os impactos gerados pela instalação da Univap no bairro Urbanova em São José dos Campos – SP faz a abertura deste bloco, ao apresentar os resultados de sua tese de doutorado sobre Planejamento Urbano e a presença de um campus universitário. Em Diagnóstico da vulnerabilidade urbana segundo a epistemologia do sul: síntese de uma tese, Priscila Maria de Freitas relata sua pesquisa realizada no município de Jacareí, sobre a relacionalidade de diferentes aspectos da vulnerabilidade urbana. Agnes Yuri Uehara Bezerra, em Macrometrópole paulista: os cenários das tentativas de retomada da hegemonia inacabada em São Paulo, também aborda os resultados de uma pesquisa realizada no âmbito do PPGPLUR, valorizando o debate sobre a metrópole e seus processos.

Marcela Façanha Silva, Adriane Aparecida Moreira de Souza e Quésia Postigo Kamimura, em O papel da teoria de Schumpeter na gestão do conhecimento na cidade de São José dos Campos, expõem discussões teóricas empíricas nascidas no âmbito de uma pesquisa inicial para tese e apresentada no VIII Seminário do PPGPLUR. Sobre o artigo de Douglas de Almeida Silva e Marcel Fantin, egressos do Programa, trata-se de uma pesquisa articulada sobre a financeirização na gestão urbana: Responsabilização socioambiental das insti-

tuições financeiras internacionais e as resistências das comunidades afetadas. Artur Rosa Filho, em Requalificar para quê? Para quem? Estudos iniciais do processo de requalificação da área central de Boa Vista-RR, traz contribuições ao Planejamento ao questionar os planos de requalificação de áreas centrais que se espalham pelo Brasil. Finalizando as reflexões do livro, André Luiz de Toledo e Cilene Gomes apresentam o artigo A radiodifusão des(aparecida): desconstrução tecno-social e a dinâmica socioespacial contemporânea, na terra e no ar, elevando o Planejamento Urbano a outro patamar, o das ondas sonoras.

Convidamos a todos (as) à leitura desta importante obra, que celebra os 30 anos do PPGPLUR-Univap, na expectativa de que possamos comemorar hoje e sempre.

As/os organizadoras/es
São José dos Campos/SP, Brasil
Novembro de 2023



Fonte: PPGPLUR/
CEHVAP-Univap



01

Tudo que é sólido desmancha no ar ou 30 anos de análises territoriais: História, Tendências e desafios para o PP GPLUR-UNIVAP

1. Tudo que é sólido Desmancha na Modernidade Líquida: Uma Introdução

A famosa frase de Karl Marx, parcialmente pinçada por Marshal Berman para o título de seu livro, faz uma provocação direta à reflexão, não apenas do processo da acumulação capitalista proposta por esse autor, mas, especialmente, na forma como este foi conduzido durante o movimento de industrialização/urbanização para o momento crítico em que vivemos.

¹ Graduada em Geografia e Mestre em Planejamento Urbano pela Universidade do Vale do Paraíba; Doutora em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo; Docente e Pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade do Vale do Paraíba (PPGPLUR – UNIVAP).

² Graduado em Ciências Sociais e Ciências Econômicas pela Universidade do Vale do Paraíba; Mestre em Ciência Política pela Universidade de São Paulo; Doutor em Filosofia da Educação pela Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP), Docente e Pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade do Vale do Paraíba (PPGPLUR – UNIVAP).

³ Graduado em Arquitetura e Urbanismo pela Faculdade Elmano Ferreira Veloso; Mestre em “Analyse Régionale et Aménagement de l’Espace pelo Institut d’Études du Développement Économique et Social - Université Paris I”; Doutor em “Géographie Humaine et Organisation de l’Espace - Institut de Géographie Université Paris I - Panthéon-Sorbonne” (1982) e História Social pela Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas FFLCH - Universidade de São Paulo-USP. Docente e Pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade do Vale do Paraíba (PPGPLUR – UNIVAP).

⁴ “Tudo o que é sólido desmancha no ar, tudo que é sagrado é profanado, e os homens são finalmente forçados a enfrentar com sentidos mais sóbrios suas reais condições de vida e sua relação com outros homens” (MARX apud BERMAN, 1986, p. 87).

Adriane Aparecida Moreira de Souza¹
Luiz Carlos Andrade de Aquino²
Pedro Ribeiro Moreira Neto³

Mas, aí perguntamos: em que medida tais reflexões contribuem para os temas de Planejamento Urbano e Regional? Pois os estudos que se abrigam sob a cobertura desse campo carregam consigo a dinâmica dos conceitos que se alteram ao longo de tal processo. O artigo que segue discute a evolução desses conceitos a partir da experiência e exercício acadêmico ao longo dos últimos 30 anos expressos particularmente nas teses e dissertações produzidas pelo Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade do Vale do Paraíba (PPGPLUR – UNIVAP). Para que se compreenda esse processo, torna-se então necessário voltarmos aos conceitos de Planejamento Territorial, na escala do urbano e do regional, tal como estudado e passado às gerações de profissionais que estão na gênese dessa prática, tanto na academia como no serviço público e na forma como se inscreveu em suas relações com o capital imobiliário⁵.

Pelas próprias exigências do formato, o presente estudo parte de uma breve evolução histórica dos conceitos que consolidaram o que se conhece por Planejamento Urbano e Regional e como este foi incorporando para além das questões territoriais as áreas que despertaram progressivamente para temas ambientais, econômicos e socioculturais, abrindo ainda novas possibilidades que se encontram em um porvir, tal qual o que se verifica nas temáticas das teses e dissertações elaboradas no PPGPLUR.



2. O Planejamento Urbano: Da antiguidade à atualidade

O projeto urbano, enquanto ação de traçar o plano de uma cidade, tem origem na Antiguidade Clássica, evoluindo para o que veio a ser o Planejamento Urbano, mesmo que tal denominação ainda não existisse. A História lista farta relação de nomes que se juntaram para propostas de ocupações urbanas. Célebre é a descrição de Heródoto sobre a Babilônia, mas,

entre aqueles que assumiram o projeto de novas cidades, devem ser lembrados, pelo menos entre os clássicos, Hipódamo de Mileto e Marcus Vitruvius Pollio, o arquiteto do imperador Augustus, que definiu um modelo de castro que, do acampamento militar, semeou muitas cidades romanas.

Após o período medieval, de domínio da Igreja, o Renascimento trouxe novos projetos, como o de Vincenzo Scamozzi para Palmanova e outros, chamados utópicos, entre os quais até mesmo os de Leonardo da Vinci, como referência de conceitos e processos evolutivos que marcaram seus tempos. Enquanto política de expansão urbana nas colônias do Novo Mundo, vale a menção às Leis das Índias, recomendações de Felipe II, que regularam a criação das cidades da América Hispânica, amplamente discutidas nos cursos de Arquitetura e Urbanismo a partir de “O sementeiro e o ladrilhador”, capítulo de Raízes do Brasil, de Sérgio Buarque de Holanda, só para citar alguns.

Duas principais experiências e modelos fundamentaram o urbanismo europeu ao longo do século XIX, e foram de suma importância para imprimir sua marca no processo de urbanização do Brasil quando o país caminhava, ainda que lentamente, para a passagem de um mundo agrário e rural para o industrial e urbano que caracterizaria o século XX.

Por um lado, podemos ligar um primeiro modelo de intervenções à experiência vivida por Paris durante as transformações comandadas por Georges-Eugene Haussmann. Nesta, as intervenções projetadas sobre a capital francesa, entre 1852 e 1870, podem ser resumidas⁶ a um conjunto de ações, fruto do trabalho de uma equipe multiprofissional de arquitetos, engenheiros, paisagistas e administradores de trabalhos públicos, mas, especialmente, na proposição original de mecanismos financeiros —é preciso lembrar que o próprio Haussmann, advogado, se via mais como administrador — que acabou imposto ao conjunto da cidade, criando desta forma, talvez, a principal referência do

⁵ Ou seja, “empresários e profissionais que congregam loteadores, incorporadores, construtores, e inclusive grandes proprietários fundiários” conforme arrola em conhecido texto Erminia Maricato (MARICATO, 1994, p. 313-314).

⁶ Não é objetivo deste ensaio aprofundar questões sobre a complexidade as experiências citadas.

que viria a ser futuramente considerado como Planejamento Urbano⁷, na medida em que se aplicava a um complexo espaço já ocupado ao longo de séculos um novo conceito de cidade, espelho da elite burguesa durante o império de Napoleão III.

Em outra vertente, situa-se a experiência da expansão de Barcelona, fruto de conturbado concurso público vencido por Ildefonso Cerdà em 1860. Desta feita, porém, seriam preservadas as áreas tradicionais da cidade que concentram até hoje o centro dinâmico da capital catalã para além do qual seria acrescida a superfície planejada para o “Eixample”. Neste caso, sobre a área disponibilizada pela demolição das antigas muralhas, já sem serventia, e grande superfície periférica ao velho centro, onde se mantinham alguns antigos povoados, Cerdà, praticamente só, projetaria todo um novo conceito, desenvolvido por estudos de sua própria lavra, já incorporando muitas das necessidades imaginadas para uma cidade industrial⁸.

Os conceitos básicos acima passariam em suas variações a adaptações locais a definir as experiências urbanísticas que marcariam todo o final do século XIX até a primeira metade do século XX. De certo modo e com restrições, a proposta de Aarão Reis para Belo Horizonte se aproxima do caso da Barcelona de Cerdà, enquanto as ações projetadas para a cidade do Rio de Janeiro, entre 1902 e 1906, se alinham mais ao caso de Paris, experimentadas pelo futuro prefeito, o engenheiro Francisco Pereira Passos, aliás, presente na capital francesa quando de sua estadia e estudos em pleno momento das transformações haussmannianas. Assim se iam moldando os conceitos básicos do que

⁷ Além das grandes avenidas e boulevards, traçados tanto como melhorias de mobilidade como estratégia de controle de manifestações populares, seu gabarito de ocupação do espaço e arquitetura —, sua porção mais visível — o plano, ainda que não existisse nas concepções atuais, propunha grandes quarteirões, bosques, parques e jardins, um complexo sistema de esgoto, captação e distribuição de água potável, uma rede de dutos de gás subterrâneos para iluminação de ruas e edifícios, fontes e chafarizes, instalações de sanitários públicos, um grande mercado central, além de todo um conjunto paisagístico de arborização e mobiliário urbano.

⁸ A base do plano de Cerdà era um sistema de vias e quadras em uma retícula que poderia se estender indefinidamente, que se estabelecia a partir de uma hierarquia viária pensada em analogia de pequenos rios desaguando em rios cada vez maiores e mais largos. Chamaria de intervias os espaços entre o sistema viário, sendo as quadras padronizadas os espaços contidos entre as vias. Assim se reforçava a noção de que quadras e vias formam uma estrutura única e interdependente. Os quarteirões (hoje preenchidos em todos os seus lados) foram idealizados como quadras abertas, que permitiam o maior fluxo de pessoas e de ar pela cidade, assim como poderiam ser preenchidos por áreas verdes. As principais necessidades das cidades para Cerdà assim se

se consistiam como Urbanismo e o Planejamento Urbano.

Apesar de relativamente distantes no tempo, as experiências citadas, como visto, influenciaram e de certo modo ainda influenciam os modos de produção das cidades brasileiras. Ademais, isso pode ser de algum modo relacionado ao “urbanismo regularizador”, expressão usada por Le Corbusier ao se referir a Haussmann, de onde seguiriam diferentes concepções de Planos Diretores, assim como as quadras propostas por Cerdà estariam na gênese das superquadras da Carta de Atenas que, por sua vez, teria no Plano Piloto de Brasília, de Lúcio Costa, a bem mais acabada expressão do Urbanismo Moderno.

O projeto de Brasília, exemplo maior da intervenção do Estado na organização do espaço, iria impactar profundamente os conceitos do Planejamento Urbano no Brasil. Além de a grande maioria dos demais projetos participantes do concurso para a nova capital ser de alguma forma alinhada com o urbanismo moderno em sua inspiração clássica, como a organização a partir do cruzamento de dois eixos, tal concepção estaria presente não só nos projetos, mas mesmo nos planos urbanos surgidos nesse período, justamente quando se formaram os principais programas de pós-graduação desta área.



2.1 Planejamento Regional

A escala do Planejamento Regional surgiu originalmente na Europa, marcada especialmente a partir das teorias de Paul Vidal de La Blache e Patrick Geddes, entre outros, e foge, de certo modo, ao escopo deste texto, mas não podemos ignorar seu desenvolvimento principalmente a partir dos conflitos mundiais da primeira metade do século passado como será posto a seguir.

impunham: luz solar, iluminação e ventilação natural nas residências (sanitarismo), espaços verdes e cuidados com o meio ambiente, eliminação de resíduos, incluindo esgotos, fluidez na circulação: pessoas, mercadorias, energia e informação. Cerdà usou o termo *urbe* para designar de modo geral os diferentes tipos de assentamento humano e cunhou o neologismo *urbanización* designando a ação sobre a *urbe*. Desses termos muito próximos surgirá, no início do século XX o nome *urbanismo*.



2.2 Planejamento e Fordismo

O elemento comum que permeia os conceitos citados, seja na escala do urbano ou do regional é a territorialidade. Todos os temas então desenvolvidos tinham como base o território, físico, concreto, em relação direta com o processo de industrialização que então se afirmava e que, no caso do Brasil, ainda que com atraso, tomaria forma apenas após a Segunda Guerra Mundial.

Se em sua origem tal processo teria sequência com o desenvolvimento do fordismo, consolidado na linha de produção de Henry Ford⁹ ainda em princípios do século XX, foi a complexidade de fatores conjugados após o conflito bélico mundial, principalmente no continente europeu, que conduziu ao apogeu do modelo fordista.

Não é necessário grande esforço para perceber o contexto internacional em que frutificou o Planejamento Territorial, Urbano e Regional em meados do século XX. O mundo, mas principalmente a Europa, vinha de um conflito devastador. O Tratado de Bretton Woods tentava reorganizar o mundo capitalista enquanto programas de reconstrução dos países devastados pela guerra eram financiados pelo Plano Marshall. Ações não necessariamente alinhadas tinham, entretanto, um objetivo comum: refrear a sedução socialista e “deixar para trás o medo de uma revolução social e avanço comunista, herança da guerra de Resistência” (HOBSBAWM, 1995, p. 254). Retornando ao pensamento de Keynes, os Estados europeus passariam a se ocupar, em variações locais, da oferta de serviços e direitos fundamentais como educação, saúde, estabilidade de emprego, assistência e previdência social,

⁹ Para além da reestruturação da linha de montagem, Ford introduziu a remuneração que permitiria a seus funcionários a aquisição de seu principal produto, o automóvel. Em outras palavras, estendia aos trabalhadores a possibilidade de deslocamento no espaço, a extensão das cidades em direção aos subúrbios e ampliação da demanda. Não apenas isso, mas sua evolução formaria o tripé fordista assegurado a) pela constância da produção e garantia das bases de emprego, b) pelo financiamento público ao consumo e c) acumulação progressiva do capital.

mas também a habitação. Assim se delineava o casamento entre a recuperação econômica e o Estado de Bem-Estar Social, expressão que o fordismo não imaginara durante o New Deal nos idos da década de 1930, mas que agora marcava, na menção de Hobsbawm “os anos dourados” (1995, p. 253). Estavam dadas as condições para o estabelecimento do urbanismo como conceito e da urbanização como obra do fordismo.

O modelo de produção em massa do fordismo se expandiria rapidamente para outras áreas, em que seu princípio seria progressivamente aplicado, como o caso das habitações e da construção civil em geral. É fato que o mercado tinha papel importante na produção material do espaço, contudo, a mediação do Estado era determinante na definição do arcabouço jurídico que definia as regras de uso do solo, infraestrutura, equipamentos e muitas vezes sua própria localização.

Fruto dos questionamentos que cercaram os regimes ditatoriais derrotados no conflito mundial, ocorre, principalmente na Europa, uma correção de postura no sentido de caminhos democráticos. No caso específico da França, a resistência popular teve importante papel na reconstrução democrática, inclusive com aproximação com movimentos que reacendiam a consciência sobre os problemas sociais. Um desses eventos foi o Movimento de Economia e Humanismo, de origem católica, que teve como um de seus mentores o frei dominicano Louis-Joseph Lebret que, por suas ligações com expressões de uma linha do catolicismo progressista no Brasil, trouxe inicialmente para São Paulo os conceitos e a prática desse movimento. Lebret possuía extensa atividade no então chamado “terceiro mundo” com atividades no Uruguai, Chile, mas foram suas atividades no Brasil que marcaram especialmente seus trabalhos.

A primeira experiência efetiva do Planejamento Regional no Brasil ocorre com a Sociedade para a Aplicação do Grafismo e da Mecanografia à Análise de Complexos Sociais, SAGMACS, sob a inspiração e condução de Lebret. “Seu primeiro trabalho de relevo foi detectar as possibilidades de desenvolvimento do



Estado de São Paulo, de que resultou um relatório hoje depositado nos Arquivos Nacionais da França. Segundo um excelente estudioso de Le Bret, Denis Pelletier¹⁰, o relatório propunha ‘uma nova repartição regional, uma revitalização dos municípios, advertia os perigos de um crescimento urbano anárquico e pedia uma reforma das estruturas agrárias’ (BOSI, 2023). O movimento de Economia e Humanismo e a SAGMACS ficam restritos a poucas atividades e sob a mira dos bispos até 1952, quando o Governo do Estado de São Paulo passa a ser conduzido pelo engenheiro Prof. Lucas Nogueira Garcez (1951-1955) que fornece o devido apoio e possibilitaria as primeiras experiências efetivas de Planejamento Regional no país.

Os trabalhos da SAGMACS foram determinantes na formação de profissionais dedicados ao planejamento, não apenas na escala supracidade, mas na ampliação da abrangência de seus temas de interesse. Assim a dimensão estritamente territorial passava a considerar progressivamente questões sociais, econômicas e culturais¹¹.

O desmantelamento do acervo SAGMACS e a perseguição a seus membros, muitos dos quais exilados após o golpe de estado de 1964, forçou atividades daquela natureza para movimentos de resistência ao governo militar e em defesa das reformas políticas que eclodiriam anos mais tarde no Movimento pela Reforma Urbana, MRU. Resumidamente, as ações desse movimento foram fundamentais para o processo de redemocratização que culminou com a Constituição Federal de 1988, com destaque aos artigos 182 e 183, que estabeleceram as diretrizes gerais da política urbana, finalmente regulamentadas em 2001 pelo Estatuto da Cidade (BRASIL, 2001).

3. A Construção de Conhecimento da Área do Planejamento Urbano e Regional: O PPGPLUR – UNIVAP em Questão

O Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Planejamento Urbano e Regional (PPGPLUR) da Universidade do Vale do Paraíba (UNIVAP), reconhecido pela CAPES em 2000, tem como área de concentração o “Planejamento Urbano e Regional” e, pertence à Área 30 (DAV-CAPES) Planejamento Urbano e Regional e Demografia (PLURD).

A partir da área de concentração, as investigações do PPGPLUR ocorrem sob a perspectiva de três Linhas de Pesquisa:

Linha de Pesquisa 1: Planejamento, políticas públicas e estruturação do espaço: Converte abordagens sobre a dinâmica espacial, tanto urbana quanto regional, destacando os impactos resultantes de processos socioeconômicos e políticos intervenientes no ordenamento espacial. Nesse sentido, sua preocupação se volta para os diferentes atores envolvidos.

Linha de Pesquisa 2: Planejamento, população e desenvolvimento socioambiental: Centra seus estudos nas características socioambientais do território e as relações entre as mudanças locais e regionais e as dinâmicas globais, de forma a subsidiar estudos e estratégias de planejamento voltadas para o desenvolvimento sustentável.

Linha de Pesquisa 3: Planejamento, espaço e cultura: Está centrada nas abordagens sobre os processos histórico-sociais de constituição da cidade e região e das representações coletivas sobre urbano e rural, objetivando estudar a dinâmica territorial, com ênfase na construção de identidades e memórias sociais.

Ao longo dos seus 30 anos de existência e 23 anos de credenciamento pela CAPES, o PPGPLUR formou 237 pessoas, sendo 209 Mestres e 28 Doutores. Desse total, mais de 40 voltaram-se à carreira acadêmica, tendo obtido, ou em via de obtenção, o

¹⁰ Denis Pelletier, *économie et humanisme. De l'utopie communautaire au combat pour le Tiers-Monde* (1941-1966), Paris: Cerf, 1996.

¹¹ Deve ser notada, na escala do Planejamento Regional do conjunto do país, não apenas a interiorização realizada no vetor brasileiro, mas igualmente ações e propostas econômicas de atuação territorial como a fundação, a partir das ideias de Celso Furtado, da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste, SUDENE (1959).

título de doutor. Ressalta-se que dos 28 titulados doutores no período de 08/2019 a 12/2022, 15 são Mestres pelo Programa, indicando a escolha pela maioria em continuar os estudos na Área e Instituição. Dos 28 titulados doutores, aproximadamente 20 atuam diretamente na área de ensino e pesquisa.

A fim de compreender o modo como o Programa vem tratando dos aspectos que permeiam a construção do conhecimento da Área, o presente tópico visa apresentar a contribuição, os desafios e perspectivas do PPGPLUR ante a dinâmica socioespacial, que, por ser dinâmica e incluir diversas escalas territoriais de análise, exige o acompanhamento e a incorporação constantes de abordagens que se apresentem mais eficientes no processo de apreensão, formação profissional e construção do conhecimento da Área.

Para tanto, considerando o histórico de defesas e respectivas linhas de pesquisa das dissertações e teses defendidas no Programa, selecionamos um recorte temporal de dez anos, que compreende os anos de 2012 a 2022. Ressalta-se que os dados referentes às dissertações e teses aqui apresentados tiveram como fonte a base de dados da Biblioteca da Universidade do Vale do Paraíba e a Plataforma Sucupira – CAPES.

Informações referentes ao período de 2012 a 2016, disponibilizadas pela Biblioteca da UNIVAP, mostram que no referido período foram depositadas 43 dissertações do Programa. Dados cadastrados na Plataforma Sucupira mostram que durante os anos de 2017 a 2022, foram realizadas 74 defesas no Programa para um total de 46 dissertações e 28 teses. Considerados em conjunto, o universo de dados do período de 2012 a 2022 é de 117 títulos, sendo 89 dissertações e 28 teses (Quadro 1).

Quadro 1 – Defesas e títulos de dissertações e teses do PPGPLUR – 2012 a 2022

DISSERTAÇÕES – ACERVO BIBLIOTECA UNIVAP – 2012 A 2016 (43 TÍTULOS)		
ANO DA DEFESA	TÍTULO	LINHA DE PESQUISA
2012	ANÁLISE DO USO E OCUPAÇÃO DO SOLO EM UM TRECHO DA ZONA NORTE DO MUNICÍPIO SÃO JOSÉ DOS CAMPOS - SP.	PLANEJAMENTO, POLÍTICAS PÚBLICAS E ESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO
2012	AVALIAÇÃO PÓS-OCUPAÇÃO E QUALIDADE DO LUGAR: EXPERIÊNCIA NO CONJUNTO DE HABITAÇÃO POPULAR JARDIM SÃO JOSÉ II - ZONA LESTE - SÃO JOSÉ DOS CAMPOS - SP.	PLANEJAMENTO, POLÍTICAS PÚBLICAS E ESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO
2012	CONTRIBUIÇÕES AOS ESTUDOS SOBRE A POLÍTICA NACIONAL DE ENSINO A DISTÂNCIA: O CASO REPRESENTATIVO DE MUNICÍPIO DE PEQUENO PORTE: BRAGANÇA PAULISTA.	PLANEJAMENTO, POLÍTICAS PÚBLICAS E ESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO
2012	O DIREITO À CIDADE SUSTENTÁVEL: REFLEXÃO ACERCA DA POLÍTICA URBANA BRASILEIRA À LUZ DOS DEZ ANOS DO ESTATUTO DA CIDADE.	PLANEJAMENTO, POLÍTICAS PÚBLICAS E ESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO
2012	DO MODELO DE CIDADE-JARDIM À METROPOLIZAÇÃO: EVIDÊNCIAS DO URBANISMO À BRASILEIRA NA REGIÃO NORTE DO ESTADO DO PARANÁ.	PLANEJAMENTO, POLÍTICAS PÚBLICAS E ESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO
2012	SAÚDE E O URBANO: UMA PESQUISA EXPLORATÓRIA EM COMUNIDADES COM PRESENÇA DE NEGROS- ESTUDOS DE CASOS EM JUIZ DE FORA- MG.	PLANEJAMENTO, ESPAÇO E CULTURA
2013	A ABORDAGEM DO LUGAR E O PLANEJAMENTO URBANO: UM ESTUDO DE CASO NOS BAIRROS DO RIO COMPRIDO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS E JACAREÍ - SP.	PLANEJAMENTO, POLÍTICAS PÚBLICAS E ESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO
2013	ANÁLISE DAS TRANSFORMAÇÕES DO USO E A COBERTURA DO SOLO ÀS MARGENS DA RODOVIA DOS TAMOIOS NOS MUNICÍPIOS DE JAMBEIRO E PARAIBUNA, VALE DO PARAÍBA/SP, NO PERÍODO ENTRE 1991 E 2010.	PLANEJAMENTO, POLÍTICAS PÚBLICAS E ESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO
2013	ANÁLISE DO DIAGNÓSTICO DOS CONDICIONANTES ANTRÓPICOS ASSOCIADOS AOS RISCOS DE ESCORREGAMENTOS COMO SUBSÍDIOS À ELABORAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE GESTÃO E ORDENAMENTO TERRITORIAL.	PLANEJAMENTO, POPULAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIOAMBIENTAL
2013	ANÁLISE DO PROCESSO DE EXPANSÃO URBANA NO MUNICÍPIO DE MONTE SIÃO, MG, ENTRE 1962 E 2012.	PLANEJAMENTO, POLÍTICAS PÚBLICAS E ESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO
2013	CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMULAÇÃO DE INDICADORES URBANÍSTICOS: SUBSÍDIOS ÀS ANÁLISES DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO MUNICÍPIO DE JACAREÍ/SP.	PLANEJAMENTO, POLÍTICAS PÚBLICAS E ESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO
2013	LEVANTAMENTO DA DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL E DO PERFIL DAS ESCOLINHAS DE FUTEBOL: ESTUDO DE CASO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS - SP.	PLANEJAMENTO, POLÍTICAS PÚBLICAS E ESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO
2013	PARCELAMENTO DO SOLO URBANO: O LOTEAMENTO, SEUS ATORES, LÓGICAS E PERTINÊNCIAS EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS.	PLANEJAMENTO, POLÍTICAS PÚBLICAS E ESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO
2013	A POLÍTICA HABITACIONAL E A EXPRESSÃO DA SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS - SP.	PLANEJAMENTO, POLÍTICAS PÚBLICAS E ESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO
2013	RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS (SP) E AS POLÍTICAS PÚBLICAS AMBIENTAIS.	PLANEJAMENTO, POPULAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIOAMBIENTAL
2013	A URBANIZAÇÃO NA PERSPECTIVA DO MIGRANTE: O CHOFER DE PRAÇA DE AMÁCIO MAZZAROPI.	PLANEJAMENTO, ESPAÇO E CULTURA
2013	CONTRIBUIÇÕES AOS ESTUDOS SOBRE OS FUNDOS DE VALE COMO ELEMENTOS DE CONSTRUÇÃO AMBIENTAL E SOCIAL DO ESPAÇO URBANO: CONFLITOS E DESAFIOS.	PLANEJAMENTO, POLÍTICAS PÚBLICAS E ESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO
2014	AGRICULTURA URBANA EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS: APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO URBANO, MODOS DE VIDA E CONFLITOS.	PLANEJAMENTO, POLÍTICAS PÚBLICAS E ESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO
2014	INDUSTRIALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL: UMA ANÁLISE DOS ESPAÇOS URBANO-INDUSTRIAIS NA REGIÃO METROPOLITANA DO VALE DO PARAÍBA E LITORAL NORTE.	PLANEJAMENTO, POLÍTICAS PÚBLICAS E ESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO
2014	ORDENAMENTO E GOVERNANÇA TERRITORIAL: ESTRATÉGIAS PARA PROTEÇÃO AMBIENTAL NA APA DE SÃO FRANCISCO XAVIER - SÃO JOSÉ DOS CAMPOS - SP.	PLANEJAMENTO, POPULAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIOAMBIENTAL
2014	AS TRAMAS NO ESPAÇO URBANO: ANÁLISE DA PRODUÇÃO SOCIAL DO ESPAÇO URBANO DO MUNICÍPIO DE TAUBATÉ - SP, SEGUNDO PARÂMETROS DA OBRA DE FLÁVIO VILLAÇA.	PLANEJAMENTO, POLÍTICAS PÚBLICAS E ESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO
2014	UBATUBA ERA CAIÇARA: A DES(RE)TERRITORIALIZAÇÃO DO ESPAÇO FRENTE ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS.	PLANEJAMENTO, POLÍTICAS PÚBLICAS E ESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO
2015	ANÁLISE DE PERCEPÇÃO AMBIENTAL DE MORADORES DE ÁREA DE VÁRZEA EM PEQUENAS CIDADES DA AMAZÔNIA: UM ESTUDO DE CASO.	PLANEJAMENTO, POLÍTICAS PÚBLICAS E ESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO
2015	APARECIDA, PROFANA E DIVIDIDA: CONFLITOS SOCIOESPACIAIS NO MUNICÍPIO DE APARECIDA, SÃO PAULO, BRASIL.	PLANEJAMENTO, POLÍTICAS PÚBLICAS E ESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO
2015	CIRCULAÇÃO, ACESSIBILIDADE SOCIAL E QUESTÕES DO PLANEJAMENTO TERRITORIAL: ANÁLISE DA DINÂMICA SOCIOESPACIAL URBANO-RURAL DO BAIRRO DO PARATÉI DO MEIO EM JACAREÍ, SP.	PLANEJAMENTO, POLÍTICAS PÚBLICAS E ESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO

Quadro 1 – Defesas e títulos de dissertações e teses do PPGPLUR – 2012 a 2022 (continuação)

2015	CONFIGURAÇÃO SOCIOESPACIAL COMO EXPRESSÃO DE CONFLITOS: EXPANSÃO URBANA DE LUANDA E O PLANEJAMENTO TERRITORIAL DE ANGOLA.	PLANEJAMENTO, POLÍTICAS PÚBLICAS E ESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO
2015	DESENVOLVIMENTO REGIONAL E O MEIO TÉCNICO-CIENTÍFICO-INFORMACIONAL: UMA ANÁLISE DOS CONTRASTES SOCIOECONÔMICOS E ESPACIAIS DA REGIÃO METROPOLITANA DO VALE DO PARAÍBA E LITORAL NORTE.	PLANEJAMENTO, POLÍTICAS PÚBLICAS E ESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO
2015	MONITORAMENTO DO CRESCIMENTO URBANO EM BACIAS HIDROGRÁFICAS FRENTE À LEI DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO / ESTUDO DE CASO DA BACIA DO Córrego do Turi, Município de Jacaré-SP.	PLANEJAMENTO, POPULAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIOAMBIENTAL
2015	NOVAS FORMAS DE URBANIZAÇÃO, ESTUDOS DE CONDOMÍNIOS FECHADOS RELACIONADOS AO PROGRAMA "MINHA CASA MINHA VIDA", JACARÉ, SÃO PAULO.	PLANEJAMENTO, POLÍTICAS PÚBLICAS E ESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO
2015	POLÍTICAS PÚBLICAS E A ESTRUTURAÇÃO DE UM PROGRAMA PARA O COMBATE À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: CAMINHOS DO PROGRAMA AQUARELA, SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, SP.	PLANEJAMENTO, POLÍTICAS PÚBLICAS E ESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO
2015	REGIÃO METROPOLITANA: DESAFIO DA GESTÃO REGIONAL. UM ESTUDO DE CASO DA REGIÃO METROPOLITANA DO VALE DO PARAÍBA E LITORAL NORTE.	PLANEJAMENTO, POLÍTICAS PÚBLICAS E ESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO
2015	REPRESENTAÇÕES NÃO HEGEMÔNICAS DO PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DE SÃO PAULO NAS DÉCADAS DE 40, 50 E 60: UM ESTUDO SOBRE AS COMPOSIÇÕES DE ADONIRAN BARBOSA E PAULO EMÍLIO VANZOLINI.	PLANEJAMENTO, ESPAÇO E CULTURA
2015	A SINGULARIDADE DO URBANO DE BARCARENA, COMO CIDADE RIBEIRINHA DA REGIÃO AMAZÔNICA.	PLANEJAMENTO, POLÍTICAS PÚBLICAS E ESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO
2015	SOCIEDADE E NATUREZA: ANÁLISE DA PAISAGEM E DA OCUPAÇÃO URBANA EM AMBIENTE DE Várzea de uma pequena cidade do Estuário Amazônico: Ponta de Pedras - PA.	PLANEJAMENTO, POLÍTICAS PÚBLICAS E ESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO
2015	O TRABALHADOR SOCIAL NA DINÂMICA DA TERRITORIALIZAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: SUAS NOS MUNICÍPIOS DE SANTA BRANCA - SP E SÃO JOSÉ DOS CAMPOS - SP (2004 A 2013).	PLANEJAMENTO, ESPAÇO E CULTURA
2016	ANÁLISE DA DINÂMICA SOCIOAMBIENTAL EM ÁREAS DE MINERAÇÃO: UM ESTUDO DA EXPLORAÇÃO DO CARVÃO MINERAL EM MOATIZE-TETE-MOÇAMBIQUE.	PLANEJAMENTO, POPULAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIOAMBIENTAL
2016	ANÁLISE DA OCUPAÇÃO EM ÁREAS DE RISCO A ESCORREGAMENTO NA CIDADE DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS - SP: UM ESTUDO DE CASO.	PLANEJAMENTO, POPULAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIOAMBIENTAL
2016	A EXPLORAÇÃO DE AREIA NA REGIÃO METROPOLITANA DO VALE DO PARAÍBA E LITORAL NORTE E A GESTÃO MINERÁRIA NOS MUNICÍPIOS DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS E JACARÉ - SP.	PLANEJAMENTO, POPULAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIOAMBIENTAL
2016	INTERDEPENDÊNCIAS NO ESPAÇO REGIONAL: DESLOCAMENTOS PENDULARES E PLANEJAMENTO DA MOBILIDADE NA SUB-REGIÃO 1 DA REGIÃO METROPOLITANA DO VALE DO PARAÍBA E LITORAL NORTE.	PLANEJAMENTO, POLÍTICAS PÚBLICAS E ESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO
2016	OCUPAÇÕES IRREGULARES EM PEQUENAS CIDADES DA AMAZÔNIA: UM ESTUDO EM VILA DOS CABANOS, BARCARENA, PARÁ, NO PERÍODO DE 2005 A 2015.	PLANEJAMENTO, POLÍTICAS PÚBLICAS E ESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO
2016	PLANEJAMENTO URBANO E O DIREITO À MEMÓRIA: CRESCIMENTO URBANO E PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARQUEOLÓGICO EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS/SP.	PLANEJAMENTO, ESPAÇO E CULTURA
2016	REGIONALIZAÇÃO DA SAÚDE E ACESSO À MAMOGRAFIA: UMA ANÁLISE DA REGIÃO DE SAÚDE DO VALE DO PARAÍBA PAULISTA E LITORAL NORTE.	PLANEJAMENTO, POLÍTICAS PÚBLICAS E ESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO
2016	SHOPPING CENTER, TERRITÓRIO DE IDENTIDADES MUTANTES: VALE SUL SHOPPING / SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, SP.	PLANEJAMENTO, ESPAÇO E CULTURA
DISSERTAÇÕES – PLATAFORMA SUICUPIRA - 2017 A 2022 (46 TÍTULOS)		
2017	DESGUALDADE SOCIOAMBIENTAL URBANA: ANÁLISE DA OCUPAÇÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIBEIRÃO MANDI, MUNICÍPIO DE LORENA – SP.	PLANEJAMENTO, POPULAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIOAMBIENTAL
2017	OS EFEITOS DA URBANIZAÇÃO EM ÁREAS CARACTERISTICAMENTE RURAIS SOBRE O USO DAS PANCS: ESTUDO DE CASO NA APA DE SÃO FRANCISCO XAVIER, SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, SP.	PLANEJAMENTO, POPULAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIOAMBIENTAL
2017	PROMOÇÃO DA CIDADE POR MEIO DE SUA IMAGEM: UMA ANÁLISE DA REPRESENTAÇÃO SOCIAL DO MUNICÍPIO DE BANANAL-SP.	PLANEJAMENTO, ESPAÇO E CULTURA
2017	FLUXOS DE CAPITAIS IMOBILIÁRIOS E SEUS IMPACTOS NO ESPAÇO URBANO: UMA ANÁLISE DOS MUNICÍPIOS DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS E TAUBATÉ.	PLANEJAMENTO, POLÍTICAS PÚBLICAS E ESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO
2017	VIOLÊNCIA E TERRITÓRIO NA ESCALA DO URBANO E REGIONAL: ANÁLISE ESPACIAL DO HOMICÍDIO DOLOSO NO MUNICÍPIO DE LORENA/SP INSERIDO NO CONTEXTO DA REGIÃO METROPOLITANA DO VALE DO PARAÍBA E LITORAL NORTE – RMVPLN.	PLANEJAMENTO, POLÍTICAS PÚBLICAS E ESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO

2017	DESGUALDADE SOCIOAMBIENTAL URBANA: ANÁLISE DA OCUPAÇÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIBEIRÃO MANDI, MUNICÍPIO DE LORENA – SP.	PLANEJAMENTO, POPULAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIOAMBIENTAL
2017	OS EFEITOS DA URBANIZAÇÃO EM ÁREAS CARACTERISTICAMENTE RURAIS SOBRE O USO DAS PANCS: ESTUDO DE CASO NA APA DE SÃO FRANCISCO XAVIER, SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, SP.	PLANEJAMENTO, POPULAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIOAMBIENTAL
2017	PROMOÇÃO DA CIDADE POR MEIO DE SUA IMAGEM: UMA ANÁLISE DA REPRESENTAÇÃO SOCIAL DO MUNICÍPIO DE BANANAL-SP.	PLANEJAMENTO, ESPAÇO E CULTURA
2017	FLUXOS DE CAPITAIS IMOBILIÁRIOS E SEUS IMPACTOS NO ESPAÇO URBANO: UMA ANÁLISE DOS MUNICÍPIOS DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS E TAUBATÉ.	PLANEJAMENTO, POLÍTICAS PÚBLICAS E ESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO
2017	VIOLÊNCIA E TERRITÓRIO NA ESCALA DO URBANO E REGIONAL: ANÁLISE ESPACIAL DO HOMICÍDIO DOLOSO NO MUNICÍPIO DE LORENA/SP INSERIDO NO CONTEXTO DA REGIÃO METROPOLITANA DO VALE DO PARAÍBA E LITORAL NORTE – RMVPLN.	PLANEJAMENTO, POLÍTICAS PÚBLICAS E ESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO
2017	QUE CIDADE QUEREMOS? GRAFITE, ESPAÇO E TERRITÓRIO NA AVENIDA 23 DE MAIO/ SÃO PAULO – SP.	PLANEJAMENTO, ESPAÇO E CULTURA
2017	O RIO É NOSSO QUINIL: AS ENCRUZILHADAS DE UMA COMUNIDADE RIBEIRINHA URBANA.	PLANEJAMENTO, POLÍTICAS PÚBLICAS E ESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO
2017	CAMPO DOS ALEMÃES EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS/SP COMO ESPAÇO DE DISPUTA SIMBÓLICA: A MENSAGEM DOS MUIROS.	PLANEJAMENTO, ESPAÇO E CULTURA
2017	REPRESENTAÇÃO SOCIAL DE CIDADANIA NO PROCESSO DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS: SP EM 2016.	PLANEJAMENTO, ESPAÇO E CULTURA
2017	A CONFIGURAÇÃO DO LOTE URBANO DIANTE DOS LIMITES E PERSPECTIVAS DA CONSTRUÇÃO DO CADASTRO MULTIFINALITÁRIO EM PONTA DE PEDRAS, PA.	PLANEJAMENTO, POLÍTICAS PÚBLICAS E ESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO
2017	CONFLITOS TERRITORIAIS NA REQUALIFICAÇÃO DO CENTRO DE SÃO PAULO.	PLANEJAMENTO, ESPAÇO E CULTURA
2017	AVALIÇÃO DO PROCESSO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS – SP.	PLANEJAMENTO, POPULAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIOAMBIENTAL
2017	ELITE E LEGITIMAÇÃO: A CRIAÇÃO DA FACULDADE DE DIREITO EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS.	PLANEJAMENTO, ESPAÇO E CULTURA
2018	EXPERIMENTAÇÃO NARRATIVA ENTRE O VELHO E NOVO MUNDO: ESPAÇO E IDENTIDADE NO SÉCULO XIX.	PLANEJAMENTO, ESPAÇO E CULTURA
2018	EXCLUSÃO E SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL NA REGIÃO METROPOLITANA DO VALE DO PARAÍBA E LITORAL NORTE - SP: UMA ANÁLISE DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA – FAIXA 1 E DA VULNERABILIDADE SOCIAL.	PLANEJAMENTO, POLÍTICAS PÚBLICAS E ESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO
2018	TERRITÓRIO, GLOBALIZAÇÃO E NOVAS FORMAS DE RESISTÊNCIA: A CIDADE DE RECIFE VISTA A PARTIR DO MOVIMENTO MANGUEBEAT.	PLANEJAMENTO, ESPAÇO E CULTURA
2018	DISPERSÃO E FRAGMENTAÇÃO DO CRESCIMENTO URBANO: RELAÇÃO ENTRE A LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA E PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS 1950/2015.	PLANEJAMENTO, POLÍTICAS PÚBLICAS E ESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO
2018	ANÁLISE DA EFETIVIDADE DA GESTÃO PARTICIPATIVA NO CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE LORENA – SP.	PLANEJAMENTO, POPULAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIOAMBIENTAL
2018	ESPAÇO URBANO E HOTELARIA EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS: UM ESTUDO DE CASO DO NOVOTEL.	PLANEJAMENTO, POLÍTICAS PÚBLICAS E ESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO
2018	CONDIÇÕES DE VIDA E A PERSISTÊNCIA DE DOENÇAS EVITÁVEIS: UM ESTUDO SOCIOESPACIAL DA SÍFILIS CONGÊNITA NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, SP.	PLANEJAMENTO, POLÍTICAS PÚBLICAS E ESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO
2018	ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL (APA) COMO INSTRUMENTO DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL E REGIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: O CASO DA APA DE SÃO FRANCISCO XAVIER.	PLANEJAMENTO, POPULAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIOAMBIENTAL
2018	HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL NA CIDADE DE CRUZEIRO - SP: EVIDÊNCIAS DE SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL DIANTE DA MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA.	PLANEJAMENTO, POLÍTICAS PÚBLICAS E ESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO
2018	ESTUDO COMPARATIVO DA IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA SOB CONTROLE COMUNITÁRIO MUNICIPAL: IMPACTO NO BEM-ESTAR DOS BENEFICIÁRIOS PÓS-OCUPAÇÃO.	PLANEJAMENTO, POPULAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIOAMBIENTAL
2019	DINÂMICA OCUPACIONAL E IMPLICAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS NA BACIA DO RIO ALAMBARI EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS - SP.	PLANEJAMENTO, POPULAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIOAMBIENTAL
2019	MOBILIDADE URBANA E PRODUÇÃO DO ESPAÇO: EXPERIÊNCIAS E POSSIBILIDADES EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS - SP.	PLANEJAMENTO, POLÍTICAS PÚBLICAS E ESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO
2019	POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS NO LITORAL NORTE DO ESTADO DE SÃO PAULO.	PLANEJAMENTO, POPULAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIOAMBIENTAL
2019	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS - CIDADES DE LOTEAMENTOS FECHADOS E A CONSTRUÇÃO DOS MUIROS QUE SEGREGAM.	PLANEJAMENTO, POLÍTICAS PÚBLICAS E ESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO
2019	SANEAMENTO BÁSICO EM ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS: O DESAFIO À UNIVERSALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS: UMA DISCUSSÃO A PARTIR DO CASO DA COMUNIDADE LAGOA AZUL 2 (JACARÉ-SP).	PLANEJAMENTO, POLÍTICAS PÚBLICAS E ESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO
2019	DIREITO À CIDADE, TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADES LGBT NO CENTRO DE SÃO PAULO (1988-2018).	PLANEJAMENTO, ESPAÇO E CULTURA

Quadro 1 – Defesas e títulos de dissertações e teses do PPGPLUR – 2012 a 2022 (continuação)

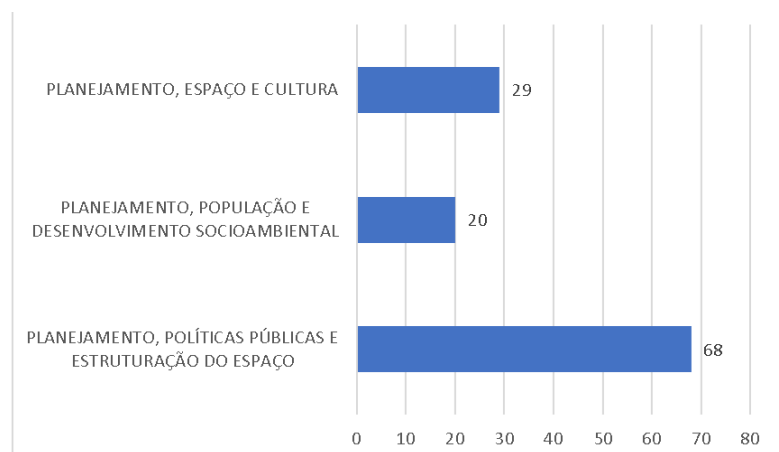
2019	DO PROCESSO DE OCUPAÇÃO À FORMAÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE AFUÁ (PA) 1848-2001.	PLANEJAMENTO, POLÍTICAS PÚBLICAS E ESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO
2019	TERRITÓRIO E CONFLITO: COMUNIDADE INDÍGENA GUARANI DO PICO DO JARAGUÁ-SP.	PLANEJAMENTO, ESPAÇO E CULTURA
2019	MEMÓRIAS E VIVÊNCIAS DE UM PROCESSO URBANO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE: JOVENS DO PINHEIRINHO.	PLANEJAMENTO, ESPAÇO E CULTURA
2020	DENGUE E SANEAMENTO AMBIENTAL NO LITORAL NORTE PAULISTA: QUANDO A ORLA MARÍTIMA INVISIBILIZA DESIGUALDADES URBANAS.	PLANEJAMENTO, POLÍTICAS PÚBLICAS E ESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO
2020	SEGREGAÇÃO SOCIOESPAÇIAL E RACIAL DE MULHERES NEGRAS NA CIDADE DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS.	PLANEJAMENTO, ESPAÇO E CULTURA
2020	PERCEÇÃO AMBIENTAL E A FORMAÇÃO DE AGENTES EDUCADORES PARA O PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO EM RECURSOS HÍDRICOS: UM ESTUDO NA BACIA DO PARAÍBA DO SUL.	PLANEJAMENTO, POPULAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIOAMBIENTAL
2021	AValiação DA PÓS-OCUPAÇÃO DE TRÊS CONJUNTOS HABITACIONAIS DO PIMOMV EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, SP.	PLANEJAMENTO, POLÍTICAS PÚBLICAS E ESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO
2021	PLANEJAMENTO URBANO EM CIDADE DE TURISMO RELIGIOSO: ESTRUTURAÇÃO URBANA DO MUNICÍPIO DE APARECIDA - SP	PLANEJAMENTO, ESPAÇO E CULTURA
2021	AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS GLOBAIS E AS POLÍTICAS PÚBLICAS MUNICIPAIS NA REGIÃO METROPOLITANA DO VALE DO PARAÍBA E LITORAL NORTE- SP.	PLANEJAMENTO, POPULAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIOAMBIENTAL
2021	MOBILIDADE URBANA E DESIGUALDADE SOCIOESPAÇIAL EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, SP.	PLANEJAMENTO, POLÍTICAS PÚBLICAS E ESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO
2021	ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA MULHER: ANÁLISE DE CORRELAÇÕES ENTRE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, DESIGUALDADES REGIONAIS E EQUIDADE DE GÊNERO.	PLANEJAMENTO, POLÍTICAS PÚBLICAS E ESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO
2021	O MARKETING URBANO COMO FORMA DE DOMINAÇÃO NA PRODUÇÃO CAPITALISTA DO ESPAÇO EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS - SP.	PLANEJAMENTO, POLÍTICAS PÚBLICAS E ESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO
2022	LUGAR E MEMÓRIA: ANÁLISE DO IMPACTO SOCIOESPAÇIAL DO DESLOCAMENTO DOS MORADORES DAS CIDADES DE NATIVIDADE DA SERRA E REDENÇÃO DA SERRA EM 1973 - 1974.	PLANEJAMENTO, ESPAÇO E CULTURA
2022	CIDADES INTELIGENTES E AS CONTRADIÇÕES DE SUAS NARRATIVAS SOBRE A GESTÃO TECNOLÓGICA DO TERRITÓRIO EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS - SP.	PLANEJAMENTO, POLÍTICAS PÚBLICAS E ESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO
2022	A (RE)PRODUÇÃO DO ESPAÇO LOCAL FRENTE A IMPLANTAÇÃO DE UMA MINERADORA NO AGRESTE: O CASO DE CRAÍBAS -AL.	PLANEJAMENTO, ESPAÇO E CULTURA
2022	POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS NA RMVPLN: UM ESTUDO DOS MUNICÍPIOS DE JACAREÍ, SÃO JOSÉ DOS CAMPOS E TAUBATÉ.	PLANEJAMENTO, POPULAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIOAMBIENTAL
2022	PLACEBRANDING E MARKETING NA GESTÃO PÚBLICA DO ESPAÇO URBANO: A CONSTRUÇÃO DAS IDENTIDADES EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, SP.	PLANEJAMENTO, ESPAÇO E CULTURA
TESES – PLATAFORMA SUCUPIRA - 2017 A 2022 (28 TÍTULOS)		
2018	ANÁLISE DA CONFIGURAÇÃO DA MACROMETRÓPOLE PAULISTA: A IDEIA DA HEGEMONIA INACABADA.	PLANEJAMENTO, POLÍTICAS PÚBLICAS E ESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO
2018	O ESTADO E O PLANEJAMENTO DE SETORES ESTRATÉGICOS COMO ELEMENTO DETERMINANTE DO ORDENAMENTO TERRITORIAL URBANO-REGIONAL EM MUNICÍPIOS DO LITORAL NORTE.	PLANEJAMENTO, POLÍTICAS PÚBLICAS E ESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO
2018	CIDADES SAUDÁVEIS, UTOPIA E COMPLEXIDADE NO PLANEJAMENTO URBANO: UM ESTUDO DA REDE PORTUGUESA DE MUNICÍPIOS SAUDÁVEIS E REFLEXÕES PARA O CENÁRIO BRASILEIRO.	PLANEJAMENTO, POLÍTICAS PÚBLICAS E ESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO
2018	AS ESCALAS DECISÓRIAS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E DOS PROGRAMAS DE INVESTIMENTO E A REPERCUSSÃO NO LOCAL: UM ESTUDO DAS PEQUENAS CIDADES DO DELTA DO RIO AMAZONAS.	PLANEJAMENTO, POLÍTICAS PÚBLICAS E ESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO
2019	A RODOVIA PRESIDENTE DUTRA COMO ELEMENTO ESTRUTURADOR E A DESARTICULAÇÃO DA URBANIZAÇÃO DO VALE DO PARAÍBA.	PLANEJAMENTO, POLÍTICAS PÚBLICAS E ESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO
2019	O MORADOR DE VÁRZEA URBANA DE PEQUENAS CIDADES RIBEIRINHAS DO DELTA DO RIO AMAZONAS E SUAS ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA: ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE AFUÁ E PONTA DE PEDRAS - PA	PLANEJAMENTO, POLÍTICAS PÚBLICAS E ESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO
2019	POLÍTICAS HABITACIONAIS E O DIREITO À CIDADE: A REPRODUÇÃO CONTEMPORÂNEA DO ATRASO NAS PEQUENAS CIDADES ESTUARINAS DO DELTA DO RIO AMAZONAS.	PLANEJAMENTO, POLÍTICAS PÚBLICAS E ESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO
2019	O PAPEL DO TRANSPORTE INFORMAL NA (RE)ESTRUTURAÇÃO DE SISTEMAS METROPOLITANOS EM CIDADES DO SUL GLOBAL. ESTUDO DE CASO: LUANDA, ANGOLA.	PLANEJAMENTO, POLÍTICAS PÚBLICAS E ESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO
2020	ENTRE UTOPIA E DÍSTOPIA: A CIDADE DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS NA PERSPECTIVA DAS PESSOAS IDOSAS.	PLANEJAMENTO, ESPAÇO E CULTURA

2020	PLANEJAMENTO URBANO, CAMPO INTELLECTUAL E SISTEMA SIMBÓLICO: A VIDA NO BANHADO, CARTÃO-POSTAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS (1937-2016).	PLANEJAMENTO, ESPAÇO E CULTURA
2020	A PRODUÇÃO SOCIAL DO ESPAÇO URBANO E CENTRALIDADES SOCIALMENTE SEGMENTADAS EM CAMPOS DO JORDÃO - SP.	PLANEJAMENTO, ESPAÇO E CULTURA
2020	PEQUENAS CIDADES DO DELTA DO RIO AMAZONAS: CARACTERIZAÇÃO E TIPOLOGIAS URBANAS.	PLANEJAMENTO, POLÍTICAS PÚBLICAS E ESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO
2020	ARRANJOS COOPERATIVOS REGIONAIS: O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO GRANDE ABC (GABC) E O CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO VALE DO PARAÍBA (CODIVAP), UM ESTUDO RELACIONAL.	PLANEJAMENTO, POLÍTICAS PÚBLICAS E ESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO
2021	QUILOMBO DA CAÇANDOÇA, UBATUBA, SP: TRAJETÓRIAS HISTÓRICAS E SIMBÓLICAS EM SUAS INTERFACES COM O PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL.	PLANEJAMENTO, ESPAÇO E CULTURA
2021	IMPLICAÇÕES SOCIOECONÔMICAS E TERRITORIAIS DECORRENTES DA ESTRUTURAÇÃO E REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA DO COMPLEXO AEROSPAÇIAL NA CIDADE DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS E REGIÃO.	PLANEJAMENTO, POLÍTICAS PÚBLICAS E ESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO
2021	AS EXPRESSÕES DO FATO REGIONAL: ATORES E PRÁXIS DE PLANEJAMENTO URBANO NO PROCESSO DE CRIAÇÃO E INSTITUCIONALIZAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DO VALE DO PARAÍBA E LITORAL NORTE, ESTADO DE SÃO PAULO, BRASIL.	PLANEJAMENTO, POLÍTICAS PÚBLICAS E ESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO
2021	PLANEJAMENTO INSURGENTE, JUSTIÇA SOCIOESPAÇIAL E O DIREITO À CIDADE: PRÁTICAS DE RESISTÊNCIA NO TERRITÓRIO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESFAVELIZAÇÃO EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, SÃO PAULO, NO SÉCULO XXI.	PLANEJAMENTO, POLÍTICAS PÚBLICAS E ESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO
2021	CONHECENDO E RECONHECENDO A VULNERABILIDADE URBANA: ANÁLISE DA RMVPLN E DO MUNICÍPIO DE JACAREÍ/SP.	PLANEJAMENTO, POPULAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIOAMBIENTAL
2021	AGENTES DE MUDANÇAS: DESAFIOS DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL PARA IMPLANTAÇÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS NOS TERRITÓRIOS.	PLANEJAMENTO, POLÍTICAS PÚBLICAS E ESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO
2021	DESCENTRALIZAÇÃO, TERRITÓRIO E REGIONALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE: ANÁLISE CONTEXTUAL DOS MUNICÍPIOS DE GUARATINGUETÁ E APARECIDA NA REDE REGIONAL DE ATENÇÃO À SAÚDE - 17 (RRAS-17) DO ESTADO DE SÃO PAULO.	PLANEJAMENTO, POLÍTICAS PÚBLICAS E ESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO
2021	PROCESSOS DE URBANIZAÇÃO E A INSERÇÃO DA MULHER NO MERCADO DE TRABALHO NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, SP, BRASIL, ENTRE 1980-2016.	PLANEJAMENTO, POLÍTICAS PÚBLICAS E ESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO
2021	PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO E IMPACTOS GERADOS PELA INSTALAÇÃO DE UMA UNIVERSIDADE: O CASO DA UNIVAP E O BAIRRO URBANOVA EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS - SP (1973 - 2021) (CEHVP).	PLANEJAMENTO, ESPAÇO E CULTURA
2021	PROPRIETÁRIOS RURAIS E MOTIVAÇÕES PARA A PROTEÇÃO DE MANANCIAIS: ESTUDO DE CASO DA APA SÃO FRANCISCO XAVIER.	PLANEJAMENTO, POPULAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIOAMBIENTAL
2022	A REDE ACCOR NA DINÂMICA DO CAPITAL IMOBILIÁRIO HOTELEIRO NA RMVPLN.	PLANEJAMENTO, POLÍTICAS PÚBLICAS E ESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO
2022	TURISMO E POLÍTICAS PÚBLICAS: ANÁLISE DE SUAS RELAÇÕES E INFLUÊNCIAS NO TERRITÓRIO DE CAMPOS DO JORDÃO - SP.	PLANEJAMENTO, POPULAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIOAMBIENTAL
2022	PERSPECTIVAS DO PLANEJAMENTO NA REGIÃO METROPOLITANA DO VALE DO PARAÍBA E LITORAL NORTE EM FACE DO ATUAL PARADIGMA DA GESTÃO PLENA.	PLANEJAMENTO, POLÍTICAS PÚBLICAS E ESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO
2022	REPRESENTAÇÃO DO ESPAÇO POR MEIO DA NARRATIVA: EPISTEMOLOGIAS DO SABER URBANO E DA LINGUAGEM.	PLANEJAMENTO, ESPAÇO E CULTURA
2022	É O VALE! CARTOGRAFIAS DE INTERVENÇÕES ARTÍSTICAS VISUAIS URBANAS E NARRATIVAS POR DIREITO À CIDADE E CIDADINIDADE NO VALE DO PARAÍBA PAULISTA.	PLANEJAMENTO, ESPAÇO E CULTURA

Fonte: Biblioteca – UNIVAP (2012 a 2016) / Plataforma Sucupira - CAPES (2017-2022). Elaboração dos autores.

A partir dos títulos das dissertações e teses defendidas no período de 2012 a 2022, verificou-se a articulação e a aderência dos estudos a uma das três linhas de pesquisa que conduzem as investigações no âmbito do Programa. Neste sentido verificou-se que, do total de 117 títulos, 68 (58%) corresponderam à Linha de Pesquisa 1 - Planejamento, políticas públicas e estruturação do espaço, 20 (17%) derivaram de pesquisas realizadas no contexto da Linha de Pesquisa 2 - Planejamento, população e desenvolvimento socioambiental, e 29 (25%) vincularam-se à Linha de Pesquisa 3 - Planejamento, espaço e cultura (Gráfico 1).

Gráfico 1 – Aderência de dissertações e teses às Linhas de Pesquisa – 2012 a 2022

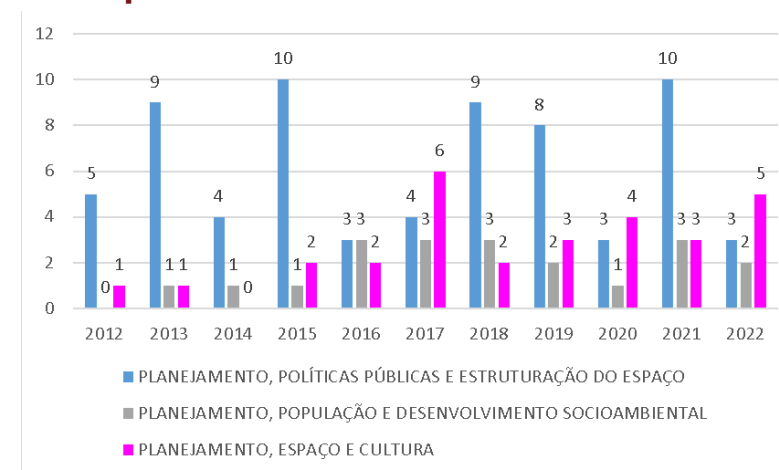


Fonte: Biblioteca – UNIVAP (2012 a 2016) / Plataforma Sucupira - CAPES (2017-2022). Elaboração dos autores.

Conforme o que se observa no Gráfico 2, no período analisado, os estudos no âmbito da Linha de Pesquisa 1 deixaram de ser preponderantes apenas em 2016, com a equiparação do número de estudos com a Linha de Pesquisa 2 e nos anos de 2017, 2020 e 2022, quando os estudos no contexto da Linha 3 foram os de maior volume. O gráfico 3 mostra ainda que, apenas em 2016 e 2018, a Linha 2 aparece como a de maior número de títulos se comparada à Linha 3.

O aumento gradativo, porém, expressivo, do número de dissertações e teses articuladas à Linha de Pesquisa 3 mostra uma maior diversificação de temas na produção intelectual do Programa, reforçando seu caráter interdisciplinar. Neste contexto, verifica-se a construção de um conhecimento acadêmico — dissertações e teses — voltado a análises inter-relacionais, como: a segregação socioespacial relacionada à questão étnico-racial, de gênero e etária; desigualdade e exclusão socioespacial e os movimentos sociais; o meio urbano e as manifestações de resistência a partir da arte, entre outros recortes sociais.

Gráfico 2 – Aderência de dissertações e teses às Linhas de Pesquisa 0 2012 a 2022



Fonte: Biblioteca – UNIVAP (2012 a 2016) / Plataforma Sucupira - CAPES (2017-2022). Elaboração dos autores.

Nessa perspectiva, encontram-se as seguintes dissertações e teses defendidas no período de 2012 a 2022:

2017 – Que cidade queremos? Grafite, espaço e território na Avenida 23 de Maio/ São Paulo – SP.

2017 – Campo dos Alemães em São José dos Campos/SP como espaço de disputa simbólica: a mensagem dos muros.

018 – Território, globalização e novas formas de resistência:

a cidade de Recife vista a partir do movimento Manguebeat.

2019 – Direito à cidade, território e territorialidades LGBT no centro de São Paulo (1988-2018).

2019 – Território e conflito: Comunidade Indígena Guarani do Pico do Jaraguá-SP.

2020 – Segregação socioespacial e racial de mulheres negras na cidade de São José dos Campos.

2020 – Planejamento Urbano, campo intelectual e sistema simbólico: a vida no banhado, cartão-postal de São José dos Campos (1937-2016).

2020 – Entre utopia e distopia: a cidade de São José dos Campos na perspectiva das pessoas idosas.

2021 - Quilombo da Caçandoca, Ubatuba, SP: trajetórias históricas e simbólicas em suas interfaces com o Planejamento Urbano e Regional

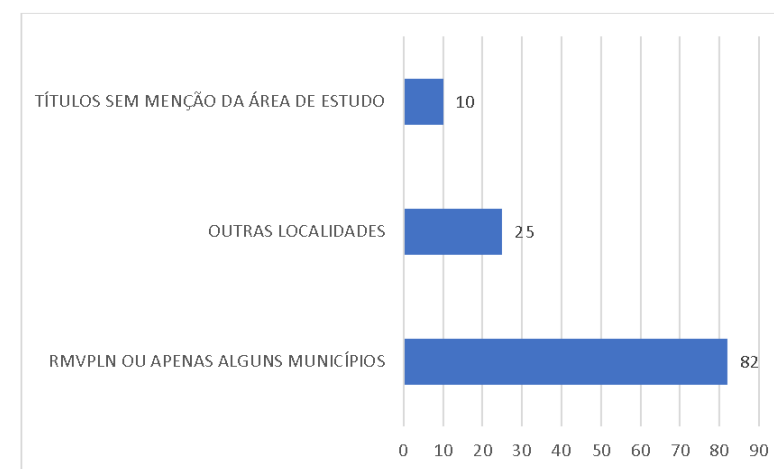
2021 - Processos de urbanização e a inserção da mulher no mercado de trabalho no município de São José dos Campos, SP, Brasil, entre 1980-2016.

2022 - É o Vale! Cartografias de intervenções artísticas visuais urbanas e narrativas por direito à cidade e cidadania no Vale do Paraíba Paulista.

Sobre o aspecto espacial, os títulos indicam que a Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (RMVPLN) vem se confirmando um dos principais territórios de análise do PPGPLUR. No entanto, há cerca de uma década, estudos sob a ótica do Planejamento Urbano e Regional, a partir da realidade de outras Regiões do País e até mesmo do mundo, passaram a ser incorporados ao Programa. Nesse contexto, os títulos das dissertações e teses (Quadro 1) mostram que, das 117 pesquisas defendidas no período em questão, 82 (70%) tiveram como área de estudo a RMVPLN ou alguns de seus municípios; 25 (21%) abordaram o planejamento em outras localidades e 10 (9%) não mencionaram ou não correlacionaram o objeto de estudo em questão a um território em específico (Gráfico 3).

Como se observa no Gráfico 3, o PPGPLUR tem como um de

Gráfico 3 – O território nos títulos das dissertações e teses – 2012 a 2022.

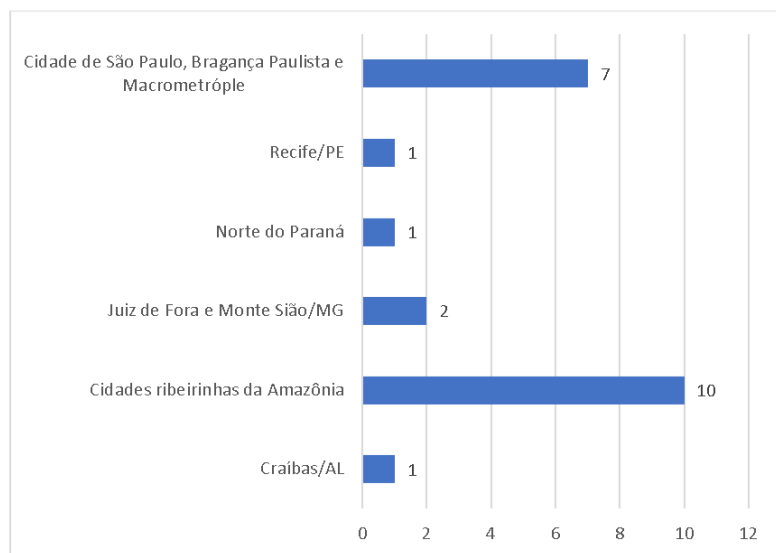


Fonte: Biblioteca – UNIVAP (2012 a 2016) / Plataforma Sucupira - CAPES (2017-2022). Elaboração dos autores.

seus laboratórios os municípios da RMVPLN, contudo não se restringe a eles, incorporando análises de outras regiões importantes sob a ótica do processo de urbanização. Considerando esse aspecto, verifica-se que, dos 25 títulos de dissertações e teses que se dedicaram a uma abordagem fora do contexto da RMVPLN, durante os anos aqui analisados, 22 se ocuparam de discussões sobre outras localidades do país e 3 tiveram como território de análise as cidades de Moatize-Tete/Moçambique (2016) e Luanda/Angola (2015), sendo essa última cidade também abordada em uma tese defendida em 2019. Vale destacar que a tendência da inserção no Programa de temas relacionados à realidade de outros países já era observada em período anterior ao analisado.

No âmbito nacional, destaque deve ser dado aos estudos sobre cidades ribeirinhas da Amazônia, responsáveis por dez ou 45% do total dos títulos, seguidos por sete ou 31% dos estudos, cujos títulos fazem referência à cidade de São Paulo, ao município de Bragança Paulista e à Macrometrópole Paulista (Gráfico 4).

Gráfico 4 – Outros territórios do País e à Macrometrópole Paulista¹².



Fonte: Biblioteca – UNIVAP (2012 a 2016) / Plataforma Sucupira - CAPES (2017-2022). Elaboração dos autores



4. Desafios para o PPGPLUR – UNIVAP

Como podemos inferir pelo exposto, a produção de pesquisas (dissertações e teses) pelo PPGPLUR-UNIVAP, apresenta um caráter multi e interdisciplinar. Contudo, o referido avanço de trabalhos vinculados à Linha de Pesquisa 3 (Planejamento, Espaço e Cultura), para além de reforçar o caráter interdisciplinar do Programa, parece revelar, também, o desafio contemporâneo colocado ao campo do Planejamento Urbano e Regional, de produzir abordagens transdisciplinares diante de uma realidade social cada vez mais complexa.

Tomando por base as reflexões de Norma Lacerda (2013),

¹² A RMVPLN é parte integrante da Macrometrópole Paulista. Porém, por não se tratar de um estudo específico da Região ou de alguns de seus municípios, o título foi inserido no grupo das demais localidades do estado de São Paulo.

ao discutir o caráter multidimensional do Planejamento Urbano e Regional, uma abordagem transdisciplinar requer um processo de atualização de práticas e saberes desse campo de conhecimento e pesquisa. Essa autora parte da concepção de transdisciplinaridade formulada por Jean Piaget em que o termo envolveria “[...] não só as interações e reciprocidades especializadas entre projetos de pesquisa, mas a colocação dessas relações dentro de um sistema total, sem quaisquer limites rígidos entre as disciplinas” (PIAGET, 1972, p. 70 apud LACERDA, 2013, p. 86). Além disso, Lacerda considera e enfatiza, a partir da contribuição de Nicolescu (1999), Chaves (1998) e Sommerman (2005), o pensamento complexo como unidade do conhecimento capaz de dar conta das multidimensões da área do Planejamento Urbano e Regional. Norma Lacerda, na figura reproduzida abaixo, assim nos apresenta estas dimensões:

Figura 1 – As multidimensões do planejamento urbano e regional.



Fonte: Lacerda, 2013, p. 88.

Aqui vale reproduzir, também, a explicação fornecida pela autora para as dimensões acima indicadas:

A ética constitui uma das dimensões obrigatoriamente presentes: seus princípios de equidade e solidariedade devem guiar o planejamento urbano e regional. A dimensão ecológica oferece subsídios à resolução de problemas relacionados ao meio ambiente, como, por exemplo, o saneamento e controle de riscos ambientais. A dimensão econômica trata de como otimizar socialmente os usos dos recursos produtivos, notadamente no que se refere à sua distribuição espacial. A dimensão política informa sobre as possibilidades de uma governança democrática do território. As dimensões geográfica, histórica, social e antropológica consideram o homem territorialmente localizado e histórica, social e culturalmente contextualizado. A dimensão tecnológica exige o domínio de linguagens e equipamentos, cabendo desmitificar sua neutralidade e aproveitar, ao máximo, as potencialidades representadas pelos meios e processos de informação e comunicação (LACERDA, 2023, p. 88)

Assim, entre tantos desafios que se colocam de forma geral para os programas de pós-graduação em nosso país (financiamento, aperfeiçoamento dos processos de avaliação, infraestrutura e recursos humanos e tecnológicos, entre outros), um desafio importante dos programas do campo do Planejamento Urbano e Regional, como o PPGPLUR - UNIVAP, está justamente em produzir pesquisas que consigam captar o movimento complexo da realidade social contemporânea, o que pressupõe considerar as inúmeras dimensões indicadas acima e, conseqüentemente, o caráter processual e histórico em que estas se manifestam no território da cidade.

Tudo que é sólido desmancha no ar, no entanto, ressaltamos que são nos processos sociais que encontramos as chaves de compreensão do sentido desta contínua e contraditória transformação. Captar e iluminar a multidimensio-

nalidade desses processos é o desafio presente para a produção de um conhecimento socialmente relevante da área de Planejamento Urbano e Regional.



5. Referências

BAUMAN, Zygmunt. Modernidade líquida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2011. E-book.

BERMAN, Marshall. Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

BOSI, Alfredo. Economia e humanismo. Estudos Avançados, v. 26, n. 75, 2012. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/39496>. Acesso em: 02 out. 2023.

BRASIL. Lei nº 10.257 de 10 de julho de 2001: Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110257.htm. Acesso em: 14 ago. 2023.

CHAVES, Maria M. Complexidade e transdisciplinaridade: uma abordagem multidimensional do setor da saúde. Ensaio: Revista Brasileira de Educação Médica, v. 22, n. 4, jan./abr. 1998. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbem/a/bSNRh7Lvjvd3K8TjxTM-V6wF/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 14 ago. 2023.

HOBBSAWM, Eric. Era dos extremos: o Breve Século XX - 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LACERDA, Norma. O campo do planejamento urbano e regional: da multidisciplinaridade à transdisciplinaridade. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v. 15, n. 1, maio 2013. Disponível em: <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/4171/4055>. Acesso em: 14 ago. 2023.

MARICATO, Ermínia. Reforma Urbana: uma trajetória incompleta. (309-325). In: RIBEIRO, L. C. Q. (org.). Globalização, fragmentação e reforma urbana. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994.

NICOLESCU, Basarab. O manifesto da transdisciplinaridade. São Paulo: Triom, 1999.

SOMMERMAN, Américo. Complexidade e transdisciplinaridade. In: ENCONTRO BRASILEIRO DE ESTUDOS DA COMPLEXIDADE. 1., Curitiba, 2005. Anais [...]. Curitiba: PUC-Paraná, 2005. Disponível em: <http://www.ufrjr.br/leptrans/arquivos/complex.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2023.





Fonte: PPGPLUR/
CEHVAP-Univap

02

Laboratório de Pesquisa e Documentação Histórica da Univap: Espaço de História e Memória para o Planejamento Urbano e Regional

1. Introdução

Jacques Le Goff, ao teorizar sobre História e Memória, nos brinda com a seguinte reflexão:

A memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. Devemos trabalhar de forma a que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens (1996, p. 477).

Foi com base nessas premissas que as historiadoras Maria Aparecida Papali, Valéria Zanetti e Maria José Acedo del Olmo

Maria Aparecida Chaves Ribeiro Papali¹
Valéria Zanetti²

¹ Possui graduação em História pela Universidade do Vale do Paraíba, Mestrado em História do Brasil pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1996) e Doutorado em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2001). Atualmente é professora doutora da Universidade do Vale do Paraíba, atuando na Pós-Graduação, como docente permanente do Mestrado e Doutorado em Planejamento Urbano e Regional, na Linha de Pesquisa "Sociedade, Espaço e Cultura". É coordenadora do Núcleo de Pesquisa "Pró-memória São José dos Campos" e do Laboratório de Pesquisa e Documentação Histórica/ IP&D/UNIVAP.

² Doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2008); mestre em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (1994); graduada em História pela Universidade Federal de Ouro Preto (1988). Possui larga experiência na área da docência, pesquisa, criação e organização de arquivo, com amplo domínio da Paleografia e da grafotécnica. Foi professora de graduação (História, Geografia) de 1992 a 2019 e pós-graduação (Mestrado e Doutorado) em Planejamento Urbano e Regional na Universidade do Vale do Paraíba, de 2008 a 2019.



Figura 1 – Logo do Núcleo de Pesquisa Pró-Memória São José dos Campos?SP

Figura 2 – Processo de Higienização de documento no Laboratório de Pesquisa e Documentação Histórica da Univap

Fontes: Paiva e Bondezan, 2018.



iniciaram as atividades no Laboratório de Pesquisa e Documentação Histórica no final de 2003, laboratório localizado no Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento (IP&D) da Universidade do Vale do Paraíba. A partir de 2007, apenas as professoras Papali e Zanetti seguiram como coordenadoras do laboratório. Em 2006, Papali ingressou como professora no Programa de Mestrado em Planejamento Urbano e Regional da Univap e, em 2008, foi a vez de a professora Zanetti compor o corpo docente do referido Programa, após concluir seu doutorado, ambas na linha de Pesquisa “Planejamento, Espaço e Cultura”.

Uma das primeiras ações do laboratório foi a criação do Núcleo de Pesquisa Pró-Memória São José dos Campos, parceria firmada entre a Univap, a Câmara Municipal de São José dos Campos e a Fundação Cultural Cassiano Ricardo. Esse Núcleo teve início por meio do Decreto Legislativo nº 32/2003 (São José dos Campos, 2003), datado de 2 de outubro de 2003, aprovado pela Câmara Municipal que, na época, era presidida pelo vereador Walter Hayashi.

Esse decreto permitiu que alunos do curso de História da Universidade do Vale do Paraíba tivessem contato com prin-

cípios e técnicas de arquivologia, com o intuito de reunir, armazenar, organizar, manusear e disponibilizar fontes históricas para subsidiar pesquisas nas diferentes áreas do conhecimento bem como promover o acesso geral a elas.

De acordo com o Artigo 1º (São José dos Campos, 2003) do referido decreto, os objetivos do projeto consistem em:

- I. Resgatar, consolidar e preservar a história do Município de São José dos Campos;
- II. Manter arquivado metodologicamente e atualizados os dados coletados de forma a permitir o livre acesso aos mesmos;
- III. Firmar convênios não onerosos com entidades públicas e privadas visando a coordenação, metodologia e execução dos programas necessários;
- IV. Desenvolver iniciativas visando motivar a participação da comunidade no fornecimento de informações históricas relativas às pesquisas.

Por meio do Convênio nº 001/2013, datado de 22 de maio de 2013, a Câmara Municipal de São José dos Campos (CMSJC) renovou a parceria firmada entre as partes e, em 2018, essa cooperação foi reafirmada. A primeira cláusula deste novo convênio, que diz respeito ao objeto da parceria, enfatiza a “realização de ações conjuntas” entre as instituições visando a “cooperação técnica” no que se refere à “digitalização de documentos, identificação de acervos custodiados por outras instituições ou pessoas físicas, acompanhamento metodológico arquivístico e historiográfico e a divulgação do acervo histórico das instituições envolvidas” (São José dos Campos, CMSJC, Convênio nº 001/22 de maio de 2013).

O objetivo dessa cooperação, que envolve entidades pública e privada, é unir esforços para a identificação, salvaguarda e preservação adequada dos documentos históricos, com a finalidade de democratizar o acesso à informação. Com esse intuito, além do acervo físico, o núcleo de pesquisa Pró-Memória São José dos Campos conta com uma página digital³, que busca estimular

³ www.sjc.sp/gov.br/promemoria

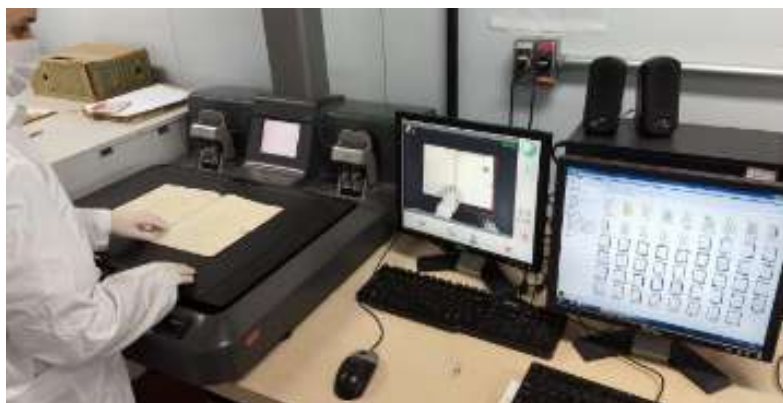


Figura 3 - Digitalização de documento histórico.

Figura 4 - Parte do acervo do Núcleo Pró-Memória sob custódia do Laboratório de Pesquisa e Documentação Histórica - IP&D - Univap que contém jornais, livros, almanaques, revistas e outros documentos históricos.

Fontes: Paiva e Bondezan, 2018.



o conhecimento acerca da história da cidade de São José dos Campos, bem como promover a realização de pesquisas e iniciativas que visem reunir informações históricas acerca do município.

A partir de 2004, com a consolidação do laboratório de pesquisa, as professoras Maria Aparecida Papali e Valéria Zanetti conseguiram aprovar, com a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), projetos com temas sobre escravidão e pós-abolição, bem como memória da fase sanatorial e da tuberculose em São José dos Campos e Campos do Jordão, questão privilegiada para analisar a relação entre o processo de urbanização e a política de saúde no Brasil, no período chamado “urbanismo sanitarista”. Os projetos de pesquisa aprovados e realizados desde então foram:

- 1) Escravos e Libertos em Taubaté no século XIX: trabalho, cotidiano e relações sociais (de 2004 a 2007) | Coordenadora: Maria Aparecida Papali/ Integrante: Valéria Zanetti
- 2) Vestígios de uma Cidade: homens pobres livres, escravos e “negócios da pobreza” em Jacareí, SP, no século XIX (de 2011 a 2013) | Coordenadora: Maria Aparecida Papali / Integrante: Valéria Zanetti
- 3) Crime e Cidade: conflitos e tensões do cotidiano em São José dos Campos, SP, no século XIX e início do século XX (de 2012 a 2014) Coordenadora: Maria Aparecida Papali / Integrante: Valéria Zanetti
- 4) Pós-Abolição, Trabalho e Cotidiano em Pequenas Cidades do Vale do Paraíba Paulista (1888-1930) (de 2014 a 2016) Coordenadora: Maria Aparecida Papali / Integrante: Valéria Zanetti
- 5) Memória da Fase Sanatorial em São José dos Campos e Campos do Jordão (de 2015 a 2017) | Coordenadora: Valéria Zanetti / Integrante: Maria Aparecida Papali
- 6) Tutelas e Soldadas no Pós-Abolição/ Cidade de Pindamonhangaba, Vale do Paraíba Paulista (1888-1910) (de 2016 a 2018) | Coordenadora: Maria Aparecida Papali / Integrante: Valéria Zanetti

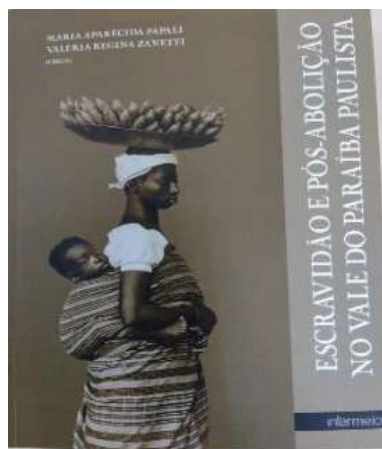
Todos os projetos de pesquisa desenvolvidos tiveram a participação de alunos do Curso de Graduação em História da Univap, bem como alunos do Mestrado em Planejamento Urbano e Regional da Instituição. Tais pesquisas tiveram vários desdobramentos, como publicações de livros, artigos em revistas científicas indexadas, participações em congressos, encontros e seminários. Nos livros publicados, pudemos contar também com professores colaboradores, tais como Zuleika Stefânia Sabino Roque, Antonio Carlos Machado Guimarães, Maria José Acedo del Olmo, Sandra Maria Fonseca da Costa, Adriane Aparecida Moreira de Souza, Viviana Mendes Lima, Estefânia Knotz Canguçu Fraga, Cilene Gomes, Pedro Ribeiro Moreira Neto, Nadia C. Del Monte Kojio, Paula Carnevale Vianna, entre outros.



Figura 5 - Coletânea São José

Figura 4 - Parte do acervo do Núcleo Pró-Memória sob custódia do Laboratório de Pesquisa e Documentação Histórica - IP&D - Univap que contém jornais, livros, almanaques, revistas e outros documentos históricos.

Fontes: Paiva e Bondezan, 2018.



Entre os anos de 2008 e 2014, as coordenadoras do Laboratório de História lançaram a coletânea de sete livros intitulada “São José dos Campos: História & Cidade”, com a participação de alunos, ex-alunos, colaboradores e parte do corpo docente do Programa de Mestrado em Planejamento Urbano e Regional à época.

Em 2022, como resultado das pesquisas desenvolvidas sobre escravidão e pós-abolição, apoiadas pela Fapesp, Papali e Zanetti organizaram uma coletânea com a participação de

vários autores, entre alunos, ex-alunos e professores da Instituição, intitulada “Escravidão e Pós-Abolição no Vale do Paraíba Paulista”, publicada pela Editora Intermeios, sinalizando assim o coroamento das profícuas parcerias.



2. História, Memória e Patrimônio Cultural

A memória é uma evocação do passado, constantemente atualizada em decorrência das experiências do presente. É a capacidade humana para reter e guardar o tempo que se foi, salvando-o da perda total. A conservação da memória garante a nossa própria identidade. Ao produzir informações sobre o passado, faz-se necessário refletir sobre a importância da memória, sua preservação e seu significado para a construção da sociedade.

Pela memória, constituímos nosso passado: recoletamos cenas, reconfirmamos episódios, distinguimos o ontem do hoje, projetamos e planejamos o futuro, e confirmamos experiências. Para Alfredo Bosi (1992, p. 28),

a memória articula-se formalmente e duradouramente na vida social mediante a linguagem. Pela memória, as pessoas que se ausentaram fazem-se presentes. Com o passar das gerações e das estações, esse processo 'cai' no inconsciente linguístico, reafirmando sempre que se faz uso da palavra que evoca e invoca. É a linguagem que permite conservar e reavivar a imagem que cada geração tem das anteriores. Memória e palavra, no fundo inseparáveis do tempo reversível.

A memória não é

meramente receptáculo passivo ou um sistema de armazenagem, um banco de imagens do passado, é, isto sim, uma força ativa, que molda; que é dinâmica e que é relacionada ao pensamento histórico, ao invés de ser apenas uma espécie de seu negativo (Samuel, 1981, p. 417).

A memória é algo constitutivo da espécie humana e é o que nos diferencia dos animais. É o domínio da linguagem, dos objetos e também da escrita que permite o acúmulo e expansão da experiência. A memória é uma atualização do passado ou a presentificação dele. Exilar a memória no passado é deixar de entendê-la como força viva do presente. Sem memória, não há presente humano, nem tampouco futuro. Em outras palavras, a memória gira em torno de um dado básico do fenômeno humano, a mudança. Se não houver memória, a mudança será sempre fator de alienação e desagregação, pois inexistiria uma plataforma de referência e, cada ato seria uma reação mecânica, uma resposta nova e solitária a cada momento, um mergulho no passado esvaziado para o vazio do futuro (Meneses, 1987, p. 185).

Memória e cultura são dimensões que nos permitem o transporte dos tempos vividos e experimentados. É a memória que nos dá a consciência de estarmos no presente e de termos vivido um antes. É ela que nos assegura a noção do tempo e é por meio dela que seguimos na linha de sucessões e de aprendizados compartilhados.

Cultura é construção, é o conjunto de informações não hereditárias que as diversas coletividades da sociedade humana acumulam, conservam e transmitem; ou seja, cultura é informação. De acordo com Renato Ortiz (1986), cultura é um conjunto de valores espirituais e materiais acumulados através do tempo; é patrimônio. Nesse sentido é que se entende a importância da documentação histórica, fonte básica de informação e preservação da memória e da cultura e base para compreendermos o presente e planejarmos o vir a ser. Preservar a memória cultural de uma sociedade não significa atrelá-la ao passado e impedir o seu desenvolvimento, mas sim respeitar seus pilares constituintes a fim de eles serem a referência inspiradora para nortear os passos futuros a fim de não corrermos riscos de repetir erros históricos e experiências malsucedidas.

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (Brasil, 1988) estabelece que “o poder público, com a cooperação da comunidade, deve promover e proteger o patrimônio cultural brasileiro”; dispõe ainda que

esse patrimônio é constituído pelos bens materiais e imateriais que se referem à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, entre elas: as obras, os objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artísticas e culturais (Brasil, 1988).

Quando o patrimônio cultural é preservado legalmente, na prática, conserva-se a memória do que fomos e do que somos: constrói-se ou consolida-se a identidade dos grupos e da nação. Patrimônio, etimologicamente, significa herança paterna – na verdade, a riqueza comum que nós herdamos como cidadãos, e que se transmite de geração a geração.

Embora a gestão da documentação governamental seja um dever do poder público em todos os níveis, previsto na Constituição Federal de 1988 (Artigo 216, § 2º) e na Lei de Arquivos nº 8.159/91 (Art.1º), a descentralização político-administrativa confere aos estados e municípios autonomia para legislar sobre os documentos geradores na esfera de suas competências (Brasil, 1988; Brasil, 1991). Além de atender às determinações da Lei Federal, cabe aos Estados, Municípios e Distrito Federal, sobretudo, aprovar instrumentos legais que definam critérios para a gestão e o acesso aos documentos públicos.

Tão importantes quanto os arquivos instituídos por lei, estão os centros de documentação ou informação histórica, que se encontram também dentro das universidades. Atualmente, existe uma preocupação em se preservar a memória em suas várias tendências e expressões. A recuperação e organização de acervos documentais, a pesquisa e a difusão da documentação, desde as mais organizadas até as mais simples experi-

ências cotidianas, são funções das Ciências Humanas (Khoury, 1991, p. 14).

Por essa razão, existem universidades engajadas em constituir centros de documentação para abrigar conjuntos documentais relevantes para a História, funcionando como laboratórios de pesquisa, missão realizada pelo Laboratório de Pesquisa e Documentação Histórica da Univap. O surto do avanço científico e tecnológico desencadeado a partir dos séculos XX e XXI, a rápida mudança dos limites de vários campos do conhecimento, o aparecimento de novas especializações e profissões, as atividades de pesquisa com o objetivo de ultrapassar os muros das universidades e inúmeros outros fatores possibilitaram o aumento da variedade e tipificação dos documentos. Tais condições geraram grande massa de informações, fazendo surgir novos tipos de documentos, como desenhos, fotografias, microfilmes, microfichas, filmes, discos, fitas magnéticas, depoimentos, entre outros. Com o avanço tecnológico, várias são as formas de salvar essas fontes, como, por exemplo, a digitalização dos documentos.

O arquivo permanente, ou seja, histórico, não se constrói por acaso. O documento passa por diversas etapas até chegar a um arquivo histórico. A função primordial dos arquivos permanentes é recolher e tratar os documentos públicos após o cumprimento das razões pelas quais foram gerados, passando da sua condição de “arsenal da administração” para a de “celeiro da história” (Stocker, 2006).

Segundo Ieda Pimenta Bernardes (1998), o documento tem um ciclo vital que compreende a teoria das três idades do arquivo. A primeira idade é chamada de arquivo corrente, que são os documentos vigentes e frequentemente consultados; a segunda idade compreende o arquivo intermediário e/ou corrente, que são documentos que estão em final de vigência, documentos que aguardam prazos longos de prescrição, documentos raramente consultados e, finalmente, documentos que aguardam destruição final: eliminação ou guarda perma-

nente; e a terceira idade, chamada de arquivo permanente, que são os documentos que perderam a vigência administrativa, porém com grande valor histórico e cultural.

Quando o documento chega à terceira idade, passa então a fazer parte do arquivo permanente público, quando o acesso dos cidadãos à documentação deve ser garantido. Geralmente, a consulta a essa documentação passa a ser de pesquisadores. Assim, as consultas se diferenciam bastante do que era observado na fase corrente (Gonçalves, 1998, p. 36).

Nos arquivos permanentes ou históricos de caráter privado, a abertura à consulta pública é mais rara, pois, comumente, a pesquisa é feita pela comunidade acadêmica. De qualquer forma, o Laboratório de Pesquisa e Documentação Histórica da Univap se esforça em disponibilizar ao público, em geral, todo o seu acervo, por meio físico ou digital.



3. Importância dos documentos históricos

Documento é um suporte em que foi fixada ou gravada uma noção, uma ideia ou uma mensagem. Em sentido amplo, é todo e qualquer suporte da informação. Assim, além do documento físico convencional, podemos admitir que um bem cultural, como um monumento, um sítio paisagístico é, também, um documento.

Em sentido mais amplo, documento é todo suporte que contém informação: livro, folheto, revista, relatório, fita magnética, disco, microfilme, portanto, todo material escrito, cartográfico, fotocinematográfico, sonoro, paisagístico, etc. (Castro et al., 1998, p.19).

A história se faz a partir das mais variadas fontes; para isso, é importante a sua conservação e o tratamento que a elas é dado. Regra geral, não somente entre nós, o descaso pela documentação, além da ação destruidora do tempo, resulta, de forma deliberada ou involuntária, consciente ou inconsciente, na perda incalculável de preciosas fontes históricas.

Para um historiador/pesquisador, praticamente tudo pode vir a ser considerado “documento”, desde que forneça informação sobre algum problema sujeito à investigação. Aquilo que, para a maior parte das pessoas, não é documento, pode vir a ser em função das possibilidades que abre aos inúmeros e diversificados temas de interesse (Gonçalves, 1998, p. 17).

Por mais heterodoxos que sejam os documentos dos quais lance mão, atualmente, o historiador/pesquisador sempre recorrerá a eles para fundamentar suas interpretações. Ao citar as fontes consultadas em sua pesquisa, o pesquisador não só declara, indiretamente, que eles possibilitaram suas interpretações, como assegura que tais interpretações não são mero fruto de sua criatividade e imaginação; os documentos têm o poder de “demonstrar”, “evidenciar”, em alguma medida, a consistência de suas reflexões (Gonçalves, 1998, p.18).

Os documentos podem ser classificados como:

Escritos ou textuais: documentos manuscritos, datilografados ou impressos;

Cartográficos: documentos em formatos e dimensões variáveis, contendo representações geográficas, arquitetônicas ou de engenharia (mapas, plantas, perfis);

Iconográficos: documentos em suportes sintéticos, em papel emulsionado ou não, contendo imagens estáticas (fotografias, dispositivos, desenhos, gravuras);

Filmográficos: documentos em películas cinematográficas e fitas magnéticas de imagem (tape), conjugados ou não a trilhas sonoras, com bitolas e dimensões variáveis, contendo imagens em movimento (filmes e fitas videomagnéticas);

Sonoros: documentos com dimensões e rotações variáveis, contendo registros fonográficos (discos e fitas audiomagnéticas);

Micrográficos: documentos em suporte filmico resultante da microrreprodução de imagens, mediante utilização de técnicas específicas (rolo, microficha, jaqueta, cartão-janela);

Informáticos: documentos produzidos, tratados ou armazenados em computador.

O Laboratório de Pesquisa e Documentação Histórica da Univap contém boa parte da variedade de documentos citados acima; muitos deles versam, especificamente, sobre o município de São José dos Campos, motivo pelo qual foi firmado o convênio com a Câmara Municipal.

O que toda essa discussão tem a ver com o Planejamento Urbano? O Planejamento Urbano, enquanto campo de conhecimento da Ciência Social Aplicada, caracteriza-se pela sua natureza multi ou inter e/ou transdisciplinar, ou seja, estabelece interação com diferentes disciplinas ou áreas do saber. Como pontuou Ana Clara Torres Ribeiro (2002, p. 68),

as mudanças na ação de planejar ultrapassam o Estado, abrangendo debates em torno do tecido social, como, por exemplo, sobre a valorização do cotidiano e do lugar, as articulações entre as escalas, na realização da economia, o conceito de espaço e os sentidos da política e da democracia.

Parte-se do princípio de que as cidades, as formas de vida e o crescimento urbano, como fenômenos que caracterizam nossa civilização contemporânea, não são feitos recentes; mas resultantes de um processo histórico.

Nesse sentido, impõe-se que a área do Planejamento se articule não só com novas orientações teórico-conceituais, mas com acervos que garantam uma compreensão dos fenômenos históricos, da organização e da movimentação das sociedades. Ribeiro (2002, p. 64) ressalta que

a área (do Planejamento Urbano e Regional) é portadora de responsabilidades com a valorização da historicidade e da territorialidade e, dessa forma, da singularidade da experiência social. Também é caracterizada por responsabilidades no que concerne à ampliação da capacidade propositiva dos diferentes sujeitos sociais envolvidos em reivindicações e decisões relativas à (re) organização do espaço.

Ribeiro (Idem) argumenta que a “presentificação”, ou seja, a condição atual, é a base para as discussões do Planejamento Urbano e Regional, ao se preocupar com ideários políticos e, sobretudo, com a “urgente análise de processos que reorganizam a economia e o território, marginalizando amplos contingentes de brasileiros”; porém, enfatiza a autora, “é preciso garantir às práticas didáticas o tratamento da complexidade, necessário à valorização das singularidades de cada lugar” (Idem). É imprescindível ao planejador urbano ter domínio do território, do ambiente construído, da ação do Estado, das diferentes forças que agem no espaço e da sociedade, objeto de sua atuação.

Em razão disso, o Laboratório de Pesquisa e Documentação Histórica da Univap⁴ tem se constituído como um celeiro de ideias para a reflexão no campo do Planejamento Urbano e Regional, ao reunir fontes, documentos históricos e conhecimentos gerais, estímulos que permitem interlocução com outras áreas inter e transdisciplinares, tais como a Filosofia, as Artes, o Direito e o conhecimento geo-histórico (Ribeiro, 2002).



4. Considerações Finais

Partindo-se do direito à informação e de seu acesso, é importante afirmar que, para isso, é importante que a informação seja preservada, ou, ainda que preservada, esteja disponível ou em condições de ser acessada.

Os arquivos do Laboratório de Pesquisa e Documentação Histórica (LPDH) da Univap oferecem material para diferen-

⁴ A título de exemplo, seguem algumas teses que foram defendidas nos últimos anos utilizando documentação e demais produções do Laboratório de Pesquisa e Documentação Histórica da Univap: Aline Cristina Gomes da Costa “Representação do espaço por meio da narrativa: epistemologias do saber urbano e da linguagem” / Bianca Siqueira Martins Domingos “É o Vale! Cartografias de intervenções artísticas visuais urbanas e narrativas por direito à cidade e cidadania no Vale do Paraíba Paulista” / Maria Helena Alves da Silva “Produção do espaço urbano e impactos gerados pela instalação de uma Universidade: o caso da Univap e o bairro Urbanova em São José dos Campos – SP (1973 – 2021)” / Debora Wilza de Oliveira Guedes “Entre Utopia e Distopia: a cidade de São José dos Campos na perspectiva das pessoas idosas” / Douglas de Almeida Silva “Planejamento urbano, campo intelectual e sistema simbólico: a vida no Banhado, cartão-postal de São José dos Campos (1937-2016).

tes campos do conhecimento, ao propiciar uma abundância de fontes de valor qualitativo que, não só iluminam as relações sociais para a reconstrução da tessitura da vida diária, como viabilizam a tutela do patrimônio documental regional.

Com relação ao campo do Planejamento Urbano, além das reflexões de matrizes teóricas, são imprescindíveis as interpretações da história técnica dos lugares e a atenta consideração de leituras da “totalidade” social, que envolvem a cultura, a promoção de lugares, as redes de movimentos sociais e empresariais, o monitoramento e o controle da vida cotidiana.

Passado, presente e futuro são dimensões que não escapam às reflexões no campo do Planejamento Urbano. Não é arriscado afirmar que, para se construir um futuro melhor, é fundamental que o passado seja relido, condição de certa forma reafirmada pela Constituição Federal, que garantiu o acesso à informação, um dos pilares fundamentais da democracia.

Depositário de acervos reflexivos, o LPDH da Univap, a partir dos projetos realizados e das publicações de suas pesquisas, contribui sobremaneira para a compreensão da presente conjuntura da luta social pela conquista de uma institucionalidade democrática na região, resultante da simultaneidade de tempos sociais. A compreensão do passado traz à luz a reflexão e não deixa que se despotencialize a incansável luta histórica de atores sociais, ao permitir compreenderem as suas experiências e suas histórias próprias, bem como o espaço do qual fazem parte.



5. Referências

BERNARDES, Ieda Pimenta. Como avaliar documentos de arquivo: Projeto Como Fazer. São Paulo: Arquivo do Estado, 1998. v.1.

BOSI, Alfredo. O Tempo e os Tempos. In: Tempo e História. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição Federal 1988. São Paulo, SP: LEX, 1988.

BRASIL. Lei n. 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 1991.

CASTRO, Astréa de Moraes et al. Arquivística arquivologia. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1988.

GONÇALVES, Janice. Como classificar e ordenar documentos de arquivo: Projeto Como Fazer. São Paulo: Arquivo do Estado, 1998. v. 2.

KHOURY, Yara Aun. Guia de Pesquisa: Igreja e Movimentos Sociais. 20. ed. São Paulo: PUC/CEDIC, 1991. v. 1.

LE GOFF, Jacques. História e Memória. 4. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. Identidade Cultural e Arqueologia. In: BOSI, Alfredo (org.). Cultura Brasileira: Temas e Situações. São Paulo: Ática, 1987.

ORTIZ, Renato. Cultura Brasileira e Identidade Nacional. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1986.

PAIVA, Henrique de; BONDEZAN, Pedro. Arquivos e Acervos: Núcleo de Pesquisa Pró-Memória São José dos Campos, SP. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade do Vale do Paraíba, São José dos Campos, 2018.

RIBEIRO, Ana Clara Torres O ensino do planejamento urbano e regional – uma proposta à Anpur. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v. 4, n.1/2, p. 63-71, 2002. Dispo-

nível em: <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/75/59>. Acesso em: 28 jun.2023.

SAMUEL, Raphael. Teatros de Memória. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-graduados de História, 1981.

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. Decreto Legislativo n. 32, de 02 de outubro de 2003. Dispõe Sobre A Criação Do Projeto “Pró-Memória” Na Câmara Municipal. Câmara Municipal, São José dos Campos, 2003. Disponível em: <https://camarasempapel.camarasjc.sp.gov.br/Arquivo/Documents/legislacao/image/D322003.pdf?identificador=30003A004C00>. Acesso em: 1 ago. 2023.

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS DE ANTIGAMENTE. Coleção de livros história & cidade. Disponível em: <https://www.sj-cantigamente.com.br/colecao-de-livros-historia-cidade>. Acesso em: 1 ago. 2023.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DE SÃO PAULO. Memorial da Educação Paulista. Disponível em: <http://www.crmariocovas.sp.gov.br/apr.php? =007a>. Acesso em: 4 ago. 2023.

STOCKER, Claudia. Arquivologia: Arquivos permanentes. Disponível em: <http://user.netomia.com/sotkcer/arquivistica.htm>. Acesso em: 28 ago. 2023.



Planejamento, População e **03** *Desenvolvimento Socioambiental*

1. Introdução

Este ensaio, motivado pelos 30 anos do PPGPLUR, descreve, brevemente, a Linha de pesquisa “Planejamento, população e desenvolvimento socioambiental”, também conhecida como Linha 2. Mesmo com mudanças no nome e no quadro de professores, essa linha de pesquisa manteve, ao longo desses 30 anos, o escopo em estudos sobre a relação Sociedade-Natureza no Planejamento Urbano e Regional. Este capítulo é um ensaio, escrito por professores que hoje trabalham diretamente na Linha 2. Fizemos uma pausa para lembrar a história, os desafios do início, os caminhos trilhados e como nos organizamos no presente a partir de uma reflexão sobre o que nos move como professores e pesquisadores das questões socioambientais do nosso tempo.

Nas últimas décadas, a temática ambiental tem ganhado re-

Bruno Peregrina Puga¹
Maria Angélica Toniolo²
Mário Valério Filho³
Nathan David Vogt⁴
Sandra Maria Fonseca da Costa⁵

¹ Economista. Professor do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional (PLUR) da Universidade do Vale do Paraíba (UNIVAP). Pesquisador pós-doutorado no Instituto Rene Rachou / Fiocruz.

² Possui graduação em Agronomia pela Universidade Federal de Santa Maria (1989), mestrado em Políticas e Desenvolvimento Internacional pela Duke University (1998) e doutorado em Políticas Públicas pela Indiana University (2004). É professora e pesquisadora na Universidade do Vale do Paraíba (UNIVAP).

³ Possui graduação em Engenharia Agrônoma pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (1969), mestrado em Sensoriamento Remoto pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (1976) e doutorado em Agronomia (Solos e Nutrição de Plantas) pela Universidade de São Paulo (1984). Atualmente é professor titular da Universidade do Vale do Paraíba.

⁴ Doctorate Degree (2005) in Environmental Science with a PhD Minor in Human Dimensions of Global Environmental Change (Interdisciplinary, Global Change Science that emerged in late 1980s).

⁵ Geógrafa e Doutora em Informação Espacial pela USP; Professora do Programa de Planejamento Urbano e Regional.

levância crescente, saindo de círculos restritos a ambientalistas e práticas locais para tomar espaço nas principais agendas políticas nacionais e internacionais. Os processos de industrialização e o ritmo maior de crescimento econômico têm acarretado uma miríade de problemas sociais e ambientais, surgidos a partir dos modos de produção e ocupação do espaço (áreas de risco, áreas de mananciais, desmatamento, perda da biodiversidade, poluição ambiental, falta de saneamento, disputas por territórios, segregação socioespacial, entre outros). O “mito do progresso”, como apontado por Dupas (2007), enfatiza que esse modelo de crescimento econômico contínuo, através da busca crescente por mais recursos naturais e consumo, não necessariamente leva ao desenvolvimento e é insustentável em um mundo finito, com impactos ambientais e sociais cada vez mais complexos, exigindo novas formas de lidar com os problemas decorrentes de tal sistema.

Nos anos 1970, em resposta às preocupações ambientais e sociais do crescimento econômico, foi proposto o conceito de ecodesenvolvimento (Sachs, 2000). Posteriormente, tal conceito evoluiu para desenvolvimento sustentável, ao final dos anos 1980, popularizado pelo Relatório Brundtland, da ONU, e incorporado, paulatinamente, às discussões internacionais, tendo sido objeto de disputas normativas e conceituais desde sua gênese (Brundtland, 1987). De forma geral, as múltiplas definições concordam em pelo menos três pilares fundamentais, como apontado por Romeiro (2012): “economicamente sustentado (ou eficiente), socialmente desejável (ou incluyente) e ecologicamente prudente (ou equilibrado)”. Possui, também, um importante componente de equidade e justiça intergeracional, ao propor um modelo de desenvolvimento econômico, social e ambiental que possa atender às necessidades do presente, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atenderem às suas próprias necessidades (Brundtland, 1987). No Brasil e na América Latina, a agenda ambiental incorpora questões sociais, como a luta pela demarcação dos territórios

indígenas e de populações tradicionais e a compreensão da impossibilidade de desvincular os dilemas da desigualdade social e pobreza das questões ambientais.

No campo do planejamento e desenvolvimento regional, os anos 1980 e 1990 representam uma guinada na abordagem de políticas públicas e análises, até então predominantemente setoriais, para uma abordagem territorial do desenvolvimento. Como categoria de análise, a lente territorial busca evidenciar as diferentes dimensões e relações presentes nos territórios (sociais, econômicas e ambientais) (Galvanese, 2009). O caráter participativo de novas instituições criadas sob a égide da Constituição de 1988, em conjunto com a ascensão da agenda ambiental, incluiu nas abordagens territoriais do desenvolvimento novas formas de entender o processo de elaboração de políticas públicas (Galvanese; Favareto, 2014). Essas novas formas passam pela descentralização e municipalização na tomada de decisões e, sobretudo, pela ampliação da participação da sociedade civil na gestão de políticas públicas no território.

A descentralização do poder e da formulação de políticas públicas no contexto ambiental representa uma transformação crucial na gestão e preservação de recursos naturais, outrora de responsabilidade única dos governos centrais (Ortega et al., 2016). No final dos anos 1980, uma série de reformas descentralizadoras e movimentos em busca de maior participação e subsidiariedade deu origem a novas instituições para a governança dos recursos naturais, em contraponto ao modelo centralizador (Jacobi, 2000; Lemos; Agrawal, 2006). Os movimentos sociais e as novas demandas por processos participativos e mais democráticos buscavam maior participação popular nas diferentes searas de atuação do Estado. Como afirma Pedro Jacobi, a participação social:

se enquadra no processo de redefinição dos setores público e privado, visando redistribuir o poder em favor dos sujeitos sociais que, geralmente a ele não têm acesso. Trata-se de pensar o ordenamento de

diferenças no contexto do questionamento do papel do Estado enquanto regulador da sociedade (Jacobi, 2000, p.27).

A lógica de atuação no meio ambiente deixa de ser responsabilidade exclusiva do Estado e passa a incorporar novos atores em escalas distintas, o que implica desafio ainda maior para o Planejamento Urbano e Regional (Scardua; Bursztyn, 2003). A disputa entre os modelos centralizados e descentralizados de atuação na área ambiental foi fruto de intensos debates e que “atingiu um amadurecimento refletido na atual Constituição, avançada sob o ponto de vista de meio ambiente, porém com grandes desafios para sua implementação” (Scardua; Bursztyn, 2003, p. 301). O uso de instrumentos de comando e controle passou a ter a companhia de instrumentos de mercado e outras instituições que buscam realinhar os incentivos nos diferentes níveis institucionais (Lemos; Agrawal, 2006). Ao transferir autoridade e tomada de decisão para níveis locais e comunidades, emerge supostamente um modelo mais adaptativo e responsivo às necessidades específicas de cada região (Almazán-Casali et al., 2021). Essa abordagem descentralizada não apenas busca promover uma maior participação e empoderamento das populações locais, através de conselhos e instâncias participativas, mas também permite a formulação de estratégias de conservação e sustentabilidade alinhadas com as realidades ambientais e culturais de cada área. Como a própria ONU reconhece:

As autoridades locais constroem, operam e mantêm a infraestrutura econômica, social e ambiental, supervisionam os processos de planejamento, estabelecem políticas e regulamentos ambientais locais e auxiliam na implementação de políticas ambientais nacionais e subnacionais. Como o nível de governança mais próximo do povo, eles desempenham um papel vital na educação, mobilização e resposta ao público para promover o desenvolvimento sustentável (ONU, 1992. Tradução nossa).

Apesar dessa incumbência, muitas vezes os governos locais não têm conseguido responder à necessidade e urgência oriundas do campo ambiental, seja pela falta de prioridade (ou necessidade de resolução de problemas “mais urgentes”), pela falta de recursos financeiros e humanos, conhecimento técnico para planejar de forma integrada suas intervenções ou por interesses conflitantes com a agenda ambiental, amplificando ainda mais o desafio no campo do Planejamento Urbano e Regional.

A partir da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (ECO-92), houve a consolidação de novos instrumentos e instituições de cooperação internacional para questões ambientais. Nesses últimos 30 anos, os novos conceitos e abordagens ligados à sustentabilidade, como economia circular, decrescimento, justiça ambiental e economia verde, buscam explicitar a relação Sociedade-Natureza e como o espaço, o modo de produção e a ocupação territorial vêm se transformando. O planejamento para o desenvolvimento sustentável deve orientar e ser orientado para objetivos de longo prazo e utilizar o conhecimento sobre as consequências ambientais, e não ser baseado apenas na premissa, profundamente arraigada, de que o crescimento econômico é a única forma de se atingir o desenvolvimento sustentável. Existem causas estruturais, políticas e tecnológicas que explicam a degradação do meio ambiente, portanto as soluções passam também por transformações institucionais, políticas e socioculturais. Marques (2023) afirma que este é potencialmente o último “decênio decisivo”, em que precisamos tomar ações necessárias para a realização de mudanças estruturais que evitem um colapso socioambiental diante das mudanças climáticas e outros dilemas ecológicos que temos vivenciado. Sendo assim, as discussões, análises, conceitos e teorias ligadas à temática ambiental devem ter cada vez mais um protagonismo dentro das esferas e instituições do Planejamento Urbano e Regional.



2. Planejamento, População e Desenvolvimento Socioambiental: o início

As pesquisas desenvolvidas na Linha “Planejamento, população e desenvolvimento socioambiental” (Linha 2) têm como característica principal um olhar socioambiental do território (urbano, rural e regional), destacando os impactos resultantes de processos socioeconômicos e políticos intervenientes no ordenamento espacial. Destaca-se que, desde sua gênese, tem lançado mão de diferentes metodologias espaciais e técnicas de geoprocessamento para auxiliar nas análises sobre o território.

O Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, da Univap, recebeu diversos professores oriundos de outras universidades e institutos, como o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), Universidade de São Paulo (USP), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e Instituto de Tecnologia da Aeronáutica (ITA). Alguns docentes estiveram à frente dessa linha de pesquisa desde o início, como Marlene Elias Ferreira, Sandra Maria Fonseca da Costa e Mário Valério Filho. Um dos focos principais estava em entender os processos de degradação ambiental e, em muitos casos, com um olhar a partir da escala da microbacia hidrográfica.

Um dos exemplos desse olhar socioambiental, desde o início do programa, na década de 1990, foi o Projeto MAVALE, coordenado pelo Prof. Mário Valério Filho, à época vinculado ao INPE, e que envolveu pesquisadores de nove instituições⁶, incluindo a Univap. O projeto tinha como objetivo revitalizar o planejamento regional e apoiar as decisões municipais na região. A área de estudo abrangia municípios da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul, Bacia do Litoral Norte e três municípios na Serra da Mantiqueira. O projeto envolveu levantamentos bibliográficos, coleta de dados por sensoriamento remoto e análise do meio físico, socioeconômico e ambiental

da região. Além disso, estabeleceu-se um banco de dados socioeconômicos para auxiliar nas decisões regionais. Com base nos diagnósticos realizados, propôs-se uma reorganização das atividades humanas na região, com vistas a corrigir distorções no uso da terra e promover a proteção ambiental. O resultado incluiu um mapa de macrozoneamento com indicações de diretrizes para o desenvolvimento urbano, buscando a compatibilização da conservação ambiental, atividades agrícolas, silvicultura e proteção dos aquíferos subterrâneos. Muitas análises e pesquisas desse projeto foram realizadas pelos pesquisadores que futuramente contribuíram para a criação do programa de mestrado e desenvolvimento dessa linha de pesquisa.

À época, havia uma demanda crescente por pesquisas na área ambiental, principalmente por técnicos de órgãos públicos e prefeituras, e por alunos oriundos da área da Geografia. Um exemplo dessa ligação entre as novas tecnologias para análise ambiental e o programa pode ser visto no primeiro número da Revista Univap, em 1993, que reuniu seis artigos produzidos a partir de pesquisas que utilizavam tecnologias de geoprocessamento para “melhor visualização e compreensão da fenomenologia e da vida de nosso planeta”⁷.

Em 1999, foi aprovado o primeiro projeto, com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), sobre a temática urbana e regional. O projeto, intitulado “Detecção e avaliação das mudanças na estrutura intraurbana da cidade de São José dos Campos, SP, utilizando dados e técnicas de sensoriamento remoto e geoprocessamento: uma análise multitemporal” (Processo 1998/13908-9), durou três anos e possibilitou a aprovação de três bolsas de mestrado, além de seis bolsas de iniciação científica. A aprovação desse projeto

⁶ O projeto foi uma colaboração entre Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo, Instituto Agrônomo de Campinas (IAC), Secretaria de Estado do Meio Ambiente, Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental (CETESB), Instituto Florestal, Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE), Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo (IPT), Fundação Valeparaibana de Ensino (FVE), Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA) e Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU/USP).

⁷ A revista inaugural pode ser acessada em https://web.univap.br/univap/000000pro_reitorias/int_uni_soc/revista/RevistaUnivap1.pdf

limpa, vulnerabilidade, conflitos e desigualdades socioespaciais, mudanças climáticas, saúde e conservação de recursos naturais.

A maioria dos estudos foram realizados em escala local (cidade ou microbacia), alguns em escala regional (unidades de conservação, região metropolitana, bacia hidrográfica) e poucos, porém com tendência de aumento, foram os estudos multiesca- lares. São José dos Campos é o município mais estudado (45%), entretanto vários outros municípios da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (RMVPLN) aparecem como área de estudo, formando um conjunto significativo de trabalhos na região (90%). Outros estudos foram desenvolvidos na Ama- zônia, principalmente no estuário, área de atuação do Laborató- rio das Cidades, e apenas um trabalho foi desenvolvido fora do Brasil, em Moçambique.



4. A Agenda de Pesquisa Atual

As complexidades e incertezas associadas às mu- danças climáticas representam de longe os maiores desafios que os planejadores já foram chamados a enfrentar (Susskind, 2010, tradução nossa).

A incorporação da nova agenda ambiental pelo processo de planejamento tradicional tem resultado em novas tentativas de compatibilização do crescimento econômico com seus impac- tos ambientais, buscando reduzi-los sem grandes alterações ao modelo de desenvolvimento em voga. Novos conceitos e agen- das, como sustentabilidade, economia verde, economia circular, mercados ambientais, cidades inteligentes e iniciativas de Envi- ronmental, Social and Governance (ESG) empresariais, podem ser entendidas como uma tentativa do setor privado e público em internalizar essa agenda, sem grandes alterações no status quo. O principal objetivo de uma transição para uma economia “verde”, segundo seus proponentes, é permitir o crescimento econômico

e o investimento, ao mesmo tempo que melhore a qualidade am- biental e a inclusão social (UNEP, 2011).

Entretanto, outros movimentos contra-hegemônicos buscam elucidar a incompatibilidade entre o atual modo de produção e seus impactos ecológicos, enfatizando a necessidade de mudan- ças estruturais mais intensas para resolução dos problemas e in- justiça ambientais (Martínez-Alier, 2009). Novos movimentos pós-desenvolvimento, como justiça ambiental, buen vivir, eco- logismo dos pobres e decrescimento têm levantado argumentos interessantes contra os tradicionais modelos de desenvolvimento e com implicações significativas para os processos e abordagens de planejamento. Esses movimentos desafiam os paradigmas tradicionais de desenvolvimento sustentável e exigem aborda- gens de planejamento mais equitativas, sustentáveis e holísticas (Martínez-Alier, 2012).

Como reflexo da década de 1990 e com base na realização de importantes discussões e eventos ligados à temática ambiental, como a ECO-92, houve um grande interesse pela área. Muitos dos interessados em cursar o programa, e que se tornaram alunos, ob- jetivavam pesquisar temas como ocupação de áreas de risco, ba- cias hidrográficas, ordenamento territorial, entre outros assuntos. Posteriormente, houve certa perda de interesse pela área, porém, em virtude de temas como as mudanças climáticas e degradação ambiental terem voltado a fazer parte das agendas de discussão há novo e significativo interesse por parte dos alunos.

Atualmente, tem havido uma maior incorporação da agenda li- gada aos serviços ecossistêmicos, resiliência e soluções baseadas na natureza na tomada de decisão e Planejamento Urbano e Re- gional. Os serviços ecossistêmicos, por exemplo, desempenham um papel crítico no planejamento, fornecendo uma estrutura para compreender e integrar os benefícios que a natureza ofere- ce às sociedades. Os serviços ecossistêmicos são os vários bens e serviços que os ecossistemas fornecem para apoiar o bem-estar humano, desde o fornecimento de água e ar limpos até a poliniza- ção das plantações e a regulação do clima. Incorporar o conceito

de serviços ecossistêmicos nos processos de planejamento pode levar a uma tomada de decisão com base em mais informações e que considere a sustentabilidade. Já os estudos dentro da área do planejamento ligados à resiliência, buscam entender como as cidades, sociedades e sistemas socioecológicos vão lidar com as consequências das mudanças climáticas, colocadas como um dos grandes desafios que os planejadores terão que enfrentar. As respostas de planejamento referem-se a toda a gama de medidas ou iniciativas empreendidas para preparar, absorver, recuperar e adaptar-se à mudança do clima e à maior ocorrência de eventos climáticos extremos (Krishnan et al., 2023; Susskind, 2010).

O Planejamento Urbano e Regional é, desde sua gênese, uma área que busca a integração, a multiplicidade de saberes e a transdisciplinaridade, exigindo “que os profissionais nele envolvidos acessem ou adotem outros paradigmas, além do monodisciplinar” (Lacerda, 2013, p. 79). Tal característica é incentivada em nossas disciplinas e pesquisas, mas também expressa na formação dos professores presentes no programa, que conta com geógrafos, cientistas sociais, historiadores, arquitetos, economistas, agrônomos, engenheiros, entre outros. Para ilustrar essa diversidade, demonstramos a seguir alguns dos laboratórios a que os professores dessa linha estão vinculados.



4.1 Laboratório de Estudo das Cidades (LABCITY)

O Laboratório de Estudo das Cidades, sob liderança da Profa. Dra. Sandra Maria Fonseca da Costa, era nominado, até 2009, “Laboratório de Geoprocessamento Aplicado ao Planejamento Urbano e Regional”. Em função do direcionamento de pesquisa, assumido pelo grupo envolvido com o laboratório, desde aquele ano, ter se aproximado mais das questões urbanas do que metodológicas, optou-se por alterar o seu nome. Assim, o

laboratório assumiu a missão de agregar pesquisadores que se envolvam com o estudo de cidades, com ênfase nas pequenas cidades da Amazônia, com menos de 20 mil habitantes.

Procurou-se, desde então, trabalhar com as discussões sobre a dinâmica do espaço urbano, analisando a intensidade dessa dinâmica, o perfil do morador, a relação que ele possui com o seu entorno e com as redes sociais que estabelece, além da economia da cidade, a partir da compreensão de que há uma relação intrínseca entre recursos da floresta e a manutenção da população. Entenda-se como principais recursos da floresta a economia agroflorestal e a pesca.

Várias cidades amazônicas foram estudadas e continuam a ser estudadas: Barcarena, Ponta de Pedras, Afuá, Soure, Cachoeira do Arari, Chaves, Marapanim, Curuçá, Salinópolis, no estado do Pará; e Mazagão, no estado do Amapá. Ao longo da existência do laboratório, vários projetos foram aprovados e vários artigos foram publicados.

Além da compreensão da importância das pequenas cidades na rede urbana local, apesar de serem cidades com baixa capacidade de oferecer serviços e possibilitar a geração de renda para a população, observa-se uma busca por esses lugares, por parte dos moradores locais. Ou seja, mesmo apresentando deficiências de oferta de infraestrutura e serviços urbanos, essas pequenas cidades se mostram como um “eldorado” para essa população: no meio do nada, qualquer coisa é alguma coisa!

Muitas pesquisas vinculadas aos temas de trabalho do laboratório foram desenvolvidas pelos alunos. Ao todo, foram apresentadas 33 dissertações de mestrado, foram defendidas 8 teses de doutorado e desenvolvidos 18 projetos de iniciações científicas, tendo sido aprovados 6 projetos regulares de pesquisa FAPESP, 3 projetos de pesquisa CNPq, além da bolsa de produtividade do CNPq, aprovada em 2009, e ainda ativa. Foram publicados mais de 60 artigos em periódicos. Atualmente, o Laboratório possui parceria com o

CASEL-IU, coordenado pelo Prof. Dr. Eduardo Brondizio, e com a rede Mikripoli, de estudo das pequenas cidades.



4.2 Laboratório de Estudo Geoambientais (LABEGAM)

O Laboratório de Estudos Geoambientais (LABEGAM), coordenado pelo Prof. Dr. Mário Valério Filho, foi criado tendo por finalidades a implementação de pesquisa aplicada às questões socioambientais contemporâneas e atender à demanda na formação de profissionais e alunos a nível de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional. Tem como propósito a geração de conhecimento e desenvolvimento de metodologias que permitam a efetiva inserção da dimensão ambiental no processo de desenvolvimento nacional, bem como a de difundir resultados e facilitar a adoção da metodologia desenvolvida para outros profissionais e instituições que atuam na área de meio ambiente e/ou na elaboração de propostas de ordenamento territorial, procurando atingir o desenvolvimento sustentado.

Mais especificamente, esse Laboratório busca desenvolver uma abordagem integrada, que permita analisar a dinâmica de uso e ocupação do espaço físico territorial no contexto da estrutura social mais ampla, relacionando variáveis culturais, ideológicas, econômicas e físico-territoriais, e que, desse modo, permita disponibilizar informações úteis ao processo de gestão ambiental que seja eficiente para a natureza e justa para a população. Alguns estudos integrados com o suporte de dados de sensoriamento remoto e geoprocessamento, voltados à análise ambiental e ao Planejamento Urbano e Regional, têm sido conduzidos com sucesso. Exemplos são os trabalhos de cartografia geotécnica, mapas de zoneamento de risco geoambiental (inundação, deslizamentos, etc.), macrozoneamento do uso e cobertura vegetal natural; zoneamento ecológico e eco-

nômico; zoneamento agroecológico; caracterização de áreas degradadas; avaliação de sítios para a urbanização e implantação de obras de engenharia; avaliação do impacto ambiental em bacias hidrográficas antropizadas, entre outros.



4.3 Laboratório de Estudos Socioecológicos de Paisagens (LESP)

O LESP, coordenado pelo Prof. Dr. Nathan Vogt, reúne professores e alunos de várias áreas de especialização para valer-se dos conhecimentos local e científico na análise de paisagens multifuncionais. Essas paisagens fornecem vários bens e serviços prioritários para diversos atores, desde proprietários locais até governos federais. O laboratório utiliza uma abordagem de sistemas socioecológicos (Socio-Ecological Systems - SES) para apoiar a análise e o planejamento de paisagens multifuncionais que são resistentes a choques externos e melhoram o bem-estar local.

Ao focar paisagens, definidas de forma ampla, incentivamos uma perspectiva holística e abordagens participativas da pesquisa, que une as ciências sociais e naturais. Os colaboradores do laboratório estão interessados em entender como os acordos informais ou formais, individuais e coletivos ou colaborativos, entre os níveis de atuação dos atores, afetam o bem-estar e a capacidade adaptativa dos sistemas de uso de recursos e a conservação da biodiversidade e da regulação da água.

Em um mundo em que se experimentam graus sem precedentes de mudança e degradação ambiental, nas escalas local à global, vê-se evidência de restauração e regeneração de paisagens dominadas por seres humanos, sugerindo que, sob certas condições, as pessoas podem se auto-organizar e impedir a perda constante dos sistemas ecológicos e serviços que nos sustentam. Nos dedicamos a entender os processos que geram mudanças

nas paisagens socioecológicas (SEL) — como e onde os usos (in) sustentáveis da terra estão se expandindo — e o impacto dessas mudanças na resiliência que regula os recursos hídricos, especialmente durante eventos hidroclimáticos extremos. Nosso objetivo é realizar pesquisas rigorosas, inclusivas e participativas, que possam ajudar os formuladores de políticas, planejadores e a diversidade de usuários de recursos locais no desenho de políticas e planos aprimorados, baseados em evidências, para construir paisagens sustentáveis, multifuncionais e inclusivas.

No LESP, os alunos são treinados em métodos interdisciplinares que podem incluir: o uso do arcabouço Institutional Analysis and Development (IAD), para analisar problemas de ação coletiva em bacias hidrográficas e deltas; a integração de dados do censo com imagens de satélite e drone, para analisar interações entre sistemas sociais e ecológicos no nível da propriedade até o regional; e em metodologias participativas, incluindo o uso de ferramentas de web GIS, para a criação de APP, mapas históricos e crowdsourcing, a fim de capturar e compartilhar on-line diferentes fontes de conhecimento sobre os fatores determinantes e os impactos das mudanças no SEL



5. Considerações Finais

Os 30 anos do Programa demonstram uma adesão à agenda de pesquisa e aos temas de discussão que acompanharam os grandes movimentos da área ambiental. Ademais, o percurso nesse período no âmbito do Planejamento Urbano e Regional revela uma notável evolução no que diz respeito à integração entre disciplinas, com o uso de uma abordagem transdisciplinar e com foco em distintos territórios. O entendimento de que os desafios urbanos e regionais transcendem as fronteiras disciplinares, demandando a colaboração de especialistas de diversas áreas, resulta em um conhecimento mais profundo e multifacetado.

O cenário atual deixa claro que a escolha por abordagens

transdisciplinares para lidar com a temática ambiental mostra-se a mais adequada. Isso demonstra a necessidade de avançar cada vez mais no caminho da multiplicidade de saberes, seja através da coprodução do conhecimento, análises integradas ou a partir do uso de abordagens transdisciplinares (Lacerda, 2013). Uma perspectiva de coprodução envolve colaboração entre cientistas e usuários do conhecimento científico, desde o primeiro momento da concepção da pesquisa, seguindo um processo iterativo ao definir agendas de pesquisa, projetar métodos, coletar dados, cointerpretar descobertas e compartilhar resultados (Lemos et al., 2021). A coprodução de conhecimento é muitas vezes motivada pela expectativa de auxiliar a produção de conhecimento que de fato seja incorporado à tomada de decisões (Bremer; Meisch, 2017).

Os professores que hoje trabalham na Linha de Pesquisa 2 também atuam como representantes da instituição em conselhos públicos, como o Conselho da Unidade de Conservação APA São Francisco Xavier, em São José dos Campos, e o Comitê de Bacia Hidrográfica do Paraíba do Sul; como assessores na construção de planos diretores e planos de uso e ocupação do solo na escala regional; e são interlocutores do Programa em termos de cooperação com organizações da sociedade civil e governamentais. O PPGPLUR tem um longo histórico de participação efetiva no auxílio às demandas da sociedade, em diversas instituições e organizações públicas, e esperamos que tal trajetória se fortaleça ainda mais, sendo um espaço propício para análise de políticas públicas, geração de conhecimento científico de qualidade e formação de pensadores e pesquisadores críticos e sensíveis aos problemas mais urgentes de nossos tempos.



6. Agradecimento

Agradecemos à doutoranda Luana Braz Villanova pela organização dos dados referentes aos trabalhos de dissertações e teses da Linha 2 do Programa, disponíveis no acervo da biblioteca Univap entre 1996 a 2023.



7. Referências

ALMAZÁN-CASALI, S.; PUGA, B. P.; LEMOS, M. C. Who Governs at What Price? Technocratic Dominance, Ways of Knowing, and Long-Term Resilience of Brazil's Water System. *Frontiers in Water*, v. 3, p. 735018, 2021.

BREMER, S.; MEISCH, S. Co-production in climate change research: reviewing different perspectives. *Wiley Interdisciplinary Reviews: Climate Change*, v. 8, n. 6, p. e482, 2017.

BRUNDTLAND, G. H. Our common future—Call for action. *Environmental conservation*, v. 14, n. 4, p. 291-294, 1987.

DUPAS, G. O mito do progresso. *Novos estudos CEBRAP*, p. 73-89, 2007.

GALVANESE, C. Dilemas do planejamento e as instituições para o desenvolvimento sustentável: estudo sobre as barragens e a questão regional no Vale do Ribeira. 2009. Dissertação (Mestrado em Energia). Universidade Federal do ABC, Santo André, 2009.

GALVANESE, C., FAVARETO, A. Dilemas do planejamento regional e as instituições do desenvolvimento sustentável. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 29, p. 73-86, 2014.

JACOBI, P. Políticas sociais e ampliação da cidadania. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2000. 152 p.

KRISHNAN, S.; AYDIN, N. Y.; COMES, T. RISE-UP: Resilience in urban planning for climate uncertainty-empirical insights and theoretical reflections from case studies in Amsterdam and Mumbai. *Cities*, v. 141, p. 104464, 2023.

LACERDA, N. O campo do planejamento urbano e regional: da multidisciplinaridade à transdisciplinaridade. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 15, n. 1, p. 77-93, 2013.

LEMOS, M. C.; AGRAWAL, A. Environmental governance. *Annual Review of Environment and Resources*, v. 31, p. 297-325, 2006. <https://www.annualreviews.org/doi/pdf/10.1146/annurev.energy.31.042605.135621>. Acesso em: 1 set. 2023.

LEMOS, M. C.; ARNOTT, J. C.; ARDOIN, N. M.; BAJA, K.; BEDNAREK, A. T.; DEWULF, A.; FIESELER, C.; GOODRICH, K. A.; JAGANNATHAN, K.; KLENK, N.; MACH, K. J.; MEADOW, A. M.; MEYER, R.; MOSS, R.; NICHOLS, L.; SJOSTROM, K. D.; STULTS, M.; TURNHOUT, E.; VAUGHAN, C.; WONG-PARODI, G.; WYBORN, C. To co-produce or not to co-produce. *Nature Sustainability*, v. 1, n. 12, p. 722-724, 2018.

MARTÍNEZ-ALIER, J. O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração. In: MARTÍNEZ-ALIER, J. O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração. São Paulo: Contexto, 2009. p. 379-379.

MARTÍNEZ-ALIER, J. Environmental justice and economic degrowth: an alliance between two movements. *Capitalism Nature Socialism*, v. 23, n.1, p. 51-57, 2012.

MARQUES, L. O decênio decisivo: propostas para uma política de sobrevivência. [S.l.]: Elefante, 2023.

O GEÓGRAFO da fome: Aziz Ab'Sáber luta para que a ciência não se distancie da realidade humana. Pesquisa FAPESP, n. esp., p. 23-25, [2015]. Disponível em: https://revistapesquisa.fapesp.br/wp-content/uploads/2015/07/23_aziz.pdf. Acesso em:

ORTEGA, A. C.; CERQUEIRA, C. A.; SILVA, F. P. M. Planejamento, desenvolvimento e descentralização: o papel do estado no desenvolvimento territorial. ORTEGA, A. C.; PIRES, M. J. S. As políticas territoriais rurais e a articulação governo federal e estadual: um estudo de caso da Bahia Brasília: Ipea, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/8821>. Acesso em:

ROMEIRO, A. R. Desenvolvimento sustentável: uma perspectiva econômico-ecológica. Estudos avançados, v. 26, p. 65-92, 2012.

SACHS, I. Caminhos para o desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

SCARDUA, F. P.; BURSZTYN, M. A. A. Descentralização da política ambiental no Brasil. Sociedade e Estado, v. 18, n. 1-2, p. 291-314, jan. 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-69922003000100014>. Acesso em:

SUSSKIND, L. Responding to the risks posed by climate change: Cities have no choice but to adapt. The Town Planning Review, v. 81, n. 3, p. 217-235, 2010.

UNITED NATIONS (UN). UNITED NATIONS CONFERENCE ON ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT.

Agenda 21. 1992, Rio de Janeiro, Brazil. Proceedings [...]. [S.l.]: UN, 1992 Disponível em: <https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/Agenda21.pdf>. Acesso em: 1 set. 2023.

UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAM (UNEP). Towards a Green Economy: Pathways to Sustainable Development and Poverty Eradication - A Synthesis for Policy Makers, 2011.



Fonte: PPGPLUR/
CEHVAP-Univap

Dimensões da Questão **04** Metropolitana: *Revisão de Trajetória*

1. Introdução

A intenção de participar da celebração dos 30 anos do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, da Universidade do Vale do Paraíba (PPGPLUR-UNIVAP) trouxe a ideia de oferecer um testemunho da trajetória de busca de conhecimentos e experiência de interlocuções em diferentes situações do debate acadêmico no campo das ciências do espaço e do PLUR, e específicas ao contexto de desenvolvimento do programa e do Núcleo de Estudos do Espaço Urbano e Regional (ver Apêndice).

Em preciso momento do percurso, o espaço metropolitano tornou-se objeto prioritário de investigações, em abordagem totalizante e de acordo a diferentes delimitações. Da paisagem de uma grande metrópole, perceptível a partir da experiência originária de moradora da cidade de São Paulo ao estudo da teoria do espaço humano e adoção do método histórico-crítico e dialético, a questão metropolitana alçou o âmbito de discussão de processos e determinações globais em relação à formação

¹ Possui graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo (1983), mestrado e doutorado em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (1994, 2001). Estágios de pós-doutorado concluídos no Instituto de Pesquisa e Planejamento da Universidade Federal do Rio de Janeiro (2011), no Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (2014) e no Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional (PLUR) da Universidade do Vale do Paraíba (2017). Atualmente é docente-pesquisadora do PLUR da Universidade do Vale do Paraíba e é coordenadora do Observatório Regional do Vale do Paraíba e Litoral Norte, sediado no Núcleo de Estudos do Espaço Urbano e Regional (NEEUR).

socioespacial brasileira e, ainda, o de suas particularidades em dimensão regional e/ou local.

O que logo despontou por característico no estudo dessa questão foi a imbricação de processos e relações que presidiam a metropolização e a organização do espaço, e, no caso específico da metrópole de São Paulo (à época, em estágio de iniciação científica), a análise da evolução socioeconômica (indústrias, comércios e serviços) e da apropriação da terra e produção imobiliária a partir da evolução de valores cadastrais disponíveis (Gomes, 1982/1983).

Sumariamente, e para os fins desse relato, resulta, dessa aproximação inicial de estudo da urbanização brasileira, o recurso metodológico às periodizações e a força histórica de irradiação do mercado imobiliário, em fins dos anos de 1930, na compra e venda de chácaras nos arredores da capital paulistana, no momento em que a cidade se tornava metropolitana, sob o impulso da industrialização e em nova dimensão de formas-conteúdo do espaço urbanizado. Do esquadramento cartográfico de valores imobiliários aos novos vetores da expansão urbanizadora, a cidade metropolitana já sinalizava a tendência de organização ao mesmo tempo concentradora e de extensibilidade dos espaços intrametropolitanos, o que se ampliaria, a partir dos decênios de 1950, para as conexões com a capital do Rio de Janeiro, e, adiante os anos de 1970 e 1980, para as articulações planejadas com a organização dos espaços regionais do interior do estado paulista.

Outro momento significativo dos estudos urbanos e regionais afins à questão metropolitana foi o que revelou a dimensão e o significado do trabalho urbano em metrópoles e regiões metropolitanas brasileiras, sobretudo considerando a expansão notável das atividades terciárias e dos novos terciários (quaternários) e, em particular, a dinâmica contraposta e combinada dos circuitos produtivos característicos da economia espacial urbana de países subdesenvolvidos, segundo a teoria de Milton Santos (2014). Movimentando-se pela força seletiva e diferen-

ciada de segmentos mais ou menos dotados de capital, tecnologia e organização, os sistemas de fluxos desses circuitos, oriundos de diferentes ramos econômicos, tendem a se distribuir espacialmente, favorecendo adensamentos e/ou a “dissolução” da metrópole (Santos, 2014; 1993).

Nesse movimento dialético, que concentra e expande, as ações e formas-conteúdo que dimensionam e promovem a expansão do meio técnico-científico-informacional conduzem a deslocalização metropolitana a outras regiões do espaço geográfico, a outros lugares. Em outras palavras, a partir da segunda metade do século XX, equipara-se originalmente a incorporação predominante de ciência, tecnologia e informação nos modos produtivos e na vida social a localizações preferenciais do espaço metropolitano, da mesma forma que, tomando a referência original desse espaço metropolitano, a expansão de atributos técnico-científicos informacionais denota o movimento de deslocalização para outras localizações em diferentes direções viárias e circunscritas regionalmente.

Nesse princípio de expansão, subentende-se a tendência à reprodução de processos de metropolização e formas de organização do espaço metropolitano em outros lugares, mas, adiante os anos 1980, em tempos de globalização neoliberal, lugares contíguos ou não ao tecido socioespacial de uma metrópole ou região metropolitana, estabelecendo maior amplitude à dimensão espacial dessa reprodução de processos e formas.

O enfoque espacial do fenômeno metropolitano sobleva-se, assim, ao enfoque regional, isto é, a perspectiva do fenômeno da concentração metropolitana que se desconcentra na contiguidade de suas vizinhanças regionais, a elas se conjugando. A metropolização, ao constituir a espacialização da globalização em curso, torna-se processo-força macro-organizador do território nacional, e a metrópole informacional, a metrópole-rede — dos lugares em rede —, a sua configuração espaço-temporal articuladora de espaços banais, a estes contraposta (Santos, 1993; 1996), sendo ambos, processo-força e configuração ob-

serváveis em múltiplas escalas.

Essas proposições assinalam novas possibilidades de entendimento teórico da metropolização e do espaço metropolitano, e não se dissociam da questão da institucionalização e planejamento de regiões metropolitanas, também alterada com as premissas constitucionais de organização do Estado a partir de 1988. De fato, a questão teórica imbrica-se à instância político-institucional de criação de regiões metropolitanas para fins de planejamento, porque só se perfaz em sua dialética com as transformações históricas do mundo real, em todas as suas instâncias.

A ação de atores hegemônicos, atuantes em escala global, impacta não só a economia, com seu poder de mercado, mas também os processos políticos, por sua interferência na vontade política e tomada de decisões, em que a função do Estado se faz decisiva (Santos, 1993). Daí a necessidade de regulamentações e criação de espaços exclusivos, preparados para certas atividades e certos atores, para tornar viável a reprodução do capital em escalas ampliadas (Santos, 1994, p. 137). A instituição de regiões metropolitanas é um exemplo dos novos planejamentos para tornar exequível a presença seleta de agentes do mercado e a produção de suas novas territorialidades (Santos, 1994; Silva Neto, 2006), apoiadas em boa medida em processos de transnacionalização e financeirização, entre outros, bem como no uso (tantas vezes controverso) de plataformas e sistemas de informação de última geração.

Nesse contexto, inserem-se, no processo pessoal de estudo da questão metropolitana, questões específicas sobre as relações entre metropolização e regionalização; regiões de planejamento e regiões metropolitanas, e entre estas, considerando as regiões metropolitanas do estado paulista e brasileiras (Gomes, 2018; 2022; Gomes et al. 2021a; 2021b; 2021c; Gomes; Reschilian; Uehara, 2018) e em particular, o caso da Região Metropolitana de Natal e, sobretudo, a do Vale do Paraíba e Litoral Norte. As experiências aqui impli-

cas, vivenciadas por meio de pesquisas, ensino ou intercâmbios acadêmicos, enfatizaram, em linhas gerais, as mudanças históricas, os avanços, impasses e desafios do planejamento e da gestão metropolitana, em suas relações com a dimensão contraditória da metropolização do espaço, em seus níveis e desníveis de integração e defasagens socioespaciais, com seus contrastes e iniquidades em proporções variadas.

O objetivo do artigo reside na pormenorização dessa recuperação inicial de entendimentos teóricos, metodológicos e empíricos, obtidos no referido trajeto de elucidação da questão metropolitana e realidade socioespacial correlata, conduzindo, em síntese, a algumas problemáticas, indagações e hipóteses que emergem, em período recente, a futuros exercícios de verificação empírica e exercícios de teorização. Para isso, o processo discursivo será organizado — mediante o recurso à memória e produções escritas pretéritas — em três tempos, centrados nas articulações temáticas entre: 1. Metropolização, metrópoles e deslocalização metropolitana; 2. Planejamento e institucionalização de regiões metropolitanas; e 3. Níveis e dimensões da integração do espaço metropolitano, com base na dialética de relações socioespaciais verticais e horizontais.



2. Metropolização, Metrópoles e Deslocalização Metropolitana, Segundo Milton Santos

O processo de metropolização pode e deve ser entendido em suas escalas de tempo e espaço, pontuando-se, na história da formação social de um país — no caso, o Brasil —, os momentos de inserção na lógica do capitalismo mundial, e, a essa lógica, associadas as determinações globais incidentes na reorganização espacial do país, conduzindo à intensificação e ao redimensionamento da urbanização.

Nessa herança da história, para além das relações de dominação-subjugação estabelecidas pelo Estado colonialista para a exploração econômica e a política territorial de concessão de terras e controle da dispersão populacional pela criação de vilas e cidades, três são os principais demarcadores temporais dos processos e dinâmicas nacionais ligados à formação do espaço urbano-metropolitano:

1. A passagem do século XIX ao XX, com as influências da Revolução Industrial e remodelação da urbanização gerada sobretudo pela economia cafeeira;

2. O pós-Segunda Guerra Mundial, com a propagação de teorias e ideologias do desenvolvimento e da modernização em correlato ao advento da revolução científico-tecnológica; e

3. O período pós-1980, com a aceleração da globalização neoliberal e a ascensão da sociedade do conhecimento e da informação e comunicação.

A essa ordem do tempo social, subentende-se a passagem de um período de gênese da metropolização à sua progressão nos arredores das principais capitais e complexificação a partir de tendências simultâneas de unificação e fragmentação do tecido socioespacial representativo de suas diferentes grandezas. Com essa perspectiva, um princípio de proporção do fenômeno metropolitano, tomado por seus atributos, dinâmicas e objetos característicos, pode orientar a distinção e graduação da diferença de escala que separa regiões, cidades e localidades das dimensões e dos ritmos de espaços metropolitanos originários, a exemplo das primeiras metrópoles e regiões metropolitanas do país.

Se o comando metropolitano do Estado colonizador e o status de primeira metrópole atribuído à cidade do Rio de Janeiro foram suplantados em sua hegemonia, é a cidade de São Paulo que pronunciará a força macro-organizadora da metropolização em território brasileiro. Com os impulsos externos da ordem capitalista e as remodelações e os equipamentos de sua organização interna, a cidade se redimensionaria, desde me-

ados do século XIX, a partir do papel estruturador de seu núcleo central e a configuração territorial de grande rede — dada historicamente pela polinucleação dos processos de ocupação e povoamento do território paulista — tornando-se, já nos anos de 1940, uma grande cidade primaz da rede urbana (ainda regionalizada), e em poucos decênios, uma metrópole nacional e região metropolitana, a expressão a mais completa e complexa da organização do espaço urbano-metropolitano no país.

Hoje, se o fenômeno metropolitano pode ser concebido em escala nacional, em sua condição de totalidade menor da formação socioespacial brasileira, mas de maior nível de complexidade do sistema urbano, “as metrópoles podem, desse modo, ser analisadas segundo um critério sistêmico, desde que a percepção das variáveis seja alcançada” (Santos, 1993, p. 79).

Nessas ordens distintas do processo de macrometropolização do espaço, considera-se a concentração, irradiação e rarefação (ou presença pontual) de forças sociais integradoras, o que corresponde, no caso do estado de São Paulo e contexto geral de estudo da regionalização do espaço metropolitano, ao que Silva Neto (2000), estabeleceu, a partir de análise de variáveis selecionadas, a título de três subsistemas metropolitanos: o metropolitano central, o de expansão e o periférico.

Segundo essa abordagem totalizante e sistêmica, o desafio de aproximação empírica a tais níveis de complexidade prossegue: pergunta-se, então, a partir de que níveis e elementos constitutivos com poder integrador o sistema urbano da formação socioespacial brasileira pode ser graduado e concebido em sua condição integrada ao que dinamiza e organiza a realidade metropolitana em transformação. Em sua especialidade ou especificidades, o que constitui a realidade metropolitana dimensionada em metrópoles (completas e incompletas), regiões, cidades e localidades (contíguas ou não) por elas influenciadas?

Se a metropolização condiz à expressão de mais alta complexidade do processo de espacialização do tempo atual, ela é

indissociável das interações entre variáveis sociais, realizando-se segundo “um controle que assegura uma reprodução ordenada das características gerais, isto é, segundo uma organização” (Santos; Silveira, 2001, p. 24), comando vigente que pode ser desmantelado de um período a outro da história pela evolução de um ou mais fatores determinantes de mudança e produção da vida social e do espaço.

Nesse sentido, sendo o espaço uma estrutura de mediação dos processos sociais (do tempo histórico), por dedução lógica, consente-se à ideia de que o espaço metropolitano, em sua natureza social e de artefato humano, serve de condição intermediária entre pessoas ou grupos para a realização de seus próprios fins, em todas as instâncias de atividade social. Por corolário, as interações que lhes são concernentes são geridas dialeticamente por formas contrastantes de organização política e social, institucionalizadas ou não, mais ou menos capitalizadas ou científica e tecnologicamente instrumentalizadas, a serviço ou não de causas universais, humanizadoras ou socializantes.

Se estamos de fato em transição para outra globalização, a organização do espaço metropolitano tende a reproduzir suas linhas de força e, assim, de modo seletivo, tanto o expansionismo capitalista e/ou o globalitarismo neoliberal quanto as novas utopias engendradas como formas de resistência ou renovação tendem a se deslocar e realocar por meio de seus vetores de individuação, de natureza tangencial ou radial, material ou imaterial. Se assim é de fato, novos raciocínios compreensivos deverão elucidar as correlações entre o fenômeno metropolitano e a dinâmica dos diferentes lugares.

De lugar a lugar, a deslocização de atores, racionalidades, políticas, normas, modos de operar e processos socioespaciais característicos da atual globalização (em transição) metropolitana os mais recônditos lugares, porque a metropolitanação é instrumental à globalização hegemônica de nossos dias (como fábula e perversidade) e, por hipótese, será igual-

mente processo mediador de outro período histórico, outra globalização (Santos, 2000).

De fato, dadas as novas condições de simultaneidade e instantaneidade, com o espaço mais unificado e as comunicações mais fluidas, continua Santos (1993, p. 91),

o tempo que está em todos os lugares é o tempo da metrópole, que transmite a todo o território o tempo do Estado e o tempo das multinacionais e grandes empresas (...). Nenhuma cidade chega a outra cidade com a mesma celeridade. Nenhuma dispõe da mesma quantidade e qualidade de informações que a metrópole.

Na abordagem proposta, a informação seria o novo princípio da hierarquia espacial, e não mais a indústria. A força das metrópoles ou grandes cidades deriva do poder de controle das atividades hegemônicas sobre a economia e o território nelas sediadas, pois são capazes de manipulação da informação, da qual necessitam para a realização do processo produtivo, em suas diversas etapas — concepção, produção propriamente dita, distribuição, comercialização e consumo. O espaço de fluxos de informação (as mais diversas) organiza o território e não mais, como em fase anterior, o espaço onde os fluxos de matéria desenhavam a estrutura do sistema urbano (Santos, 1993, p. 92).

Nessa perspectiva, a metrópole aumenta seu poder macro-organizador, pois a inserção das cidades no sistema mais global de informações, de que depende seu próprio significado, submete-se à metrópole, diz Santos (1993, p. 91). A dissolução, ou deslocização da metrópole torna-se, em novas localizações preferenciais para os interesses de atores hegemônicos, uma condição de reprodução da sociedade econômica, política e do próprio ambiente construído, segundo uma variação tipológica de espaços metropolitanizados, de acordo às especificidades de condições pré-existentis encon-

tradas nos lugares.

O que importa reaver como ponderação respeita à ideia de que os vetores da racionalidade hegemônica, em seu propósito de expansão, unificação e homogeneização, produzem tendências, topologias ou modelos de organização socioespacial metropolitanos incidindo em novos alcances territoriais. Direta ou indiretamente, produzem as formas características do que tem sido denominado de dispersão urbana (Reis Filho, 2006), reproduzindo e ampliando a fragmentação da estrutura socioespacial urbano-metropolitana.

Além disso, é pertinente conjecturar na suposição de que, de algum modo, os lugares não são inteiramente alienados por essa ação hegemônica que toma o lugar apenas como recurso instrumental de rentabilidade aos seus interesses mais corporativos do que públicos. O que se observa aqui é que outras temporalidades coexistem, nos lugares, aos tempos hegemônicos. Em certa medida, os lugares podem ou tendem a oferecer resistência ao projeto dos atores hegemônicos alheios ao entorno do local onde se instalam (Santos, 2000).

Vive-se em um contexto histórico em que o nível crítico e moralmente insustentável das situações de desigualdade socioespacial tem desencadeado, de modo espontâneo ou dirigido, a oportunidade de uma tomada de consciência de parcelas consideráveis das populações desfavorecidas, que poderá engendrar a emergência de forças mobilizadoras, levando gradualmente aos ajustamentos políticos e constitucionais para mudanças sociais retificadoras.

Reconsiderando, os vetores da metropolitização, de um lado, designam ações e objetos representativos da racionalidade social hegemônica na produção de novas centralidades do tecido urbano ou em glebas isoladas mediante a incorporação dos benefícios da valorização do solo urbano (Reis Filho, 2006, p. 160).

De outro lado, a metrópole, em sua complexidade, é igualmente criadora de espaços comuns, onde a vida urbana apresenta as peculiaridades de uma organização dinâmica herdada ou con-

temporânea, mas não hegemônica, cujos habitantes em parte (e em certa medida) almejam sua inserção no mundo hegemônico, ou nele já se inserem (sobretudo pelo consumo, mas também por relações funcionais), e em parte a ele resistem ou vivem a mais completa impossibilidade dessa inserção, pela criação de um modo de subsistência e vida social ligados, localmente, às condições pré-existentes, muitas vezes precárias.

Qual o retrato dessa realidade hegemônica contraposta à realidade de espaços desfavorecidos? Importaria identificar com mais precisão quais novas situações envolvendo relações sociais horizontais e verticais poderão evidenciar indícios da emergência de novos centros do espaço humano — atribuídos de novas forças de ser centro da vida social e humana — de outra globalização, designada por outra política de caráter territorial.



3. Planejamento e Institucionalização de Regiões Metropolitanas

Há muito tempo, as cidades constituem centros de acumulação de riquezas e conhecimento e os lócus do poder de controle dos fluxos de toda ordem. Com os processos de modernização no Brasil e de reestruturação produtiva global, do pós-Segunda Guerra aos nossos dias, os problemas da organização do espaço urbano e regional tornaram-se cada vez mais complexos e exigentes de novas orientações e tratamentos político-institucionais.

Dois momentos definem, então, o contexto histórico da criação de regiões metropolitanas (RMs) no país para fins de planejamento e organização institucional do espaço metropolitano no conjunto da rede urbana nacional. Antes da Constituição Federal de 1988 (CF/1988), as primeiras RMs foram criadas em 1973-74, durante o governo militar. E no perío-

do pós-1988, é justamente a CF/1988 que estabelece novos princípios e normas da política urbana e, em particular, da regionalização, pela criação de novos arranjos institucionais de regiões metropolitanas, aglomerações urbanas (AU) e microrregiões (MR) (Brasil, 2018).

Em razão das estruturas urbanas mais interligadas, como nos relatam Rolnik e Somekh (2000, p. 3), antes dos anos de 1970, “já existiam experiências embrionárias de administrações metropolitanas”, cujas iniciativas “eram dos governos estaduais, expressavam um reconhecimento (...) de que a gestão metropolitana demandava tratamento administrativo específico”. Relatam as autoras que “A regulação federal só veio com a Constituição de 1967 e com a emenda Constitucional n. 1 de 1969”, mas devido a disputas políticas, a regulação só iria ocorrer em 1973, com a Lei Federal Complementar n. 14, e a criação das RMs de São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Curitiba, Belém e Fortaleza.

Mais tarde “a Região Metropolitana do Rio de Janeiro seria estabelecida pela Lei Complementar n. 20/75” (Guimarães, 2004, p. 20). Segundo esse autor, é importante compreender que “a escolha das nove áreas metropolitanas obedeceu mais aos objetivos de se desenvolver um sistema urbano no país de acordo com as necessidades da estratégia de desenvolvimento econômico assumido” (Idem, p. 20), do que contemplar efetivamente as realidades com caráter de formações metropolitanas.

O fato é que o governo autoritário buscava, com a institucionalização das regiões e a definição prévia de seus municípios integrantes, “promover o planejamento integrado e a prestação de serviços comuns de interesse metropolitano”, sob o comando do Estado-Membro e financiamento federal (Souza, 2003). A esse respeito, como relata Guimarães (2004, p. 21), a LC n. 14 estabelecia a participação compulsória dos municípios; definia “os serviços considerados comuns (art. 5º); e ainda, “criava um Conselho Deliberativo e um Con-

selho Consultivo como fóruns decisórios para os problemas metropolitanos”, cujas competências eram definidas para a “gestão das áreas metropolitanas”.

Segundo o mesmo autor, “no entendimento da Lei 14/73, o seu art. 5º, III, reputa como serviço comum de interesse metropolitano o uso do solo metropolitano”, instrumental que é aos “interesses públicos que se presta a proteger” (Guimarães, 2004, p. 22). Dessa forma, ficava estabelecido, no âmbito constitucional de efetivação do planejamento de ações envolvendo a dinâmica de relações das RMs, a importância das “normas jurídicas, cuja função precípua é a ponderação de interesses e a superação dos conflitos de interesses” surgidos acerca do uso e transformação do solo (Idem, p. 4).

No quadro do “federalismo dualista” (Alves, 1998, apud Silva Neto, 2010a), característico do período militar, a criação de RMs era, portanto, de competência exclusiva do governo federal, cabendo aos estados a criação efetiva de sua estrutura de gestão. Na CF/1967/69, as regiões eram definidas por um conjunto de municípios pertencentes a uma mesma “comunidade socioeconômica”; à sua gestão incumbia a “realização de serviços e a defesa de interesses comuns” (art. 34), e ao município, cabia apenas a realização “(...) de obras, serviços e atividades de interesse comum [que poderiam ocorrer] mediante convênios com entidades públicas ou particulares, bem como através de consórcios intermunicipais (...)” (art. 112).

Nesse período, a composição dos órgãos da gestão metropolitana foi definida pelo governo federal (LC 27/1975): O conselho deliberativo, “presidido pelo governador do estado e integrado por cinco membros por ele nomeados, incluindo-se o prefeito da capital, e um sexto integrante, que representaria os demais municípios envolvidos”, e o conselho consultivo, opinativo e “formado por um representante de cada município integrante da região, dirigido, porém, pelo presidente do conselho deliberativo”, o governador do estado (Silva Neto, 2010a).

Com o movimento nacional que se desencadeia no país pela

abertura política e a reforma urbana, firma-se na CF/1988 nova orientação para a política urbana e o planejamento urbano e regional. Trata-se de nova tendência do planejamento estabelecida no contexto da redemocratização, o que compreende politização, descentralização e ampla participação social.

Quanto à repartição de poderes entre a União, estados e municípios, houve o reconhecimento do município como ente federativo dotado de autonomia e poder de auto-organização e autogoverno, podendo elaborar as próprias Leis Orgânicas, o que representou um dos principais avanços do novo momento constitucional.

São demonstrativos desse processo os artigos 182 e 183 do capítulo inédito sobre a política urbana na Constituição Federal de 1988 (Brasil, 2018), e posteriormente, os princípios, diretrizes e instrumentos do Estatuto da Cidade (Brasil, 2001), amplamente discutidos ao redor da questão da função social da cidade e da propriedade, da justiça social e dos direitos à cidade, tendo os planos diretores (PDs) municipais ocuparam na centralidade da política urbana e ordenação do território municipal. Questões e problemas diversos vieram à cena no âmbito de ações ministeriais, mobilizações e debates públicos, sobretudo em seu estatuto primeiro de questão política, e não de questão técnica, cuja importância se imporia após as pactuações sociopolíticas entre diversos agentes (Villaça, 1999, p. 236).

Avaliações da incorporação do Estatuto da Cidade nos PDs (Fernandes, 2013) têm sido realizadas, trazendo a percepção de dificuldades do poder público em grande número de municípios (falta de interesse, mentalidade e condições) — também associadas à regulação de interesses conflitantes orientados por racionalidades contrapostas de planejamento —, e ainda, dos desafios enfrentados pelos movimentos sociais para elevar sua força de resistência e luta por outra forma de fazer política e planejar.

Com a mundialização da economia, a demanda de localizações pelo grande capital transforma os territórios e as cidades (pontos nodais) em produtos vendáveis, objetos de uma guerra

fiscal, demandando estratégias para tornar tais espaços atrativos aos olhos de grandes investidores. Trata-se, de fato, do processo de constituição de novas territorialidades do mercado (Silva Neto, 2006), encenado pelos atores da globalização econômica, segundo o receituário neoliberal, que desconsidera contradições e conflitos implicados na problemática estrutural da formação socioespacial urbana do país, de natureza desigual, segregacionista e fragmentada, destrutando, por isso, a dimensão social do espaço e do ser cidadão que, no seu direito à cidade, não se reduz à figura do consumidor (Santos, 1987).

É justamente nesse embate de tendências antagônicas da política urbana e do planejamento das cidades, que se podem situar normas e princípios trazidos pela CF/1988, no que se refere à criação e organização de unidades regionais, particularmente as RMs, e logo, a retomada das discussões sobre o planejamento regional no Brasil. Nesse momento, a integração de ações de entes públicos presentes nas regiões seria condição primordial para a execução de funções públicas de interesse comum (FPI-Cs), “que deverão ser planejadas, organizadas e cumpridas e, para as quais, o interesse local, garantido pela autonomia dos municípios, torna-se relativizado perante o interesse comum dos municípios agrupados numa mesma unidade regional” (Silva Neto, 2010a, p. 11).

Ainda segundo este autor (Silva Neto, 2010a, p. 11), a alteração do conceito de “serviço” (anos de 1970) para o de “função” leva a pensar em “ampliação e fortalecimento das garantias do pacto federativo”, pois implica “a prevalência do espírito cooperativo, integrador, descentralizado e participativo”. A mudança traduziria a viabilidade da “organização regional da totalidade territorial do Estado em torno de um único princípio integrador”, preservando, ao mesmo tempo, “os princípios de autonomia em sintonia com a necessária interdependência dos entes públicos atuantes nas regiões”. O que remete à “delimitação de atribuições para as quais contribuirá a harmonia mais perfeita entre interesses e competências da união, estados e municípios”, para

enfrentar a questão complexa das FPICs.

De fato, a mudança é significativa, dados os problemas mais complexos cuja territorialidade ultrapassa os limites municipais, como é o caso das redes de infraestrutura de transportes, energia ou saneamento básico, pois dificilmente o município teria força política para isoladamente definir estratégias de ação, investimento e gestão. Mas nessa questão, dizem Rolnik e Somekh (2000, p. 84), seria preciso lembrar que, se no período pós-1988, o forte da reforma do Estado era a descentralização, a tendência às privatizações não tardou a se impor com força na agenda pública. Além das infraestruturas, a questão do desenvolvimento econômico também chega a constituir um obstáculo para a autonomia local, pois “os espaços econômicos existentes no país são marcadamente regionais e não municipais”.

A gestão metropolitana foi um assunto não enfatizado na Constituição Federal, sendo delegado para as Constituições Estaduais a responsabilidade de suas definições e atribuições. Nesse quadro, o tratamento da questão reaviva-se, ao menos nos fóruns acadêmicos e técnicos (Souza, 2003), e as FPICs dos municípios tornam-se objeto de discussões, entre estas, a respeito de questões como: a das responsabilidades e do ordenamento territorial e de uma construção possível de espaços políticos regionais, em que se subentende, para Souza (2003, p. 148), “a mudança da escala territorial do planejamento e da gestão do território, fazendo emergir a chamada cidade-região” (cidade equiparada aqui às RMs); a questão das relações intergovernamentais e dos papéis de outros agentes, tais como prestadores de serviços públicos, organizações não governamentais e demais segmentos da sociedade; a questão dos recursos financeiros para a gestão metropolitana etc.

O fato é que a proliferação da criação de RMs no Brasil tem constituído uma tendência. Se nos anos de 1970 discutia-se a concepção de que outras regiões urbanas, além das nove instituídas, mereceriam a denominação de regiões metropolitanas, a exemplo de Brasília, Campinas e Santos (Santos,

1993), ou outras, ainda, como Manaus e Goiânia, hoje, ainda se discute sobre a arbitrariedade da criação de RMs, subentendendo-se interesses políticos e econômicos por trás da decisão dos estados da federação.

Definidas por um conjunto de municípios além do município núcleo, as RMs tornam-se objeto de programas especiais, levados adiante por organismos regionais criados de acordo a normas e recursos sobretudo federais (Santos, 1993).

Com base em pesquisas de Ongaro e Silva Neto (2017), em 2016 existiam no país 72 regiões metropolitanas criadas e 60 eram os projetos de criação de novas regiões. A partir desse número, em um levantamento realizado nas Constituições Estaduais, os autores constataram informações vagas quanto “ao entendimento das entidades administrativas e gestoras acerca da criação dessas regiões”. Em completo descompasso de entendimentos quanto às funções, deveres e ações que uma região desempenha, os processos de criação de RMs e os desdobramentos correspondentes, dizem os mesmos autores, “encontram-se bastante obscurecidos e burocráticos em grande parte dos estados, não transparecendo em parte alguma os métodos utilizados para tais criações” (Idem, p. 1). Diante dessa situação, continuam os autores, “planeja-se hoje sobre abstrações e interesses”, e o des-governo territorial, com a diminuição da atividade estatal, tende a se agravar com a prevalência das atividades privadas, “ainda menos interessadas no processo de regionalização” (Ibid., p. 2).

Não à toa, ao contrário, em estreita relação com tais fatos, em 2015 torna-se vigente o Estatuto da MetrÓpole (Brasil, 2015), que “estabelece diretrizes gerais para o planejamento, a gestão e a execução das funções públicas de interesse comum em regiões metropolitanas e em aglomerações urbanas”, e institui “normas gerais sobre o plano de desenvolvimento urbano integrado e outros instrumentos de governança interfederativa, e critérios para o apoio da União a ações que envolvam governança interfederativa no campo do desenvolvimento urbano” (art.1º).

Passados três anos, a Medida Provisória 818/18, de 11 de ja-

neiro de 2018, vem alterar a referida Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015, que institui o Estatuto da Metrópole, e a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, que institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana. Entre as principais alterações do Estatuto da Metrópole, destacam-se: as audiências públicas com ampla divulgação em todos os municípios da RM, “a elaboração, no âmbito da estrutura de governança interfederativa, e a aprovação pela instância colegiada deliberativa, até 31 de dezembro de 2021, do plano de desenvolvimento urbano integrado das regiões metropolitanas ou das aglomerações urbanas”.

Considerando esse trajeto histórico, aspectos da organização regional no âmbito do estado de São Paulo, à qual respeitam os desdobramentos da criação da RMVPLN, serão apontados.



3.1 Regionalização Metropolitana no Estado Paulista: O Caso da RMVPLN

Os artigos de Silva Neto (2010a; 2010b) constituem referências significativas para entendimento da organização regional no contexto paulista. Após a CE/1989, a Lei Complementar 760/1994 (São Paulo, 1994) dispõe sobre a organização regional do estado de São Paulo e estabelece exigências para a criação de unidades regionais. A elaboração de Projeto de Lei Complementar é o passo inicial do processo legislativo de criação de uma RM e deve vir acompanhado de documentação comprobatória de atendimento às exigências da lei e de resultados de audiências (inciso II). Após aprovação pela Assembleia Legislativa (CE/1989, art. 23, parágrafo único, “17”) a documentação é encaminhada ao “governador (art. 28) para o que lhe compete privativamente (art. 47, III e IV)” (Silva Neto, 2010a).

Com o objetivo de tratar da reorganização regional da RMSP, o mesmo autor destaca aspectos importantes para compreender as mudanças do sistema de planejamento do Estado paulista, com o decreto de 1995 (Dec. 39.895), tais como: a transferência da

EMPLASA para a Secretaria de Transportes Metropolitanos; o retorno da estrutura de gestão metropolitana para a Secretaria de Economia e Planejamento (Dec. 47.564) em 2003 e o envio do PLC 6/2005, que “reorganiza a Região Metropolitana da Grande São Paulo, autoriza o Poder Executivo a criar o respectivo Conselho de Desenvolvimento, a instituir entidade autárquica e a constituir o Fundo de Desenvolvimento Metropolitano de São Paulo”. Em 16 de junho de 2011, esse projeto torna-se a Lei Complementar 1139, que “Reorganiza a Região Metropolitana da Grande São Paulo, cria o respectivo Conselho de Desenvolvimento e dá providências correlatas”.

A despeito de toda a reestruturação normativa da regionalização nas últimas décadas, é preciso consentir ao fato de que o “esvaziamento das estruturas governamentais ocorreu em todos os níveis de planificação, acompanhando o declínio do planejamento regional” (Silva Neto, 2010a, p. 6). Nesse contexto, se as RMs, AUs e MRs tornaram-se as unidades regionais da política territorial, organizadoras da rede urbano-regional, outra questão apontada por Silva Neto (Idem, p. 6) merece destaque, pelas implicações no planejamento regional que poderiam advir de revisões teórico-metodológicas:

Todos os níveis territoriais da nação referem-se a um entendimento hierárquico do fenômeno espacial. De fato, a rede urbano-regional é regida por relações de primazia e de subordinação. Mas, e a política territorial? Exatamente devido às desigualdades socioespaciais que resultam dessas relações, também pode ser tratada de igual modo?

Mas outros pontos importantes também merecem observações. Um deles diz respeito às FPICs, ainda abrigadas conceitualmente sob a noção ampla de “campos funcionais”, trazida pela LC 760/1994 (São Paulo, 1994), sendo assim identificados: planejamento e uso do solo; transporte e sistema viário regional; habitação; saneamento básico; meio ambiente; desenvolvimen-

to econômico e atendimento social. Considerando as funções públicas que extrapolam o âmbito local das municipalidades, é relevante considerar que embora o “interesse metropolitano” sobreleve-se aos conceitos jurídicos de “autonomia municipal e de peculiar interesse local”, o entrosamento dos entes públicos presentes na RM é indispensável para a sua planificação, operacionalização técnica e funcionamento administrativo (Silva Neto, 2010a, p. 12).

No processo democrático, a implementação de uma RM carece de coexistência participativa. Se o princípio constitucional da integração é soberano, afirma Silva Neto (2010a, p. 12) “nada obriga o município a participar e nada faculta o Estado a impedir a participação do município”. O fato a destacar é a necessária compreensão da questão regional para ser “introjetada no modus operandi do gestor público” (Idem, p. 13). Prevê-se a figura administrativa de uma autarquia territorial, intergovernamental e interfuncional, mas sem personalidade política, com o objetivo “de garantir a sobreposição do interesse metropolitano em face dos originados em outras dimensões territoriais”, sem que se altere a organização dos poderes federativos.

Ressalta-se ainda que as FPICs fundamentam “os casos em que o princípio da integração deve ser incondicionalmente prevalente em face de qualquer outra situação”, pois devem ser cumpridas no contexto regional, “no âmbito que integra os municípios entre si, e estes com o estado e/ou com a união” (Silva Neto, 2010b, p. 2). Além disso, no caso das RMs, em razão da existência de uma autarquia de caráter territorial, tais regiões “podem direcionar os respectivos planos, programas e projetos com um grau de autonomia jamais alcançado anteriormente. Tudo depende do modo como se articulam os diferentes níveis de interesse comum” (Silva Neto, 2010a, p. 14).

Considerando que o Conselho de Desenvolvimento constitui a forma pela qual se dará a organização e representação das entidades regionais, nas regiões metropolitanas, este conselho, de caráter normativo e deliberativo, “integrará entidade com per-

sonalidade jurídica de direito público, autonomia administrativa e financeira, (...) com o propósito de integrar a organização, o planejamento e a execução (...) das funções públicas de interesse comum” (LC 760/1994, art. 17, caput) (São Paulo, 1994).

Lembrando que a estrutura federativa se manteve intacta, a autonomia das entidades regionais é relativa e condicionada, e é atribuição do Estado manter a organização regional integrada e coordenada (Silva Neto, 2010b, p. 6). Todavia, os desafios são grandes, pois as formas de regionalização privada constituem ameaças à supremacia do poder público e à mobilização e criação de forças de resistência.

Nesse contexto amplo da questão da regionalização institucional, o caso da criação da RMVPLN segue as mesmas normativas gerais. A Lei Complementar 1166, de 9 de janeiro de 2012 (São Paulo, 2012) a instituiu, gerando discussões sobre a validade dessa institucionalização pela alegada ausência de fato metropolitano em seu território. Os objetivos dessa criação aparecem no artigo 2º dessa lei, visando-se o planejamento para o desenvolvimento; a cooperação interfederativa; o uso racional do território, recursos naturais e bens culturais; a integração do planejamento e da execução das FPICs (cabíveis aos entes públicos atuantes na região) e ainda, a redução das desigualdades.

Composta por 39 municípios, dispostos em cinco sub-regiões, caberá ao Conselho de Desenvolvimento da RMVPLN “estabelecer em Regimento próprio as normas relativas ao processo de organização e funcionamento das sub-regiões” (artigo 4º, parágrafo único).

É interessante observar o maior número de campos funcionais que essa lei estabelece em comparação com a LC 760/1994 (São Paulo, 1994). Na LC 1166 (São Paulo, 2012), as FPICs da região serão especificadas pelo Conselho de Desenvolvimento entre os seguintes campos funcionais:

I - planejamento e uso do solo; II - transporte e sistema viário regional; III - habitação; IV - saneamento ambiental; V - meio ambiente; VI - desenvolvimento econômico; VII - atendimento social; VIII - espor-

tes, lazer e cultura; IX - turismo; X - agricultura e agronegócio.

No terceiro parágrafo do artigo 12, acrescenta-se que os campos funcionais indicados nos incisos V, VI e VII compreenderão “as funções de saúde, educação, planejamento integrado da segurança pública, recursos hídricos, defesa civil e serviços públicos em regime de concessão ou prestados diretamente pelo Poder Público, sem prejuízo de outras funções a serem especificadas pelo Conselho de Desenvolvimento”.

Ao Conselho de Desenvolvimento, cabe estabelecer em seu Regimento, regras da criação e funcionamento do Conselho Consultivo da RMVPLN, e poderá criar Câmaras Temáticas para as FPICs e Câmaras Especiais voltadas a programas, projetos ou atividades específicas.

Com ressalvas, a participação social está prevista em diferentes artigos dessa mesma lei. No artigo 13, fica estabelecida “a participação popular no processo de planejamento e tomada de decisões, bem como na fiscalização da realização de serviços ou funções públicas de caráter regional”. Já no artigo 6º, no § 3º, indica-se que “Qualquer cidadão ou entidade legalmente constituída poderá apresentar proposta ao Conselho de Desenvolvimento, que deliberará no prazo previsto no Regimento Interno e em conformidade com o disposto no artigo 13 desta lei complementar”. De igual forma, no parágrafo único do artigo 15, afirma-se que “Qualquer cidadão ou entidade legalmente constituída poderá apresentar proposta, sugestão ou pedido de informações ao Conselho Consultivo” que, em conformidade com o Regimento Interno, “analisará e dará os devidos encaminhamentos, e, se for o caso, se a maioria dos seus membros presentes aprovar, encaminhará ao Conselho de Desenvolvimento para apreciação e deliberação”.

Além disso, cabe ao Conselho de Desenvolvimento, em decisão conjuntamente com seus pares, convocar audiências públicas “destinadas à exposição de suas deliberações referentes aos estudos e planos em andamento e à utilização dos recursos

do Fundo de Desenvolvimento” (artigo 11), no que concerne às FPICs da RMVPLN.

Dadas tais normas gerais da LC 1166, é preciso registrar que, após três anos da criação da AGEMVALE, pela LC 1258 (São Paulo, 2015) e sua posse em 2015, pouco se sabia a respeito dos desdobramentos da criação da RMVPLN. Não existiam divulgações de acesso público. Nada a constatar a não ser a existência de sua sede e a possibilidade de acesso às leis. Constituindo uma entidade autárquica, conforme descrito no artigo 3º da lei de sua criação, a agência “tem por finalidade integrar a organização, o planejamento e a execução das funções públicas de interesse comum da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte, desenvolvendo as seguintes atribuições”: arrecadar receitas, elaborar planos, programas e projetos de interesse comum, fiscalizar e avaliar tais atividades; promover desapropriações, gestão administrativa de pessoal, serviços e controle interno, gestão financeira (orçamentos, receitas e recursos adicionais, bens móveis e imóveis, convênios e contratos).

Somente após o aumento do prazo estabelecido pela Medida Provisória 818/18, os desdobramentos necessários e exigidos a partir da criação da RMVPLN chegaram de fato a se evidenciar, ao seu tempo e modo, com o processo de elaboração do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado – PDUI (São Paulo, 2022) da RMVPLN (concluído no segundo semestre de 2022, mas ainda não aprovado em assembleia até junho de 2023), tendo à frente a Secretaria de Desenvolvimento Regional do Estado de São Paulo e a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE, em conjunto com uma equipe de consultores contratados. Se as razões dessa decisão podem ser melhor investigadas, algumas pistas deixaram-se entrever nas apresentações de representantes do governo estadual e da FIPE, ao mencionarem o projeto de lei sobre a Nova Regionalização do Estado e a possibilidade de financiamentos de bancos multilaterais para planos regionais.



4. Níveis e Dimensões da Integração do espaço Metropolitanizado

Com base nessa organização de ideias (já expostas) sobre aportes teóricos da metropolização e processos político-institucionais do planejamento regional-metropolitano, cumpre reportar-se, agora, ao princípio da integração que vigora no movimento dialético entre tempo e espaço e todas as instâncias e experiências da vida social, em diferentes unidades espaciais, regiões e lugares. Surge daí a necessidade de estabelecer relações entre o que é global e local e encontrar caminhos de análise para distinguir e retratar dimensões e níveis do espaço metropolitano — ou metropolitanizado —, incluindo contradições, defasagens e outras solidariedades socioespaciais, de natureza vertical e horizontal, que revelam sua dinamicidade e dinâmicas propriamente ditas.

Para isso, importa reaver momentos de aproximação analítica da realidade do Vale do Paraíba e Litoral Norte, no contexto de suas relações macrometropolitanas e intrarregionais.

Nesse sentido, uma preocupação metodológica recorrente centrava-se na possível verificação da existência de “medidas” da metropolização ou do fato metropolitano no Vale do Paraíba e Litoral Norte, e por isso mesmo, então, sobre o fato regional-metropolitano em sua ordem de conexões ou similaridades com distintas formas de organização socioespacial do território macrometropolitano paulista.

Considerando os aportes teóricos sobre a metropolização e a organização do espaço metropolitano (acima referidos), as pesquisas prosseguiram a partir das seguintes indagações: Quais as grandezas referenciais da realidade metropolitana no Vale do Paraíba e Litoral Norte? Onde localizar o que revela o caráter metropolitano da organização socioespacial? Em que lugar? Por quais atributos, funções, dinâmicas e objetos dos territórios da

vida social regional? E ainda: em que medida a ordem metropolitana tende a ser induzida pela planificação?

No campo de observação que relaciona a região do Vale do Paraíba e Litoral Norte às irradiações metropolitanas unificadoras, os dados possibilitaram indicações, e os territórios, lugares e paisagens trouxeram evidências significativas

Em primeira instância, os eixos de desenvolvimento e urbanização regional (Andrade, 2015; Silva, 2017; Alvarenga, 2018), que se constituem ao redor de segmentos rodoviários importantes do sistema viário estadual e regional, são objetos primordiais focalizados. Neles, as correlações possíveis entre a lógica hegemônica global de produção social do espaço e a lógica de reorganização local dos espaços urbanos em territórios municipais foram identificadas e analisadas, em progressivo e por estudos parcelares, a exemplo daqueles que abordaram, além de São José dos Campos e Jacareí, Pindamonhangaba, Caçapava, Jambeiro, Caraguatatuba e São Sebastião, entre outros (Gomes, 2018; Gomes, Andrade; Santos, 2019).

Considerou-se que tais eixos de desenvolvimento e urbanização nas margens imediatas e arredores de rodovias e/ou complexos viários, a exemplo de entroncamentos ou anéis, constituem níveis de maior complexidade da integração territorial do espaço regional às realidades macrometropolitanas. Porque organizam as estruturas, dinâmicas e fluxos produtivos e sociais de centros urbanos importantes da região, incluindo suas conexões e complementaridades com outros centros dentro e fora dos limites do território regional.

Silva Neto (2002) já ressaltou, em estudos sobre a regionalização paulista, a anterioridade histórica dos centros urbanos mais consolidados e o grau de interações técnico-econômicas observáveis nas imediações de faixas radiais a partir da cidade de São Paulo.

Mais recentemente, Tavares (2016) também destacou as vantagens comparativas de uma urbanização privilegiada em territórios ao redor destes eixos, constituindo a base de ações planejadas

que tendem a reforçar ainda mais essa seletividade de territórios, ao incluí-los em carteiras de investimentos e projetos de grandes agentes privados, amparados pela regulação estatal de cunho neoliberal, tendo em vista mais integração à lógica hegemônica de produção do espaço, mais conectividade e competitividade.

Esse modelo político e geoeconômico de uso do território parece, de fato, reforçar o círculo vicioso da reprodução de desníveis ou defasagens socioespaciais em todo lugar. As forças econômicas e políticas incidentes geograficamente, em localizações preferenciais, exprimem seus interesses contrários aos reequilíbrios regionais e locais, embora a busca desses reequilíbrios seja propagada como intenção nos discursos de planejadores e atores do mercado. As escolhas locacionais reforçam o real interesse pela certeza dos lucros e os investimentos em áreas rentáveis e, assim, o descaso estrutural por regiões desfavorecidas, sem vantagens comparativas, conflituosas e reveladoras de contradições sociais e ambientais (Tavares, 2016, p. 688-689).

Considerando sobretudo as transformações do espaço urbano-regional dos últimos cinco decênios, a importância estratégica atribuída ao Eixo da Rodovia Presidente Dutra no processo de constituição do espaço produtivo e da urbanização regional tem sido afirmada e reafirmada. Além desse eixo, o Eixo da Rodovia Carvalho Pinto (que corre em paralelo à Dutra e já se estende à Rodovia Oswaldo Cruz); o Eixo litorâneo e, mais recentemente, o Eixo da Rodovia dos Tamoios, e até mesmo, o eixo que leva a Campos do Jordão têm sido igualmente reconhecidos como objetos geográficos organizadores de centros urbanos (e/ou de seus espaços internos) e de acessibilidade estrutural aos fluxos demográficos e econômicos mais importantes da região.

Nesse contexto, ressalta-se que nem todos os eixos evidenciam combinação de elementos representativa de mais alta integração aos processos característicos da produção social do espaço metropolitano, operando a sua reprodução ampliada, em seus arredores, em diferentes porções do espaço urbano-regional. Mas, por conterem em si mesmos a

natureza de objetos de integração territorial, podem ser estimados como referenciais significativos da deslocalização metropolitana, da integração às realidades metropolitanas em alguma medida.

Por certo, são diversas as categorias e variáveis de análise e verificação empírica de tais níveis de integração observáveis pelos usos e ocupações ao redor dos eixos. Mas não apenas nos eixos, para além deles, igualmente, incluindo outro conjunto de cidades e localidades da região, de natureza urbana, periurbana, rural ou, ainda, ambientalmente preservadas, protegidas ou em recuperação.

Pode-se cogitar na hipótese de que, se tais lugares não apresentam características de uma formação metropolitana, podem ser observados, ainda que em mínima proporção, na condição de metropolitanizados (Silva Neto, 1985). Isso se explica no sentido de que, em alguns casos, certas ações de agentes externos ou internos à região, mesmo que de caráter pontual, incorporam aos lugares uma característica similar aos modelos de ação hegemônica (direta ou indiretamente ligados aos centros metropolitanos), que inserem tais lugares em algum circuito extralocal de cooperação, produção, comercialização ou consumo, e mesmo, de conexões socioculturais, identidade ou mobilizações.

O caso de Campos do Jordão serve de exemplo de uma força de centralidade que não apenas irradia influências em âmbito microrregional (Thomazello, 2020), mas também exerce atratividade em escala regional e nacional. As dinâmicas que inter-relacionam a cidade (em boa medida) aos fluxos de paulistanos (mas também oriundos de outros estados, como RJ e MG) tornam a ambiência do lugar assemelhada às forças econômicas e modelos de urbanidade referenciados pelo mundo metropolitano, ao modo de empreender e fazer turismo de segmentos de mais alta renda, impactando a política e o planejamento urbano na produção de desigualdades socioespaciais.

A dimensão diminuta da cidade, com população na ordem dos 50 mil habitantes, não impede uma produção do espaço

urbano caracterizada não apenas por empreendimentos imobiliários de alto padrão, tipologias habitacionais de segunda residência e padrões comerciais representativos de circuitos econômicos superiores (Thomazello, 2020) e de uma urbanidade típica do “consumo do lugar”, mas também o mesmo modelo de contradições e disparidades socioespaciais — de natureza metropolitana — que ali constitui o que Milton Santos denominou de “espaço dividido”, em que os assentamentos habitacionais precários e localizados em áreas de risco, a incompatibilidade entre fluxos de turistas e estrutura urbana e a segmentação do mundo do trabalho representariam outra amostra da metropolitização.

Sob tal ponto de vista, ressalta-se que, neste confronto teórico-metodológico entre metropolização e realidade regio de processos, modus operandi e materializações de caráter hegemônico; incluem-se, igualmente, grandezas referenciais similares às contradições do espaço de metrópoles ou regiões metropolitanas (reconhecidas historicamente ou consagradas pela literatura), evidenciando defasagens, disparidades ou, as involuções metropolitanas (Santos, 1994).

Entre outras variáveis de análise, poderíamos destacar algumas já focalizadas em estudos do PLUR-Univap, ou de outros programas parceiros (a exemplo daqueles abrigados na UNITAU, PUC-Campinas, UFABC e INPE), voltados às questões urbano-regionais, pois muito têm ajudado a refletir ou buscar evidenciar a metropolitização dos principais eixos, de cidades ou localidades diferenciadas. São elas: a densidade da estrutura socioprodutiva de natureza científico-tecnológica e de base industrial; a especialização e diversificação dos serviços urbanos; o adensamento institucional e de equipamentos públicos; processos de financeirização da economia e do mercado imobiliário; a verticalização, o espraiamento e a fragmentação do espaço construído; a intensificação da mobilidade pendular; topologias de redes (serviços); centros logísticos; conexões inter-regionais ou intermetropolitanas; padrões de

uso e ocupação do solo urbano, periurbano e rural; sistemas multimodais de mobilidade; formas diferenciadas do capitalismo de plataformas; conurbações; regionalização da vida cotidiana; centralidades emergentes; unidades espaciais institucionalizadas, conflituosas, de caráter identitário e/ou invíveis; as tipologias condominiais periféricas contrapostas aos assentamentos habitacionais precários; formas de segregação socioespacial; ações coletivas e modelos de urbanidade, violência urbana etc.

Vale notar que essas variáveis, ou outras que se venha eleger para fins de novas investigações e análises, concernem a distintas dimensões da integração: a econômico-produtiva, a político-institucional, a cultural-ideológica (ou simbólica) e a espacial propriamente dita, incluindo aqui sua interface ambiental. Nesse sentido, os níveis de integração e as combinações de variáveis que os representem podem também ser evidenciados por algumas dessas dimensões da integração aos espaços metropolitanizados.

Além disso, pode-se consentir com a ideia de que, na perspectiva mais otimista, as cooperações interfederativas e, sobretudo, as modalidades plurais de solidariedade ativa e participação social, fazendo valer o princípio da integração de ações, em vista de interesses e projetos comuns, poderão ser consideradas a título de medida prospectiva para o planejamento do desenvolvimento urbano e regional — a gestão de uma RM instituída — e, por isso, também condizente com outra grandeza referencial de equiparação da realidade regional com a metropolitana, em coerência à abordagem teórica aqui apresentada.



5. Considerações Finais

O artigo procurou recuperar alguns momentos significativos da pesquisa e reflexão sobre a questão metropolitana, em suas dimensões teórica, empírico-analítica e político-

-institucional. Outros momentos, ainda que não referidos diretamente, estão, de algum modo, implicados nas elaborações das seções do artigo.

Em sentido amplo, a problemática central dos processos de investigação sobre a metropolização envolve as dinâmicas de organização e transformação de estruturas urbano-metropolitanas de metrópoles e regiões metropolitanas, bem como suas individualizações na escala regional e local, que denotam integração e similaridades ao espaço metropolitano e suas variáveis analíticas, sem deixarem de representar, cada uma dessas individualizações (regionais ou locais), realidades singulares, em razão das peculiaridades de espaços pré-existentes e suas dinâmicas relacionais.

Trata-se de evidenciar ações e formas-conteúdo da organização socioespacial urbano-metropolitana referencial — vale dizer, a da metrópole informacional, corporativa e fragmentada — que tendem a se reproduzir em outras regiões e lugares, produzindo modelos similares de organização socioespacial, mas trazendo uma combinação única, singular, de acordo com a constituição histórica e com as identidades de tais lugares.

Nas tendências à reprodução, é bom lembrar, há sempre produção de algo novo, e não apenas uniformização de padrões. E por isso, também se procede a verificações da hipótese de que a gênese de outras formas de organização socioespacial, ação coletiva e política, pode se dar, com um valor diferencial para o futuro, nesses espaços e lugares não metropolitanos por formação, mas sim, metropolitanizados.

Para além da teoria de base escolhida, fundada no pensamento de Milton Santos, e os aportes teóricos e conceituais pertinentes e complementares, os desafios teórico-metodológicos persistem ou se renovam na dinâmica de construção/reconstrução do objeto de estudo e definição sistêmica dos níveis de análise, suas categorias e variáveis.



6. Referências

ALVARENGA, Daniela das Neves O programa minha casa minha vida na região metropolitana do vale do paraíba e litoral norte: Segregação socioespacial e vulnerabilidade social. 2018. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade do Vale do Paraíba, São José dos Campos, 2018.

ALVES, Alaôr Caffé. Regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões: novas dimensões constitucionais da organização do Estado brasileiro. Revista da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo. Edição Especial em Comemoração aos 10 anos de Constituição Federal. Procuradoria Geral do Estado de São Paulo, 1998. Disponível em: <http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/revistaspge/revista/tes1.htm>. Acesso em: 05 fev. 2018.

ANDRADE, Daniel José de. O eixo da Rodovia Presidente Dutra na Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (SP): Subsídios Teórico-metodológicos para a Regulação do Uso e Ocupação do Solo no Contexto do Planejamento Urbano-Regional. 2015. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade do Vale do Paraíba, São José dos Campos, 2015.

BRASIL. Lei N. 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 2001. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110257.htm. Acesso em: 13 jun. 2023.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Constituição da República

Federativa do Brasil: até a Emenda no 99/2017. 53. ed. Brasília: Edições Câmara, 2018.

BRASIL. Lei no 13.089, de 12 de janeiro de 2015. Institui o Estatuto da Metrópole, altera a Lei no 10.257, de 10 de julho de 2001, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113089.htm. Acesso em: 20 jun. 2023.

FERNANDES, Edésio. Estatuto da cidade, mais de 10 anos depois: Razão de descrença, ou razão de otimismo? Rev. UFMG, Belo Horizonte, v. 20, n.1, p. 212-233, jan./jun. 2013.

GOMES, Cilene. Relatório de Pesquisa, Iniciação Científica. In: SOUZA, M. A. A. Projeto Algumas bases para uma teoria da urbanização brasileira: uma investigação sobre a metrópole: Política fundiária. São Paulo: FAUUSP; Fapesp, 1982/1983.

GOMES, Cilene. Observatório das regiões, cidades e localidades do Vale do Paraíba e Litoral Norte: Ação social para o desenvolvimento e o planejamento urbano e regional. Relatório Final – CNPq / Projeto Universal (dez. 2014 a dez.2017). PPGPLUR-Univap, São José dos Campos, fev. 2018.

GOMES, Cilene. Metropolização e metrópole onipresente: discussão teórica e confrontação com a Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte, SP. Relatório Final – CNPq / Projeto Universal (fev. 2019 a fev. 2022). PPGPLUR-Univap, São José dos Campos, abril de 2022.

GOMES, Cilene; RESCHILIAN, Paulo Romano; UEHARA, Agnes Yuri. Perspectivas do planejamento regional do Vale do Paraíba e Litoral Norte: marcos históricos e a institucionalização da região metropolitana no Plano de Ação da

Macrometrópole Paulista. Urbe: Revista Brasileira de Gestão Urbana, v. 10, n. 1, p. 154-171, 2018.

GOMES, Cilene; ANDRADE, Daniel José de; SANTOS, Micael Henrique S. O que une, separa: Questão metropolitana e paradoxos da transformação socioespacial em contexto regional paulista. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO e REGIONAL, 18., 2019, Natal. Anais..., Natal, 2019.

GOMES, Cilene et al. Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte - Interfaces com a construção da PNDU - Componente A. 2021a. (Ipea - Relatório de pesquisa). Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/10437>. Acesso em: 20 jun. 2023.

GOMES, Cilene et al. O processo de contratação, elaboração e implementação dos Planos de Desenvolvimento Urbano Integrado Soluções de governança, instrumentos, arranjos de gestão e soluções de conflitos de uso e ocupação do solo - Região metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (RM-VPLN). 2021b. (Ipea - Relatório de pesquisa). Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10466/1/Pgmb_rm_Vale_Paraiba_Litoral_Norte_complemento_B.pdf. Acesso em: 20 jun. 2023.

GOMES, Cilene. et al. Relações interfederativas na Região do Vale do Paraíba e Litoral Norte: Disjunções do Planejamento Regional e Dimensão Transescalar de Ações e Territórios. In: IPEA. Federalismo, planejamento e financiamento: avanços e desafios da governança metropolitana no Brasil. Rio de Janeiro: Ipea, 2021c. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/10947?mode=full>. Acesso em: 20 jun. 2023.

GUIMARÃES, Nathália Arruda. Regiões metropolitanas: aspectos jurídicos. Revista Jus Navigandi. Teresina, ano 9, n.273, 6 abr. 2004. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/5050/regioes-metropolitanas>. Acesso em: 20 jun. 2023.

ONGARO, Nathália Giassetti; SILVA NETO, Manoel Lemes Regionalização no Brasil a partir da experiência paulista. In: ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, 22., 2017, Campinas. Anais..., Campinas: PUC-Campinas, 2017.

REIS FILHO, Nestor Goulart. Notas sobre urbanização dispersa e novas formas de tecido urbano. São Paulo: Voa das Artes, 2006.

ROLNIK, Raquel; SOMEKH, Nadia. Governar as metrópoles: dilemas da recentralização. São Paulo em Perspectiva, v. 14, n. 4, São Paulo, 2000.

SANTOS, Milton. O espaço do cidadão. São Paulo, Nobel, 1987.

SANTOS, Milton. A urbanização brasileira. São Paulo: Hucitec, 1993.

SANTOS, Milton. Por uma economia política da cidade: o caso de São Paulo. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 2000.

SANTOS, Milton. Economia espacial: críticas e alternativas.

2. ed. São Paulo: EDUSP, 2014.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro; São Paulo: Editora Record, 2001.

SÃO PAULO (Estado). Lei Complementar Nº 760, de 01 de agosto de 1994. Estabelece diretrizes para a Organização Regional do Estado de São Paulo. Diário Oficial, São Paulo, 1994. Disponível em: <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei.complementar/1994/lei.complementar-760-01.08.1994.html>. Acesso em: 27 abr. 2017.

SÃO PAULO (Estado). Lei Complementar 1166, de 9 de janeiro de 2012. Cria a região metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte, e dá providências correlatas. Diário Oficial, São Paulo, 2012. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei.complementar/2012/lei.complementar-1166-09.01.2012.html>. Acesso em: 13 dez. 2017.

SÃO PAULO (Estado). Lei Complementar 1258, de 12 de janeiro de 2015. Dispõe sobre a criação da Agência Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte - AGEMVALE, altera dispositivo da Lei Complementar nº 1.166, de 2012, e dá providências correlatas. Diário Oficial, São Paulo, 2015. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei.complementar/2015/lei.complementar-1258-12.01.2015.html>. Acesso em: 13 dez. 2017.

SÃO PAULO (Estado). Plano de desenvolvimento urbano e integrado da Região Metropolitana do Vale do Paraíba, 2022. Disponível em: <https://rmvpln.pdui.sp.gov.br/>. Acesso em: 12 jun. 2023.

SILVA, Deivid Galdini. Fluxos de capitais imobiliários e seus impactos no espaço urbano: uma análise dos municípios de

São José dos Campos e Taubaté. 2017. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) - Universidade do Vale do Paraíba, São José dos Campos, 2017.

SILVA NETO, Manoel Lemes. Metropolitanização (Trabalho programado). São Paulo: FAUUSP, 1985.

SILVA NETO, Manoel Lemes. Organização urbano-regional do Estado de São Paulo. Relatório final da pesquisa “A rede urbana paulista: composição e transformação da estrutura produtiva regional”. São Paulo, 2000.

SILVA NETO, Manoel Lemes. A interação técnico-econômica do território paulista. In: ENCONTRO BRASILEIRO DE ESTUDOS REGIONAIS E URBANOS, 2., 2002, São Paulo. Anais..., São Paulo: Associação Brasileira de Estudos Regionais, 2002.

SILVA NETO, Manoel Lemes. Novas regiões, outros desafios: a regionalização do novo mercado em São Paulo e suas implicações no planejamento urbano-regional. Cadernos IPPUR, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 49-75, 2006.

SILVA NETO, Manoel Lemes. Evolução e tendências da gestão metropolitana em São Paulo: aspectos normativos (parte 1). Arquitextos, São Paulo, n. 11, 2010a.

SILVA NETO, Manoel Lemes. Evolução e tendências da gestão metropolitana em São Paulo: aspectos normativos (parte 2). Arquitextos, São Paulo, n. 11, 2010b.

SOUZA, Celina. Regiões metropolitanas: Condicionantes do Regime Político. Lua Nova, São Paulo, n. 59, 2003.

THOMAZELLO, M. F. Cidade mercadológica e desafios ao planejamento democrático: Centralidade de Campos do Jor-

ção e cooperação social no Circuito Turístico da Mantiqueira. 2020. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade do Vale do Paraíba, São José dos Campos, 2020.

TAVARES, Jeferson C. Eixos: novo paradigma do planejamento regional? Os eixos de infraestrutura nos PPA's nacionais, na lirsra e na macrometrópole paulista. Cad. Metrop., São Paulo, v. 18, n. 37, p. 671-695, set/dez 2016.

VILLAÇA, Flávio. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In: DEAK, Csaba; SCHIFFER, Sueli R. (org.). O Processo de Urbanização no Brasil. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999, p. 170-243.



6. Apêndice

NEEUR – Núcleo de Estudos do Espaço Urbano e Regional

Originariamente, o NEEUR foi constituído em 2015 com o nome de Núcleo de Estudos Urbano-Metropolitanos. Em 2019, o nome do laboratório foi alterado para o seu nome atual: Núcleo de Estudos do Espaço Urbano e Regional. Desde sua criação, e para ela, o Núcleo contou com apoio da CAPES e do CNPq, para compra de equipamentos e bolsas de iniciação científica e apoio técnico. O NEEUR pode ser acessado no Diretório do CNPq pelo link abaixo: <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/488317>

Contemplando, de modo amplo, as linhas de pesquisa Organização do Espaço Urbano e Regional e Planejamento Urbano e Regional, O NEEUR dedica-se a pesquisas em diferentes eixos temáticos predominantes, a saber:

- A. Globalização e relações globais e locais
- B. Formação socioespacial brasileira
- C. Organização do espaço urbano e regional
- D. Organização do espaço metropolitano
- F. Políticas Públicas de caráter territorial
- G. Planejamento e desenvolvimento regional

Sociedade do conhecimento e da informação, participação social e cidadania.

O NEEUR sedia o Observatório Regional Vale do Paraíba e Litoral Norte, cuja criação e website foram financiados pelo CNPq (<https://www.observatoriodovale.net.br>).

Nesse campo de busca de conhecimentos e intercâmbios, destacam-se as seguintes finalidades do NEEUR:

1. Desenvolvimento de projetos de pesquisa da coordenadora, de forma independente e/ou integrada a projetos de pesquisa de Mestrado e Doutorado do PLUR-Univap e a projetos de Iniciação Científica, com apoio financeiro ou ligados ao Programa de Iniciação Científica Voluntária do Instituto de Pesquisa e Desenvol-

vimento - IPD/Univap. Além disso, O NEEUR tem estabelecido parcerias com Pesquisadores Doutores que tenham interesse em aderir ao Programa de Pesquisador/Colaborador Científico Voluntário do IPD-Univap;

2. Desenvolvimento de atividades e pesquisas no âmbito de parcerias institucionais, estabelecidas por meio de Convênios e protocolos de Cooperação Técnico-Científica, ou ainda, parcerias sem formalização;

3. Desenvolvimento do Website do Observatório Regional do Vale do Paraíba e Litoral Norte, incluindo um WebSIG

4. Promoção de debates e divulgação científica por meio da organização de eventos científicos de âmbito interno, abertos ao público e/ou com os parceiros interinstitucionais;

5. Promoção de oficinas metodológicas.

Para além dos projetos individuais de integrantes, o NEEUR desenvolve suas atividades também considerando três parcerias interinstitucionais, sendo que duas delas foram firmadas mediante Convênio e protocolo de Cooperação Técnico-Científica:

IPEA, projeto Governança metropolitana no Brasil, desde 2019 (Cooperação Técnico-Científica).

- PUC-Campinas, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e urbanismo (Convênio), desde 2020.
- Observatório da Paisagem da Região do Vale do Paraíba e Litoral Norte, desde 2017, cujas parcerias, envolvem, entre outras instituições, IPHAN e UNITAU (sem formalização).

Este artigo (Dimensões da questão metropolitana) e o artigo intitulado A radiodifusão des(aparecida): Desconstrução tecno-social e o impacto nas relações entre emissora e ouvinte (André Luiz de Toledo e Cilene Gomes), que também integra este e-book comemorativo dos 30 anos do Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade do Vale do Paraíba, são apenas dois dos resultados de diferentes projetos e atividades desenvolvidos no NEEUR.



Fonte: PPGPLUR/
CEHVAP-Univap

05

Os limites e os desafios da discussão dos planos populares de Urbanização:

Um ensaio reflexivo a partir das epistemologias decoloniais

1. Introdução

Em diferentes eventos da área do Planejamento Urbano e Regional, em especial nos eventos dos Encontros Nacionais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (ENANPUR), discutiram-se as experiências de composição de planos de bairros populares. Entre eles, considerando as experiências, na cidade de São Paulo, citam-se o Plano Popular do Banhado, o Plano Piratininga, entre outros; e, no Rio de Janeiro, o Plano da Vila Autódromo. Essas experiências têm sido interpretadas pelo viés do planejamento conflitual, insurgente ou contra-hegemônico (Holston, 1996; Miraftab, 2009; Oliveira; Tanaka; Coli, 2019).

No entanto, observa-se que, por mais promissoras que sejam essas iniciativas, elas apresentam alguns limites de caráter estrutural, por serem realizadas ainda dentro da ordem da cidade gerida por práticas liberais. Neste ensaio, as experi-

Fabiana Felix do Amaral e Silva¹
Lidiane M. Maciel²

¹ Arquiteta e urbanista. Professora do Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional e Coordenadora do Núcleo de extensão Pesquisa-ação Cartografias Sociais da Univap.

² Socióloga. Professora do Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional e Coordenadora do Núcleo de extensão Pesquisa-ação Cartografias Sociais da Univap.

ências socioterritoriais apresentadas são iniciativas populares mediadas por ações de Extensão Universitária que objetivam fortalecer o debate democrático da gestão dos territórios urbanos, em particular aqueles definidos pelo poder público como irregulares.

O ensaio se organiza em três partes. Na primeira, levantam-se os condicionantes históricos e sociais da urbanização que se caracterizam como uma síntese da ordem capitalista. A segunda parte se dedica à explicitação do debate da luta pelo direito à cidade na ordem neoliberal, considerando a colonialidade do poder como entrave ao desenvolvimento de uma ordem de justiça social. A terceira e última parte se divide em dois momentos: o primeiro levanta e discute quatro estudos de caso contemporâneos, expondo as estratégias e formas de organização e participação na gestão dos territórios das comunidades envolvidas em cada um dos eventos abordados; e o segundo aponta novas dimensões sociopolíticas direcionadas ao controle popular dos territórios, à luz de algumas categorias analíticas das epistemologias decoloniais, a fim de valorizar os aspectos das lutas socioterritoriais contemporâneas, bem como expor seus limites e desafios.



2. Reconstruindo Contextos: A Urbanização Periférica

No Brasil, como em tantas outras experiências históricas, o reordenamento da relação campo-cidade promoveu a urbanização, desestruturando o modo de vida da população e a expulsando de seus territórios tradicionais. Cidades foram se formando no sistema capitalista de maneira a apoiar o novo padrão produtivo, processo esse que, no eixo europeu, foi relatado por Engels em 1848 no livro *A situação da Classe Operária na Inglaterra*. O autor abriu às Ciências Sociais, ain-

da em formação, a discussão sobre os impactos da produção capitalista para o tecido urbano, em especial ao considerar as condições precárias em que viviam os trabalhadores na Europa (Engels, 2010).

No entanto, passados mais de um século dos primeiros escritos que denunciavam as condições urbanas no sistema capitalista, Manuel Castells (2006) apontou que o Estado Democrático de Direito na estrutura urbana capitalista assumia um novo papel de fornecedor de serviços de bens de “consumo coletivo”, ou seja, demandas sociais por serviços, como transporte público, habitação, saneamento básico, os quais se transformaram em condições fundamentais para o desenvolvimento do sistema econômico e da vida urbana. Os bens de consumo coletivo foram integrados pelos movimentos sociais nas lutas por direitos sociais, que compunham com os direitos civis e políticos o tripé da dita cidadania. Esse modelo de bem-estar social, em alguns países europeus, tornou-se uma norma.

No entanto, em países de passado colonial como o Brasil, as especificidades do caso histórico são relevantes para entender a ordem da cidade e o modo como os princípios da dita democracia liberal aportam nesse território. No início do século XX, São Paulo e Rio de Janeiro se apresentam como lócus do pulsante processo produtivo. Foram nelas que se instalaram centenas de trabalhadores nacionais e imigrantes à procura de trabalhos nas indústrias (Maciel; Aquino, 2019). Esses trabalhadores passaram a ocupar as áreas no entorno das fábricas e, posteriormente, com o desenvolvimento do sistema de transporte, eles passaram a ocupar terras longínquas do local de trabalho. Esse processo se apresentou sob uma leitura desatenta, que o tinha como “natural” no crescimento das cidades.

No entanto, as periferias urbanas acabaram por ditar um novo padrão de desenvolvimento territorial, conforme explicitado por Kowarick (1979), em que, quanto mais distantes os terrenos, mais lucrativos se tornavam os empreendimentos urbanos voltados, em particular, à classe trabalhadora.

Dessa maneira, a forte especulação imobiliária e fundiária, que ocasionou “espraiamento” do tecido urbano, seria sustentada, segundo Kowarick (1979), por uma lógica na aparente desordem urbana. Em outras palavras, a periferação das cidades brasileiras, em particular da cidade de São Paulo, era derivada da própria estrutura de organização econômica vigente.

É necessário que se compreenda também que o desenvolvimento econômico da industrialização brasileira, acompanhada por taxas significativas de urbanização, apresentou-se sob a guarda de um regime autoritário. Um sistema de total exploração da força de trabalho do operário, construído sob “um poderoso esquema de controle, contenção e repressão sobre as organizações de defesa e reivindicação das classes trabalhadoras” (Kowarick, 1979, p. 13). Considerando esse aspecto, a luta pela cidadania e pelos direitos dela derivada se apresentou com força no cenário brasileiro já na década de 1980, com os movimentos de redemocratização também relacionados com as greves de operários do final da década anterior. Os níveis salariais eram insuficientes para garantir a manutenção da vida nas cidades e, Segundo Kowarick, “para levar a cabo um modelo de crescimento que acirrou a deterioração dos níveis de vida, tornou-se necessário desarticular e reprimir as iniciativas dos múltiplos e numerosos grupos que foram aliados dos benefícios do desenvolvimento” (Kowarick, 1979, p. 26).

Contudo, com o esgarçamento do projeto militarista, em profunda crise moral e econômica, a questão social foi organizada por uma série de movimentos populares que se mantiveram silenciados pela ditadura militar, porém resistentes a ela. Dessa forma, já no início da década de 1980, emergiram diferentes segmentos que colocaram em pauta no processo de redemocratização a questão do racismo estrutural, a questão indígena e, sobretudo, a necessidade da Reforma Urbana.

Nesse movimento de conquista de direitos, finalmente ex-

pressos na nova Constituição Federal (Brasil, 1990), é necessário que se observe o que tão bem notou Dagnino (2004), nos anos seguintes à agitação popular. A autora interpreta que os anos que se sucederam à redemocratização foram marcados por uma “Confluência Perversa”. Ou seja, “de um lado, o projeto neoliberal [...] de outro, um projeto democratizante, participativo, que emerge a partir das crises dos regimes autoritários e dos diferentes esforços nacionais de aprofundamento democrático” (Dagnino, 2004, p. 140).

Desde então, com o advento das políticas neoliberais e da ação direta do capital imobiliário sobre a terra urbana (necessária ao processo de industrialização e crescimento do setor de serviços, sobretudo para alocar os trabalhadores), produziu-se no eixo São Paulo, por exemplo, uma cidade de urbanização dispersa. Dessa forma, após a virada do século, conforme a expressão “dispersão periférica” (Limonad, 2011), puderam ser observadas, com base nos estudos do Censo Demográfico de 2010, as maiores concentrações de conglomerados subnormais no Sudeste brasileiro. O Censo (IBGE, 2010) registrou 3.224.529 domicílios situados em 6.329 aglomerados subnormais, em 323 municípios brasileiros. Estimativas produzidas pelo IBGE (2019) mostram que, passados quase dez anos da primeira publicação, em 2019, havia 5.127.747 milhões de domicílios ocupados em 13.151 mil aglomerados subnormais no país, localizados em 734 municípios.

Esses espaços de sobrevivência acumulam desigualdades estruturais e violências de diferentes ordens. Mas neles também se observam diferentes estratégias de sobrevivência da população que neles vive. Essa população reconstrói ordens sociais disputando territórios com o Estado e com os “donos da terra”, que, ao longo da história social, concentraram recursos econômicos, evidentemente, com o apoio estatal e pactuando com esse poder. Nesse sentido, as experiências de vidas em “aglomerados subnormais” nos atestam resistências e formas de controle e de produção de territorialidades.



3. A Disputa pela Cidade na ordem Neoliberal: Um Resquício da Colonialidade do Poder

Lefebvre (1991) escreveu o clássico *O Direito à Cidade*, no qual alertava sobre a importância que a cidade teria para o novo modo de vida que então se consolidava. As diferentes classes sociais tinham direitos desiguais ao acesso às suas benesses. Isso significa que havia uma apropriação indevida da cidade pela classe dominante, a burguesia, que passou a habitar os locais mais bem estruturados e ter diferentes acessos a bens de consumo urbano.

A condição de desigualdade urbana foi posta em evidência pelos movimentos de direito à moradia, garantido em artigo da Declaração Universal dos Direitos Humanos, lavrada em 1953 pela Organização das Nações Unidas. De lá para cá, consolidaram-se alguns marcos na discussão do direito à cidade na realidade brasileira:

- O Fórum Nacional de Reforma Urbana (1963) como espaço que evidenciou a problemática habitacional urbana;
- A mobilização social, resultante do processo anterior, que no período de redemocratização conseguiu incorporar na
- Constituição de 1988 dois artigos (182 e 183), os quais vincularam o direito à propriedade à sua função social. Naquela ocasião, tratou-se de um grande avanço, tendo em vista a consolidação do patrimonialismo como elemento estrutural da formação social e política;
- O artigo 6º da Constituição Federal cidadã de 1988, o qual assegura o acesso à moradia digna: “art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (Brasil, 1990).

- A Lei Federal nº 10257, de 10 de julho de 2001, que criou o Estatuto da Cidade, e que estabelece como principal instrumento de política urbana o plano diretor elaborado por meio da participação popular;
- A institucionalização do Ministério das Cidades em 2003, o que promoveu a criação e eleição do Conselho Nacional das Cidades (2005), bem como a realização das primeiras conferências nas cidades (2006).

Todos esses marcos indicaram, em termos gerais, possibilidades de “controlar” a produção capitalista do espaço e avançar na gestão democrática e participativa da cidade. No entanto, observaram-se poucos avanços e poucas transformações nas cidades brasileiras que se inseriram nesse processo, o que nos faz colocar em debate os alcances, os limites e os desafios da luta pelo direito à cidade na ordem neoliberal.

No artigo “O direito à cidade, a fé cega no planejamento e a Geografia crítica”, Ana Fani Carlos (2021) aponta que o debate em torno da gestão democrática da cidade se faz por meio de “dois deslocamentos”: “o direito à cidade se transforma em ideologia e o de cidadania transforma o cidadão em usuário” (Carlos, 2021, p. 130). Ela também discorre sobre essa análise no âmbito da discussão de desenvolvimento sustentável:

No plano ideológico, a luta pelo direito à cidade se transforma na busca pela “qualidade de vida” (evidentemente, só de alguns, pois a população de baixo ou nenhum poder aquisitivo amontoa-se na periferia, longe dos “olhos” dos ricos e da classe média). Neste momento também a construção da cidadania se assenta na ideia do indivíduo enquanto usuário de bens de consumo e serviços, bem como de uma “qualidade ambiental” (Carlos, 2021, p. 130).

Nesse debate em torno da gestão democrática, é algo comum a afirmação de que, nas experiências latino-americanas, as concepções de cidadania e de democracia não são consolidadas. No entanto, para uma melhor compreensão de tal análise, de-

vemos considerar as contradições da ordem do sistema-mundo capitalista colonial/moderno. Quijano (2005) aponta que, na realidade latino-americana, os processos de democratização foram incompletos e inconclusos, pois as hierarquias de dominação e poder coloniais permaneceram como elementos estruturais e estruturantes da ordem social e política.

A dimensão da colonialidade de poder (Quijano, 2005) se apresenta como chave de análise para tencionar e repensar o campo do entendimento do urbano para além das dimensões da luta de classes, ao incorporar outras hierarquias de poder que atuam articuladas nas experiências latino-americanas, a saber: a relação intrínseca entre modernidade/colonialidade na consolidação da categoria raça com padrão mundial de dominação e o simulacro da democracia e cidadania em realidades de violência e exclusão.

Romper com a visão do desenvolvimento consolidado numa perspectiva eurocêntrica de mundo é promover o reconhecimento de que as dimensões e categorias da modernidade se estabelecem associadas aos processos de colonialidade. Ou seja, só foi possível a elaboração de uma racionalidade eurocêntrica devido a um processo contínuo e articulado de dominação. O primeiro elemento teve a ideia de raça como fundamento do padrão universal de classificação social entre europeus (desenvolvido) e não europeus (primitivo). Segundo Quijano (2005), essa elaboração teórica da ideia de raça naturalizou as relações de dominação e poder impostas pela conquista da América, dando-lhes legitimidade e fazendo com que permanecessem estruturando as relações de poder na atualidade.

No campo do Planejamento Urbano, essa análise permite compreender que, nos processos socioespaciais na América Latina, a sua espacialidade abrange as divisões e classificações raciais e, portanto, deve-se considerar que os padrões de segregação não são momentos apenas socioespaciais, senão sociais-raciais-espaciais.

Nesse sentido, para manter tais dimensões de poder nos espaços da informalidade, nas periferias operam-se mecanismos de opressão múltiplos e vinculados às discriminações de raça,

gênero, classe e origem regional.

Observar o debate do direito à cidade a partir da chave da colonialidade de poder revela a violência e a exclusão como elementos estruturais, e não como situações de exceção. Oliveira (2018) elucida a violência como um processo lógico das sociedades latino-americanas a partir das diversas dimensões de poder estabelecidas, tais como o racismo, a colonialidade de poder e o patrimonialismo.

Nesses contextos, nos territórios da informalidade e da exclusão, operam experiências que têm questionado a lógica do Planejamento Urbano convencional e, portanto, colocado o ato de pensar e planejar a cidade em disputa.

O início do século XXI no Brasil, após as jornadas de 2013, inaugurou um momento de grandes reflexões sobre perspectivas da engajamento popular para além dos espaços oficiais da participação. Nesse contexto, ganhou força a ideia de planejamento insurgente, conflitual e contra-hegemônico, particularmente citada por Holston (2016) e, de alguma maneira, por Vainer e colaboradores (2013), que acompanharam os processos políticos derivados das obras das Olimpíadas no Rio de Janeiro. Essas formas de pensar o planejamento apresentam-se como importantes para se referir às experiências da vida urbana e de resistência à ordem de gestão neoliberal dos territórios, que gentrificam os centros das cidades e espraiam as periferias para as mais longínquas áreas do município.



4. Os Desafios dos Planos Populares de Urbanização como Estratégias de Resistência e Sobrevivência nos territórios

Periféricos

Ao eleger quatro experiências de planos populares de urbanização, o que nos interessa analisar são dois aspectos: o

primeiro pretende entender como essas novas estruturas têm construído um novo modus operandi de fazer e pensar a política, ao apresentar outras formas de organização e participação na gestão dos territórios; o segundo busca avaliar os limites e as possibilidades advindas de uma disputa pela autonomia do desenho ou projeto (Escobar, 2014; Freire-Medeiros; Name, 2019), o que aponta novas dimensões sociopolíticas direcionadas ao controle popular dos territórios, à luz de algumas categorias analíticas das epistemologias decoloniais.



4.1 As Experiências dos Planos Populares de Urbanização

Com o intuito de analisar as experiências de resistência e as estratégias de ação, optamos por não nos aprofundar nos processos de cada plano, mas apresentar de forma sistematizada o cenário histórico e político, os objetivos que orientaram as ações, suas estratégias metodológicas e os resultados e dilemas.



4.1.1 O Plano Vila Autódromo – Rio de Janeiro/RJ

A Vila Autódromo está localizada na zona oeste da cidade do Rio de Janeiro/RJ, entre a lagoa de Jacarepaguá, o canal Pavuninha, o muro do Autódromo Nelson Piquet e a junção de dois corredores viários: as avenidas Salvador Allende e Embaixador Abelardo Bueno. A experiência de enfrentamento e gestão desse território por seus moradores é reconhecida nacionalmente e orientou diversas reflexões sobre o Planejamento Urbano no Brasil.

Em 2016, o Rio de Janeiro foi sede das Olimpíadas. Desde o anúncio em 2009, intensificaram-se as pressões para a remo-

ção dos moradores de diversas áreas que sediariam o evento. A Vila Autódromo, um assentamento popular localizado ao lado da área onde seria construído o Parque Olímpico, foi uma das comunidades-alvo. A comunidade, em parceria com a Assessoria do Núcleo Experimental de Planejamento Conflitual do Laboratório Estado, Trabalho, Território e Natureza do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (NEPLAC/ET-TERN/IPPUR/UFRJ) e com o Núcleo de Estudos e Projetos Habitacionais e Urbanos da Universidade Federal Fluminense (NEPHU/UFF), fortaleceu sua luta pelo direito a permanecer na área. Segundo a assessoria, o objetivo maior de sua ação foi o apoio à conquista do direito à moradia de qualidade e o direito à cidade para a comunidade, por meio da oferta de aparato técnico e jurídico à luta social.

Por meio dessa parceria, comunidade e assessoria elaboraram um documento denominado de “Plano Popular da Vila Autódromo”. Na abertura do documento, lê-se que:

Agora não são os governantes, os políticos, os empresários, as parcerias público-privadas nem os tecnocratas da Prefeitura que vão dizer o que deve acontecer com a nossa Vila. Agora é a população, que vive a realidade e as dificuldades do dia a dia, quem vai dizer o que é necessário e como deve ser feito. Somos nós que vamos apontar o que queremos em termos de moradia, saneamento e meio ambiente, transporte público, educação, serviços de saúde, cultura, e tudo o mais (Associação..., [2012], p. 9-10, grifos nossos).

Nós moradores que lutamos e resistimos na Vila Autódromo apresentamos essa nova versão do nosso Plano Popular de Desenvolvimento Urbano, Econômico, Social e Cultural para mostrar que a Vila Autódromo fica, e para cobrar do Prefeito o início da urbanização. Reafirmamos que é possível urbanizar a Vila Autódromo. É nosso direito, e apresentamos aqui o projeto (Associação..., [2012], p. 23, grifos nossos).

Devido às demolições que aconteceram no intervalo 2012–2014, toda a configuração espacial da Comunidade Vila Autódromo foi modificada, fazendo com que novos condicionantes fossem criados e tornando necessária uma nova intervenção para se debater as “alternativas para a proposição de soluções por eixo temático: (1) Habitação e saneamento básico; (2) Transporte, acesso a serviços públicos, lazer e cultura; (3) Mobilização, organização popular e comunicação” (Associação..., [2012], p. 29). Os moradores que permaneceram em suas casas foram 368, e os reassentados na mesma comunidade foram 82.

Para a discussão aqui proposta, observa-se que são as experiências de vida naquele território que então orientaram o desenho do plano. Os moradores da Vila Autódromo possuíam clareza sobre suas condições de vida e oportunidades bem como as potencialidades do território. O trabalho de assessoria colaborou no sentido de sistematizar essas condições e organizar as proposições dos moradores.

Para elaboração do plano, foram realizadas três oficinas de trabalho, seis assembleias com ampla participação dos moradores, além de reuniões com grupos de moradores e com o Conselho Popular do Plano, instaurado em janeiro de 2012.



4.1.2 O Plano Popular Jardim Nova Esperança “Banhado” – São José dos Campos/SP

A Comunidade Jardim Nova Esperança está localizada em área central da cidade de São José dos Campos/SP e, popularmente, é conhecida como “Banhado”. A região é área de valorização na cidade e é definida como: bacia sedimentar originária das formações geomorfológicas de Tremembé e São José dos Campos, integrante do sistema de várzeas do Rio Paraíba do Sul, caracterizada como um anfiteatro meân-

drico único em todo o Brasil, “condicionantes estes que tornam a área do Banhado uma região “objeto de valorização e especulação imobiliária” (Tavares; Fantin, 2019, p. 1-2) e Área de Proteção Ambiental.

A ocupação da área expandiu-se com o processo de industrialização na cidade, na década de 1940. A população vinda de diferentes municípios e da própria área rural de São José dos Campos se deslocou para a região, atraída por melhores condições de vida e trabalho próximas ao centro. Segundo Tavares e Fantin (2019), a ocupação se divide em dois núcleos: o núcleo I, que se caracteriza por uma área mais adensada, e o núcleo II, ocupada por chácaras de pequenos agricultores familiares. Sabe-se que “essa população ocupa uma área aproximada de 420.000 m², portanto de baixa densidade (47,8 hab./há) e com características predominantemente rurais” (Tavares, Fantin, 2019, p. 2).

Devido às suas particularidades ambientais e à sua diversidade de zoneamentos, o Banhado tem sido considerado como uma área de potencial expansão imobiliária e viária, trazendo diversos conflitos sobre a permanência da comunidade no local (Tavares; Fantin, 2019).

Como a dinâmica que sustenta a construção da malha urbana de São José dos Campos parte de uma lógica “de ampliação do sistema viário, associado à atração de investimentos industriais, comerciais e imobiliários” (Tavares; Fantin; Silva, 2021, p. 9), os esforços que predominam são voltados para a remoção da comunidade, articulando meios que garantam essa consumação.

Evidenciando essa dinâmica, a área do Banhado foi instituída pela Lei Municipal n. 2792/1984 como Área de Proteção Ambiental (APA) (São José dos Campos, 1984), complementada pela Lei Estadual n. 11.262/2002 (São Paulo, 2002), que instituiu o Banhado como APA estadual.

Entretanto, mesmo que uma APA seja de proteção ambiental, a presença de ocupações é permitida, e com um avanço no âmbito da habitação social, pela definição do Macrozo-

neamento Territorial no ano de 1994, a área do Banhado é reconhecida como Zona Especial de Interesse Social ZEIS (PDD - 95), o que garante à comunidade Jardim Nova Esperança a possibilidade da regularização fundiária e urbanística (Tavares; Fantin; Silva, 2021).

Os esforços para a retirada da população da comunidade, porém, continuam sendo a motivação do poder público municipal, que no ano de 2006 assinou, em conjunto com Refinaria Henrique Lage (REVAP), por decorrência de sua ampliação, o Termo de Compromisso de Compensação Ambiental (TCCA), que previa a instituição do Banhado conforme a categoria Parque Natural Municipal do Banhado (PNMB). Nesses moldes, não são permitidas ocupações, o que força a desocupação total da comunidade Jardim Nova Esperança (Tavares; Fantin; Silva, 2021).

Em 2011 a Prefeitura Municipal de São José dos Campos (PMSJC) firmou apoio com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a fim de patrocinar linhas de crédito para o processo de desfavelização e para investimentos viários pelo Programa de Estruturação Urbana (PEU), que previa o reassentamento das famílias do Jardim Nova Esperança, para a construção da Via Banhado (BID, 2011 apud Tavares; Fantin; Silva, 2021, p. 160). Seguindo essa lógica de articular meios que garantam a efetivação da remoção dessas famílias, em 2012 o Banhado foi instituído pela Lei Municipal n. 8756/2012 (São José dos Campos, 2012) como Parque Natural Municipal do Banhado (PNMB) (Tavares; Fantin; Silva, 2021).

Como proposta da PMSJC para a regularização fundiária da comunidade, foram oferecidas aos moradores, em troca da desocupação do Banhado, unidades habitacionais no “Residencial Jaguar”, cerca de 15 km distante do Banhado. Esse é um conjunto habitacional que integra um cinturão periférico que vem crescendo com programas habitacionais de baixa renda da Companhia de Desenvolvimento

Habitacional Urbano do Estado de São Paulo (CDHU) e do programa Minha Casa Minha Vida, distante de toda a infraestrutura do município (Tavares; Fantin; Silva, 2021, p. 164). Assim, devido a todos esses esforços para a remoção da Comunidade Jardim Nova Esperança, os moradores se organizaram e procuraram apoio para a elaboração do plano popular.

Elaborado entre dezembro de 2018 e maio de 2019, o Plano Popular de Regularização Fundiária e Urbanização do Jardim Nova Esperança foi desenvolvido conjuntamente pelo Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (IAU-USP), pela Faculdade de Direito de Ribeirão Preto (FDRP-USP), pela Curso de Engenharia Ambiental da USP (EESC-USP), pelo Curso de Engenharia Civil da USP (EESC-USP), pela Universidade do Vale do Paraíba (Univap), pelo Grupo Pitá, Veracidade, pela Defensoria Pública do Estado de São Paulo, pela Associação Comunitária do Banhado e pela comunidade Jardim Nova Esperança (Tavares; Fantin, 2019). Portanto,

o Plano de Urbanização e Regularização Fundiária do Banhado é uma experiência urbanística consolidada como instrumento técnico-político para a permanência segura e com qualidade de 460 famílias que residem no Jardim Nova Esperança (Tavares; Fantin, 2019, p. 1).

O Plano Popular foi apresentado para articular estratégias a fim de garantir a permanência da comunidade e proporcionar uma melhor qualidade de vida a seus moradores, levantando as demandas ambientais, do trabalho, da relação rurbana, dos conflitos fundiários e sobre as novas possibilidades de uso e ocupação do solo a partir de oficinas participativas (Figueiredo et al., 2019).

O plano atuou em quatro escalas: regional, metropolitana, municipal e local. definidas da seguinte forma:

Escala regional: A permanência do Jardim Nova Esperança foi proposta como uma faixa de amortecimento do adensamento populacional entre o centro de São José dos Campos-SP e a área de interesse ambiental do vale do Rio Paraíba. Ou seja, como um limite urbano que terá a função de zelar pelos interesses ambientais.

Escala metropolitana: Escalas do Plano a permanência da produção rural hortifrutigranjeira na comunidade foi incentivada a fim de que ela colabore no abastecimento da rede de alimentos de São José dos Campos e das cidades do entorno, contribuindo para a segurança alimentar num âmbito mais amplo.

Escala municipal: O Banhado foi incorporado como parte do corredor-verde que se constitui junto dos bairros-jardins centrais (Jardim Nova América, Jardim Nova Europa, Vila Santa Rita e Jardim Esplanada I e II), do Parque Vicentina Aranha e do Parque da Cidade, compondo um sistema de áreas verdes que colabora no equilíbrio climático, da fauna e da flora urbana.

Escala de bairro: A permanência da comunidade no centro busca evitar o aumento dos deslocamentos diários da população e otimizar o uso dos recursos e serviços municipais existentes. [...] (Tavares; Fantin, 2019, p. 20-21, grifos nossos).

A concepção adotada para a elaboração do Plano Popular partiu: da criação de uma rede de infraestruturas-tronco de serviços, com a finalidade de ordenar as quadras públicas e particulares; da recuperação do ciclo hidrológico da área; e da definição de praças-feiras para estimular a economia local e a soberania alimentar. Foram previstos o reassentamento, na própria área da comunidade, das edificações identificadas em área de risco e a assistência técnica para as moradias em situação precária. Como parte de um zoneamento ambiental que integra a área do Banhado, há um cinturão verde de parques urbanos e a requalificação urbana na integração do bairro à cidade (Figueiredo et al., 2019).



4.1.3 O Plano Piratininga – São Paulo/SP

O bairro Jardim Piratininga está localizado ao sul da atual Linha 12 da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM), área de várzea do Rio Tietê, porção norte do distrito de Cangaíba, São Paulo/SP (Antonucci; Gobbi, 2018). Sob jurisdição da Prefeitura Regional da Penha (zona leste de São Paulo), é “caracterizado por urbanização informal e constitui, em quase toda sua totalidade, como Zona Especial de Interesse Social tipo 1 ZEIS-1” (Claro et al., 2018, p. 3).

O processo de adensamento urbano do bairro coincidiu com o auge do período de industrialização, entre 1960 e 1980, e em meados de 1990 ocorreu o aprofundamento da segregação a partir da consolidação do padrão centro-periferia.

Os padrões de segregação e de vulnerabilidade social são visíveis em razão da ausência de equipamentos públicos e infraestrutura básica, ou ainda, o difícil acesso ao bairro pela barreira física da linha férrea. A comunidade do bairro vem lutando para garantir um processo de regularização fundiária e urbanística que viabilize o direito à cidade. No Plano Diretor Estratégico da cidade de São Paulo, o bairro é demarcado como ZEIS 1 - Zonas Especiais de Interesse Social 1 (Saito; Claro, 2017), uma grande conquista, que abre possibilidades de garantir a justiça social e o acesso à cidade e seus recursos.

Em 2015, as lideranças da Associação Popular de Moradores do Jardim Piratininga (APMJP) estabeleceram contato com o grupo de pesquisa “Questões Urbanas: Design, Arquitetura, Planejamento, Paisagem” (Q.URB), da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie, em busca de parcerias e apoio para discutir e viabilizar melhorias para o bairro. Foi nesse contexto que se iniciaram os trabalhos de elaboração coletiva do Plano de Bairro Jardim Piratininga (Saito; Claro, 2017).

A busca pela regularização fundiária foi o elemento condutor do processo de elaboração do plano popular do bairro, e a universidade, além de fomentar o entendimento dos caminhos e instrumentos legais, buscou o apoio da Secretaria Municipal de Habitação (SEHAB) de São Paulo, que desde então vem auxiliando as lideranças e o grupo de pesquisa nesse processo (Claro et al., 2017). Esse movimento potencializou a criação de um colegiado de bairros reunindo lideranças das comunidades adjacentes ao Jardim Piratininga, na interlocução com representantes do poder público e dirigentes de grupos sociais, para a discussão das demandas e intervenções que possam ser contempladas através do Plano de Bairro (Saito; Claro, 2018).



4.1.4 O Plano Rio Comprido – São José dos Campos/SP

A partir das experiências anteriores, Vila Autódromo, Banhado e Piratininga, em São José dos Campos/SP, realizou-se uma iniciativa extensionista de trabalho com o bairro irregular do Rio Comprido. Esse bairro passa por um processo de regularização fundiária, ação que inclui medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais com o objetivo de incorporar os núcleos urbanos informais ao ordenamento territorial urbano da cidade, concedendo ainda a titulação a seus ocupantes. No caso de São José dos Campos, o processo envolve o esforço de situar o bairro no âmbito das políticas de desenvolvimento urbano e habitacional executadas pela municipalidade. O bairro possui resguardado o seu direito à regularização fundiária desde o ano de 2007 pela Prefeitura do município (Ofício nº 127/SH/07-10/05/2007), porém até 2022 não havia sido realizada nenhuma ação regulatória.

A pesquisa realizada teve base qualitativa e visou a produção de cartografias sociais, seguindo a tradição da pesquisa participante e pesquisa-ação. O espaço de vida dos mora-

dores do bairro foi apresentado, por meio da sistematização de experiência e cartografia social, abordando determinados temas, como problemáticas do bairro, os quais foram organizados em quatro grupos de trabalho: 1) renda e trabalho, 2) vulnerabilidade e meio-ambiente; 3) cultura, educação, juventude, comunicação e lazer; e 4) moradia.

Essa organização permitiu elucidar o entendimento dos moradores sobre essas questões, e não havia hierarquia entre eles, pois são temas que afetam a vida no bairro e estão inter-relacionados. Foram levantadas as “fraquezas/ameaças do bairro”, as “oportunidades /fortalezas” e “as ações propositivas”. Com o objetivo de ampliar as discussões e os estudos sobre os processos de ordenamento territorial e da questão fundiária no campo do Planejamento Urbano, sob a perspectiva das cartografias sociais, a proposta apresentou uma análise socioespacial no contexto da cidade de São José dos Campos, associada às leituras comunitárias e colaborativas da comunidade do Bairro do Rio Comprido, visando especificamente o mapeamento e a identificação: dos conflitos presentes no território; das vivências e trajetórias dos grupos; de proposições de uso e ocupação comunitária do bairro; de estratégias de ação tanto na dimensão interna como externa.

Ao priorizar a composição de cartografias sociais via processos de pesquisa-ação e pesquisa participativa, objetivamos potencializar o processo de reflexão das trajetórias dos moradores do bairro para que eles possam, instrumentalizados por saberes técnicos, compor o plano popular de regularização a ser apresentado para a Prefeitura Municipal, quando chamados para a composição do projeto final de regularização fundiária e urbanística, que, desde o início de 2019, se encontra parado. O trabalho ainda se encontra em vias de conclusão (Maciel et al., 2021).

O trabalho de final de curso da autora Josiane Alves dos Santos, apresentado ainda em 2021, no curso de Arquitetura e

Urbanismo da Univap, sistematizou algumas propostas para o bairro. As soluções indicadas para o eixo “Cultura, educação, juventude, saúde, comunicação e lazer” propuseram a implantação de uma unidade básica de saúde (UBS) porte III. Nesse caso, a área do terreno escolhido para a proposta foi de 3.398m², e com previsão para área da edificação com 400m², medidas que atendem às exigências mínimas de 1.287m² de área para o terreno e 390,72m² de área construída, segundo a Portaria nº 304 UBS Porte III. Esse tipo de UBS deve ser destinado e estar apto a abrigar, no mínimo, três equipes de atenção básica, com um número de profissionais compatível com três equipes de atenção básica. A proposta ainda apontou para a implantação de uma escola de ensino fundamental II, ensino médio e técnico profissionalizante, para a revitalização das vielas do bairro e a para implantação de uma praça.

Para o meio ambiente e a vulnerabilidade social, propôs-se a construção de um muro de arrimo vegetado feito de sacos, que podem variar entre malha sintética e metálica, os quais são preenchidos com britas ou argila expandida e que possibilitam o livre desenvolvimento da vegetação (Muro De Arrimo / Muro Flex Vegetado).

Para moradia, em particular da população que vive em área de risco, 138 moradias deverão ser remanejadas/reassentadas em uma área localizada onde existem galpões de cargas. Para isso, foi proposta à Prefeitura a desapropriação desses galpões para a compra e construção de 72 casas unifamiliares em terrenos de 85m², que obedecem às normas de gabarito e recuos estabelecidos pela lei de zoneamento vigente. O trabalho também propôs a construção de um edifício multifuncional com 66 apartamentos unifamiliares. Para as outras 98 moradias do bairro, foram propostas adequações/reformas, a fim de garantir a segurança contra possíveis riscos, totalizando assim as 236 moradias definidas pela PMSJC.

Para o último item, trabalho e renda, propõe-se no plano a criação de área para plantio de alimentos pela comunidade,

com o objetivo de promover um projeto socioambiental de hortas comunitárias via poder público e/ou ações sociais via ONGs e universidades. Nesse sentido, o ponto de acesso ao bairro também é uma preocupação e, dessa forma, a proposta sugere a criação de uma passarela que atravessará a Rodovia Presidente Dutra e chegará até a universidade em frente ao bairro. Trata-se de uma rampa de acesso à parte alta do bairro, que promoverá espaços de convivência e lazer à comunidade. Por fim, pensa-se o fortalecimento do comércio local por meio da construção de dois blocos do edifício multifuncional, reservando o pavimento térreo para o comércio local e para a promoção de feiras livres, diurnas e noturnas, dentro do bairro.

A proposta está em vias de ser apresentada e debatida com a comunidade. O grupo de pesquisa e extensão da pesquisadora que realizou a proposta deixará com a comunidade, em particular com os líderes, os documentos organizados, na expectativa de que sirvam para a luta e a conquista da regularização fundiária e urbanística.



5. Avanços e Limites das Experiências Socioterritoriais e alguns Apontamentos a partir da epistemologias decoloniais

Observa-se que, no campo da Arquitetura e do Urbanismo, a prática de elaboração de planos populares de urbanização (Vainer et al., 2013; Tavares; Fantin; 2019; Claro et al., 2018; Maciel et al., 2021; Santos, 2021) tem ampliado o debate sobre a participação popular no âmbito do processo de elaboração do planejamento público em sociedades capitalistas. Entretanto, Randolph (2021) em “Uma trajetória do planejamento colaborativo ao subversivo”, entre outras questões, aponta a importância de questionar a desigualdade profunda entre o papel dos planejadores e o da sociedade nesses espa-

ços de participação. A estruturação da participação popular nestes espaços ainda reproduz a lógica da prevalência de um conhecimento técnico sobre as ricas vivências e experiências dos que habitam estes territórios.

Essas experiências concretas relacionadas ao processo de planejamento, sobre as quais comenta Randolph (2021), ganham força e visibilidade ao longo do processo de elaboração dos planos populares de urbanização, principalmente sob três elementos centrais de ação: 1) uma problematização da realidade, ao impulsionar a compreensão das causas e pensar as possibilidades; 2) a garantia de uma legitimidade técnica dada aos processos de resistência ao elaborarem um projeto/desenho urbano a partir das experiências concretas e das diversas formas de viver nesses territórios; e 3) a consolidação de espaços de denúncia e visibilidade das lutas sociais.

Nos estudos de caso apresentados, algumas estratégias de ação expressam esses avanços e permitem trazer à tona outras formas de organização política, social e comunitária, a saber: o processo de entendimento e sistematização dos reais conflitos urbanos, identificando suas causas, os agentes e os processos desiguais gerados. Esse movimento indica um processo formativo de suas lideranças e da comunidade, ao produzirem uma leitura técnica e política dos conflitos, o que demonstra uma autonomia na compreensão dos processos de opressão e exploração que têm sofrido.

A possibilidade de autonomia da comunidade na leitura de suas problemáticas sociais e na capacidade de autoplanejamento territorial de suas localidades ao produzir suas próprias percepções políticas, sociais e culturais sobre e para a cidade.

As experiências mencionadas denotam a disputa pela construção do planejamento ou desenho das formas de vida e nos colocam alguns apontamentos a partir das epistemologias decoloniais. Segundo Escobar (2014), há a necessidade de reconhecer que todos nós projetamos e possuímos a capacidade de fazer isso coletivamente, e que o desenho do arqui-

teto do Estado não é neutro, sendo que sempre é interessado e parte de uma lógica colonial hegemônica. Nesse cenário, faz-se emergente a necessidade de reafirmação política da variedade ontológica criativa dos territórios latino-americanos, que, segundo o autor, ao serem conectados por meio de uma estrutura rizomática e formar um continente de vidas relacionais, oferecem resistência à ocupação ontológica de pessoas e territórios pelo sistema capitalista atual.

Acompanhando essa discussão, valoriza-se o território conforme a definição dada por Porto-Gonçalves (2002): como um espaço geográfico apropriado que enseja identidades também de territorialidades fundadas em processos dinâmicos de disputa social. Dessa forma, os movimentos sociais, em particular aqueles que requerem abertamente o desenho proposto por Escobar (2014), praticam ações de r-existência, ou seja, suas experiências indicam práticas de resignificação e criação de novas relações sociais. Portanto, é preciso “considerar que cada sociedade é, antes de tudo, um modo próprio de estar-junto (proxemia)” (Porto-Gonçalves, 2002, p. 229). Esse estar junto implicou, na modernidade, práticas de dominação, mas também de resistência.

Questiona-se ainda, no entanto, sobre quais são os limites dessa elaboração coletiva que vem se expressando na proposição dos planos populares. Verifica-se, ao retornar à ideia de “confluência perversa” de Dagnino (2004) e de argumentos da colonialidade do poder, que as proposições realizadas em contextos neoliberais estão fadadas a adaptações da ordem hegemônica. A violência estatal, exercida por meio das ações judiciais de despejos, por exemplo, apresenta-se como um trágico episódio do movimento de luta. Soma-se a ação direta do Estado, isto é, a nova formação moral dos indivíduos que fazem parte desses contextos.

Dardot e Laval (2017, p. 7) esclarecem que “o neoliberalismo não é apenas uma ideologia, um tipo de política econômica. É um sistema normativo que ampliou sua influên-

cia no mundo inteiro, estendendo a lógica do capital a todas as relações sociais e todas as esferas da vida”, capturando sobretudo as subjetividades e estabelecendo uma racionalidade determinada pelo princípio universal da concorrência empresarial. Essa condição é bastante perceptível no debate da composição dos planos populares, quando os indivíduos decidem deixar a “luta” e se engajar em estratégias individuais, seja aceitando o acordo de despejo com o poder público, seja indo buscar por conta própria assessorias pagas a fim de regularizarem seu respectivo terreno.

Tais experiências levantam questões que servem para repensar a ordem neoliberal e as estruturas de participação popular, estas que, alinhadas às perspectivas neoliberais de democracias participativas, não questionam necessariamente a ordem da colonialidade de poder. Em outro debate, Silva e Maciel (2021) evidenciam como os coletivos culturais vêm abrindo brechas para pensar a colonialidade de poder e a desigualdade nas cidades, uma vez que eles “articulam politicamente a apropriação do território e territorializam a cidade” (Silva; Maciel, 2021, p. 201).

Cabe observar que esses coletivos hoje resistem propondo articulações com universidades, como no caso dos planos de bairro citados, e ocupam espaços institucionais de participação, como os dos conselhos, fóruns, oficinas e reuniões de revisões da lei de plano diretor. No entanto, mais uma vez, os desafios postos para a gestão popular são imensos quando se encontram com a estrutura de gestão. Ermínia Maricato, em entrevista dada ainda em 2010 e publicada na Revista Caros Amigos, Na edição de maio, apontava que “os planos diretores não disseram onde os jovens iam morar, porque todo plano diretor é seguido de uma lei de zoneamento e a lei de zoneamento é lei para o mercado, e a nossa população está fora do mercado”. Todavia, para o popular “estar dentro do mercado”, ele deve ceder aos parâmetros de gestão neoliberal do território, isto é, da especulação imobiliária, o que signifi-

ca muitas vezes aceitar a colonialidade do poder imposta no desenho da cidade e expressa pela determinação daquilo que é formal e informal. A obtenção do título de propriedade privada, da “minha casa”, ainda aprisiona o imaginário coletivo, limitando-o à única possibilidade de existência.



6. Considerações Finais

Ao analisar as experiências de resistência e as estratégias de ação dos planos e apresentar de forma sistematizada o cenário histórico e político, entre os objetivos que orientaram as ações, suas estratégias metodológicas e os resultados e dilemas, destacaram-se os desafios da ação coletiva nos espaços urbanos planejados diretamente e indiretamente pela pressão do capital imobiliário. Considera-se que, a partir de Miraftab (2009), os pesquisadores do Planejamento Urbano se habituaram a pensá-lo como uma função estatal, sem reconhecer que essa era antes uma estrutura social. Assim, o planejamento é visto pela autora como um campo de disputa de atividades de interação de múltiplos atores.

Por fim, mesmo que a prática de desenho da cidade não esteja restrita aos planejadores ou técnicos, verifica-se que, por mais promissoras que sejam as iniciativas dos planos populares, de “planejamentos insurgentes” / “contra hegemônicos”, eles se apresentam na ordem da cidade geridos por práticas liberais que estabelecem, por exemplo, a competitividade entre os territórios e priorizam a vida particular em detrimento da coletiva. O debate da colonialidade do poder nos indica que deve haver uma indivisibilidade nas discussões sobre equidade racial e social, democratização e justiça social e urbana. Isso ainda se mostra distante no Brasil, a partir das condições analisadas; no entanto, não se deve negar que novos caminhos se desenharam, e eles nascem, sobretudo, como

estratégia de sobrevivência, como reiterado pelo slogan de um movimento de moradia da cidade de São Paulo ao afirmar que “quem não luta está morto”.



7. Referências

ANTONUCCI, D.; GOBBI, L. Expansão Urbana E Assentamentos Precários: Jardim Piratininga, São Paulo. *Revista De Morfologia Urbana*, v. 6, n. 1, p. 17-31, 2018.

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E PESCADORES DA VILA AUTÓDROMO. Plano popular da Vila Autódromo: plano de desenvolvimento urbano, econômico, social e cultural. [s.l.: s.n.], [2012]. <https://comitepopulario.files.wordpress.com/2012/08/planopopularvilaautodromo.pdf>. Acesso em: 4 ago. 2022.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição Da República Federativa Do Brasil: Promulgada Em 5 De Outubro De 1988. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

CASTELLS, M. A Questão Urbana. 3. ed. São Paulo: Paz & Terra, 2006.

CARLOS, A. F. A. O Direito À Cidade, A Fé Cega No Planejamento E A Geografia Crítica. In: LIMONAD, Ester; MONTEIRO, J; MANSILLA, P (org.). Planejamento Territorial: Reflexões Críticas E Práticas Alternativas. São Paulo: Max Limonad, 2021.

CLARO, M; CALVO, A P; SAITO, A; MENDES, G. J. G. Formas De Ação E Participação: Método Para Elaboração De Plano De Bairro Em Assentamento Precário Na Cidade De São Paulo. In: SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE UR-

BANIZAÇÃO DE FAVELAS, 3., 2018., Salvador. Anais..., Salvador: [s.n.], 2018.

DAGNINO, E. Construção Democrática, Neoliberalismo E Participação: Os Dilemas Da Confluência Perversa. *Política E Sociedade*, n. 5, p. 139-164, 2004.

DARDOT, P; LAVAL, C. A Nova Razão Do Mundo: Ensaio Sobre A Sociedade Neoliberal. São Paulo: Editora Boitempo, 2017.

ESCOBAR, A. Sentipensar Con La Tierra: Nuevas Lecturas Sobre Desarrollo, Territorio Y Diferencia. Medellín: Unaula, 2014.

ENGELS, F. A Situação Da Classe Trabalhadora Na Inglaterra. São Paulo: Boitempo, 2010.

HOLSTON, J. Espaços De Cidadania Insurgente. *Revista Do Iphan*, n. 24, 1996.

HOLSTON, J. Rebeliões Metropolitanas E Planejamento Insurgente No Século XXI. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 18, n. 2, p. 191-204, 2016.

FIGUEIREDO, A. L; OYAMA, A; TAMANAKA, N; GOMEZ, R; TAVARES, J; FANTIN, M. Conflitos Socioambientais E O Plano Popular Do Banhado Como Instrumento De Resistência Técnica E Política. *Revista Indisciplinar*, v. 5, n. 2, p. 138-163. 2019.

FREIRE-MEDEIROS, B.; NAME, L. Epistemologia da laje. *Tempo Social*, v. 31, n. 1, p. 153-172, 2019.

KOWARICK. L. Espoliação urbana. São Paulo: Paz e Terra, 1979.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. Aglomerados subnormais: Classificação preliminar e informações de saúde para o enfrentamento à COVID-19: notas técnicas, 2019. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca=-catalogo?view=detalhes&id=2101717>. Acesso em: 23 ago. 2022.

LEFEBRVE, H. O Direito à Cidade. São Paulo: Centauro, 1991.

LIMONAD, E. Urbanização Dispersa Mais Uma Forma De Expressão Urbana? Formação (On-line), v. 1, n. 14, 2011.

MIRAFITAB, F. Insurgent Planning: Situating Radical Planning in the Global South. *Planning Theory*, v. 8, p. 32-50, 2009.

MACIEL, L. M.; SILVA, F. F. A.; RESCHILIAN, P. R.; ROSADO, A. M. DA C. Por uma cartografia social dos espaços de vida irregulares: um estudo de caso da reconstrução comunitária do território em São José dos Campos (SP). *Caminho Aberto: Revista De extensão do IFSC*, n. 14, p. 25-40, 2021.

MACIEL, L. M.; AQUINO, A. As migrações internas à luz do pensamento de Roberto Simonsen: uma análise crítica do ensaio “recursos econômicos e movimentos das populações”. *Tempos históricos*, v. 23, n. 2, p. 65-97. 2020.

OLIVEIRA, F. L.; TANAKA, G.; COLI, L. R. Planejamento Conflitual. Rio de Janeiro: ETERN/IPPUR, 2019.

OLIVEIRA, D. A violência estrutural na América Latina na lógica do sistema da ne-cropolítica e da colonialidade do poder. *Revista Extraprensa*, v.11, n. 2, p. 39-57, 2018.

PORTO-GONÇALVES, C. W. Da geografia às geo-grafias: um mundo em busca de no-vas territorialidades. In: CECEÑA, A. E. et al. (org.). *La guerra infinita: hegemonía y terror mundial*. Buenos Aires: CLACSO. 2002.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

RANDOLPH, R. Uma trajetória do planejamento colaborativo ao subversivo. In: LIMONAD, E; MONTEIRO, J; MANSILLA, P (org.). *Planejamento Territorial: reflexões críticas e práticas alternativas*. São Paulo: Max Limonad, 2021.

SAITO, A (IC); CLARO, M. Planos de Bairro: A Democracia Participativa no Planejamento Urbano do Município de São Paulo. In: *JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA*, 13., *MOSTRA DE INICIAÇÃO TECNOLÓGICA*, 7., 2017, São Paulo. *Anais...*, São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2017.

SAITO, A; CLARO, M. Regularização Fundiária e Plano de Bairro no Jardim Piratininga: Um Caso de Urbanização Alternativa em Assentamento Precário. In: *JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA*, 14., *MOSTRA DE INICIAÇÃO TECNOLÓGICA*, 8., 2018, São Paulo. *Anais...*, São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2018.

SANTOS, J. A. dos. Proposta de Plano Popular de Regularização Fundiária e Urbanística - Rio Comprido: São José dos Campos/SP. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade do Vale do Paraíba, São José dos Campos, 2021.

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. Lei n. 2.792, de 10 de janeiro de 1984. Declara área de Proteção Ambiental a região do Banhado de São José dos Campos e dá outras providências a respeito. Boletim do município, São José dos Campos, 1984.

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. Lei n. 8.756, de 28 de junho de 2012. Cria o Parque Natural Municipal do Banhado – PNMB – e dá outras providências. Boletim do município, São José dos Campos, 2012.

SÃO PAULO (Estado). Lei n. 11.262, de 8 de novembro de 2002. Declara Áreas de Proteção Ambiental o trecho da Serra da Mantiqueira e as áreas urbanas no Município de São José dos Campos. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, 2002.

SILVA, F. F.A; MACIEL, L M. “Decolonizando” o planejamento a experiência dos conflitos urbanos em cidades latino-americanas In: LIMONAD, E; MONTEIRO, J; MANSILLA, P (org.). Planejamento Territorial: reflexões críticas e práticas alternativas. São Paulo: Max Limonad, 2021.

TAVARES, J. C; FANTIN, M. Plano de Urbanização e Regularização Fundiária do Banhado. São Carlos-SP: IAU-USP, 2019.

TAVARES, J; FANTIN, M; SILVA, D. A. Impasses Da Urbanização e Regularização Fundiária. Quem Tem O Poder De Veto? Cad. Metrop., São Paulo, v. 23, n. 50, p. 155-176, jan./abr. 2021.

VAINER, C. et al. O plano popular da Vila Autódromo, uma experiência de planejamento conflitual. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 15., 2013. Recife. Anais..., Recife: [s.n.], 2013.



Fonte: PPGPLUR/
CEHVAP-Univap

06

Estudos do Espaço Urbano na Amazônia e o Planejamento Urbano e Regional: 16 anos de Pesquisa Sobre as Pequenas Cidades do Delta do Rio Amazonas e as Contribuições do Laboratório de Estudos das cidades¹

1. Introdução

Desde 1950, a rede urbana brasileira tem presenciado transformações intensas. Essas transformações possibilitaram que a rede urbana com “configuração de nucleação esparsa, litorânea e desarticulada” passasse a incorporar localidades urbanas de porte considerável em todos os pontos do território, surgindo cidades metropolitanas que se inserem entre as maiores do mundo e a dispor de uma malha complexa de interligação viária entre as mais distantes localidades do território brasileiro (Martine; Turchi, 1988, p.19).

Segundo Becker (1985), o processo de urbanização brasileira incorporou áreas distantes, como o caso da Região Amazônica, com atividades que estimularam o conjunto de ações

Sandra Maria Fonseca da Costa²
Viviana Mendes Lima³
Lucas de Sousa Santos⁴

¹ Uma versão deste artigo foi apresentada no VI SINAPEQ, na forma de artigo.

² Geógrafa e Doutora em Informação Espacial pela USP; Professora do Programa de Planejamento Urbano e Regional - Univap. E-mail: sandra@univap.br

³ Geógrafa e Mestre em Planejamento Urbano e Regional pela Univap; Doutora no Programa de Saúde Global e Sustentabilidade - USP. E-mail: geolimabrasilch@yahoo.com.br

⁴ Geógrafo e Mestre em Programa de Planejamento Urbano e Regional - Univap. Email: lucas-de-santos@hotmail.com

governamentais. No processo de ocupação dessa região, esse fator incentivou a migração, após a década de 1970, como afirmam Martine e Turchi (1988), promovendo, também, atividades industriais e agropecuárias. Bertha Becker (Becker, 2001) menciona que a via de desenvolvimento da região passou a ser identificada com a do próprio país, ou seja, de acordo com o cenário vigente de acontecimentos nacionais ou internacionais, a Amazônia foi tendo seu papel dentro da divisão territorial do trabalho e seus aspectos de desenvolvimento tornaram-se reflexo dos interesses dos agentes externos. Esse processo de ocupação, motivada por políticas governamentais, fez com que a região fosse caracterizada, após 1980, como floresta urbanizada, termo proposto por Bertha Becker (Becker, 1985).

Na Amazônia, as dinâmicas urbanas das regiões metropolitanas, das cidades de beira de estrada e de cidades que surgiram a partir dos grandes projetos são muito conhecidas e estudadas, porém ainda é escassa a literatura voltada para o urbano das pequenas cidades, principalmente, daquelas ribeirinhas, localizadas no Delta do rio Amazonas, que possuem uma dinâmica de crescimento diferente do das cidades de terra firme.

As pequenas cidades constituem o cerne do urbano na Amazônia. Segundo Oliveira (2006, p. 27),

É preciso falar delas para compreender a Amazônia, não porque são importantes do ponto de vista econômico e político, mas porque são lugares em que pulsam modos de vida que diferem significativamente do padrão caracterizado como urbano e predominante em outras regiões do Brasil.

Dentro da Região Amazônica, há inúmeros urbanos que são imperceptíveis, como é o caso das pequenas cidades, ao menos à luz das políticas públicas. Na região, essas pequenas cidades, com menos de 20 mil habitantes, são predominantes (mais de

80%), segundo dados do IBGE (2010), apesar de mais de 70% da população urbana residir em cidades de porte médio e grande. Nesse contexto, há uma diversidade de cidades pequenas, que foram analisadas por vários ângulos acadêmicos (Trindade Júnior, 2010, Trindade Júnior et al., 2008, Costa et al., 2012, Brondizio, 2016, Oliveira, 2006, Oliveira; Schor, 2008). Entretanto, ressalta-se que esses estudos não exauriram os temas de pesquisa e que novas proposições surgem a todo momento.

Com essa preocupação, em 2007, foi iniciada nossa pesquisa sobre as pequenas cidades do Delta do rio Amazonas. Nesse projeto, é estudada a região denominada como Delta do rio Amazonas, da qual fazem parte 49 municípios, com suas respectivas 49 cidades-sedes administrativas. Desse total, aproximadamente 70% são consideradas cidades de pequeno porte, com menos de 21 mil habitantes. É para esse histórico de pesquisa, relacionado à realidade dessas 34 cidades, que este artigo se orienta. Assim, o objetivo deste artigo é apresentar a trajetória de pesquisa do Laboratório de Estudo das Cidades (LabCidades), da Universidade do Vale do Paraíba, especificamente, em relação às pequenas cidades da Amazônia, a partir da perspectiva do Delta do rio Amazonas e da Região do Salgado Paraense, analisando os avanços metodológicos por nós experimentados.



2. Pequenas Cidades da Amazônia: Uma Revisão de Literatura

A pequena cidade da Amazônia apresenta singularidades que lhe são peculiares, e, ao se fazer um exercício de imaginação, deve-se confessar que muitos questionamentos são feitos a respeito do vque são esses pequenos espaços em meio à Floresta Urbanizada (Becker, 1985). Cabe ressaltar que ainda é um assunto que precisa ter seus estudos ampliados, e as pesquisas desenvolvidas pelos pesquisadores do Laboratório

das Cidades reafirmam a importância de abordá-lo. Oliveira e Schor (2008, p. 23), ao descreverem a respeito das pequenas cidades da Amazônia, destacam que, para além da paisagem aparente, é preciso atravessar o rio para entendê-las, pois do outro lado há sempre esperança.

Por fim, mesmo que a prática de desenho da cidade não esteja restrita aos planejadores ou técnicos, verifica-se que, por mais promissoras que sejam as iniciativas dos planos populares, de “planejamentos insurgentes” / “contra hegemônicos”, eles se apresentam na ordem da cidade geridos por práticas liberais que estabelecem, por exemplo, a competitividade entre os territórios e priorizam a vida particular em detrimento da coletiva. O debate da colonialidade do poder nos indica que deve haver uma indivisibilidade nas discussões sobre equidade racial e social, democratização e justiça social e urbana. Isso ainda se mostra distante no Brasil, a partir das condições analisadas; no entanto, não se deve negar que novos caminhos se desenham, e eles nascem, sobretudo, como.

O morador ribeirinho tem uma relação de pertencimento com a cidade, com a cultura e o modo de vida. Em qualquer situação, compreender a formação dessas cidades nos auxilia a perceber as relações que se estabelecem entre a sua situação atual e o seu passado. Santos (1994, p. 68) explica que é desafiador, ao estudar o passado, tornar o tempo empírico, pois sem materializá-lo não é possível “geografizar o tempo”. Ainda nessa lógica de compreender as pequenas cidades, para Costa (2020), no Brasil, há diferentes tipos de cidades, com diferentes tamanhos e uma similitude de dificuldades. Desde as metrópoles, com mais de 1 milhão de habitantes, até as pequenas cidades, com menos de 20 mil habitantes, essas cidades pulsam modos de vida, reproduzem uma segregação socioespacial e compartilham problemas de origem estrutural e/ou conjuntural, tais como precariedade no acesso à saúde, ao transporte público, ao saneamento básico, à educação e às políticas públicas que possam contribuir com a melhora da

qualidade de vida dos moradores.

As pequenas cidades da Amazônia são pequenos núcleos urbanos, muitas vezes negligenciados pelo poder público, por não terem forças econômicas e políticas. A Amazônia Legal, segundo dados do IBGE (2020), ocupa 5.015.068,18 km², correspondentes a cerca de 58,9% do território brasileiro (8.510.295,914 km²). Ainda conforme o IBGE (2010), mais de 70% da população urbana reside em cidades pequenas, com menos de 20 mil habitantes. No Delta do rio Amazonas, essas pequenas cidades concentram quase 10% da população urbana da região, conforme descrevem Costa et al. (2022, p. 7). O objeto empírico de estudo do LabCidades – Univap⁵ estuda as 34 cidades com menos de 21 mil habitantes, com embasamento em diversos aspectos e singularidades que elas apresentam no seu cotidiano (Tabela 1).

Tabela 1 – Tamanho populacional das cidades do Delta da Amazônia

Tamanho Populacional	Nº Cidades	%	Nº de Habitantes	%
até 20 mil	33	67,3	305.537	9,7
de 20,1 a 50 mil	9	18,4	284.356	9,0
de 50,1 a 300 mil	4	8,2	342.070	10,8
de 300 mil a 2 milhões	3	6,1	2.233.508	70,6
Total	49	100,0	3.165.471	100,0

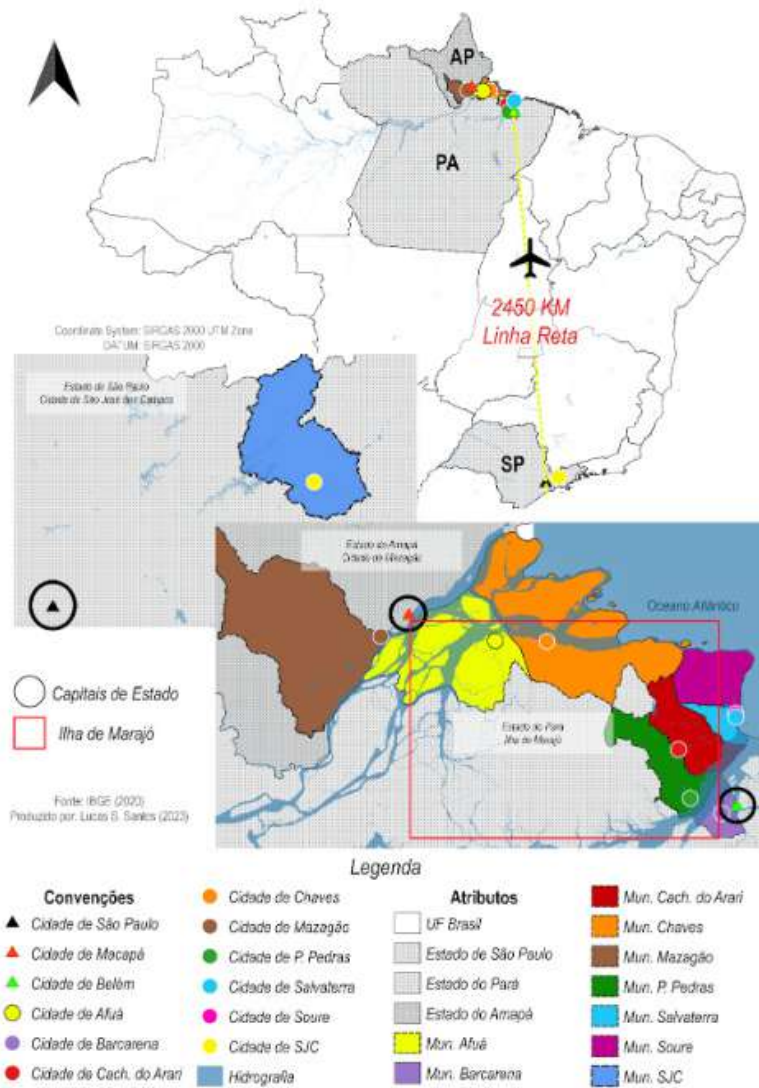
Fonte: Elaboradora pelos Autores, a partir dos dados do IBGE (2010).

Cabe ressaltar que a equipe do LabCidades tem estudado as pequenas cidades ao longo dos 15 anos de pesquisa e muitos municípios ainda serão inseridos na nessa produção científica. A Figura 1 apresenta os municípios que já foram ou estão sendo estudados e a distância geográfica de São José dos Campos – SP, para as cidades de Belém e Macapá, metrópo-

⁵ Site do Laboratório de Estudos das Cidades – Universidade do Vale do Paraíba. <https://www.labcidadesunivap.net/>

les regionais de onde partem o principal meio de transporte para acessar as cidades, o barco.

Figura 1 – Região do Delta do rio Amazonas, área de estudo do LabCidades



Fonte: Elaborada pelos Autores, a partir de arquivos disponibilizados pelo IBGE (2022).

A Figura 1 corresponde a um croqui (material cartográfico sem escala definida) que representa o distanciamento médio, em linha reta, entre as cidades de São Paulo e Belém, distância essa percorrida inúmeras vezes pelos colaboradores do LabCidades, para desenvolver suas pesquisas. Além disso, estão representadas as cidades do Delta, que são ou foram alvo de estudos: Afuá - PA, Barcarena - PA, Cachoeira do Arari - PA, Chaves - PA, Ponta de Pedras - PA, Salvaterra - PA, Soure - PA e Mazagão - AP.

Além desses municípios apresentados no croqui, a Região do Salgado Paraense, com destaque para as cidades de Marapanim, Curuçá e Salinópolis, foram incluídas nos estudos, em razão do projeto de doutorado, desenvolvido por Karina Pimentel dos Santos, com financiamento da Fundação de Amparo à pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), processo nº 2019/23903-2. Em artigo publicado por Costa et al. (2022, p. 9), os autores apresentaram uma linha do tempo das parcerias estabelecidas ao longo dos trabalhos desenvolvidos (Figura 2). Segundo os autores, várias informações foram coletadas, além das elencadas, o que permitiu montar um grande banco de dados, que pode ser acessado por todos que trabalham em cooperação com o LabCidades. Esse volume de informação alimentou, e tem alimentado, as pesquisas de iniciação científica, mestrado e doutorado, as quais nos permitiram produzir 39 artigos sobre o tema, publicados em periódicos acadêmicos, além de quatro capítulos de livros e diversos artigos para congressos nacionais e internacionais.

Figura 2 – Linha do Tempo dos Projetos Desenvolvidos no LabCidades e parcerias Estabelecidas.



Fonte: Costa et al. (2022)

Relacionados às pesquisas, a partir de 2009, foram aprovados pela FAPESP quatro projetos de auxílio à pesquisa (2016/25979-8, 2014/09728-0, 2013/50176-8, 2009/08613-6), duas bolsas de pesquisa no exterior, três bolsas de iniciação científica, duas bolsas de mestrado e duas de doutorado. O CNPQ (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) aprovou cinco bolsas de produtividade, seis bolsas de iniciação científica e um auxílio à pesquisa (Projeto nº 477595/2013-8). Esses recursos permitiram o desenvolvimento de sete teses de doutorado, nove dissertações e nove trabalhos de conclusão de curso de graduação. Os projetos tiveram, ainda, a colaboração do IDR (International Development Research Centre) -Canadá, Belmont Forum e do Programa DURAMAZ-França.

As riquezas dos trabalhos de campo foram compartilhadas por vários alunos, de diferentes cursos de graduação (Geografia, História, Biologia e Ecologia), com a parceria da UFPA e Indiana University, durante os quais foram coletados dados:

- Por meio da aplicação de formulários nas cidades de Pon-

ta de Pedras (2009, 2010, 2013, 2016 e 2019), Barcarena (2014), Afuá (2017 e 2019), Mazagão (2017), Soure (2022), Salinas (2022), Curuçá (2022) e Marapanim (2022);

- Prefeituras, nas quais foram levantados a existência de planos diretores, cadastro urbano, dados orçamentários e documentos diversos da administração pública.
- Levantamento fotográfico extenso em todas as cidades;
- Cartórios de registro de imóveis, para estudos sobre a situação fundiária urbana;
- Entrevistas com agentes públicos, para averiguar as políticas públicas em execução;
- Em Secretarias de Saúde, para analisar a atenção básica à saúde;
- No Arquivo Público do Estado do Pará, documentos históricos sobre todos os municípios;
- Com os moradores, para conhecermos o perfil da amostra de estudo, tendo sido aplicados mais de 2,400 formulários aos moradores urbanos das cidades de Ponta de Pedras, Barcarena, Afuá, Mazagão, Soure, Cachoeira do Arari, Curuçá, Marapanim e Salinópolis.

Quadro 1 – Teses Sobre Cidades Pequenas Produzidas pelo Laboratório de Estudos das Cidades (2017-2020)

TESES	ANO	UNIVERSIDADE	ALUNA/OS
Pequenas cidades do delta do Rio Amazonas: caracterização e tipologias urbanas.	2020.	Univap	Monique Bruna Silva do Carmo
Várzea e as alternativas de sobrevivência em pequenas cidades do Delta do Rio Amazonas.	2019.	Univap	Ed Carlos dos Santos Valota
Políticas Habitacionais e o Direito à Cidade: A reprodução contemporânea do atraso em pequenas cidades estuarinas do Delta do Rio Amazonas...	2019	Univap	Jobair Assis Rangel
Grandes Projetos Sociais e os Impactos nas Pequenas Cidades do Estuário do Rio Amazonas. 2018.	2018	Univap	Gustavo Rodrigo Milaré Montoia
Globalização e Saúde na Amazônia: um estudo de uma pequena cidade - Ponta de Pedras, Ilha do Marajó, Pará.	2017	FSP- USP/Univap	Viviana Mendes Lima
Obs.: Cabe destacar que o Programa de Doutorado em Planejamento Urbano e Regional foi iniciado em agosto/2014.			

Fonte: Elaborado pelos autores, a partir do histórico de pesquisa do LabCidades (2023).

Quadro 2 – Dissertações Sobre Cidades Pequenas Produzidas pelo Laboratório de Estudos das Cidades (2010–2021) (continuação...)

DISSERTAÇÃO	ANO	UNIVERSIDADE	ALUNO /AS
Planejamento participativo em pequenas cidades da Amazônia: um estudo de caso no município de Ponta de Pedras - PA.	2010	Univap	Gustavo Rodrigo Milaré Montoia
O Programa "Minha Casa, Minha Vida" e seus Desdobramentos no Local: um estudo da Pequena Cidade de Ponta de Pedras, PA.	2011	Univap	Jobair Assis Rangel
Sociedade e natureza / análise da paisagem e da ocupação urbana em ambiente de várzea de uma pequena cidade do Estuário Amazônico: Ponta de Pedras - PA.	2015	Univap	Ed Carlos dos Santos Valota
Percepção Ambiental e Degradação Ambiental em Pequenas Cidades da Amazônia. As pequenas cidades na Amazônia - paradoxos entre o urbano e o rural: um estudo de Barcarena, PA.	2015	Univap	Ivan Gomes de Oliveira
Ocupações Irregulares nas Pequenas Cidades da Amazônia Legal: Estudo de caso no Município de Barcarena, Pará.	2015	Univap	Monique Bruna Silva do Carmo
Ocupações Irregulares nas Pequenas Cidades da Amazônia Legal: Estudo de caso no Município de Barcarena, Pará.	2016	Univap	Bruno Henrique Colombari Moreira
A natureza do lote urbano em uma pequena cidade da Amazônia.	2017	Univap	Juliano Vieira
Redes Sociais e estrutura do espaço urbano de um pequeno município da Amazônia.	2019	Univap	Nilton Carlos Rosa
A função e importância de Soure, Pará, para rede urbana regional.	2023	Univap	Giovanna Vieira Domiciano
Análise da Vulnerabilidade Socioambiental Sanitária: A interface entre espaço e saúde, na pequena cidade de Afuá, PA.	2023	Univap	Lucas de Sousa Santos

Fonte: Elaborado pelos autores, a partir do histórico de pesquisa do LabCidades (2023).

Nos Quadros 1 e 2 são observadas as Teses e Dissertações produzidas pelas pesquisas do LabCidades. E as diversas temáticas abordadas nas produções científicas, além dos artigos em periódicos.

Na Figura 3, verifica-se a nuvem de palavras, com as temáticas mais usuais encontradas nessas produções.

Figura 3 – Nuvem de palavras sobre os temas publicados pelo LabCidades



Fonte: Elaborado pelos autores, a partir do título dos artigos publicados pelos membros do LabCidades (2023).

Uma das características das pesquisas desenvolvidas no LabCidades é a produção de material cartográfico, pois são pesquisas que possuem uma preocupação com a espacialização dos dados. Há uma forte aderência aos Sistemas de Informação Geográficas (SIG), como o ArcGIS, em função da nossa preocupação com a demonstração espacial das informações levantadas, além das prefeituras carecerem desse tipo de dado. Nos Quadros 1 e 2, são apresentadas as principais temáticas trazidas por nossas pesquisas e alguns resultados cartográficos obtidos.

Além dos dados apresentados, há também inúmeras imagens que nos permitem ter uma visão espacial das áreas estudadas, durante os trabalhos de campo ao longo dos 16 anos de pesquisa. As imagens na Figura 4 apresentam uma visão espacial das áreas de pesquisa, em diferentes municípios estudados. São inúmeros registros coletados durante os anos de produção acadêmica. As imagens nos permitem ter uma percepção das mudanças na paisagem urbana das cidades e compor uma narrativa do processo histórico.

Ao trabalhar com imagens, considera-se a descrição de determinadas situações captadas em registros, que podem provocar lembranças e reflexões importantes relacionadas ao estudo. Os inúmer-

ros trabalhos de campo desenvolvidos pelo LabCidades levaram a equipe a aprimorar cada vez mais a captação desses registros, somados a outras informações como uma entrevista, aplicação de formulários ou uma simples observação do território de estudo. Cabe citar Vergara (2006, p. 94-95), que indica caminhos do uso das fotografias como elemento da fotoetnografia na metodologia da pesquisa. Assim, novamente nos dizeres de Vergara (2006) e Guran (2002), as fotografias ainda compõem o diário de campo ou comentários do pesquisador para contextualizar a leitura das imagens. Para Guran (2002, p. 104), as entrevistas feitas com fotografias permitem, por exemplo, que aspectos apenas percebidos ou intuídos pelo pesquisador sejam vistos — e se transformem em dados — por intermédio dos comentários do informante sobre a imagem. Ao utilizar fotografias, é necessário adotar cuidados de datação, localização e registro de quem está na imagem registrada. Isso não é preciosismo, mas necessidade de quem utiliza a fotografia para uma fotoetnografia.

Em alguns artigos (Costa, 2020; Rosa et al., 2017; Costa et al., 2015, Costa; Domiciano; Carmo, S/D; Santos, Monteiro, S/D), recuperamos dados históricos, presentes em atas de criação de vilas, em jornais de época ou em documentos antigos e traduzimos essas informações em dados espaciais. Fotografias aéreas e imagens de satélite nos permitiram apreender a dinâmica espacial das cidades estudadas e mapear as mudanças de uso e ocupação do solo (Costa; Rosa, 2017; Carmo; Costa, 2016). Os formulários aplicados aos domicílios urbanos, sempre seguindo métodos de amostragem estatística, possibilitaram confrontar dados levantados pelo IBGE,

Obs.: As imagens 1,2 e 3 são cenas urbanas do município de Afuá, obtidas no campo, em julho de 2018. As imagens 4, 5 e 6 são do município de Ponta de Pedras dos anos de 2015 e 2016, em julho; sendo 5 a imagem da produção/coleta do com paineiro de açaí. As imagens do urbano dos municípios de Barcarena são de 2015 e Mazagão (2023). Nota-se um padrão diferenciado das cidades, Afuá tem uma reveladora preocupação por parte dos gestores públicos e da população com a estética e beleza da cidade, há uma consciência de pertencimento do lugar de moradia, vivência e lazer. Ponta de Pedras não apresenta essa mesma característica. Na sua arquitetura urbana, há investimentos diferenciados no urbano da cidade, em especial na área central do município, por ser a porta de entrada para os que ali chegam, em particular no mês de julho. Por ser período de férias escolares, a cidade torna-se atrativa para muitos visitantes. No município de Barcarena, as imagens 1, 2, 3 e 4, e, Mazagão, imagens 5, 6 e 7, que retratam alguns departamentos públicos bem cuidados pela gestão pública. Cabe destacar que a maioria das imagens são coletadas no período de janeiro / julho, o que metodologicamente é viável em razão da disponibilidade das férias escolares dos pesquisadores, que na sua maioria são docentes.

Figura 4 – Imagens das Cidades estudadas



Fonte: Acervo do Laboratório de Estudos das Cidades (2023).

em relação à infraestrutura básica, produzir mapas dessa infraestrutura e mapear redes sociais (Costa et al., 2012). Dados sobre registro de imóveis, obtidos em cartórios, geraram mapas sobre o processo de parcelamento da terra urbana e o processo de formalização da propriedade do solo urbano, informação preciosa para vários municípios (Mendes; Costa, 2014; Rosa; Costa, S/D).

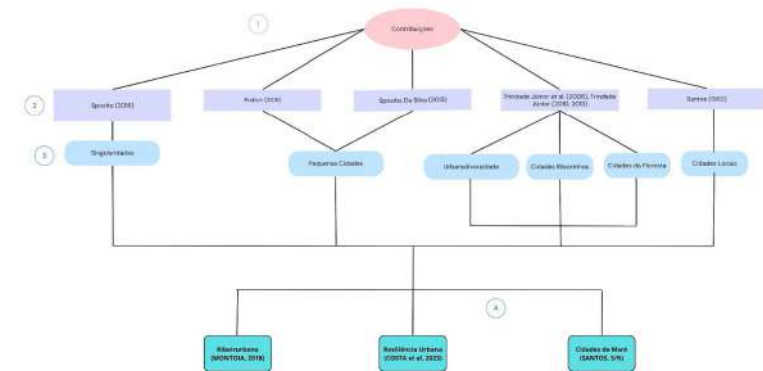
A metodologia para a produção deste material cartográfico é uma contribuição das nossas pesquisas à região estudada. Entretanto, depois desses 16 anos, temos nos permitido avançar, em relação às contribuições conceituais.

Nos artigos publicados por Montoia e Costa (2020), Costa e Montoia (2020) e Montoia e Costa (2019), Santos e Montoia (S/D) apresentam-se discussões sobre a natureza das pequenas cidades, do Delta e da Região do Salgado Paraense, e proposições conceituais, que significam contribuições das pesquisas do LabECid à academia. Na Figura 5 são apresentadas as matrizes conceituais, construídas, que nos permitiram propor o conceito de ribeirurbano, de cidades de maré e de resiliência urbana, na perspectiva da cidade e não ambiental. Na origem, os principais autores que inspiram as pesquisas desenvolvidas (2) e os conceitos por eles propostos (3); por último (4), as primeiras contribuições teóricas, resultantes das pesquisas.

Spósito (2016) nos brinda com uma discussão sobre singular, particular e universal, como contribuição aos estudos urbanos, a partir da proposta de estudos comparativos, uma prática dos artigos publicados pela equipe do Laboratório. A autora nos permitiu perceber que a singularidade das pequenas cidades do Delta ou da Região do Salgado nos ajudam a compreender o particular do processo de urbanização do Delta.

A tríade geral, particular e singular constitui o segundo fundamento capaz de orientar o procedimento da comparação. Trata-se de um esforço de reconhecer processos gerais, por meio dos modos como eles se consubstanciam diferentemente no plano particular e, tanto mais, singularmente, sempre

Figura 5 – Contribuições conceituais das pesquisas do LabCidades



Fonte: Pesquisas desenvolvidas pela equipe do LabCidades (2023).

com o objetivo de avaliar as razões pelas quais as desigualdades e as diferenças se expressam em cada situação analisada (Spósito, 2016, p. 4).

Trindade Júnior (2010) nos apresenta o conceito de urbanodiversidade da Amazônia, segundo o qual sugere-se uma multiplicidade de tipos de urbanização, em função de processos originados externamente à região, que produziram iferentes urbanos. “A urbanodiversidade é revelada não somente por diversos tipos de cidades e pela existência de múltiplos tipos de urbanização que decorrem de um único processo, mas também por formas mistas de espaços” (Trindade Júnior, 2010, p. 235). O autor também traz o conceito de cidades da floresta, que seriam as pequenas cidades vinculadas, mais frequentemente, à circulação fluvial, do ritmo da floresta pouco explorada, com fortes ligações com a dinâmica da natureza, com os seus respectivos entornos e com as localidades próximas, que podem ser vila, povoados, comunidades ribeirinhas etc. (Trindade Júnior, 2010, p. 118).

O Professor Milton Santos, em seu livro “Espaço e Sociedade”, nos apresenta uma discussão sobre cidade local, definida

pelo autor a partir de uma dimensão mínima, “[...] a partir da qual as aglomerações de população deixam de servir às necessidades da atividade primária, para servir às necessidades inadiáveis da população com verdadeiras especializações do espaço” (Santos, 1982, p.71). Essas cidades, segundo Santos, atendem às necessidades vitais mais emergenciais, as mínimas, e apresentam uma vida de relações, as relações sociais, importantes para a manutenção da vida nessas comunidades.

Essas contribuições são os fundamentos de nossas pesquisas, são basais para nossas construções. Permeiam nossas análises, pois trazem a especificidade do urbano deltaico e nos ajudam a construir análises sobre a singularidades desses lugares. A partir dessas concepções, entre outras, propostas por diferentes autores, Montoia (2018) constrói o conceito de ribeirurbano. Para o autor, o ribeirurbano seria a configuração de uma identidade local, senão regional. Esse modo de vida que permanece em meio às transformações sociais, essa vida que carrega em si laços de um modo de vida rural, no interior desses municípios para os espaços urbanos, seja na própria construção de sua casa, seja na aquisição de renda não mercantil, seja na própria identificação com os elementos que compõem o espaço e que, sempre, busca para si essa identidade. Essa vida que, apesar de incompleta diante do todo nacional, o distingue em relação a este todo. Montoia (2018) chama atenção ainda para as condições em que os seres humanos se adaptaram a esta realidade de acessos condicionados pelos rios, de casas em área de várzea, em estruturas de madeira, de comunidade no sentido de proximidade, de manutenção de elos entre campo e cidade, em renda e hábitos, e que são fatores a considerar no Planejamento Urbano e Regional.

Santos (2022), em discussão ainda em construção, não pública, apresenta o conceito de cidades de maré, considerando a Região do Salgado Paraense. Para a autora, as práticas cotidianas das cidades de maré no Salgado são caracterizadas pelas atividades da pesca marinha artesanal, as festas como o

carimbó, o artesanato — que varia entre os objetos elaborados a partir dos resíduos das praias, cerâmica, ou até mesmo aqueles construídos com as redes e materiais da pesca, entre outros.

Ainda há a proposta de um novo olhar sobre a capacidade de essas cidades se reinventarem, a partir do enfrentamento das questões mais básicas, como acesso à infraestrutura, à saúde pública e a políticas públicas que sejam inclusivas. Neste sentido, o LabCidades tem trabalhado com o conceito de cidade resiliente, a partir do projeto FAPESP “As cidades pequenas do delta do rio Amazonas: crescimento urbano, infraestrutura e políticas públicas — cidades resilientes?” (Processo 16/25979-8). Consideramos que, apesar das fragilidades socioeconômicas, as pequenas cidades são pontos importantes da rede urbana, tanto para seus moradores, como para o seu entorno. Ou seja,

Apesar da ausência do Estado, ou de sua presença deficiente, as pessoas constroem a sua existência nas ações colaborativas, na busca por recursos, na afirmação de sua identidade regional e na inserção nacional de políticas que reconheçam estes lugares como virtualidades e possibilidades. Assim, formam-se espaços resilientes, silenciosamente. A resiliência nessas pequenas cidades está no uso do território como abrigo, segundo o qual o território é de todos. As vulnerabilidades são causadas porque o território é usado como recurso (Costa et al., S/N).

Essas contribuições conceituais, RIBEIRURBANO, CIDADES DE MARÉ e CIDADES RESILIENTES têm nos mostrado que as pesquisas sobre as pequenas cidades do Delta são profícuas em possibilidades teóricas. E que essas discussões são apenas o início de um caminho para a compreensão das singularidades desses locais.



3. Considerações Finais

As discussões apresentadas neste artigo são resultantes de uma pesquisa prazerosa, consistente e que possui o comprometimento de todos que passaram ou que ainda estão conosco no LabCidades. Esperamos que outros 16 anos venham, com novas contribuições acadêmicas e que façam diferença para compreensão desta realidade, repleta de virtualidades e de possibilidades de estudo.



4. Agradecimentos

Os autores agradecem à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pelo suporte financeiro fornecido às pesquisas do LabCidades, sem o qual a existência do Laboratório seria muito difícil. Agradecemos, também, ao Dr. Eduardo Brondizio, importante colaborador da Indiana University, pela parceria destes 15 anos. E a todos os membros do Laboratório, que trabalharam e que continuam a desenvolver as pesquisas em conjunto, que fizeram o LabCidades ser o que é. Também gostaríamos de agradecer aos moradores de todos os municípios que estudamos, por nos receberem de forma tão receptiva e por terem participado de nossas pesquisas.



5. Referências

BECKER, Bertha Koiffmann. Fronteira e Urbanização Repensadas. *Revista Brasileira de Geografia*, v. 51, n. 3-4, p.

357-371, 1985.

BECKER, Bertha Koiffmann. Revisão das políticas de ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários? (versão preliminar), Rio de Janeiro: Laboratório de Gestão do Território/UFRJ. 2001.

BRONDIZIO, Eduardo. The elephant in the room: Amazonian cities deserve more attention in climate change and sustainability discussions. *The Nature of Cities*, 2016. Disponível em: <<http://www.thenatureofcities.com/2016/02/02/the-elephant-in-the-room-amazonian-cities-deserve-more-attention-in-climate-change-and-sustainability-discussions/>>. Acesso em: 20/5/2023.

CARMO, Monique Bruna Silva; COSTA, Sandra Maria Fonseca da Os paradoxos entre os urbanos no município de Barcarena, Pará. *Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana*, v. 8, p. 1-20, 2016.

COSTA, Sandra Maria Fonseca da; MONTÓIA, Gustavo. Small cities of the Delta. *Mercator*, v. 19, p. 1-14, 2020.

COSTA, Sandra Maria Fonseca da et al. Pequenas Cidades do Estuário do Rio Amazonas: Fluxo Econômico, Crescimento Urbanos e as Novas Velhas Urbanidades da Pequena Cidade de Ponta de Pedras. *REDES - Rev. Des. Regional*, Santa Cruz do Sul, v. 17, n. 2, p. 56 – 74, 2012.

COSTA, Sandra Maria Fonseca da; ROSA, Nilton Carlos. O Processo de Urbanização na Amazônia e Suas Peculiaridades: Uma Análise do Delta do Rio Amazonas. *Revista Políticas Públicas & Cidades*, v. 5, p. 81-105, 2017.

COSTA, Sandra Maria Fonseca da et al. As Pequenas Cidades do Delta do Rio Amazonas: Contribuições Metodológi-

cas e Conceituais, em 15 anos de Pesquisa. In: SIMPÓSIO NACIONAL SOBRE PEQUENAS CIDADES, 6., 2022. Anais..., Campo Grande: UEMS, 2022. v. 1. p. 1709-1730. Disponível em: <https://eventos.uems.br/pagina/p/simposio-nacional-sobre-pequenas-cidades>. Acesso em: 20 jul. 2023.

COSTA, Sandra M. F. da; LIMA, Viviana. M.; VALOTA, Ed Carlos dos S.; MONTOIA, Gustavo Rodrigo M.; CARMO, Monique Bruna Silva do.; RANGEL, Jobair Assis. Uma contribuição ao estudo da resiliência urbana das pequenas cidades do delta do Rio Amazonas: uma avaliação a partir da infraestrutura, da economia urbana e de aspectos sociais. *Ambiente Construído*, [S. l.], v. 23, n. 4, p. 25–41, 2023. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/ambienteconstruido/article/view/131809>. Acesso em: 18 out. 2023.

COSTA, Sandra Maria Fonseca da; DOMICIANO, Giovanna Vieira; CARMO, Monique Bruna Silva do O processo de formação e estruturação da cidade de Soure (PA), entre 1757 e 1900. [No prelo].

COSTA, Sandra Maria Fonseca da. Da construção à instalação de uma cidade, no estado do Pará: a formação da cidade de Afuá. *História* (São Paulo), v. 39, 2020.

COSTA, Sandra Maria Fonseca da; MENDES, Jéssica Andretta; LIMA, Viviana Mendes; ZANETTI, Valéria. Cidades pequenas do estuário do rio Amazonas: terra de quem? *Acta Geográfica*, v. 9, n. 19, p. 19-35, 2015.

ENDLICH, Angela Maria. Las utopías y la construcción de la sociedad del futuro. In: XIV Coloquio Internacional de Geocrítica, 2016, Barcelona. *Actas del XIV Coloquio Internacional de Geocrítica*. Barcelona: Universidad de Barcelona, 2016. v. 1. p. 1-18.

GURAN, Milton. *Linguagem fotográfica e informação*, 3ª ed. Rio de Janeiro: Gama Filho ed., 2002. 120 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Censo de 2010 [Material Institucional]. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 05 maio 2020.

MARTINE, George; TURCHI, Lenita. A urbanização da Amazônia: realidade e significado. In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 6., 1988, Olinda. *Anais...*, Olinda, 1988.

MENDES, Jéssica. A.; COSTA, Sandra Maria Fonseca da. Identification of urban settlement patterns using CBERS images and its relationship with the urban property legal registration in a small Amazonian city. *RBC. Revista Brasileira de Cartografia* (Online), v. 16, p. 185-193, 2014.

MONTOIA, Gustavo Rodrigo Milaré. As escalas decisórias das políticas públicas e dos programas de investimento e a repercussão no local: um estudo das pequenas cidades do delta do rio Amazonas. 2018. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) - Universidade do Vale do Paraíba, São José dos Campos, 2018.

MONTOIA, Gustavo Rodrigo Milaré; COSTA, Sandra Maria Fonseca da. O ribeirurbano e as cidades da Amazônia: a construção de uma antropogeografia. *Novos Cadernos NAEA*, v. 22, p. 183-204, 2019.

MONTOIA, Gustavo Rodrigo Milaré; COSTA, Sandra Maria Fonseca da. A simples necessidade de continuar existindo: o acontecer solidário e os desafios das políticas públicas nas pequenas cidades da Amazônia. *Geosul*, v. 35, p. 598-622, 2020.

OLIVEIRA José Aldemir de; SCHOR, Tatiana, “Das cidades da natureza à natureza das cidades”, In: CORDEIRO, Saint-Clair; TAVARES, Maria Goretti da Costa (org.). Cidades ribeirinhas na Amazônia: mudanças e permanências, Belém: EDUFPA, 2008.

OLIVEIRA, José Ademir de. A cultura, as cidades e os rios na Amazônia. *Ciência e Cultura*, v. 58, n. 3, São Paulo, Jul/Set 2006.

ROSA, Nilton Carlos; COSTA, Sandra Maria Fonseca da; SILVA, Diego Correa da; VALOTA, Ed Carlos S. A Utilização das geotecnologias na reconstituição geo-histórica da estrutura fundiária na Amazônia: Um estudo de caso. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE SENSORIAMENTO REMOTO, 18., 2017, São José dos Campos. Anais..., São José dos Campos: INPE, 2017. v. 1. p. 2043-2050.

ROSA, Nilton Carlos; COSTA, Sandra Maria Fonseca da.; MONTOIA, Gustavo Rodrigo Milaré. Crescimento urbano e parcelamento do solo da pequena cidade de Afuá, PA. [No prelo].

SANTOS, Karina Pimentel. O singular na Amazônia: a dinâmica das cidades de maré na microrregião do Salgado-PA. 7 de abril de 2022. [Documento de Qualificação. Circulação restrita].

SANTOS, Karina Pimentel; MONTOIA, Gustavo R.M. A organização socioespacial das cidades de maré do Salgado Paraense: uma análise até meados do século XX. [No prelo].

SANTOS, Milton. Espaço e sociedade: ensaios. Petrópolis: Vozes, 1982.

SANTOS, Milton. Técnica, espaço, tempo. São Paulo, Hucitec, 1994

SPOSITO, Eliseu Savério; DA SILVA, Paulo Fernando Jurado da. Cidades pequenas: perspectivas teóricas e transformações socioespaciais. Jundiaí: Paco Editorial, 2013.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Oportunidades e desafios da pesquisa urbana comparada. In: FIRKOWSKI, Olga Lucia Castreghini de Freitas. et al. (org.). Estudos urbanos comparados: oportunidades e desafios da pesquisa na América Latina. San Miguel de Tucumán: Universidad Nacional de Tucumán, 2016.

TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro da. Cidades na floresta: os “grandes objetos” como expressões do meio técnico-científico informacional no espaço amazônico. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, v. 51, p. 113-137, 2010.

TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro da; SILVA, Marcos Alexandre Pimentel da; AMARAL, Márcio Douglas Brito. Das “janelas” às “portas” para os rios: compreendendo as cidades ribeirinhas da Amazônia. In: Cidades Ribeirinhas da Amazônia: mudanças e permanências. Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior e Maria Goretti da Costa Tavares (org.). Belém: EDUFPA. 2008.

VERGARA, Sylvia Constant. Métodos de pesquisa em administração. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006.



Fonte: PPGPLUR/
CEHVAP-Univap

O Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional em Dados: Uma Análise Bibliométrica

Ao ingressar em um programa de pós-graduação, o discente tem por objetivo realizar sua pesquisa e escrevê-la, apresentando sua metodologia, resultado e considerações acerca do trabalho desenvolvido e, como resultado final dessa trajetória, concretiza-se a redação da dissertação, no caso do mestrado, ou da tese, quando se trata do doutorado.

A biblioteca da Univap desempenha um papel de grande importância ao facilitar o acesso do pesquisador às informações essenciais e à estruturação do trabalho, por meio dos serviços de informação oferecidos e da disponibilidade de recursos de pesquisa, além da contribuição no processo de normatização do trabalho.

Como parte das celebrações dos 30 anos do curso de Planejamento Urbano e Regional, a biblioteca da instituição preparou este artigo, apresentando um breve estudo bibliométrico,

¹ Graduada em Biblioteconomia pela Universidade Federal de Santa Catarina. Mestre em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade do Vale do Paraíba. Bibliotecária da Universidade do Vale do Paraíba.

² Graduada em Biblioteconomia e Documentação pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, especialista em Sistemas de Informação pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Bibliotecária da Universidade do Vale do Paraíba.

Cintia Fabíola Mota Alves¹
Rubia Gravito Gomes²

apontando as teses e dissertações defendidas no curso de Planejamento Urbano e Regional, no decorrer de sua história. Nesse contexto, para o estudo bibliométrico, foi utilizada a ferramenta Software Publish or Perish (Harzing, 2010). O escopo principal desse estudo concentrou-se na identificação das teses e dissertações arquivadas ao longo da trajetória do mencionado curso e as citações dos artigos produzidos nesse período assim como apresentar a rede de relacionamento dos orientadores e membros de banca.

De acordo com Prado e Nogueira (2020, p. 28), bibliometria “não significa a mensuração física do livro, mas o seu conteúdo informacional”. É por meio dela que são realizados estudos e análises da produção científica, tecnológica e informacional de determinada área do conhecimento, propiciando uma melhor organização da informação.

Assim, a bibliometria é uma área de estudo que utiliza métodos quantitativos para analisar e medir a produção científica, como o número de citações, índices de impacto e a colaboração entre autores, dados que podem ser usados para avaliar e entender a dinâmica da produção científica, a relevância e o impacto de pesquisas acadêmicas em uma determinada área do conhecimento.



1. Levantamento das teses e dissertações do PLUR

A fim de apresentar o que foi produzido nesses 30 anos de pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional, fez-se o levantamento das dissertações e teses concluídas e depositadas no acervo bibliográfico da rede de Bibliotecas da Univap.

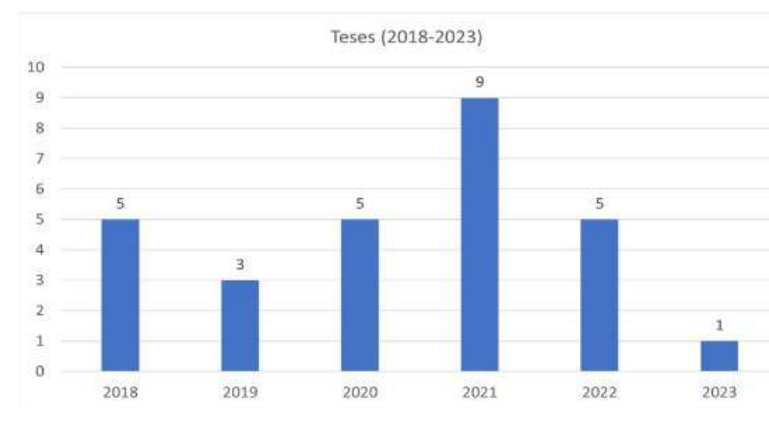
A pesquisa foi conduzida no período de 1995 a 2023, com o objetivo de analisar as teses e dissertações do programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional. A metodologia adotada foi predominantemente quantitativa, cen-

trada na análise de dados coletados ao longo do período de estudo. Esse enfoque quantitativo foi escolhido para permitir a mensuração e a análise de métricas que ajudam a compreender a dinâmica da produção acadêmica dentro do PLUR (Nascimento, 2023).

No total, foram examinadas 247 dissertações e teses produzidas dentro desse programa. Essas métricas e análises quantitativas podem incluir, por exemplo, o número de dissertações e teses produzidas por ano, as áreas de pesquisa mais frequentes, a distribuição de autores, a frequência de citações de determinados autores ou orientadores, entre outras métricas relevantes, conforme **Gráficos 1 e 2**.

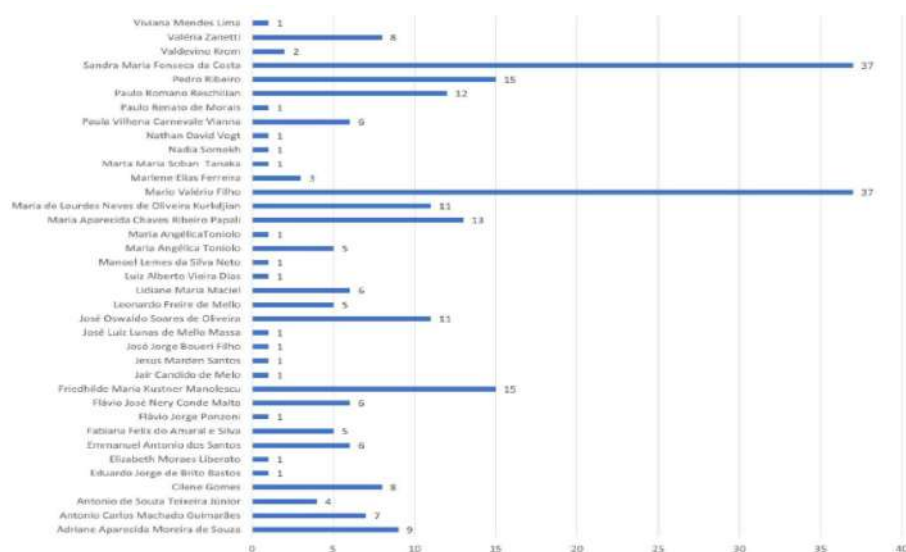
A utilização de métricas é fundamental para avaliar e compreender como a produção acadêmica no PLUR evoluiu ao longo do tempo, quais são os temas e tendências e como essa produção se encaixa no contexto da área (Nascimento, 2023).

Gráfico 1 – Produções de Teses (2018–2023)



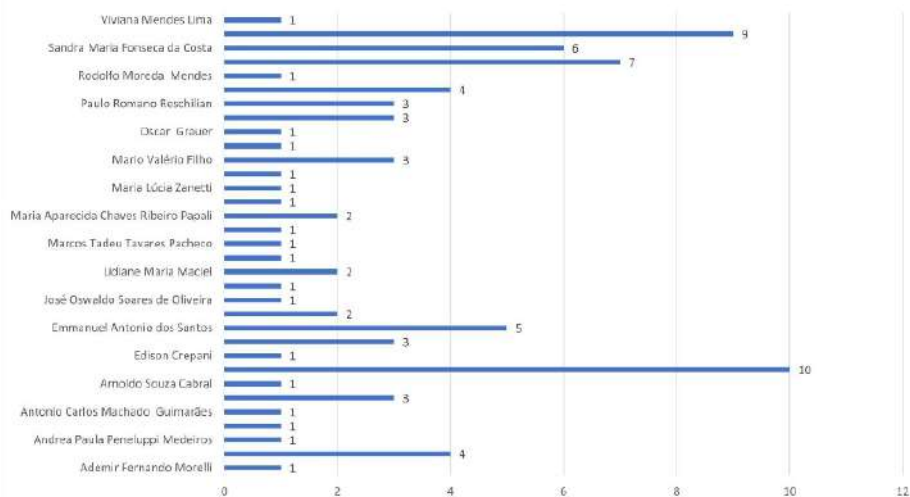
Fonte: Elaborado pelos autores, 2023.

Figura 2 – Total de orientações



Fonte: Elaborado pelos autores, 2023.

Figura 3 – Total de coorientações



Fonte: Elaborado pelos autores, 2023.



2. Análise das Citações da Produção Acadêmica do PLUR

Para realizar a busca bibliométrica, as autoras optaram por utilizar o software Publish or Perish (PoP), que emprega diversas ferramentas de pesquisa especializadas em publicações acadêmicas e científicas. São elas: Crossref, OpenAlex, Google Scholar Profile, Google Scholar, PubMed, Scopus, Web of Science e Semantic Scholar, que auxiliaram na análise estatística relacionada ao fator de impacto de acordo com a busca realizada. Devido ao tempo e necessidade de licença de uso e cadastro nas bases de dados PoP, foi selecionada a interface do Google Scholar (Harzing, 2010).

A utilização de bases de dados na pesquisa científica se dá por disponibilizarem informações encontradas em “resultados de pesquisas, de pesquisadores e de instituições, nacionais e internacionais [...] que reúnem um amplo conjunto de revistas de diferentes editores”, possibilitando o acesso e dando maior visibilidade a grande parte da produção científica (Silva; Grácio, 2017, p. 197).

A base de dados escolhida pelas autoras, Google Scholar, é de acesso aberto e gratuito, que permite ao pesquisador localizar “trabalhos acadêmicos de vários tipos (teses, dissertações, artigos de congressos e periódicos tanto de acesso aberto como fechado) e em múltiplas línguas” (Silva; Grácio, 2017, p. 198). A escolha do Google Scholar proporciona visualizar o “desempenho e comportamento científico de artigos, autores, instituições, periódicos e países que participam do domínio científico” (Silva; Grácio, 2017, p. 198).

O software apresenta indicadores bibliométricos como: período de publicação; total em anos do período de publicação; número de itens retornados; número total de citação retornadas; média de citação por ano; média de citação por artigo;

média de artigo por autor; índice H; índice g; hI, norm.: Índice h individual normalizado; hI, anual: Índice h individual anualizado; número de artigos com dez ou mais citações por ano, conforme Quadro 1.

O índice h foi proposto por Jorge Hirsch com o objetivo de mensurar e quantificar, sendo um dos indicadores bibliométricos que analisam a produção científica e estimam o valor de impacto científico dos pesquisadores. E, segundo Costas e Bordons (2007 apud Lima; Velho e Faria, 2012, p. 4), esse índice se baseia nas “citações recebidas, analisa e compara a atividade científica dos pesquisadores de forma individual”.

Para Silva e Grácio (2017, p. 199), o índice h é “parâmetro avaliativo considerado robusto, por avaliar de forma simultânea os aspectos relativos à produção (quantidade de artigos produzidos) e ao impacto (número de citações)”. E avalia também o “comportamento da produção científica de pesquisadores como também é um critério avaliativo em diversas agências de fomento” (Silva; Grácio, 2017, p. 199). Segundo os autores Lima, Velho e Faria (2012), no Brasil esse índice é utilizado por algumas instituições (CNPq e CAPES), para obter recursos e benefícios como bolsas para produção científica.

Como o índice varia entre as áreas do conhecimento, não pode ser utilizado para comparar a produção científica entre as áreas, pois cada área se organiza de modo particular no que se refere à pesquisa científica (Lima; Velho e Faria, 2012).

A busca foi delimitada ao período de 1995 a 2023, utilizando as palavras-chave “Planejamento Urbano” or “Planejamento Regional” and “Universidade do Vale do Paraíba” or “Univap”, com a limitação dos resultados a mil registros. Para a geração dos dados bibliométricos referentes às publicações dentro desse intervalo de tempo, empregou-se o software Publish or Perish, na versão 8.9.4538.8589. O Quadro 2 O Quadro 2 apresenta os resultados métricos dessa pesquisa. Os resultados da pesquisa foram examinados e todos os itens que não estavam relacionados ao grupo do PLUR foram

excluídos, bem como aqueles que apresentavam um índice h igual a zero. Após seleção, obtivemos as seguintes métricas: uma produção ao longo de 27 anos, com a publicação de 185 trabalhos e um total de 832 citações recebidas, resultando em

Quadro 1 – Descritivo dos indicadores bibliométricos do software PoP

Métrica	Descrição
Publication Years	Período de publicação selecionado
Citation Years	Total de citações em anos do período selecionado
Papers	Número total de resultados retornado
Citations	Total de citações retornado para o período selecionado
Cites/year	Número médio de citações por ano
Cites/paper	Número médio de citação por artigo
Cites/author	Número médio de citações por autor
Papers/author	Número médio de autores por artigo
H-index	Índice h de Hirsh
G-index	Índice g de Egge
hI, norm	Índice h individual normalizado
hI, annual	Índice h individual anualizado
Paper with ACC	Número de artigos com 10 ou mais citações por ano

Fonte: Adaptado de Harzing (2010)

um índice H igual a 13. As demais métricas não foram levadas em consideração neste contexto.

Devido ao número de dissertações disponíveis, foi decidido pela análise das métricas relacionadas aos estudantes que obtiveram seus doutorados no período de 2018 a 2023, totalizando 28 formandos. Essa análise visou identificar os seguintes indicadores: índice h, número de publicações e quantidade de citações. É importante mencionar que o software Publish or Perish oferece uma variedade de outros indicadores bibliométricos,

conforme apresentado no Quadro 1.

Para esse levantamento foram selecionados os quatro anos do curso de doutorado e acrescentando-se dois anos após a defesa; descartamos a produção científica não relacionada ao Planejamento Urbano e Regional.

As métricas foram coletadas e analisadas para avaliar o impacto acadêmico dos discentes após a conclusão de seus programas de doutorado. As principais métricas incluídas na análise foram: o índice h; quantidade de publicações e quantidade de citações, conforme Tabela 1.

Ao analisar a Tabela 1, torna-se evidente que os nove pri-

Quadro 2 – Indicadores bibliométricos do PLUR

Métrica	Descrição
Período de publicação selecionado	1996-2022
Total em anos do período selecionado	27(1996-2023)
Número total de itens retomado	185
Total de citações retornado para o período selecionado	832
Número médio de citações por ano	30,81
Número médio de citação por artigo	4,50
Média de citações por artigo	397.66
Número médio de autores por artigo	92.67
Índice h de Hirsh	13
Índice g de Egge	20
Índice h individual normalizado	8
Índice h individual anualizado	3
Número de artigos com 10 ou mais citações por ano	1,2,5,10,20: 40,13,1,0,0,

Fonte: Harzing's Publish or Perish (2023).

*São egressos para os quais não foram identificadas publicações ou citações para o período de análise.

meiros autores foram os mais produtivos e possuem o maior número de citações no período compreendido entre 2014 e 2023. Além disso, esses autores apresentam as métricas mais significativas, como o índice h. Vale ressaltar que, em relação aos egressos, não foram encontrados dados relativos às métricas analisadas para dois deles.

Entendemos que 7 dos 28 egressos não apresentaram resultados de métricas devido à recente defesa e conclusão do curso de pós-graduação.

Conforme pôde ser observado na Tabela 1, as autoras utilizaram o índice h para mostrar as métricas do período analisado, porém este não deve ser o único método para se analisar a produção científica.

Ao considerar as alternativas para avaliar a produção científica e as limitações do uso exclusivo do índice h, na avaliação de pesquisas e pesquisadores, é importante ter em mente que o impacto da pesquisa varia de acordo com a área de estudo. Métricas tradicionais podem não capturar adequadamente essa variação, o que pode prejudicar pesquisadores em campos menos citados. Portanto, para uma avaliação completa e precisa da produção científica, é recomendável utilizar uma combinação de métricas quantitativas e qualitativas. Isso possibilita considerar as particularidades da área de estudo e avaliar o impacto da pesquisa no contexto mais amplo.

Tabela 1 – Métricas de Desempenho de Estudantes de DOutorado (2018–2023)

Autor	Índice h	Publicações	Citações	Período Analisado
G. R. M. M.	3	10	32	2014-2020
A. Y. U.	2	4	29	2016-2018
S. F. T.	2	6	25	2018-2021
M. B. S. C.	3	5	23	2017-2021
D. J. A.	2	7	18	2016-2021
J. C. C.	2	4	11	2018-2020
B. S. M. D.	2	6	10	2018-2021
M. A. H.	2	4	6	2014-2018
M. H. A. S.	1	5	6	2017-2020
E. G.	1	2	5	2019-2021
E. C. S. V.	1	1	3	2017-2017
J. A. R.	1	3	3	2015-2020
A. C. G. C.	1	2	3	2020-2021
D. W. O. G.	1	1	2	2020-2020
D. A. S.	1	1	2	2020-2020
M. T. M. F.	1	2	2	2020-2021
J. S. S.	1	1	2	2018-2018
R. M. S. P.	1	1	1	2021-2021
M. G. S.	1	1	1	2021-2021
W. O.	0	0	0	0*
P. M. F.	0	3	0	2019-2021
G. J. S.	0	1	0	2018-2018
C. G. R. S.	0	1	0	2020-2020
I. R. F.	0	1	0	2022-2022
E. G. A.	0	3	0	2021-2022
L. A. T. F.	0	3	0	2021-2021
P. O. R. S.	0	2	0	2022-2022
T. M. P.	0	0	0	0*

Fonte: Elaborado pelos autores, 2023.

⁴ www.gephi.org. Gephi se trata de um software utilizado para estruturação e visualização de redes.

⁵ Clusters são conjuntos de dados, grupos, objetos, ou elementos que compartilham características semelhantes entre si e são distintos de outros grupos. Essas características semelhantes podem ser determinadas com base em várias medidas, como proximidade, similaridade ou afinidade (Lachi; Rocha, 2005).



3. Rede de Relacionamento

Nesses 30 anos de história, diversos docentes fizeram e fazem parte do programa de Pós-graduação. Assim, para demonstrar a rede de relacionamento entre orientador e membros de banca, utilizou-se o *software Gephi*⁴, versão 0.10.

Para Scott (1995 apud Guimarães et al., 2009, p. 566):

a similaridade entre organizações geralmente favorece a formação de grupos numa rede. Essa similaridade pode ser representada por diferentes fatores; por exemplo, proximidade geográfica, compartilhamento de crenças e atitudes, grau de interação, ligações afetivas entre indivíduos das organizações [...]

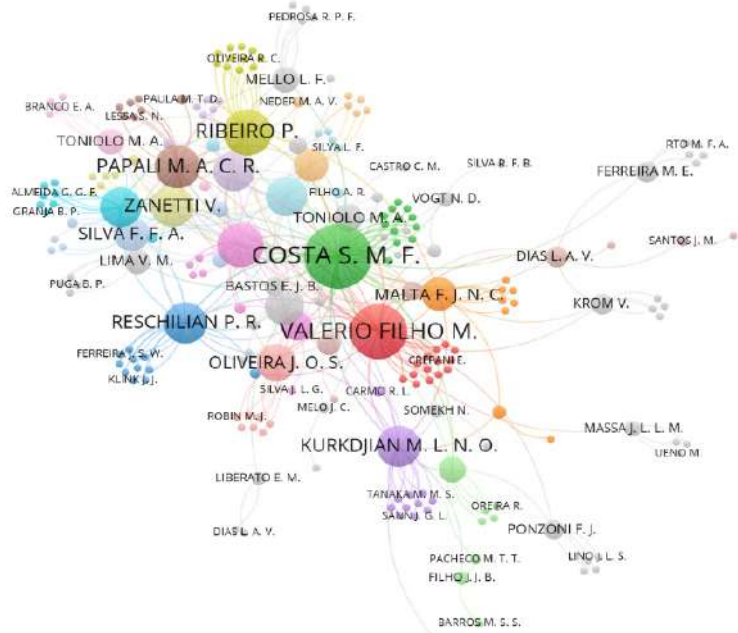
Com um total de 37 docentes, foi possível estabelecer a relação deles com seus respectivos convidados, que atuaram como membros de banca para validar as pesquisas de seus orientandos. Para realizar essa análise, utilizamos o software VOSviewer, por meio do qual foram mapeados 35 *clusters*⁵, conforme apresentado na Figura 4, cada um deles contendo entre 15 e um número variável de itens. Foi utilizado o algoritmo Force Atlas para gerar grafo a partir dos dados coletados no catálogo da Biblioteca da Univap, aproximando os dados referentes àqueles que apresentam semelhança e distanciando os dados relativos àqueles que não têm.

Assim, de acordo com o que foi apresentado por Guimarães et al. (2009), uma rede de relacionamentos pôde ser vista pelas ligações reais que existem em um grupo de pessoas, e esse relacionamento foi percebido na rede dos orientadores e membros de banca do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano.

A figura 4 aponta a rede de relacionamento entre os docentes e participantes de banca no período de 30 anos, percebe-se

que os docentes Sandra Costa e Mário Valério Filho são os que tem maior rede de relacionamento com os membros de banca externa.

Figura 4 – Rede de relacionamento orientador/membros de banca



Fonte: Elaborado por professor Roniberto M. Amaral, 2023⁶

A figura 4 aponta a rede de relacionamento entre os docentes e participantes de banca no período de 30 anos, percebe-se que os docentes Sandra Costa e Mário Valério Filho são os que tem maior rede de relacionamento com os membros de banca externa.

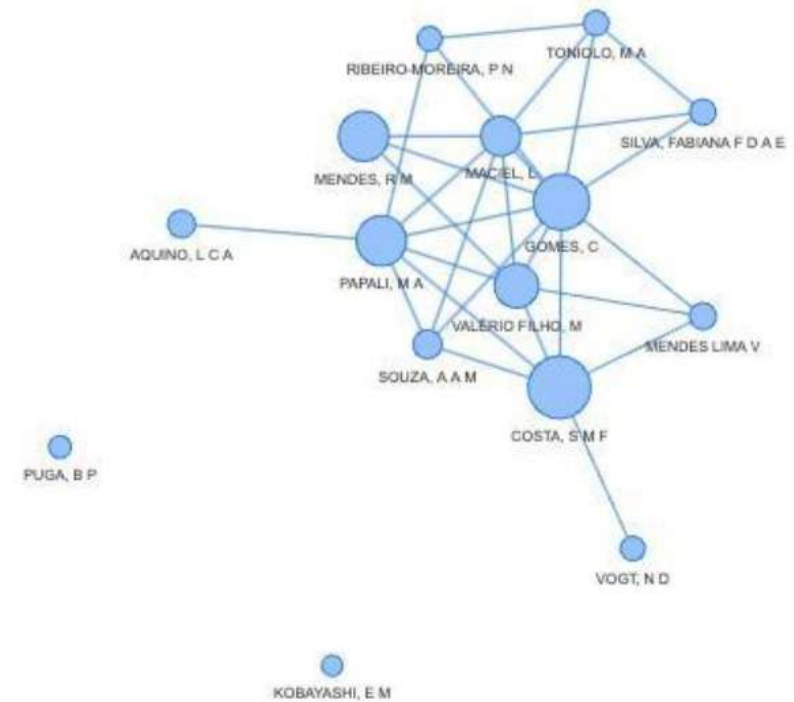
Segundo Mena-Chalco, Digiampietri e Cesar-Jr (2012), em seu estudo sobre redes de coautoria, descrevem que na rede de coautoria, “cada pesquisador é representado por um nó, e

⁶ Foi utilizado o software VOSviewer para gerar a Figura 6. Figura elaborada pelo Prof. Dr. Roniberto Morato do Amaral do Núcleo de Informação Tecnológica em Materiais - NIT/Materiais, DCI/UFSCar.

as conexões (ou arestas) entre esses nós indicam, no mínimo, uma colaboração conjunta em pesquisa”.

Essa dinâmica pode ser observada na Figura 5, a qual representa as interações no atual grupo de professores do Plur, destacando docentes que recebem mais citações e docentes com maior interação de publicação científica.

Figura 5 – Rede de coautoria atual corpo docente PLUR



Fonte: Elaborado pelo Prof. Dr. B. P. Puga, a partir de dados do Lattes, 2023.



4. Considerações Finais

A bibliometria é uma disciplina que se dedica a empregar métodos quantitativos no exame e na avaliação da produção científica. Ela se utiliza de variáveis como o número de citações, índices de impacto e da colaboração entre autores. Essas métricas se mostram fundamentais para a compreensão da dinâmica da pesquisa acadêmica, bem como para a avaliação de sua relevância e impacto dentro de um campo específico de conhecimento.

A decisão de realizar um estudo bibliométrico utilizando o Google Scholar surgiu da percepção de que outras ferramentas de buscas especializadas em publicações acadêmicas e científicas classificam as ciências sociais aplicadas e ciências humanas de forma distinta das demais áreas do conhecimento. Isso permitiu destacar a relevância da pesquisa nessa área e a pertinência dos dados obtidos, para uma avaliação bibliométrica no campo do Planejamento Urbano e Regional.

Por meio do levantamento das teses e dissertações, foi possível conhecer a quantidade de trabalhos depositados na biblioteca, identificar os temas mais abordados (demonstrado na nuvem de palavras), e também a quantidade de trabalhos que cada professor orientou ao longo desses 30 anos de história. Todo esse conjunto proporciona uma compreensão de como a produção acadêmica do Planejamento Urbano e Regional, da Universidade do Vale do Paraíba, evoluiu ao longo do tempo.

Os quatro softwares (WordClouds.com; Publish or Perish; Gephi e VOSviewer) utilizados são de acesso gratuito e permitem ao pesquisador agilidade na busca e pesquisa, além de proporcionar uma melhor visualização dos resultados.

O software Publish or Perish, por meio de seus indicadores, permitiu-nos levantar dados sobre a quantidade de publicações e citações de cada ex-aluno formado no doutorado, bem como outros indicadores bibliométricos, ao longo do período em que os doutorandos estiveram estudando e nos dois anos subsequentes. Isso

proporciona uma compreensão da dinâmica da produção científica dos participantes do curso de Planejamento Urbano e Regional.

A partir dos resultados obtidos nos indicadores e métricas do software Publish or Perish, identificamos que dez egressos no doutorado tiveram uma quantidade relevante de publicações e citações, enquanto dois não tiveram nenhuma publicação, e aqueles que concluíram recentemente o doutorado apresentaram publicações, porém não obtiveram citações no resultado na busca.

Além disso, o artigo também abordou a rede de relacionamentos entre os professores do programa, revelando as interações entre orientadores e membros de bancas de avaliação. Isso nos permitiu identificar quais professores têm uma maior interação entre si e quais membros externos mais participam da avaliação dos trabalhos apresentados.



5. Referências

GUIMARÃES, Tomás de Aquino et al. A rede de programa de pós-graduação em Administração no Brasil: análise de relações acadêmicas e atributos de programas. *Revista de administração contemporânea*, v. 13, n. 4, p. 564-582, 2009.

HARZING, Anne-Wil. *The publish or perish book*. Melbourne, Australia: Tarma Software Research Pty, 2010.

HARZING'S PUBLISH OR PERISH (Windows GUI Edition). Versão. 8.9.4538.8589. [S.l.]: Tarma Software Research, ©1990-2023.

JAN VAN, N.; WALTMAN, E. L. *Manual for VOSviewer version 1.6.19*. Leiden: Centre for Science and Technology Studies; Leiden University, 2023. Disponível em: https://www.vosviewer.com/documentation/Manual_VOSviewer_1.6.19.pdf. Acesso em 14 set. 2023.

LACHI, R. L.; ROCHA, H. V. Aspectos básicos de clustering: conceitos e técnicas. Campinas: Núcleo de Informática Aplicada à Educação (Nied), UNICAMP-Instituto de Computação; Universidade Estadual de Campinas, 2005.

LIMA, Ricardo Arcanjo de; VELHO, Lea Maria Leme Strini; FÁRIA, Leandro Innocentini Lopes de. Bibliometria e “avaliação” da atividade científica: um estudo sobre o índice h. *Perspectivas em Ciência da Informação*, v. 17, n. 3, p. 3-17, 2012.

MENA-CHALCO, Jesús P.; DIGIAMPIETRI, Luciano A.; CESAR-JR, Roberto M. Caracterizando as redes de coautoria de currículos Lattes. In: BRAZILIAN WORKSHOP ON SOCIAL NETWORK ANALYSIS AND MINING, 1., 2012, Curitiba. Anais [...]. Porto Alegre: SBC, 2012.

NASCIMENTO, Mateus Rebouças. A cientometria na perspectiva de múltiplas áreas do conhecimento no Brasil: uma análise bibliométrica. In: ARAÚJO, Paula Carina; SILVEIRA, Eduardo. (org.). *Estudos métricos da informação: aplicações contemporâneas*. Curitiba: [s.n.], 2023. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/84196?show=full>. Acesso em: 05 set. 2023.

PRADO, Marcos Aparecido Rodrigues do; NOGUEIRA, Eurides Costa Tavares. Da bibliotemetria à altmetria: primeiras aproximações. GRÁCIO, Maria Cláudia Cabrini et al. (ed.). *Tópicos da bibliometria para bibliotecas universitárias*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2020. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/zv-dpp>. Acesso em: 25 ago. 2023.

SILVA, Deise Deolindo; GRÁCIO, Maria Cláudia Cabrini. Índice h de Hirsch: análise comparativa entre as bases de dados Scopus, Web of Science e Google Acadêmico. *Em questão*, v. 23, p. 196-212, 2017.



6. Agradecimentos

Agradecemos à Profa. Dra. Lidiane Maria Maciel, coordenadora deste e-book pelo convite à nossa participação.

Ao Prof. Dr. Roniberto Morato do Amaral, do Núcleo de Informação Tecnológica em Materiais - NIT/Materiais, DCI/UFSCar, por sua orientação no uso e geração dos grafos.



Fonte: Acervo pessoal Bianca Siqueira Martins Domingos



08

É O VALE! Cartografias de intervenções Artísticas Visuais e Urbanas e Narrativas por Direito à Cidade e Cidadinidade a Partir do Vale do Paraíba Paulista

A tese acima foi fruto de uma pesquisa desenvolvida entre os anos de 2019 e 2022 no Programa de Pós-Graduação – Doutorado em Planejamento Urbano e Regional (PPGPLUR) da Universidade do Vale do Paraíba (Univap). Orientada pelas Professoras Doutoras Fabiana Felix do Amaral e Silva e Valéria Zanetti, a pesquisa teve como objetivo demonstrar como as dinâmicas culturais urbanas em torno das intervenções artísticas visuais produzem narrativas de Direito à Cidade e Cidadinidade na dimensão cultural, a partir das práticas de artistas das/nas cidades de Jacareí e São José dos Campos (Domingos, 2022).

A arte urbana se insere no contexto das dinâmicas culturais engendradas por dimensões sociopolíticas mediadas por questões estruturais pautadas nas desigualdades, na classe social, no poder e em questões particularizadas que perpassam pelas diferentes formas de viver cidadinas, como as suas produções táticas e seus agenciamentos. Nesta pesquisa, ao se estudar as intervenções artísticas visuais urbanas teve-se o cuidado de não as homogeneizar, estabelecendo categorias

que as representassem, obedecendo aos diferentes sentidos e abordagens. Esse direcionamento permitiu que o graffiti, picho/pixo², lambes, adesivos e demais intervenções e dinâmicas culturais urbanas fossem vislumbradas por lógicas para além do planejamento urbano institucionalizado.

Nos nexos estabelecidos entre cultura e cidade, as intervenções artísticas urbanas percorrem “vias de interrogação sobre a cidade, sobre como esta tem sido socialmente construída, representada e experienciada”, incidindo sobre o espaço público a “possibilidade de ser, ao mesmo tempo, inflexão e espelhamento” das práticas urbanas (Pallamin, 2002, p. 109).

As dinâmicas culturais urbanas envolvem, além das intervenções artísticas visuais, o skate, os slams e saraus, o teatro, a música (hip-hop, rap, funk e samba), o streetwear, os esportes (basquete e le parkour), festas e outras expressões que compõem o tecido cultural das cidades.

A expressão “É o Vale!”, presente no título da tese, revela uma das expressões utilizadas recorrentemente por artistas urbano(a)s e por cidadão(a)s para exaltar e valorizar a identidade territorial vale-paraibana. O termo se faz presente na linguagem cotidiana, escrita, em hashtags de publicações e comentários em redes sociais.

No ano de 2023, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), na sua 19ª edição, reconheceu a presente tese, defendida em 2022³, como a melhor da área do Planejamento Urbano e Regional, em âmbito nacional. A premiação consagra a trajetória de uma pesquisa atravessada pela pandemia de COVID-19, moléstia que impôs desafios ímpares aos educadores, pesquisadores e cientis-

tas ao redor do mundo. Entre esses desafios, estava a impossibilidade do trabalho de campo, de acompanhar e dialogar, de forma presencial, com os interlocutores do estudo, o que demandou adaptações teórico-metodológicas nas aulas com o advento dos encontros remotos, que esfriam trocas e diálogos (que só em um coffee break são possíveis) e, sobretudo, o grande desafio de sobreviver a um vírus mortal e de proteger familiares e amigos.

Uma das adaptações teórico-metodológicas utilizadas foi a apropriação da etnografia em espaços digitais (netnografia) como uma forma de apreender as narrativas de Direito à Cidade e Cidadinidade do(a)s artistas urbano(a)s em redes sociais, sites e transmissões ao vivo. Com a netnografia foi possível acompanhar as ações de 22 artistas e, por meio de formulários eletrônicos e videochamadas, realizar entrevistas com oito participantes. Das narrativas, foram desenvolvidas sete cartografias com registros dos modos de ocupação artística visual dos territórios vale-paraibanos, pelas próprias perspectivas dos artistas, o que permitiu a elaboração de mapas falados.

Durante o isolamento social imposto pela pandemia de COVID-19, uma rede de pesquisa e afeto composta por aluno(a)s e docentes do PPGPLUR transformou os anseios sobre aqueles tempos difíceis em resistência performada em pesquisas paralelas às teses, que se transformaram em artigos publicados em revistas e eventos (Domingos et al., 2020; Zanetti; Silva; Domingos, 2020; Domingos; Silva; Zanetti, 2020; Domingos; Gomes; Nogueira, 2021; Domingos, 2021; Costa et al., 2021; Costa; Domingos; Zanetti, 2021; Domingos; Silva; Zanetti, 2021; Domingos; Zanetti; Silva, 2022).

Um dos conceitos centrais da tese, o Direito à Cidade, segundo Henri Lefebvre (2001), foi apropriado como um “apelo” de retorno aos valores de uso da cidade ante os valores de troca, que aniquilam as possibilidades de realização humana plena. Para o autor, a rua é o espaço do lúdico, do encontro, dos “confrontos das diferenças, conhecimentos e reconhecimentos

² Alexandre Barbosa Pereira (2010, p. 143) explica que a grafia da palavra pichação, com “x” e não com “ch” conforme rege a ortografia oficial, respeita “o modo como os pixadores escrevem o termo que designa sua prática. Esse modo particular de grafar é apontado por alguns pixadores como uma maneira de diferenciar-se do sentido comum atribuído à norma culta da língua: pichação. “Pixar” seria diferente de “pichar”, pois este último termo designaria qualquer intervenção escrita na paisagem urbana, enquanto o primeiro remeteria às práticas desses jovens que deixam inscrições grafadas de forma estilizada no espaço urbano”.

³ A publicação dos premiados foi divulgada no Diário Oficial da União de 23 de fevereiro de 2023, seção 3, pág. 37. Processo CAPES número 23038.000507/2023-36.

recíprocos (inclusive no confronto ideológico e político) dos modos de viver, dos “padrões” que coexistem na Cidade” (Lefebvre, 2001, p. 22). O conceito de Direito à Cidade, alinhado ao objeto de pesquisa, possibilitou reafirmar que “a arte, também reconhecendo suas condições iniciais, dirige-se para um novo destino, o de servir à sociedade urbana e à vida cotidiana nessa sociedade” e que, por vezes, esse direito se impõe, desafiando ordens e regras impostas (Ulmer, 2017).

O conceito de Cidadinidade se constrói a partir de exercícios situacionais, por meio de ativismos, do uso lúdico da cidade e da apropriação do espaço urbano. Essa forma de apropriação do espaço preza as vivências e motiva agenciamentos, promovendo e executando movimentos de resistência que envolvem táticas, criatividade e astúcias, formas particularizadas do viver urbano que, por sua vez, refletem os usos ampliados dos espaços urbanos. De acordo com Giancarlo Machado (2017, p. 18), “cidadinidade é um neologismo derivado do termo francês *citadinité* para fazer um contraponto à ideia de cidadania”, engendrada na relação entre o(a)s cidadão(a)s no contexto de construção simbólica, espacial e social.

Nesse breve recorte da tese, destaca-se uma potente narrativa do artista Douglas Reis (2022) em seu perfil do Instagram, sobre sua intervenção artística na rua como parte do projeto AVUA!⁴, desenvolvido em um conjunto habitacional da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU) no bairro do Campo Grande, em Jacareí:

⁴ O projeto AVUA (@avua.art no Instagram), é a abreviação de Artes Visuais Urbanas nas Alturas. De acordo com informações disponíveis no perfil do Instagram e no site, esse projeto visa promover a cultura de muralismo vertical na cidade de Jacareí por meio da revitalização de empenas dos prédios do Residencial Bosque das Mangueiras - CDHU Campo Grande. A fase inicial do projeto contou com os (as) seguintes artistas vale-paraibanos (as): Duo Antúrio (formado pela dupla de artistas Isabella Siqueira e Douglas Reis), Duo De Brinks no Rolê (formado pela dupla de artistas Lumina Pirilampus e Tubão) e as artistas Janaina Vieira e Thais Nozaki.

Pintar um mural no bairro, sabe? Na rua mesmo! — Por onde as pessoas passam, por onde convivem, por onde a gente passa — É quase como abrir uma porta ou uma janela — bem no meio de uma parede. Uma janela para um diálogo, uma memória, uma ideia, uma nova possibilidade, seja de compreender aquele espaço ou de se relacionar com aquele lugar. Pintar na rua é isso — criar pontes entre as pessoas e o lugar que elas convivem.

A tese demonstrou que as intervenções artísticas visuais urbanas transcendem os espaços físicos ao ocuparem também os meios digitais por intermédio do registro fotográfico e/ou videográfico do graffiti, da pich(x)ação, da colagem de adesivo e de outras práticas possíveis. Destaca-se também a sua veiculação (no momento da realização ou posteriormente) nas redes sociais e em sites. No momento de elaboração da tese, essa dupla ocupação ocorreu de maneira ainda mais intensa devido à pandemia de COVID-19.

A associação entre as dinâmicas culturais urbanas e o conceito de Direito à Cidade, mostrou que as intervenções artísticas visuais transbordam as centralidades urbanas e têm o potencial de acessar lugares da cidade onde museus, galerias e exposições de arte não estão presentes, levando arte para todos, independentemente da classe social, do gênero, da escolaridade e de outros aspectos.

As ligações entre as dinâmicas culturais urbanas e o conceito de Cidadinidade residem nos contornos, nas astúcias e nas práticas do(a) artistas vale-paraibano(a)s ao realizarem suas intervenções, considerando-se desde o uso de verbas públicas no campo da cultura até o acesso aos espaços institucionais tradicionais para exposição de suas obras. Viver de arte exige um amplo exercício de cidadinidade, de sobrevivência.

As práticas abordadas nessa pesquisa retratam como as apropriações urbanas por meio das intervenções artísticas visuais incorporam dimensões atuais e ressignificam o conceito clássico de Direito à Cidade, tencionando novas leituras

sobre a ação dos(as) artistas no território. Neste contexto, o território é constituído, construído e apropriado por um planejamento urbano popular impulsionado pelas dinâmicas culturais e suas intervenções artísticas.

Outro aspecto importante abordado nessa pesquisa é a capilaridade das ações e das dinâmicas culturais urbanas nos territórios para além do Vale do Paraíba paulista. O(a)s artistas circulam ativamente por diferentes lugares do Brasil, realizando suas intervenções e participando de movimentos culturais.

As questões tencionadas nas dinâmicas culturais estão relacionadas a novas perspectivas de gestar e propor novos usos e ocupações do espaço, constituindo-os como território. Por meio da descrição de ações e eventos que ocorreram no recorte temporal da pesquisa de doutorado (2019 a 2022), foi possível analisar as formas híbridas das intervenções artísticas visuais em espaços físicos e digitais, que forneceram subsídios para a compreensão das principais características e processos nos territórios e na produção de narrativas.

As entrevistas semiestruturadas apontaram para a realização de intervenções artísticas visuais urbanas mais concentradas na Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (RMVPLN), apesar de circularem constantemente por territórios multiescalares. As duas mulheres artistas que participaram das entrevistas apontaram as dificuldades e adversidades em desenvolver as intervenções na rua.

De modo geral, outra dificuldade apontada pelo(a)s artistas nas entrevistas foram os obstáculos legais para a realização das intervenções nos espaços urbanos, o que potencialmente limita o Direito à Cidade na sua dimensão cultural, bem como a capacidade de exercer a cidadania. Porém, esse obstáculo não inviabiliza a realização de murais, a colagem de adesivos, o pich(x)o e tantas outras formas de expressão das dinâmicas culturais urbanas, todas elas portadoras de afirmação de sentidos e de formas particulares do viver cidadão, formas que impõem, ao Planejamento Urbano, considerá-las. Ressalta-se

também que, durante a pandemia de COVID-19, o(a)s artistas vale-paraibano (a)s não interromperam suas atividades e promoveram eventos on-line, ações coletivas e exposições por meio do fomento da Lei Aldir Blanc.

Espera-se que, após a leitura da tese, os muros coloridos da cidade não passem despercebidos e que o(a) leitor(a) perceba que, por detrás de cada traço e de cada cor, existe um espectro de sentidos, de falas, de histórias e de pautas que transbordam a representação visual ali estampada. Que os graffitis, adesivos, estêncils, lambes e tantas outras intervenções atraíam e encantem os olhares mais frios, apáticos e indiferentes. Que estas intervenções proponham outras narrativas e percepções sobre a cidade na sua dimensão cultural e artística, apontando contrapontos sociopolíticos e, sobretudo, territoriais.



Referências

COSTA, Aline Cristina Gomes da et al. Movimento cibervista em tempos pandêmicos: Reflexões sobre a atuação do coletivo Sleeping Giants no Brasil. *Revista Dilemas*, p. 1-14, 2021. Disponível em: <https://www.reflexpandemia2021.org/texto-108>. Acesso em: 2 set. 2023.

COSTA, Aline Cristina Gomes da; DOMINGOS, Bianca Siqueira Martins; ZANETTI, Valéria Regina. (Des)Construções no pós-pandemia: Utopias e Distopias. *Revista Políticas Públicas & Cidades*, v. 1, p. 1-10, 2021.

DOMINGOS, Bianca Siqueira Martins. *É o Vale!:* cartografia de intervenções artísticas visuais urbanas e narrativas por direito à cidade e cidadania no Vale do Paraíba Paulista. 264f. 2022. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) - Universidade do Vale do Paraíba, São José dos Campos, 2022.

DOMINGOS, Bianca Siqueira Martins Domingos et al. Projeções mapeadas como forma de apropriação simbólica do espaço público-privado e direito à cidade: expressões político-artísticas do coletivo brasileiro “Projetemos”, em tempos de pandemia. In: ANPOCS, 44., 01 a 11 de dezembro de 2020. Anais..., [remoto], 2020. Disponível em: <https://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/44-encontro-anual-da-anpocs/spg-7/spg14-7>. Acesso em: 2 set. 2023.

DOMINGOS, Bianca Siqueira Martins. Intervenções artísticas urbanas e práticas contramonumentais. Drops, ano 21, n. 164.02, 2021. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/drops/21.164/8085>. Acesso em: 2 set. 2023.

DOMINGOS, Bianca Siqueira Martins; GOMES, Cilene; NOGUEIRA, Bianca Marques Costa. Olhares netnográficos sobre cultura, desenvolvimento e ações coletivas no vale do paraíba: netnografia de dinâmicas culturais no Vale do Paraíba. Revista Ciências Humanas, v. 14, n. 2, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.32813/2179-1120.2121.v14.n2.a752>. Acesso em: 2 set. 2023.

DOMINGOS, Bianca Siqueira Martins; SILVA, Fabiana Felix do Amaral; ZANETTI, Valéria Regina. O que a cidade de Ipásia tem a nos dizer sobre pixação? Leituras possíveis de As Cidade Invisíveis, de Ítalo Calvino, e São Paulo/SP. Revista Maracanã, v. 25, p. 307-326, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/revmar.2020.45488>. Acesso em: 2 set. 2023.

DOMINGOS, Bianca Siqueira Martins; SILVA, Fabiana Félix Amaral; ZANETTI, Valéria Regina. Nas fronteiras do graffiti e da lei: notas sobre a regulação municipal da arte urbana em cidades do Vale do Paraíba e Litoral Norte de São Paulo. PIXO - Revista de Arquitetura, Cidade e Contemporaneidade, v. 5, n. 16, 2021.

DOMINGOS, Bianca Siqueira Martins; ZANETTI, Valéria Regina; SILVA, Fabiana Felix do Amaral. Skate no Pé e Spray na Mão: Nexos entre o skate, graffiti e pich(x)ação nas dinâmicas culturais urbanas. RUA, v. 28, n. 1, p. 219–235, 2022. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/article/view/8670296>. Acesso em: 2 set. 2023.

LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. São Paulo: Centauro, 2001.

MACHADO, Giancarlo Marques Carraro. A cidade dos picos: a prática do skate e os desafios da cidadindade. 345f. 2017. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

PALLAMIN, Vera Maria. Arte urbana como prática crítica. In: PALLAMIN, V. M. (org.). Cidade e cultura: esfera pública e transformação urbana. São Paulo: Estação Liberdade, 2002.

PEREIRA, Alexandre Barbosa. As marcas da cidade: a dinâmica da pixação em São Paulo. Lua Nova, São Paulo, n. 79, p. 143-162, 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452010000100007&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 29 mar. 2020.

REIS, Douglas. “Tem Sempre um Poema me Esperando”. 13 set. 2022. Instagram: @douglas.reis. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CiaXqJXuNpc/>. Acesso em: 8 nov. 2022.

ULMER, Jasmine B. Writing Urban Space: Street Art, Democracy, and Photographic Cartography. Cultural Studies - Critical Methodologies, v. 17, n. 6, 491–502, 2017.

ZANETTI, Valéria Regina; SILVA, Fabiana Felix do Amaral; DOMINGOS, Bianca Siqueira Martins Domingos. Intervenções Artísticas Urbanas como Práticas Culturais Cívicas: desobediência à base de tinta na produção de espaços públicos. Cadernos de Estudos Culturais, v. 2, p. 227-241, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/cadec/article/view/11916>. Acesso em: 2 set. 2023.





Planejamento Insurgente, Justiça Socioespacial e o Direito à Cidade: *Práticas de Resistência no Território às Políticas Públicas de Desfavelização em São José dos Campos, São Paulo, no Século XXI*

09

A tese versa sobre a produção neoliberal do espaço, os movimentos de resistência nos territórios e a relação entre o planejamento insurgente e a justiça socioespacial na efetivação do Direito à Cidade, em seu sentido libertário e decolonial.

O trabalho propõe uma abordagem do planejamento urbano e do direito à cidade, em uma perspectiva crítica, buscando demonstrar a insuficiência da concepção dócil deste direito e reconhecimento do potencial criador/transformador do exercício pleno da cidadania, da gestão democrática radical e a prevalência do valor de uso sobre o valor de troca, tendo por horizonte utópico a conquista da Justiça Espacial em todas as escalas.

A situação de permanente exclusão socioespacial experimentada por significativo contingente da população pobre dos centros urbanos constitui, indubitavelmente, tema de relevante interesse social e científico, suscitando questiona-

mentos sobre o papel do Planejamento e do Direito na efetivação da (in) justiça socioespacial. Nessa seara, as políticas públicas de desfavelização implementadas no Município de São José dos Campos, São Paulo, fomentadas por instituições financeiras internacionais, desde o início deste século, constituem um valioso objeto empírico de estudo sobre os mecanismos de produção neoliberal do espaço e de como as concepções e as estratégias de desenvolvimento implementadas por essas instituições são incorporadas pelos países e institucionalizadas por programas e projetos, impactando a organização socioterritorial local.

A materialização da ordem distante no território demanda a adaptação ou enfrentamento dos óbices impostos pela ordem jurídica local, ocasionando a propagação de marcos regulatórios, frequentes modificações legislativas, efemeridade, ineficácia, aplicação arbitrária e seletiva das leis, com sucessivas tentativas de criação ou aperfeiçoamento de arcabouços legislativos que pretendem dar segurança jurídica aos investimentos no local, pelo que se revela imprescindível o olhar sobre o liame entre Planejamento e Direito.

Da mesma forma, o estudo dos movimentos urbanos de resistência no território, articulados em oposição a tais políticas públicas, permite identificar o surgimento de práticas contra-hegemônicas transescalares, protagonizadas por sujeitos coletivos urbanos, que desafiam a ordem posta, criando possibilidades de construção de utopias experimentais.

O estudo dedica-se à análise das práticas de resistência no território às políticas públicas de desfavelização em São José dos Campos, desde o início do Século XXI, tendo por objeto empírico os casos dos núcleos urbanos da Vila Nova Tatetuba (Morro do Regaço), Pinheirinho e Jardim Nova Esperança (Favela do Banhado), procurando identificar como tais insurgências se articulam ou podem se articular com a efetivação do Direito à Cidade, considerados seus elementos estruturais, e com os princípios do Planejamento

Insurgente e de Justiça socioespacial.

A partir da análise de três casos de despejos forçados, buscou-se investigar a existência de relação entre o nível de organização, a atuação transescalar, a forma e o grau de resistência/insurgência dos sujeitos coletivos envolvidos, com a produção, preservação ou supressão de direitos, a distribuição de recursos no território e sua influência na alteração do nível de efetivação de (in) justiça socioespacial.

No desenvolvimento do trabalho, buscou-se evidenciar o papel central exercido pelo Estado e pelas agências financeiras internacionais na produção neoliberal do espaço e como tais entidades se articulam na implementação de políticas públicas, em variadas escalas, mobilizando os campos do planejamento, do direito e da justiça para imposição da razão dominante.

Os estudos de casos foram desenvolvidos com três grupos focais, compostos por representantes de comunidades atingidas pela política pública de desfavelização implementada no Município de São José dos Campos, desde o início do Século XXI, a partir da reconstrução de suas trajetórias, utilizando-se como método de abordagem as rodas de conversas, com a sistematização das experiências.

Discute-se como a colonialidade do direito e as exclusões abissais repercutem ou podem repercutir nas reivindicações pelo direito à cidade, demonstrando-se que a fetichização da categoria ordem urbana, mote justificador dos despejos forçados, tem sido funcional à fuga do espaço pelo direito.

No campo da justiça, são problematizadas as bases teóricas que servem de suporte às políticas neoliberais para redução da pobreza, implementadas pelas agências multilaterais, e os fundamentos do debate sobre a redistribuição, reconhecimento e participação.

Ao final, apresenta-se uma proposta de sistematização, baseada nos eixos planejamento, direito e justiça e são expostos os resultados obtidos na sistematização.

Conclui-se que, apesar da pauta limitada que veiculam, as atuações transescalares de resistência coletiva provocam fricção com a razão dominante, permitindo que os campos do planejamento, do direito e da justiça sejam mobilizados de forma contra-hegemônica para construir soluções alternativas à razão dominante.

O trabalho almeja contribuir para a melhor compreensão das relações entre as ações insurgentes de resistência no território e o planejamento urbano e a justiça socioespacial, possibilitando o compartilhamento do conhecimento sobre a atuação transescalar contra-hegemônica com outros sujeitos coletivos, que permita um avanço na defesa de direitos e na diminuição das injustiças socioespaciais, estabelecendo um diálogo entre o Planejamento Insurgente e a Teoria Crítica do Direito.





Fonte: PPGPLUR/
CEHVAP-Univap



Os Impactos Gerados pela ¹⁰ Instalação da Univap no Bairro Urbanova em São José dos Campos - SP

1. Introdução

Sabendo que as universidades ocupam uma posição de importância na dinâmica das relações nos locais onde elas se inserem, de forma que impactam o mercado imobiliário, influenciam a especulação imobiliária, originando eixos de comércio e serviço e, de forma geral, são um elemento atrativo e que criam uma territorialidade, a tese “Produção do espaço urbano e impactos gerados pela instalação de uma Universidade: o caso da Univap e o bairro Urbanova em São José dos Campos – SP (1973 – 2021)” foi defendida em 2021, de forma a discutir essa instalação do campus da Universidade do Vale do Paraíba e seu papel como agente indutor de expansão urbana no bairro onde está localizada, na zona oeste de São José dos Campos (Figuras 1 e 2). O trabalho foi orientado pela Prof.^a Maria Aparecida Chaves Ribeiro Papali e pelo Prof. Pedro Moreira Ribeiro Neto, como parte da Linha de Pesquisa de Planejamento, Espaço e Cultura do Programa de Doutorado do Planejamento Urbano e Regional da Univap. Durante os quatro anos de curso, usufruí de uma bolsa de estudos cedida

pela Fundação Valeparaibana de Ensino, valendo-me da minha posição como funcionária no cargo de Gestora de Documentos no Centro de História & Memória da Univap.

Figura 1 – Representação da cidade dos Campos no país e as cidades ao seu entorno



Fonte: Mapa Interativo de São José dos Campos, Site da Prefeitura Municipal, 2021. Editado pela autora. Disponível em: <https://www.sjc.sp.gov.br/servicos/urbanismo-e-sustentabilidade/planejamento-urbanozoneamento/revisao-da-lei-de-zoneamento/mapa-interativo/>. Acesso em 29 set. 2023.

Figura 2 – A cidade de São José dos Campos e as cidades ao seu redor, com o bairro estudado em vermelho; o bairro Urbanova, com destaque para a área conurbada com Jacareí



Fonte: Mapa Interativo de São José dos Campos, Site da Prefeitura Municipal, 2021. Editado pela autora. Disponível em: <https://www.sjc.sp.gov.br/servicos/urbanismo-e-sustentabilidade/planejamento-urbanozoneamento/revisao-da-lei-de-zoneamento/mapa-interativo/>. Acesso em 29 set. 2023.

A partir dos anos 1970, surgiu um novo paradigma no ensino superior brasileiro, caracterizado pela ampliação do acesso à educação por meio de instituições privadas. De acordo com Carlos Benedito Martins (2009), em sua análise da Reforma Universitária de 1968, essa expansão foi uma resposta à necessidade de modernizar e expandir as instituições públicas de ensino superior. No entanto, dado que as universidades públicas enfrentavam desafios para aumentar suas matrículas e infraestrutura para atender à crescente demanda por educação, as instituições privadas passaram a desempenhar um papel fundamental nesse cenário. A criação de novas instituições de ensino superior tornou-se uma necessidade crescente nas cidades médias e emergentes do interior do Brasil, que ansiavam por oportunidades educacionais. Isso levou à formação de universidades comunitárias, instituições confessionais, autarquias e fundações, incluindo a Fundação Valeparaibana de Ensino.

À medida que diversos estabelecimentos de ensino superior, como o Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), a Faculdade de Direito, a Faculdade de Farmácia e Odontologia, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, a Faculdade de Serviço Social e a Faculdade de Engenharia Elétrica e Eletrônica foram se estabelecendo na cidade de São José dos Campos, no interior de São Paulo, entre as décadas de 1950 e 1960, a comunidade local passou a adotar um discurso cada vez mais voltado para a criação de uma universidade na cidade. Esse objetivo foi finalmente alcançado em 1992, quando os cursos das Faculdades Integradas da Fundação Valeparaibana de Ensino (FVE) foram unificados para formar a Univap - Universidade do Vale do Paraíba.



2. Discussão

O campus Urbanova da Univap foi construído em uma área doada pela Prefeitura Municipal, localizada no complexo “Ur-

banova - Comércio e Urbanização e Desenvolvimento”, situado na zona oeste da cidade. Atualmente, esse bairro é caracterizado pela presença de loteamentos fechados e condomínios horizontais, que foram legalizados conforme a Lei nº 5.441, promulgada em São José dos Campos em 1999 pelo presidente da Câmara Municipal. Essa legislação autorizou o fechamento de loteamentos, vilas e ruas sem saída, com controle de acesso de pessoas e veículos.

Figura 3 – Vias públicas asfaltadas, de acesso controlado e da Universidade no bairro Urbanova. Sem escala.



Fonte: Elaborado pela autora com base em imagem de satélite do Google Earth, 2020.

No Brasil, o surgimento de loteamentos e condomínios fechados teve início na década de 1970, e, na década seguinte, houve um aumento significativo desse tipo de ocupação em cidades como São Paulo, Presidente Prudente, Belo Horizonte e Campinas. Salgueiro (1998) e Caldeira (2000) conduziram pesquisas analisando essa transformação no ambiente urbano, referindo-se a essa nova forma de ocupação como “enclaves”. Os enclaves são caracterizados por serem espaços privatizados, fechados e monitorados, que rompem com as interações com o entorno urbano. De acordo com a definição de Caldeira,

os enclaves fortificados são áreas privatizadas, fechadas e monitoradas, destinadas a fins residenciais, de lazer, trabalho e consumo. Esses enclaves podem incluir tanto centros comerciais e empresariais quanto condomínios residenciais. A autora também destaca que a destruição do espaço público para atividades cotidianas enfraquece a diversidade e a possibilidade de convivência entre diferentes grupos sociais, agravando a desigualdade. Isso é evidenciado pela ênfase na concepção de ruas voltadas para o tráfego de veículos, o isolamento social resultante e a deterioração dos espaços públicos urbanos.

Os dados do censo do IBGE em 2010 indicavam que o bairro Urbanova tinha 2.161 domicílios ocupados e uma população de 7.069 residentes (População do Urbanova, 2021). Em 2021, uma pesquisa realizada pela “Revista Urbanova” em colaboração com representantes de 46 núcleos habitacionais do bairro revelou um aumento significativo na população: o censo conduzido apontou um crescimento de mais de 100% em uma década, com um total de 4.945 domicílios ocupados e 16.318 residentes (idem). Essa pesquisa foi conduzida através de formulários eletrônicos e delimitou a área do bairro com base na Avenida Lineu de Moura. Além disso, os resultados indicaram que pelo menos 12.188 pessoas entram no bairro diariamente para prestar serviços, o que reflete a dinâmica de interação entre o Urbanova e as áreas circundantes. Esses dados ilustram um crescimento substancial na população do bairro Urbanova ao longo de uma década, destacando sua crescente importância e atração como local de residência e prestação de serviços. Em 2010, o número total de matrículas da Univap era de 6.712 alunos, divididos entre os campi da Urbanova, Faculdade de Direito no centro da cidade e do bairro Aquarius, além das unidades em Campos do Jordão e Jacareí.

As autoras Midlej (2004) e Pilar C. C. Bahamón (2010) enfatizam o papel fundamental das universidades na dinâmica dos processos de desenvolvimento das regiões onde estão situadas. De acordo com suas perspectivas, as universidades não são

apenas instituições de ensino e pesquisa, mas desempenham um papel estratégico que envolve interesses, relações de poder e hegemonia, além de terem um impacto direto nos aspectos socioespaciais, econômicos, políticos, culturais e históricos das regiões em que operam. Essas instituições de ensino superior empreendem ações que as colocam em uma posição central no desenvolvimento socioeconômico, pois interagem com o contexto local e se comprometem com os fatores espaciais, econômicos, históricos, culturais e políticos que moldam a região. A universidade não apenas contribui para a sustentação de suas próprias atividades, mas também desempenha um papel ativo na criação e disseminação do conhecimento na comunidade local. Ou seja, as universidades são atores cruciais na promoção do desenvolvimento regional, não apenas por meio de sua missão acadêmica, mas também por sua influência nas dinâmicas sociais e econômicas locais.

A partir dos dados coletados durante a elaboração da tese, foi possível chegar à conclusão de que, embora a zona oeste da cidade já estivesse planejada como parte da região de expansão da classe de alta renda, a popularização do bairro Urbanova ocorreu principalmente devido à instalação da Universidade, cujo campus foi inaugurado em 1995.

Ao examinar os registros de loteamentos fechados da Prefeitura, observa-se que a maioria desses empreendimentos foram criados a partir do ano de 2005. Essa constatação reforça a tese de que o fechamento do bairro, no final da década de 1990, foi motivado principalmente pelo considerável fluxo de pessoas que iam ao local, fato decorrente da instalação da Universidade, em vez de ser uma característica intrínseca a um empreendimento de alto padrão. Durante as décadas de 1990 e início dos anos 2000, o número de alunos matriculados na Univap ultrapassava 10 mil estudantes, evidenciando o impacto significativo que a presença da Universidade teve na dinâmica do bairro.

Diversas entrevistas foram conduzidas com moradores antigos do bairro pelo CEHVAP - Centro de História & Memó-

ria da Univap. O propósito dessas entrevistas era enriquecer o acervo de história oral, obtendo relatos que descrevem como os moradores perceberam a chegada e a instalação da Universidade e como ocorreu a ocupação do Urbanova ao longo do tempo. Essas entrevistas fornecem diferentes perspectivas sobre a evolução do bairro e o impacto da presença da Universidade na comunidade local.

As entrevistas realizadas com moradores que residem no bairro desde a década de 1990 revelaram que a presença da Universidade e a oportunidade de que seus filhos pudessem estudar em uma instituição local contaram como motivos para a compra de terrenos na região. Isso confirma que a Universidade desempenhou um papel significativo como catalisador do processo de urbanização, estimulando o mercado imobiliário e pressionando as autoridades públicas a investirem no desenvolvimento do bairro. Com base nas entrevistas com os moradores mais antigos da comunidade, fica claro que muitos deles consideram a Universidade como um agente catalisador da urbanização e do aumento do número de residentes na área. Além disso, a presença da instituição de ensino superior teve um impacto direto na valorização das terras ao seu redor. No entanto, os moradores também mencionaram desafios associados a esse crescimento, como a ocorrência de crimes e congestionamentos de trânsito durante os horários de entrada e saída dos alunos.

Dessa forma, entende-se que a Univap não apenas participou do movimento de expansão da zona oeste, mas também desempenhou um papel fundamental na configuração do espaço naquela região, trazendo benefícios econômicos e culturais, assim como desafios relacionados ao crescimento populacional e à pressão sobre a infraestrutura local. Em 1995, ano da inauguração do campus, era comum a publicação de notícias em jornais sobre as dificuldades enfrentadas pelos alunos que frequentavam a Universidade em um bairro considerado, até então, afastado do centro urbano. Em fevereiro daquele ano,

essa questão ganhou destaque na mídia quando foi noticiado que muitos estudantes iam e voltavam a pé da Universidade até o centro da cidade, que fica a uma distância de dez quilômetros (Chapier, 1995). Isso ocorria devido à falta de linhas de ônibus adequadas, à ausência de telefones públicos e à falta de iluminação no trecho final que levava ao campus. Além disso, os alunos que optavam por ir de carro à Universidade eram obrigados a pagar uma taxa de R\$2 por dia para utilizar o estacionamento no campus.

Os universitários também expressaram preocupações quanto à segurança, prevendo que o grande fluxo de veículos poderia atrair a ocorrência de assaltos. De fato, no ano seguinte, em 1996, após um incidente de assalto a uma residência, um grupo de moradores do Urbanova ameaçou bloquear a entrada para o bairro em um protesto contra a falta de segurança. Eles planejavam fechar as cancelas da portaria de entrada do Urbanova às 18 horas, horário em que os alunos começavam a entrar no bairro para ir à Universidade. Segundo os moradores, como resultado do aumento no número de pessoas indo e vindo, a área havia se transformado em um local associado ao tráfico de drogas e corridas ilegais de carros. Assim, a entrada no bairro, até então controlada por uma portaria, passaria a ser restrita nesse horário como medida de segurança.

A percepção de muitos moradores é de que a presença da Univap foi o fator principal que levou à remoção da cancela e, mais significativamente, à configuração do bairro em loteamentos fechados. Essa percepção é compartilhada por vários residentes. Quando da realização dessa pesquisa, existiam nove grupos relacionados ao bairro Urbanova na rede social “Facebook”, que abrangiam páginas voltadas para moradores, frequentadores e anúncios de venda. Seis desses grupos eram classificados como “privados”, o que significa que suas publicações são visíveis apenas para membros, e a entrada no grupo é permitida apenas com convites. No entanto, um desses grupos, criado em 2014, era público, e suas postagens estavam



Figura 4 e 5 - Destaque da localização da cancela em vermelho acima; abaixo, fotografia da cancela.

Fontes: Elaborado pelos autores, 2023

disponíveis para qualquer pessoa, membros ou não. Em 2018, esse grupo tornou-se privado. Isso permitiu que fossem catalogados vários comentários e publicações antes de sua mudança para o status “privado”. Muitos desses comentários descrevem que a remoção da cancela foi motivada pelo aumento significativo do fluxo de veículos devido à inauguração da Universidade. Esse aumento no tráfego também trouxe consigo preocupações sobre a violência associada ao grande número de não moradores que passaram a frequentar o bairro.

Embora o bairro tenha sido inicialmente concebido como um espaço aberto e só fechado posteriormente, o campus da Uni-

versidade do Vale do Paraíba adotou, desde o início, a prática de cercá-lo com muros e concertinas, além de portarias em todas as entradas. Como observado por Perry e Wiewel (2015), uma universidade que opta por manter um campus no formato de enclave pode criar potenciais conflitos com a vizinhança circundante. Embora os muros possam servir como barreira de segurança contra intrusos, também podem ser vistos como uma “divisa entre espaços”, ou seja, um obstáculo ao livre acesso ao campus universitário. Essa configuração de enclave universitário pode, às vezes, criar tensões entre a instituição acadêmica e a comunidade local, já que a presença de muros físicos pode simbolizar uma divisão e um isolamento do campus em relação ao restante da área urbana. Esses conflitos podem surgir devido a questões relacionadas à acessibilidade, desenvolvimento urbano e impacto nos bens imobiliários da região. Portanto, a escolha de manter um campus universitário fechado pode ter implicações significativas nas dinâmicas sociais e espaciais da área circundante.

O sociólogo Zygmunt Bauman descreveu como essas barreiras físicas não apenas protegem comunidades do perigo, mas também servem como símbolos divisórios, delineando uma linha entre “nós” e “eles”; entre diferentes grupos, e estabelecendo uma distinção entre ordem e caos, paz e guerra. Os “inimigos” são relegados ao outro lado da cerca e são impedidos de cruzá-la (Bauman, 2007, p. 95).

Atualmente, as cidades estão cada vez mais associadas à insegurança, e a vida urbana muitas vezes é percebida como um estado de natureza dominado pelo medo e pelo terror. Os perigos agora se deslocaram para o coração das cidades, onde amigos, inimigos e estranhos se encontram e interagem nas ruas das metrópoles. A luta contra a insegurança, os perigos e os riscos ocorre agora dentro da cidade, em oposição à visão das cidades medievais, que eram protegidas por muralhas.

Dentro dessa arquitetura urbana moldada pelo medo, Bauman identifica duas tendências principais: a invisibilidade

planejada e a intimidação. A invisibilidade planejada envolve a criação de ambientes urbanos que são projetados para minimizar a exposição de seus habitantes a estranhos e perigos potenciais. Por outro lado, a intimidação se manifesta na forma de residências e condomínios que ostentam uma aparência de fortaleza, frequentemente marcada por uma profusão de guaritas de segurança e presença ostensiva de agentes de segurança uniformizados (Bauman, 2007, p. 97).

Essas tendências refletem as complexas dinâmicas sociais e espaciais das cidades contemporâneas, onde o medo e a busca pela segurança moldam a maneira como as pessoas habitam e interagem em seu ambiente urbano. Além do preço atraente, alguns entrevistados também descreveram a ida para a zona oeste como uma forma de escapar da violência e dos assaltos, que estavam sendo cada vez mais comuns nas regiões mais urbanizadas da cidade.

É possível afirmar, porém, que segurança e proteção, questões de grande preocupação no bairro Urbanova, não foram acompanhadas pelo crescimento do bairro. Em 2003, diversos jornais relataram a ocorrência de ondas de violência no Urbanova, que levaram a um protesto pacífico organizado pelos estudantes. Eles demandavam uma ação das autoridades responsáveis, pois haviam sido registrados 52 boletins de ocorrência em apenas quatro meses, todos nas proximidades da Univap. Além disso, quatro alunos e um professor foram vítimas de sequestros-relâmpagos, um estudante desapareceu e outro foi assassinado após ser perseguido desde a Universidade até sua casa. Esses eventos geraram grande apreensão e chamaram a atenção para a necessidade de medidas adicionais de segurança no bairro.

De acordo com o jornal ValeParaibano, a resolução desse problema seria possível por meio do diálogo entre os diversos grupos e instituições envolvidos. A Universidade, sendo uma instituição de grande influência na comunidade, desempenharia um papel crucial, juntamente com o Estado e o comando

da Polícia Militar, na implementação de mecanismos eficazes para “restaurar a paz e a tranquilidade no Urbanova e nas áreas próximas ao campus” (Valeparaibano, 2003). No mês seguinte a essa reportagem, a Guarda Civil Municipal começou a realizar operações conjuntas com as polícias Civil e Militar nas proximidades da Universidade para combater a onda de violência nas imediações do campus. Essas ações demonstram a importância de uma cooperação efetiva entre várias partes interessadas na busca por soluções para problemas de segurança no bairro. Fica evidente, nessa última notícia, que as autoridades de policiamento acreditavam que a onda de violência estava diretamente relacionada com a atividade no entorno do campus universitário. Essa percepção sugere que o aumento da população e das atividades econômicas e sociais na área, em grande parte devido à presença da Universidade, poderia estar contribuindo para os problemas de segurança no bairro.

Ao longo dos anos, a Universidade continuou sendo apontada como responsável pelo tráfego intenso, ruídos e problemas de segurança na área. Em 2011, os moradores do bairro apoiaram uma investigação conduzida pelo Ministério Público que poderia resultar na proibição de festas e eventos dentro do campus da Univap. Segundo os moradores, durante as festas, o trânsito se tornava “impossível”, com carros bloqueando as avenidas, muito barulho e veículos circulando em alta velocidade.

Essa questão continuou sendo debatida nos anos seguintes, e, em 2018, houve nove publicações no grupo do Facebook entre fevereiro e junho, quando uma tenda foi montada para celebrar a formatura de graduandos e a recepção de calouros dentro do Campus Urbanova. As festividades não apenas foram tema de discussões nas redes sociais, mas também na “Revista Urbanova”. Uma das publicações, intitulada “Madrugada de Caos no Urbanova”, publicada em 8 de fevereiro, descreveu alguns dos relatos recebidos sobre o evento. Essas discussões refletem a contínua preocupação dos moradores em relação aos impactos das atividades universitárias no bairro.

Paula (2019) e Baumgartner (2015) observam que as universidades desempenham um papel ativo no mercado imobiliário, uma vez que geram demanda por novas áreas, relacionadas à expansão ou renovação das regiões próximas a elas. Isso, por sua vez, cria a necessidade de moradia, transporte e serviços para a comunidade acadêmica. Alguns entrevistados mencionaram que, na década de 1990, os primeiros comércios no bairro eram precários, mas melhoraram após a instalação da Universidade.

Para que uma universidade atue de forma transformadora e crítica, é fundamental que ela assuma compromissos relacionados à promoção de ações de desenvolvimento em diversas áreas (Rolim; Serra, 2009). Essas ações incentivam a integração da universidade no processo de desenvolvimento regional. Uma das maneiras de alcançar isso é por meio da complementação do currículo, permitindo que os alunos tenham uma interação direta com a comunidade. Um diálogo mais efetivo entre a universidade e a sociedade civil não apenas conscientiza a comunidade sobre o papel da instituição de ensino como agente de desenvolvimento regional, mas também oferece à própria universidade oportunidades para uma maior integração com a comunidade (Rolim; Serra, 2009, p. 97).

Conforme destacado por Aquino, embora a Universidade do Vale do Paraíba seja uma instituição comunitária sem fins lucrativos, o processo de sua criação, em 1992, não envolveu um amplo debate com a comunidade local, e a comissão responsável pelo parecer do CFE não refletiu adequadamente sobre a participação da comunidade externa (2017, p. 79). Aquino argumenta que é essencial construir uma compreensão mais sólida do papel comunitário da Univap, pois a falta de consenso sobre esse papel e a comunicação interna insuficiente são fatores que dificultam a efetiva realização desse princípio institucional proclamado nos documentos oficiais da instituição (2017, p. 132).

Conforme apontado por Rolim e Serra (2010), as universidades frequentemente enfrentam diversas barreiras para se

envolverem de forma significativa no processo de desenvolvimento de suas regiões. Em muitos casos, as universidades concentram mais seus esforços em questões de interesse nacional do que em questões específicas de suas regiões. Superar esses obstáculos requer um maior engajamento com a comunidade local e regional por meio de projetos de extensão e uma ampla participação da comunidade interna e externa na discussão e formulação das políticas de ensino. Essas ações podem ajudar a fortalecer a relação entre a universidade e a comunidade em que está inserida, tornando a universidade um agente mais efetivo no desenvolvimento regional.



3. Considerações Finais

No bairro Urbanova, cercado por muros de condomínios, o comércio e a Universidade têm sido uma forma de interação das pessoas com esse espaço. Nas proximidades da Universidade, além das moradias estudantis, existem diversos bares, lanchonetes e restaurantes. É interessante notar que, ao longo dos anos, a quantidade de alunos frequentando o campus Urbanova diminuiu, enquanto o número de moradores aumentou. Em 2003, o ano em que as ondas de violência eram associadas à Univap, a Universidade atingiu seu maior número de matrículas registradas: 11.546 alunos. Em 2019, o número total de matriculados não passava de 5 mil, enquanto o número total de residentes chegava a 8 mil. Esse contraste indica uma mudança significativa na dinâmica do bairro ao longo do tempo.

É perceptível, a partir dos depoimentos de vários entrevistados e comentários nas redes sociais, que muitas pessoas sentem falta de um relacionamento mais próximo entre a Universidade e o bairro onde ela está localizada. Embora a Univap tenha realizado diversas atividades em parceria com a Prefeitura Municipal, a Câmara Municipal e a Fundação Cultural Cassiano Ricardo, entre outros órgãos, alguns moradores desejam uma

maior sinergia entre os objetivos da Universidade e os interesses da comunidade local. É importante notar que as principais atividades da Univap no bairro foram concentradas na comunidade Bairrinho, principalmente durante a década de 1990 e no início dos anos 2000.

Diante do exposto, é crucial que a Univap assuma um papel de maior protagonismo no bairro Urbanova, considerando seu histórico de envolvimento e impacto na região. A instituição pode desempenhar um papel importante na melhoria das condições do bairro, especialmente em áreas como segurança, socialização e planejamento viário. Para isso, é fundamental que se promova a pesquisa e o estudo do bairro, incentivando alunos e professores a realizarem pesquisas que contribuam para um melhor entendimento da região.

A Univap pode atuar como uma instituição-âncora, estabelecendo uma relação mais próxima com o bairro e suas comunidades, o que envolve o estabelecimento de parcerias e a criação de estratégias e projetos que beneficiem toda a comunidade em termos físicos, econômicos e sociais. Dessa forma, a Universidade poderá equilibrar seus próprios objetivos com as necessidades do bairro, tornando-se um agente ativo no desenvolvimento e na melhoria da qualidade de vida na região. Isso não apenas fortalecerá os laços entre a Universidade e a comunidade, mas também ajudará a promover um desenvolvimento mais sustentável e inclusivo no bairro Urbanova



4. Referências

AQUINO, Luiz Carlos Andrade de. O agir comunitário na Univap: limites e possibilidades. 2017. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 2017.

BAHAMÓN, Pilar Cristina Céspedes. A dimensão territorial da universidade na América Latina no século XX: evidências repre-

sentativas na Colômbia e Brasil. 2010. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) - Universidade do Vale do Paraíba, São José dos Campos, 2010.

BAUMAN, Zygmunt. Tempos líquidos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

BAUMGARTNER, Wendel Henrique. Universidades públicas como agentes de desenvolvimento urbano e regional de cidades médias e pequenas: uma discussão teórica, metodológica e empírica. *GeoTextos*, v. 11, n. 1, p. 91-111, 2015.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Editora 34/Edusp, 2000.

CHAPIER, Cláudia. Alunos voltam a pé de campus da Univap. *Folha Vale*, 1995.

MARTINS, Carlos Benedito. A Reforma Universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 30, n. 106, p. 15-35, jan./abr. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/RKsK-cwfYc6QVFBHy4nvJzHt/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 12 set. 2021.

MIDDLEJ, Moema Maria Badaró Cartibani. Universidade e região: territorialidade da Universidade Estadual de Santa Cruz–UESC. 2004. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004.

PAULA, Karine Almeida. O processo de verticalização na zona central da cidade de Viçosa-MG: uma análise a partir da expansão da Universidade Federal de Viçosa e do seu impacto na estruturação do espaço urbano. *GeoTextos*, v. 15, n. 1, p. 65-87, 2019.

PERRY, Davic C; WIEWEL, Wim. From Campus to city: the university as developer. In: PERRY, Davic C; WIEWEL, Wim. *The University as Urban Developer: Case Studies and Analysis: Case Studies and Analysis*. Abingdon: Routledge, 2015.

POPULAÇÃO do Urbanova teve aumento de pelo menos 130% nos últimos 10 anos. *Revista Urbanova*, 2021. Disponível em: <https://revistaurbanova.com.br/populacao-do-urbanova-teve-aumento-de-pelo-menos-130-nos-ultimos-10-anos/>. Acesso em: 18 maio 2021.

ROLIM, Cássio.; SERRA, Maurício. Instituições de ensino superior e desenvolvimento regional: o caso da região Norte do Paraná. *Revista de Economia*, v. 35, n. 3, 2009. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/economia/article/view/16710/11109>. Acesso em: 20 fev. 2021.

ROLIM, Cássio; SERRA, Maurício. Universidade e Desenvolvimento: ser da região x estar na região. In: CONGRESSO IBÉRICO DE ESTUDOS AFRICANOS, 7., 2010. Anais..., Lisboa, 2010. Disponível em: https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/2383/1/CIEA7_27_ROLIM%26SERRA_Universidade%20e%20desenvolvimento.pdf. Acesso em: 20 fev. 2021.

SALGUEIRO, Teresa Barata. Cidade pós-moderna: espaço fragmentado. *Revista território*, v. 3, n. 4, p. 39-53, 1998.

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. Lei n. 5.441, de 04 de agosto de 1999. Autoriza o fechamento normalizado de loteamentos, vilas e ruas sem saída situadas em áreas unicamente residenciais, estabelecendo o acesso controlado à essas áreas e dá outras providências. Câmara Municipal, São José dos Campos, 1999.

VALEPARAIBANO. Segurança para a Urbanova. *Valeparaibano*, 2003. [Disponível para consulta no Acervo do Cehvap].



Fonte: PPGPLUR/
CEHVAP-Univap

11

Diagnóstico da Vulnerabilidade Urbana Segundo a Epistemologia do Sul: *Síntese de uma Tese*

1. Introdução

Este texto é uma síntese da tese elaborada na Linha de Pesquisa Planejamento, População e Desenvolvimento Socioambiental, do programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Planejamento Urbano e Regional da Univap (Universidade do Vale do Paraíba), defendida em junho de 2021.

O trabalho de pesquisa desenvolvido na Univap se iniciou com a submissão do projeto de pesquisa em dezembro/2016. Entre os desafios da pesquisadora, no contexto do desenvolvimento da pesquisa, houve: o nascimento de uma filha (abril/2020), sobreviver e apoiar a sobrevivência à pandemia da Covid-19, e confrontar os desmontes das políticas públicas institucionalizadas pelo Governo Federal no Brasil de 2019 a 2022.

No momento das configurações finais da tese, houve um debate entre a pesquisadora, os orientadores e os professores que compunham a Banca Examinadora, referente à composição final do título do trabalho. Num primeiro momento, a proposta era

¹ Arquiteta urbanista com doutorado e mestrado em Planejamento Urbano e Regional e outras pós lato sensu. Servidora pública na Prefeitura de Jacareí desde 2011, também já atuou como coordenadora de curso e como docente em diversas disciplinas no meio universitário. De 2019 até agora, como servidora, contribui na elaboração e acompanhamento de projetos da paisagem urbana, como parques e praças. Autora de livro, de capítulos de livros e de diversos artigos científicos na área de Planejamento Urbano e Regional. ORCID: 0000-0001-8420-2467.

“Conhecendo e Reconhecendo a vulnerabilidade urbana: análise da RMVPLN e do município de Jacareí/SP”, com a intenção de demonstrar fatores históricos estruturais de constituição da vulnerabilidade do e no urbano contemporâneo, como também elementos de reconhecimento de tal vulnerabilidade.

Após o debate, ficou claro que o título que melhor expressava a tese era: “Diagnóstico da vulnerabilidade urbana segundo a epistemologia do Sul: análise da RMVPLN e do município de Jacareí/SP”, já que por diagnóstico entende-se a identificação do objeto em todas as suas camadas, sendo o diferencial desta tese a utilização da ótica dada pelas epistemologias do Sul, destacando-se o conceito da abordagem com enfoque nos Ativos, Vulnerabilidade e Estrutura de Oportunidade (AVEO) de Rubén Kaztman e Carlos Filgueira.(1999).

Fez-se oportuno trazer aqui este relato para demonstrar que as pesquisas individuais, quando submetidas ao debate acadêmico, possibilitam uma construção teórica coletiva pela troca de saberes, em especial na área das Ciências Sociais Aplicadas.

Intentando compreender a vulnerabilidade urbana (ou a vulnerabilidade no e do urbano), em diferentes escalas no contexto da desigualdade social estruturada historicamente no Sul Global, de que modo elaborar um diagnóstico da vulnerabilidade urbana, para dar suporte à elaboração de políticas públicas municipais, desenhado de maneira a dar visibilidades aos processos de discriminação, desigualdade social e de segregação espacial?

Partiu-se da hipótese de que alguns fatores, interligados, resultam na vulnerabilidade urbana. Seriam: a existência das mudanças climáticas globais, em conjunto com a desigualdade social estruturada historicamente, com as restrições do modelo econômico capitalista, além das barreiras de participação existentes dentro dos arranjos institucionais, mesmo no modelo democrático, e ainda as especificidades da conformação do território urbano brasileiro.

Desta forma, por meio de uma pesquisa descritiva com abordagem quantitativa, utilizando o procedimento bibliográfico,

foi proposto um diagrama esquemático-metodológico para complexificar o elemento vulnerabilidade dentro da abordagem com enfoque nos Ativos, Vulnerabilidade e Estrutura de Oportunidade. Conforme o método proposto, com vistas à elaboração deste diagnóstico primário na escala regional e municipal, estruturou-se uma tabela com um conjunto de indicadores que abarcam as dimensões econômicas, sociais, ambientais, institucionais e espaciais da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte, concluindo que todos os 39 municípios dessa região possuem vulnerabilidade urbana, mas cada qual com sua especificidade.

Em seguida, ao considerar as diferentes manifestações espaciais do processo de urbanização, os aspectos sociais vivenciados e os impactos econômicos e ambientais do e no espaço, ao analisar o município de Jacareí/SP, pôde-se constatar que a vulnerabilidade urbana é resultante do processo de urbanização. Portanto, está presente em todo território urbanizado, mesmo que apresente modos não uniformes e com impactos diferentes em cada porção da cidade, conforme as distorções geradas pelos processos que influenciam concomitantemente a formação e conformação do território.



2. Materiais e Métodos

Toda pesquisa possui um contexto de espaço e de tempo. O que também ocorre com este trabalho, que se inicia da reflexão acerca da não neutralidade na construção do conhecimento humano e das ações humanas (SANTOS, 1995). Boaventura de Sousa Santos auxilia nessa compreensão e, conseqüentemente, no debate das Epistemologias do Sul, que podem aqui ser resumidas, singelamente, como uma abordagem que debate formas de dominação iniciadas na linguagem e no método de compreensão do mundo em que vivemos.

Realizando esse mesmo debate estão outros autores, utilizando o termo pensamento decolonial, para a análise a partir do Sul Global. Segundo Andrea Lampis, Ana Clara Torres Ribeiro, Pedro Henrique Campello Torres, Pedro Roberto Jacobi e Ana Lia Leonel, a leitura decolonial apresenta duas grandes contribuições: a modernidade passa por uma revisão histórica, demonstrando todas as características ocorridas no processo de colonização, permitindo que “a América seja vista como a primeira periferia do sistema colonial europeu, o lado oculto original da modernidade” (Lampis et al., 2020, p. 78).

Outra contribuição é rediscutir a relação entre sociedade e natureza por meio “da crítica ao eurocentrismo do pensamento moderno, da análise de seu antropocentrismo e da modificação do horizonte histórico da ilustração como momento originário, gerador, da própria modernidade” (Lampis et al., 2020, p. 78). Dessa maneira, a presente pesquisa está baseada no debate das Epistemologias do Sul e na leitura decolonial, analisando-se a partir do Sul Global.

Entendida a territorialidade, explana-se agora a temporalidade da pesquisa. Este trabalho tem por marco inicial das suas reflexões os debates sobre os limites ambientais globais iniciados em 1970 e aborda até o contexto das mudanças climáticas globais da contemporaneidade. Embasado nesses entendimentos de tempo e espaço, o trabalho buscou outros autores e pesquisas para compreender a abrangência e limitações do termo vulnerabilidade.

Em seguida, percebida a lacuna da apreensão da vulnerabilidade dentro da abordagem AVEO, a tese realizou a propositura de um diagrama esquemático-metodológico, utilizando o conceito de acúmulo de precariedade como, também, propôs sua respectiva aplicação por meio de indicadores.

Para tanto, foram selecionados indicadores, de bases de dados públicas e de ampla divulgação (como o IBGE), para a escala regional e para a escala municipal, ou melhor, para a Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte e para o município de Jacareí. A seleção dos indicadores se deu por meio do cruza-

mento de quatro demandas: atender ao diagrama esquemático-metodológico proposto; utilizar indicadores já existentes e que estão disponíveis para acesso público; buscar formas de análise semelhantes às dos pesquisadores do Sul Global e que já estudam a temática da vulnerabilidade urbana; e que os indicadores para a escala regional e local se complementassem, visando um domínio da realidade por camadas.

Os indicadores da escala regional foram compilados numa tabela única e foram criados mapas para demonstrar as dimensões existentes no diagrama esquemático-metodológico proposto, por meio do método do algoritmo de Jenks ou natural breaks. Os indicadores da escala local foram dispostos para cada dimensão proposta no diagrama esquemático-metodológico desta tese e foram analisados por camadas, como propõe Joaquín Sabaté Bel “procurando articular tanto na horizontal como na vertical as diferentes dimensões envolvidas” (apud Medrano; Castro, 2014, p. 7), ou seja, primeiramente foram analisados os dados do município de Jacareí obtidos na escala regional e, depois, os indicadores locais em cada dimensão, por meio de gráficos, tabelas e mapas. Dessa forma, trata-se de uma pesquisa descritiva com abordagem quantitativa, utilizando o procedimento bibliográfico.



3. Fundamentação Teórica

Este tópico da tese foi subdividido, com o objetivo de demonstrar claramente cada conceito abordado e como se dá a sobreposição dessas perspectivas. Assim, inicia-se com a “questão ambiental como questão de Estado?”, trazendo um panorama histórico da relação do homem com o meio ambiente. Que não tem sido de uma convivência harmoniosa, mas sim de confrontos, em que o homem explora o meio ambiente para usá-lo como recursos, sem respeitar os ciclos na-

turais. O resultado desse confronto tem se dado nos desastres, como, por exemplo, muitas catástrofes ocorridas nas últimas duas décadas.

A partir das décadas de 50 e 60, no Pós-Segunda Grande Guerra Mundial, o modelo de vida valorizado, e que se expandiu globalmente até os dias atuais, foi o consumismo (Colombo; Favoto; Carmo, 2008). Essa realidade social de alguns países, e adotada como modelo a ser seguido, acelerou os desastres globais oriundos dos limites ambientais. Como contraponto a esses acontecimentos nessa escala global, na década de 70, ocorreu a Conferência de Estocolmo, na Suécia, consolidando o relevante debate que vinha se formando sobre a questão ambiental, visando a compreensão das dinâmicas naturais, seus limites e possíveis enfrentamentos. A partir de então, o reconhecimento e aceite da questão ambiental se deram em todas as escalas e esferas de governo, como se pode notar pelo posicionamento dos órgãos internacionais ligados aos processos de gestão dos territórios nacionais num mundo economicamente globalizado, quais sejam, da ONU (Organização das Nações Unidas), suas conferências de desenvolvimento sustentável — ECO-92, RIO+10 e RIO+20 — e posterior Objetivos de Desenvolvimento Sustentável — ODSs (ONU, 2020).

Esses eventos de abrangência internacional abriram o debate acerca de diversos temas ambientais, como a “pegada ecológica” (Dias, 2015) e as mudanças climáticas (Nobre, 2001), e promoveram uma maciça divulgação da sustentabilidade (Freitas, 2015). Tais discursos, por um lado, validam a agenda e o debate ambiental, ao mesmo tempo que direcionam um olhar específico voltado a promover indicadores, metodologias de diagnóstico e intervenções que minimizem os impactos ambientais de forma a manter e não questionar o sistema econômico vigente.

Nesse aspecto, o trabalho se propôs a refletir acerca da questão ambiental sob a ótica da Epistemologia do Sul, qual

seja, que cada conceito, ao possuir uma história que o estrutura, acaba por direcionar e regulamentar a construção das ações subsequentes. Para tanto recorreu-se a Boaventura de Sousa Santos (Santos; Meneses, 2013), com o entendimento das Epistemologias do Sul, que parte do princípio de que a compreensão do mundo excede em muito ao pensamento europeu, considerado hegemônico, e que gera invisibilidades.

Buscando explorar a pluralidade, por meio de uma relação não hierárquica entre os saberes e seres humanos, as Epistemologias do Sul constituem uma proposta de reconhecer que há mais de uma narrativa nos lugares, em especial, nos países explorados e considerados em desenvolvimento, como o caso do Brasil, onde a narrativa hegemônica se coloca como superior e, portanto, a versão válida. Dessa forma, as Epistemologias do Sul têm por “ideia-chave de que não há justiça global sem justiça cognitiva global” (Santos; Araújo; Baumgarten, 2016, p. 18).

Cabe pontuar a relevância de realizar esse debate pela ótica do pensamento decolonial. As práticas exploratórias em escala industrial e planetária trazem consequências negativas para o meio ambiente e, por decorrência, para as áreas de ocupação urbana e para a saúde da população; contudo tais impactos ambientais são percebidos de formas diferentes conforme o espaço produzido socialmente. Em especial, a região da América Latina e o Caribe tiveram prejuízos de 1 bilhão de dólares causados por danos em 12 enchentes ocorridas entre 2000 e 2019 (Ocha, 2020). “Esta região tem a maior propensão global a ter eventos extremos, incluindo cheias, tempestades, terremotos, secas, deslizamentos de terra, erupções vulcânicas e incêndios” (Lampis et al., 2020, p. 80).

Sem questionar o sistema econômico hegemônico nem o seu modo de produção e consumo, foi proposta uma nova agenda de debates entre governos sobre formas de exploração da natureza e os impactos ocasionados à vida humana. Tais debates haviam se iniciado no meio técnico-científico, como pôde ser visto na proposta do ecodesenvolvimento de Ignacy

Sachs (Sachs, 1986), e se estenderam para o meio político/econômico, fato constatado na Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente Humano, em Estocolmo, na Suécia, de 1972, e a agenda sobre o desenvolvimento sustentável. É interessante notar que

em curto espaço de tempo, o aquecimento global saltou de um tema entre muitos outros no rosário ambientalista para a condição de maior desafio do século XXI. A questão já estava presente na Cúpula da Terra em 1992 (Hogan, 2009, p. 11).

Em evento sediado no Rio de Janeiro e com a representação de mais de cem países, foi firmada a Agenda 21 Global, ou seja, um documento que atribui responsabilidade aos Estados, referente à preservação do meio ambiente ou à diminuição na exploração dos recursos naturais, visando a diminuir o impacto, ou degradação do meio ambiente. Qual seja, concomitante com a brevidade da questão ambiental na sociedade, as dinâmicas relatadas demonstram que o Estado foi colocado como salvaguarda do meio ambiente mundial.

O Estado é um agente social num determinado espaço, na medida em que tem o papel de regulador das atividades dos demais agentes que atuam no território; a definição de Estado pode ser dada por um conjunto de pensadores, como Platão, Spinoza, Marx, Weber (apud Steinberger, 2013), que auxiliam a entender o Estado como fruto do contexto social no qual está inserido, sendo responsável por zelar pelos espaços públicos, pelos habitantes e meio ambiente. Atualmente, os arranjos institucionais passam pelo momento neoliberalista, que valoriza um forte agente que também atua no território e demanda a diminuição da ação do próprio Estado: o mercado (Singer, 1987). Sob a lógica do livre mercado, há a solicitação, pelos agentes hegemônicos capitalistas, da diminuição do alcance do Estado. Contudo, como o sistema capitalista vivencia crises frequentes, nesses momentos o Estado é con-

vocado a restaurar a ordem, ou melhor, a estrutura mínima necessária para a manutenção das atividades mercadológicas (Harvey, 2008). Sob esse contexto, o Estado atual tem a perspectiva de ações por meio de políticas públicas, que podem gerar ora a manutenção e (re)produção das condições do sistema neoliberal, ora a estruturação, dentro da democracia representativa e participativa de políticas redistributivas (Maricato, 2000). A este Estado, portanto, foi delegado o dever de salvaguardar o meio ambiente.

Após abordar o arcabouço internacional dos debates ambientais, institucionais e econômicos, buscou-se no contexto brasileiro verificar tais questões somadas ao tema social e urbano, na tese tratada sob o tema “Espaço, risco e vulnerabilidade”. Inicia-se com o conceito de espaço. Para Lefebvre, o conceito de espaço está ligado à produção social, possuindo dois aspectos que coexistem. Ora o espaço pode ser meio, ou seja, local de produção, acumulação econômica, com o seu valor de troca; e ora, produto, qual seja, um reflexo das relações sociais e tendo o seu valor de uso. (Lefebvre, 2006, p. 114). Assim, o espaço urbano vai para além dos aspectos físicos com as infraestruturas urbanas, englobando no seu debate os aspectos naturais, econômicos, institucionais e sociais.

Complementando, Ana Clara Torres Ribeiro pontua os fenômenos existentes nas cidades latino-americanas “tanto relacionados à história da urbanização quanto às formas de enfrentamento das carências sociais”. (Ribeiro, 2003, p. 85). A autora aborda a importância de estudos sobre o espaço urbano específicos para a América Latina, já que tais espaços exigem “a reflexão da posição ocupada pelos países periféricos, nos fluxos econômicos que organizam a atual fase do capitalismo” (Ribeiro, 2009, p. 25). Assim, é relevante, no entendimento do conceito, a hierarquização dos espaços, diante dos fluxos econômicos e de dominação.

As características de um município, como, por exemplo, a priorização de investimento em instalação de infraestrutura

urbana numa determinada área, em detrimento das demais, é resultado do processo de disputa entre espaços, ou dos agentes sociais que atuam nestes. “Cada parcela do território urbano é valorizada (ou desvalorizada) em virtude de um jogo de poder exercido ou consentido pelo Estado” (Santos, 1994, p. 122). Assim, cada contexto urbano envolve diferentes debates correlacionados, ocorridos no Estado, como comentado no tópico anterior.

Dessa maneira, como resultado de todo o processo de disputa, há de se reconhecer a existência, na sociedade contemporânea, de uma desigualdade social, ou seja, há uma desigualdade na forma de se apropriar do território; fato este inerente ao sistema capitalista. Contudo, tal desigualdade possibilita que os impactos ambientais não sejam sentidos por todos os moradores de um determinado município da mesma forma, e sim, que uma parcela da população arque com o maior ônus no enfrentamento de tais impactos, inclusive pagando com a própria vida; ao se tratar de deslizamentos de encostas ocupadas por população de baixa renda, por exemplo. Compreender as formas de enfrentamento trazidas para o debate ambiental indica que, quando a sociedade entende os ciclos naturais apenas como recurso, acaba por enfrentar os limites ambientais através da convivência com os perigos e desastres.

Nesse contexto, é relevante registrar que o perigo é a possibilidade de ocorrência de um evento causador de prejuízo à vida humana e aos bens materiais numa área urbanizada; entende-se por desastre um evento que já se manifestou de forma concentrada no espaço, a uma comunidade específica, num determinado tempo, e que gera danos além da capacidade local além de demandar assistência externa (Almeida, 2011, p. 88). Já como riscos, pode ser considerada a probabilidade de ocorrer um processo ou conjunto de processos que ocasionem danos num determinado espaço e tempo (Varnes, 1984). Com a globalização econômica e a consequente mundialização das desigualdades e segregações sociais, tais

eventos se tornaram recorrentes no final do século XX. Outro conceito tecida por Ulrich Beck em 1986, em sua obra clássica ‘A Sociedade do Risco’, foi afirmar que o risco é um “estádio intermédio entre a segurança e a destruição, e a percepção dos riscos ameaçadores determina o pensamento e a ação” (apud Mendes, 2015, p. 212). O conceito de Beck reafirma a relação entre a construção do pensamento e a estrutura da ação, como também propõe pensar o risco como um processo e não apenas condicionado à compreensão de causas e efeitos.

Mesmo sem uma conformidade conceitual, o risco passa a ser incorporado no cotidiano e, com ele, as buscas por métodos de prever o incerto. Apesar da variabilidade das formulações do risco, no processo de mensurar seus componentes há uma constante: a abordagem da vulnerabilidade; compreendendo-a como a fragilidade dentro de uma conjuntura, que pode aumentar o risco e os possíveis impactos do evento previsto. Não é de se estranhar que, da mesma forma que o risco, a vulnerabilidade não possui um consenso conceitual. Apesar de conexos, risco e vulnerabilidade possuem diferentes trajetórias, sendo que o risco busca prever um evento futuro, visando a segurança da vida humana e dos seus bens; dessa forma, possui um viés para as agendas das engenharias e das geociências, com os cálculos de probabilidades estatísticas e mecanismos de contenção do possível impacto; enquanto a vulnerabilidade, por ser “intrínseca de um indivíduo ou grupos de indivíduos” (Almeida, 2011, p. 88), possui um viés para as Ciências Sociais Aplicadas, por tratar da relação do ser humano, que vive em sociedade, com o meio por ele construído e constituído.

A vulnerabilidade foi incorporada pelo debate ambiental como uma busca de resgatar, ou trazer à tona, uma visão mais abrangente.

Através das décadas, estes estudos passaram por algumas mudanças de enfoque, procurando incorporar perspectivas mais holísticas e complexas,

visando compreender a intrincada rede de relações humano-físico-sociais que estão na base da trama genética dos desastres (Marandola Junior; Hogan, 2006, p. 33).

Desta forma, a vulnerabilidade apresenta subsídios para compreender os processos e relações dados em diferentes dimensões (do saber sobre realidade) e nas escalas (sejam a global, regional ou local) correspondentes que, em conjunto, resultaram num evento específico dado num determinado tempo e espaço.

Nesse contexto, a tese apresentou um breve tópico sob o título “Cidade, município, área urbana — onde está o urbano?”, a fim de conceituar o objeto deste estudo, o urbano. Após o diálogo com alguns autores que abordam essa temática, como Rolnik (1995), Santos (2000), Bauman (2001), Vainer (2002), Monte-Mór (2006), Lefebvre (2006), Santos (2007), Mongin (2009), Dardot e Laval (2017), concluiu-se que o urbano é a representação social da estruturação no espaço de uma cidade, sendo definido pelas relações socioespaciais ali estabelecidas. Se, por um lado, o urbano é legalmente compreendido como a população que mantém moradia no interior dos perímetros urbanos dos municípios, sendo essa a população urbana contabilizada pelo IBGE em 2010 (IBGE, 2011); por outro lado, e para esta pesquisa, entende-se o urbano como fruto das relações culturais, socioeconômicas, políticas e espaciais, qual seja, um modo de viver.

Após esse diálogo sobre o urbano, e observando as diversas definições de vulnerabilidade, tem-se o tópico sob o nome “Vulnerabilidade — do que se trata?”, apresentando um diagrama esquemático-metodológico, no qual, utilizando a noção de acúmulo de precariedade, decompõe-se a vulnerabilidade urbana. Em seguida, embasando-se no diagrama esquemático-metodológico, pontuou-se a contribuição da tese, que é tratar com mais complexidade o elemento vulnerabilidade na abordagem AVEO de Rubén Kaztman (2021) e Carlos Filgueira.

Para apresentar o diagrama, primeiramente foram relatados os estudos existentes referentes ao termo vulnerabilidade, em especial à vulnerabilidade social, vulnerabilidade ambiental e à vulnerabilidade socioambiental, constatando a crescente utilização da categorização socioambiental ao termo vulnerabilidade. Assim, o termo vulnerabilidade socioambiental, que possui uma construção conceitual a partir da década de 80, e, desde sua formulação, evoca uma análise interdisciplinar, inicia o resgate a esta visão mais abrangente; e, na medida em que compreende como a simultaneidade, num determinado espaço da vulnerabilidade social e da vulnerabilidade ambiental, possibilita análises interdisciplinares. Qual seja, “pode ser conceituada como uma coexistência ou sobreposição espacial entre grupos populacionais pobres, discriminados e com alta privação (vulnerabilidade social), que vivem ou circulam em áreas de risco ou de degradação ambiental (vulnerabilidade ambiental)” (Cartier et al., 2009, p. 2.696).

Sobre as dimensões estudadas, todos os autores concordam com os fatores socioeconômicos apontados e partem destes, para, em seguida, sobrepô-los aos fatores ambientais. Essa dimensão ambiental é tratada como a localização de áreas de risco ou áreas com possibilidades de inundação ou enchente, ou um outro fator de degradação ambiental, seja este derivado de ocupação antrópica ou não. É relevante observar que o contexto urbano criado na contemporaneidade, como resultante de um processo de produção industrial e de incentivo ao consumismo, gera um ambiente propício aos impactos ambientais; e tais fatores não são considerados nos estudos existentes sobre vulnerabilidade. Como afirma Jacobi, as áreas urbanas se tornaram o contexto de aceleração dos riscos ambientais, com a redução de áreas verdes, poluição do ar, rede de transporte privilegiando o automóvel, falta de uma rede de esgoto, contaminação de rios e despejo de lixo, que gera contaminação das águas subterrâneas e de superfície pelo chorume (Jacobi, 2004, p. 173-174). E Mendonça complementa, ao

asseverar que o urbano é a expressão máxima e paradoxal do modo de vida humano ante as limitações do meio ambiente (Mendonça, 2004, p. 189).

Dessa forma, evocando o processo histórico da questão ambiental, os conceitos de vulnerabilidade, o debate epistemológico e o espaço criado e ocupado pela sociedade contemporânea, considera-se a vulnerabilidade do urbano (ou a vulnerabilidade urbana) como resultante de uma sobreposição de processos concomitantes — econômico, ambiental, social, institucional e espacial — sendo a expressão máxima do ônus do processo de urbanização capitalista. Representando essa ideia, segue o diagrama esquemático-metodológico na Figura 1.

O diagrama esquemático-metodológico proposto tem como linha mestra o processo de urbanização no Brasil e tece as dimensões econômica, ambiental, social, institucional e es-

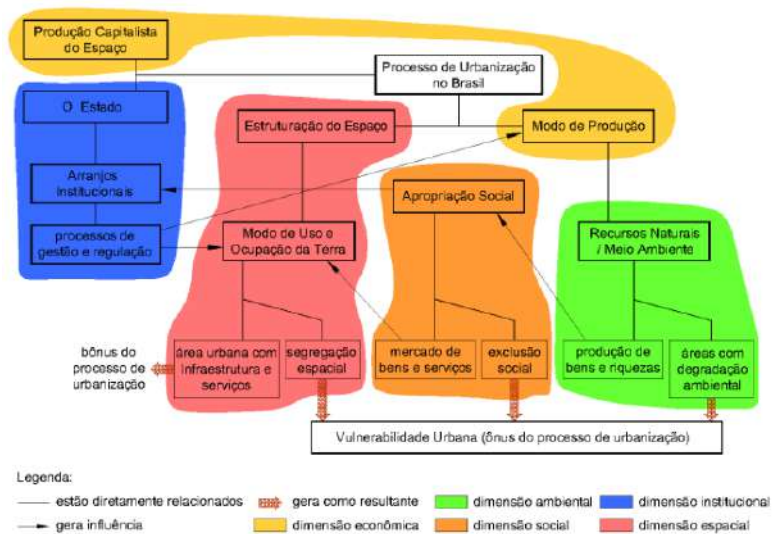
pacial, que se correlacionam e estão interligadas. Assim, a vulnerabilidade urbana está vinculada ao modo de vida, ao urbano contemporâneo, pois entende-se essa vulnerabilidade como uma resultante de um conjunto de processos e condições historicamente estabelecidas.

Nesse momento a tese discorre sobre o processo histórico de cada dimensão apresentada no diagrama esquemático-metodológico, a fim de demonstrar a estrutura do pensamento proposto. Qual seja, a partir do entendimento de que a atual conjuntura do modelo de sociedade capitalista é a de uma sociedade onde coexistem formas de dominação e formas de emancipação; tal modelo de sociedade conduz para um modo de produção do espaço que possui uma lógica de produzir, promover e gerir um determinado produto enquanto simultaneamente gera um resíduo ou subproduto. Dessa forma, são pontuais as três dimensões que produzem intencional e diretamente características e/ou condições precárias, reconhecidas como ônus do processo de urbanização. O ônus de cada um deles, a saber, a degradação ambiental, a exclusão social e a segregação espacial, em conjunto, geram no território uma condição específica, que é tanto da terra quanto da pessoa que a ocupa. E essa característica, dada por um processo complexo, produz a vulnerabilidade urbana.

Assim, tal análise se dá por meio de uma associação das relações sociais (com seus processos de distribuição, ou não, de renda e serviços), da existência, ou não, de infraestrutura na forma de ocupação do espaço (com o processo histórico de urbanização e modos de apropriação) e da gestão, ou não, de riscos ambientais (frutos do modo de produção econômico e dos arranjos institucionais).

Considerando esse entendimento abrangente da vulnerabilidade urbana, buscaram-se autores do Sul Global que também estudassem tal temática. Num primeiro momento, três pesquisadores se destacam: Lúcio Kowarick, Daniel Hogan e Eduardo Marandola Jr. O primeiro analisa a literatura norte-

Figura 1 – Diagrama Esquemático-metodológico



Fonte: Elaborado pelos autores.

-americana, depois a francesa e, por fim, traz um olhar para a realidade brasileira, com o objetivo de “mostrar os conteúdos e os contornos que a questão social adquire em função das especificidades próprias de cada ambiente sociopolítico nacional” (Kowarick, 2003, p. 62).

No Brasil, as atuais legislações em defesa da criança, adolescente, mulher, idoso e de enfrentamento dos problemas urbanos são avanços embrionários. Considera-se que, apesar de algumas melhorias sociais isoladas, a moradia, que expressa um componente decisivo no padrão de vida urbano, permaneceu inalterada. Ao abordar a questão da moradia, que é a expressão territorial das melhorias sociais, o autor reflete sobre as favelas, o quanto elas aumentaram em número a partir da década de 80, a realidade heterogênea existente no seu interior e sua representação social hegemônica. “Isso significa que entre 1987 e 1993, enquanto o incremento populacional total foi de 518 mil habitantes [no município de São Paulo], o número de favelados aumentou em mais de um milhão” (Kowarick, 2002, p. 19).

Nesse contexto, é necessário lembrar do debate econômico, ao abordar que a terra possui um valor de troca substancial no processo de produção capitalista e, conseqüentemente, influencia as ocupações no espaço, as regulamentações do Estado e as formas de segregação espacial. Assim, é relevante considerar uma dimensão espacial em conjunto com a dimensão ambiental, com as peculiaridades do processo de ocupação, estruturação e regulamentação do espaço urbano; como estudado por Aduino Lúcio Cardoso (2006, p. 33).

A terra como mercadoria possui um valor de troca e, em virtude das diferenciações desse valor, possui também especificidades nas formas de apropriação. Em virtude de a “pobreza não ser igualmente definida nas diferentes situações geográficas” (Santos, 2000, p. 93), o espaço possui distintos modos de apropriação desta terra/mercadoria, gerando, por um lado, locais providos de infraestrutura urbana, serviços e acessos a

tais; e, por outro, a exclusão ou a segregação espacial.

Para Eduardo Marandola Jr. e Daniel Hogan, “o reconhecimento de que a vulnerabilidade envolve uma gama de fenômenos de natureza multidimensional e multifacetada, que torna imperativo o diálogo e um olhar mais abrangente diante do tema” (Marandola Junior; Hogan 2006, p. 35). Esses autores abordam a vulnerabilidade em relação às diferentes disciplinas ou campos de pesquisa. Iniciando pelas Ciências Sociais, comentam sobre a abordagem AVEO ou abordagem com enfoque nos ativos, vulnerabilidade e estrutura de oportunidade, conforme descreve Rubén Kaztman; e a relevância da vulnerabilidade em mapear as condições sociais atuais, percorrendo o caminho do entendimento da exclusão social e pobreza dentro do seu contexto social. “Diferente do que ocorreu em outras ciências, nas quais a vulnerabilidade entra na tradição dos estudos sobre riscos e perigos, estas preocupações, dentro das ciências sociais, não percorreram o mesmo caminho” (Marandola Junior; Hogan, 2006, p. 36).

Assim, apesar de a vulnerabilidade ser um conceito multidisciplinar, ainda é um conceito em construção, como também, pode ser incorporado em diversas disciplinas de duas formas metodológicas distintas: “como um conceito/noção, inserido numa dada problemática (como a mobilidade ou a poluição ambiental, por exemplo), ou como categoria de análise, que orienta toda a construção teórico-metodológica” (Marandola Junior; Hogan, 2006, p. 40). Dessa forma, uma conclusão possível é que as diferentes interpretações do conceito vulnerabilidade resultam em formas distintas de aplicação. “Neste sentido, os conceitos interpretados de diferentes maneiras possibilitam desdobramentos distintos na execução da política, o que pode comprometer a garantia de direitos” (Monteiro, 2011, p. 38).

O trabalho entende a vulnerabilidade urbana como um conceito abrangente e no contexto do debate das Ciências Sociais no Brasil. Assim, esta pesquisa buscou compreender a abor-

dagem AVEO, citada por Marandola Junior e Hogan (2006) e defendida pelo pesquisador e professor emérito da Universidade Católica do Uruguai, Rubén Kaztman (1999). A abordagem com enfoque nos Ativos, Vulnerabilidade e Estrutura de Oportunidade é resultado de um estudo da Comisión Económica para América Latina y el Caribe – CEPAL –, mais especificamente da Oficina de Montevideú.

Tanto a conceituação da abordagem AVEO de Rubén Kaztman e Carlos Filgueira, quanto o diagrama esquemático-metodológico proposto na tese, possuem análise abrangente da vulnerabilidade e seguem a mesma linha de pensamento de apreensão das complexidades espaciais. Buscam compreender e contemplar o processo histórico na análise, entendendo que as mazelas sociais não possuem apenas o olhar de causa e efeito; mas, sim, na sobreposição de processos dados num determinado lugar. Como pode ser visto nos ativos que englobam o capital físico que está depositado nos direitos, pois se trata de recursos financeiros e bens materiais, o capital humano que está depositado na pessoa, que trata das habilidades do indivíduo, e o capital social que está depositado nas relações sociais, iniciando pela família e pelo bairro. As estruturas de oportunidades são dadas pelo Estado, pelo Mercado e pela Sociedade (Kaztman, 2000). Assim, a análise proposta por meio do diagrama esquemático-metodológico tem a finalidade de se colocar como método de estudo que trata com mais complexidade, por meio do acúmulo de precariedades, o elemento vulnerabilidade urbana no contexto da abordagem de Ativos, Vulnerabilidade e Estrutura de Oportunidade — AVEO.

Com vista a exemplificar e demonstrar o método de estudo proposto, tem-se um último tópico dentro da Fundamentação Teórica, sob o título: “Reflexão sobre indicadores de Vulnerabilidade Urbana”, no qual se apresenta uma listagem de quais indicadores podem instruir um diagnóstico primário da vulnerabilidade urbana na escala regional e local. Como a vulnerabilidade urbana considera o contexto histórico e espacial do

lugar analisado, para se realizar um levantamento de dados municipais, faz-se necessária uma primeira leitura regional, a fim de compreender o contexto no qual se insere o município. Assim, propõe-se uma leitura regional e uma leitura local, mantendo-se o desafio existente na abordagem AVEO. Qual seja, será realizada uma proposta de leitura por meio de dados secundários e com acesso público, sendo necessário, num outro momento, a análise no interior do município com estudos etnográficos



4. Resultados e discussão

Este tópico da tese foi subdividido em duas partes, com os seguintes títulos: “A Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte” e “Diagnóstico da Vulnerabilidade Urbana de Jacareí”, em que são apresentadas as aplicações das leituras regional e local propostas teoricamente, por meio de tabelas e mapas. Indica-se a leitura da referida tese, em seu texto integral, disponível na biblioteca da Universidade do Vale do Paraíba (Univap).



5. Conclusão

Esta síntese da tese, aqui apresentada, teve como foco demonstrar a abordagem teórica estudada, indicando-se a leitura completa da tese para ampliar o debate aqui sintetizado, bem como os resultados e discussão propostos.

O estudo trouxe uma narrativa, embasada teoricamente, a fim de abrir caminho, por meio do debate, para visibilizar os processos de discriminação, desigualdade social e de segregação; em especial, no momento da elaboração de políticas públicas municipais, visando ações de enfrentamento da vulnerabilidade

de urbana. Assim, entende-se que a vulnerabilidade possui um viés para as Ciências Sociais Aplicadas devido a sua busca de compreender os processos das relações humanas, tanto entre si quanto com o seu meio; como também é possível afirmar que a vulnerabilidade é do urbano, já que esse urbano que habita as cidades contemporâneas está vivendo, criando e replicando a vulnerabilidade no seu contexto.

O estudo trouxe uma narrativa, embasada teoricamente, a fim de abrir caminho, por meio do debate, para visibilizar os processos de discriminação, desigualdade social e de segregação; em especial, no momento da elaboração de políticas públicas municipais, visando ações de enfrentamento da vulnerabilidade urbana. Assim, entende-se que a vulnerabilidade possui um viés para as Ciências Sociais Aplicadas devido a sua busca de compreender os processos das relações humanas, tanto entre si quanto com o seu meio; como também é possível afirmar que a vulnerabilidade é do urbano, já que esse urbano que habita as cidades contemporâneas está vivendo, criando e replicando a vulnerabilidade no seu contexto.

Assim, a fim de demonstrar que a vulnerabilidade urbana pode ser compreendida como a expressão máxima do ônus do processo de urbanização, sem ignorar as ações dos agentes e atores no processo de gestão do território, e visando proporcionar subsídios para uma proposta efetiva tecnicamente de política pública nesses territórios, foi dado o primeiro passo desta pesquisa, ao sintetizar uma matriz de pensamento teórico, sob a forma de um diagrama esquemático-metodológico. Tal conceituação, abrangente e multidisciplinar, se orienta pelo processo de urbanização no Brasil, e cabe constatar como ponto relevante dessa conjuntura histórica a não ruptura com as raízes coloniais. Partindo dessa orientação, demonstrou-se, no diagrama, composto de cinco dimensões e suas especificidades, o debate conceitual de cada uma delas, sendo: a econômica, a ambiental, a social, a espacial e a institucional.

Após a abordagem teórica, com a demonstração da metodo-

logia das leituras territoriais propostas, foi constatado no contexto regional (na RMVPLN - Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte), que a vulnerabilidade urbana está mais latente nas dimensões econômicas e institucional, quando analisadas individualmente as dimensões da vulnerabilidade urbana apresentadas nesta tese e sintetizadas no diagrama esquemático-metodológico. Na dimensão econômica dessa região, nota-se a existência de municípios com PIB baseado nos serviços públicos administrativos, o que reflete num grande grau de dependência econômica; a região possui uma renda média per capita inferior a um salário-mínimo e que está concentrada em alguns municípios. Em outros termos, há uma grande disparidade na distribuição econômica da referida região, seja por meio dos valores salariais diferentes entre municípios, ou da discrepância dentro do município no reconhecimento salarial por gênero e por raça, ou ainda, no investimento público nas áreas de educação e saneamento básico. Na dimensão institucional, a região demonstra não possuir uma estrutura de diálogo oficial entre o poder público e a sociedade sobre temas que são demandas sociais históricas e estruturantes no território, tais como habitação e saneamento básico. Assim, a dimensão institucional está fragilizada na RMVPLN, o que aumenta a existência de vulnerabilidade urbana, já que é por meio dos arranjos institucionais que são regulamentados os conflitos que envolvem áreas ambientalmente frágeis, oferta de moradia, demanda por saneamento básico e educação, localização dos pontos de trabalho e, concomitantemente, o investimento em mobilidade urbana.

Quanto à escala local, tendo o município de Jacaré/SP como unidade de medida, constataram-se as diferentes manifestações espaciais do processo de urbanização, os aspectos sociais vivenciados e os impactos econômicos e ambientais do e no espaço; assim, a vulnerabilidade urbana está presente de modo não uniforme e com impactos diferentes, de acordo com as distorções geradas em todo o território. A leitura local municipal das vul-

nerabilidades existentes em Jacareí demonstrou que as dimensões social e espacial estão mais latentes, visto que, na dimensão social, há muitas fragilidades sociais que, em conjunto, como demonstrado na tese, culminaram num valor alto de taxa de mortalidade por agressão. Na dimensão espacial, essas fragilidades sociais são intensificadas com as grandes distâncias entre a localização das moradias e os locais que ofertam trabalho; em Jacareí, a forma de ocupação espraiada gerou muitos vazios urbanos, ou seja, gerou terras no contexto urbano que já possuem infraestrutura e acesso aos equipamentos públicos e não estão sendo utilizadas ou ocupadas. Nesse sentido se destaca primeiramente a ocupação espraiada, que gerou forte dependência da região central, criando um movimento pendular diário; e essa forma de ocupação também resultou numa pequena parcela do território com cobertura vegetal natural. Em seguida, observa-se que os vazios urbanos são úteis apenas para especulação imobiliária; e a existência de tais vazios urbanos, somada à demanda constante de novas terras urbanizadas para habitação, gera um ônus significativo para a coletividade, não se cumprindo a função social da propriedade descrita no Estatuto da Cidade e na Constituição Federal. São fatores que aumentam, portanto, a vulnerabilidade urbana em Jacareí/SP.

As análises na escala regional e local da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte e do município de Jacareí/SP, respectivamente, demonstraram que a vulnerabilidade urbana está em todos os territórios, mas, quanto às suas dimensões, apresenta diferentes destaques. Neste estudo foi constatado que na RMVPLN as dimensões econômica e institucional estão mais latentes, enquanto em Jacareí foram observadas as dimensões social e espacial. Dessa constatação, concluíram-se dois pontos. Primeiramente, que, ao visibilizar os processos estruturadores da condição de precariedade do e no urbano, em diferentes escalas, as dimensões encontradas na escala regional também estarão presentes na escala local municipal, mas o seu destaque na composição da vulnerabilidade urbana do territó-

rio estudado se difere, dependendo da escala analisada. Digo, as dimensões econômica e institucional constatados na RMVPLN também puderam ser vistas em Jacareí; isto é, em Jacareí também há concentração de renda por gênero e por raça, e são os arranjos institucionais que direcionam o modo de vida; mas, analisando todos os processos no município, constatou-se que em seu território as dimensões social e espacial estavam mais latentes.

Assim sendo, o segundo ponto aqui apresentado é que a elaboração de política pública para defrontação da vulnerabilidade urbana se faz mais eficiente se realizada por escala. Como evidenciado nesta pesquisa, por meio da análise dos territórios, na RMVPLN, para escala regional, o enfrentamento se daria com políticas públicas voltadas para a dimensão econômica (distribuição de renda) e com a reestruturação das ações estatais para a maior e efetiva participação popular. Enquanto para a escala local municipal, em Jacareí/SP, seriam adequadas as políticas públicas voltadas para a dimensão social, com redes de apoio e prevenção e para a dimensão espacial, com investimento em transporte público coletivo, com a revisão do Plano Diretor Participativo Municipal e com a regulamentação e aplicação do PEUC – instrumento urbanístico de Parcelamento, Edificação e Utilização Compulsórios, para enfrentamento dos vazios urbanos.

Assim, essa leitura de vulnerabilidade urbana não pretende hierarquizar os espaços ou as pessoas para que estes não sejam invisibilizados na composição dos dados; mas esta leitura propõe que seja visto o território na sua totalidade. Debatendo-se a precariedade na distribuição de renda, as discriminações salariais por raça e por gênero, as infraestruturas, morfologias urbanas, dinâmicas e correlações dos e nos espaços construídos e não construídos, as desigualdades sociais estruturais, os impactos ambientais dados no e por meio do modo contemporâneo de usar e ocupar a terra, assim como a implicação dos arranjos institucionais.



6. Referências

ALMEIDA, Lutiane Queiroz. Por uma Ciência dos Riscos e Vulnerabilidades na Geografia. *Mercator*, v. 10, n. 23, p. 83 a 99, 2011.

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2001.

CARDOSO, Adauto Lúcio. Reforma Urbana e Planos Diretores: avaliação da experiência recente. *Cadernos IPPUR*, Rio de Janeiro, ano 11, n. 1-2, p. 79-111, jan.-dez. 1997.

CARTIER, Ruy et al. Vulnerabilidade social e risco ambiental: uma abordagem metodológica para avaliação de injustiça ambiental. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 12, p. 2695-2704, dez., 2009.

COLOMBO, Luciane Ozelame Ribas; FAVOTO, Thais Brandt; CARMO, Sidney Nascimento do. A evolução da sociedade de consumo. *Akrópolis*, Umuarama, v. 16, n. 3, p. 143-149, jul./set. 2008.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI*. São Paulo: Boitempo, 2017.

DIAS, Genebaldo Freire. *A pegada ecológica e a sustentabilidade humana*. São Paulo: GAIA, 2015.

FREITAS, Priscila Maria de. *Direito à cidade sustentável*. Curitiba: Editora Appris, 2015.

HARVEY, David. *O Neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

HOGAN, Daniel J. População e mudanças ambientais globais. In: HOGAN, Daniel Joseph; MARANDOLA JR., Eduardo (org.). *População e Mudança Climática. Dimensões humanas das mudanças ambientais globais*. Campinas: Núcleo de Estudos de População-NEPO, p. 11-24, 2009.

HOGAN, Daniel J.; MARANDOLA JUNIOR, Eduardo. Para uma conceituação interdisciplinar da vulnerabilidade. *Novas metrópoles paulistas. População, vulnerabilidade e segregação*. Campinas: NEPO/UNICAMP, 2006. p. 23-50.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Sinopse do censo demográfico: 2010*. Rio de Janeiro: IBGE, 265p. 2011.

JACOBI, Pedro. Impactos socioambientais urbanos–do risco à busca de sustentabilidade. In: MENDONÇA, Francisco (org.). *Impactos Socioambientais Urbanos*. Curitiba: Editora da UFPR, 2004. p. 169-184.

KAZTMAN, Rubén (coord.). *Estrutura de ativos e oportunidades: estudos de vulnerabilidade social no Uruguai*. Escritório de Montevideo: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento PNUD; CEPAL, 1999. (LC / MVD / R.180). Disponível em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/28651/LCmvdR180_es.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 20 fev. 2021.

KAZTMAN, Rubén. *Notas sobre la medición de la vulnerabilidad social*. México: BIDBIRF-CEPAL, 2000.

KAZTMAN, Rubén; FILGUEIRA, Carlos. *Marco conceitual sobre activos, vulnerabilidade y estructura de oportunidades*. CEPAL. Oficina de Montevideo, 1999.

KOWARICK, Lúcio. Sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil. Estados Unidos, França e Brasil. RBCS: Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 18, n. 51, p. 61-85, 2003.

KOWARICK, Lúcio. Viver em risco: sobre a vulnerabilidade no Brasil urbano. Novos Estudos Cebrap, n. 63, p. 9-30, 2002.

LAMPIS, Andrea et al. A produção de riscos e desastres na América Latina em um contexto de emergência climática. O Social em Questão, v. 23, n. 48, p. 75-96, 2020.

LEFEBVRE, Henri. A produção do espaço. 4. ed. Paris: Éditions Anthropos, 2006.

MARANDOLA JUNIOR, Eduardo; HOGAN, Daniel J. As dimensões da Vulnerabilidade. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 33-43, 2006.

MARICATO, Ermínia. Urbanismo na periferia do mundo globalizado. Metrôpoles brasileiras. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 14, n. 4, p. 21-33, 2000.

MEDRANO, Ricardo Hernan; CASTRO, Luiz Guilherme Rivera de. Cartografias e construção de sentidos na Urbanização Dispersa. In: ENANPARQ, 3., 2014, São Paulo. Anais [...]. São Paulo: Anparq, 2014. p. 1-8.

MENDES, José Manuel. Ulrich Beck: a imanência do social e a sociedade do risco. Análise Social, Lisboa, n. 214, p. 211-215, mar. 2015.

MENDONÇA, Francisco. SAU–Sistema Ambiental Urbano: uma abordagem dos problemas socioambientais da cidade. In: MENDONÇA, Francisco (org.). Impactos Socioambien-

tais Urbanos. Curitiba: Editora da UFPR, p. 185-207, 2004.

MONGIN, Olivier. A condição urbana: a cidade na era da globalização. 2 ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

MONTE-MÓR, Roberto Luis de Melo. que é o urbano, no mundo contemporâneo. Belo Horizonte: UFMG / Cedeplar, 2006.

MONTEIRO, Simone Rocha da Rocha Pires. O marco conceitual da vulnerabilidade social. Sociedade em Debate, Pelotas, v.17, n. 2, p. 29-40, jul.-dez. 2011.

NOBRE, Carlos Afonso. Mudanças climáticas globais: possíveis impactos nos ecossistemas do país. Parcerias estratégicas, v. 6, n. 12, p. 239-258, 2001.

OCHA. Natural Disasters in Latin America and the Caribbean 2000-2019. Balboa, Ancon (Panama): OCHA, 2020.

ONU. A ONU e o meio ambiente, 2020. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91223-onu-e-o-meio-ambiente>. Acesso em: 10 dez. 2020.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. A cidade da informalidade: o desafio das cidades latinoamericanas. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v. 5, n. 1, p. 85-88, 2003.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Presentificação, impulsos globais e espaço urbano: o novo economicismo. In: POGLIESE, H.; EGLER, T.T.C. (comp.). Otro desarrollo urbano: ciudad incluyente, justicia social y gestión democrática. Buenos Aires: Clacso, 2009.

ROLNIK, Raquel. O que é cidade. São Paulo: Editora Brasiliense, 1995.

SACHS, Ignacy. Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir. São Paulo: Vértice, 1986.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 78, p. 71-94, 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Toward a new common sense: law, science and politics in the paradigmatic transition*. Nova Iorque: Routledge, 1995.

SANTOS, Boaventura de Sousa; ARAÚJO, Sara; BAUMGARTEN, Máira. As Epistemologias do Sul num mundo fora do mapa. *Sociologias*, v. 18, n. 43, p. 14-23, 2016.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (org.). *Epistemologias do sul*. São Paulo: Cortez, 2013.

SANTOS, Milton. *O espaço do cidadão*. 5 ed. São Paulo: Studio Nobel, 2000.

SANTOS, Milton. *Por uma economia política da cidade*. São Paulo: Hucitec, 1994.

SINGER, Paul. *O capitalismo: sua evolução, sua lógica e sua dinâmica*. São Paulo: Moderna, 1987.

STEINBERGER, Marília (org.). *Território, estado e políticas públicas espaciais*. Brasília: Libri Editorial, 2013.

VAINER, Carlos B. *Pátria, empresa e mercadoria. Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano*. In: ARANTES, Otília; MARICATO, Ermínia; VAINER, Carlos. *A cidade do pensamento único: desmanchando consen-*

sos. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 75-103.

VARNES, David J. *Landslide hazard zonation: review of principles and practice*. Paris: UNESCO Press, 1984.



Fonte: PPGPLUR/
CEHVAP-Univap

Macrometrópole Paulista: Os Cenários das Tentativas de Retomada da Hegemonia Inacabada em São Paulo ¹²

1. Introdução

No contexto das políticas brasileira e internacional, os espaços metropolitanos são de fundamental importância para a leitura e o entendimento do processo de urbanização das cidades.

Diversos pesquisadores da área de Planejamento Urbano e Regional debatem o limitado alcance social das políticas de desenvolvimento regional, pois o processo de urbanização brasileiro reflete na sociedade a desigualdade socioeconômica e o perfil excludente na distribuição das riquezas do país, prevalecendo os interesses privados de uma elite que se apropria do bem público em favor de uma minoria.

O artigo considera uma parte do conteúdo proposto na tese que o embasa para a análise da política metropolitana de São Paulo, realizando-se um recorte do panorama histórico. A tese tem por objetivo contribuir para as discussões em torno da política de desenvolvimento regional do Brasil, de modo que se possa verificar a tentativa de retomada da hegemonia inacabada pelo Estado de São Paulo, segundo o autor principal – Oliveira (1993) no campo do planejamento regional. Nesse recorte apre-

sentam-se os três cenários no contexto regional: a partir 1) de 1950 até 2002; 2) de 2003 a 2014 – reflexos das políticas sociais destinadas ao Nordeste; 3) e uma análise do cenário atual, demonstrando a realidade das dinâmicas regionais por meio do mapa da taxa de urbanização das regiões que compõem a macrometrópole paulista.

Relaciona-se a ideia de hegemonia inacabada ou imperfeita de sua solução, segundo Oliveira (1993), o que significa que a política metropolitana de São Paulo foi realizada de modo incompleta, pois essa deveria ser preciso resolver a unidade nacional, e não obter como privilégio a capital de São Paulo, que busca sempre se beneficiar com os planos propostos.

A constituição de um plano macrometropolitano seria a tentativa de retomada da hegemonia em São Paulo, com base sustentada em projetos majoritariamente econômicos que buscam no Plano de Ação da Macrometrópole e na gestão metropolitana “integrada” afirmar o sistema capitalista por meio do conteúdo homogeneizador do plano proposto.

Partiu-se da premissa da perspectiva da supremacia do Estado de São Paulo, verificada no documento da Emplasa e pelo governo do Estado de São Paulo (2018)², que destaca como estratégia “a garantia da posição de liderança econômica de São Paulo no âmbito nacional”.

Seria possível perceber, nos novos documentos ordenadores dos processos de regionalização, um ideário de ampliação da melhoria da perspectiva social histórica e hegemônica que a vincula ao viés economicista?

Se esse plano for efetivado, questiona-se se este não beneficia somente uma determinada região e se garante equidade a todos os municípios que compõem seu território.

Os resultados da pesquisa foram fundamentados nos obstáculos e nos entraves de controle da política e do planejamento regional brasileiro com base nas políticas de desenvolvimento regional, a fim de discutir a gestão desse plano macrometropo-

litano – o Plano da Macrometrópole paulista para afirmação da hipótese da tentativa de garantir a manutenção da hegemonia inacabada do Estado de São Paulo e o processo de homogeneização do capital.



2. Regionalização do Estado de São Paulo

No início da década de 1970, foram criadas as primeiras regiões metropolitanas no Brasil, em pleno regime militar, com características do governo ditatorial, autoritário e centralizador. Segundo a Lei Complementar n. 14/1973, as primeiras regiões metropolitanas brasileiras institucionalizadas foram: São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Curitiba, Salvador, Recife, Fortaleza, Belém e, por fim, o Rio de Janeiro, institucionalizado em 1974.

Côrte (2010) divide a trajetória das políticas metropolitanas e a institucionalização das regiões metropolitanas brasileiras em três períodos:

primeiro período: institucionalização (1960-1970 até 1988); segundo período: desativação do modelo do regime militar e início de novas experiências (1989 até 2000); terceiro período: busca de novas adequações institucionais (de 2001 até os dias de hoje).

É importante destacar que após a Constituição de 1988 a descentralização e a autonomia dos estados para definir as regiões metropolitanas acarretaram mudanças nos processos produtivos municipais, com a ampliação da destinação de verbas para estados e municípios, o que trouxe consequências sobre as políticas regionais, causando o “desmonte das instituições metropolitanas, que perderam espaço e importância, dando lugar a organizações simplesmente burocráticas, desprovidas de papel no planejamento e na gestão do território metropolitano” (Blanco Jr., 2017, p. 5).

¹ Fonte: <http://www.olhonofuturo.org.br/download/Rovena.pdf>. Acesso em: maio 2018.

No ano de 2004, o deputado Walter Feldman instituiu o projeto de lei Estatuto da Metrópole, aprovado somente no ano de 2015 e que sofreu alteração em 19 de junho de 2018 (Brasil, 2015)³. Esse documento busca estabelecer as diretrizes gerais para o planejamento das unidades regionais urbanas.

Atualmente, segundo dados do IBGE (2010), o Brasil tem no total 69 regiões metropolitanas, quatro regiões integradas de desenvolvimento, cinco aglomerações urbanas, totalizando 78 unidades regionais.

O território do estudo é formado pela região da Macrometrópole Paulista, composta por cinco regiões metropolitanas (Figura 1): São Paulo, Campinas, Baixada Santista e a Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte e a Região Metropolitana de Sorocaba, além das aglomerações urbanas de Jundiaí e Piracicaba e da Unidade Regional Bragantina. “Sua estruturação deu-se basicamente entre os anos 1940 e 1990 e foi fortemente condicionada pela configuração dos eixos de expansão econômica do Estado de São Paulo.” (Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano, 2013, p. 24).

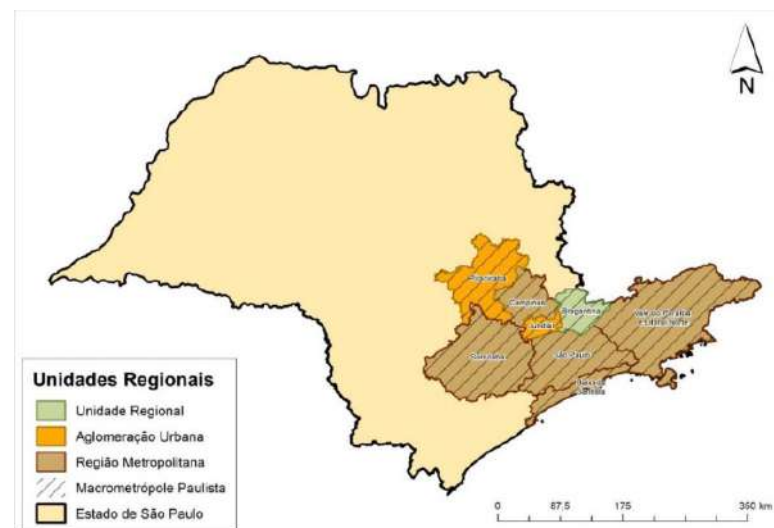
Segundo pesquisas do jornal “O Estado de S. Paulo” (1991), o surgimento desse complexo tem origem a partir de estudos de geógrafos e urbanistas que denominaram macrometrópole o complexo urbano formado pela ligação de São Paulo com os eixos do Vale do Paraíba, Sorocaba, Baixada Santista e Campinas.

No ano de 2014, a Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano publicou o Plano da Macrometrópole⁴ paulista 2013-2040, constituído por um território “concebido não apenas como um ente físico-espacial, geográfico ou econômico, mas, também, como uma construção geopolítica, na medida em que compõe um território cuja configuração foi baseada em critérios e conceitos técnicos incorporados pelo governo do Estado” (Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano, 2014, v.2, p. 22).

³ Refere-se ao Projeto de Lei número 3460/2004. Fonte: Disponível em <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=251503>. Acesso: 7 out 2023.

⁴ A Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano S.A (Emplasa) foi um órgão vinculado à Secretaria Estadual da Casa Civil – criado em 1974 e formalmente constituído em 1975 – para cuidar do planejamento da grande São Paulo. O foco de suas ações atualmente é o território da macrometrópole paulista (MMP).

Figura 1 – Mapa do Plano da Macrometrópole paulista



Fonte: Elaboração da autora, execução de Andrade (2016); IBGE (2010); Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano (2017).

Desde as primeiras décadas do século XX, com os reflexos da industrialização, as regiões brasileiras passaram a interagir mais com o Sudeste (e marcadamente São Paulo), que se tornou o centro das economias regionais — concentrando a dominação política e econômica do país. Cano (1977), desde o ano de 1960, já demonstrava dados que indicavam que o Estado de São Paulo dominava a indústria brasileira, atingindo perto de 60% na concentração das indústrias mais dinâmicas.

Desde as primeiras décadas do século XX, com os reflexos da industrialização, as regiões brasileiras passaram a interagir mais com o Sudeste (e marcadamente São Paulo), que se tornou o centro das economias regionais — concentrando a dominação política e econômica do país. Cano (1977), desde o ano de 1960, já demonstrava dados que indicavam que o Estado de São Paulo dominava a indús-

tria brasileira, atingindo perto de 60% na concentração das indústrias mais dinâmicas.

A partir dos anos 1970 e do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), surgem as políticas de desconcentração industrial. O II PND realizou um dos mais importantes movimentos de desconcentração do processo de industrialização nacional, principalmente por meio da implantação de polos petroquímicos regionalizados (Nordeste e Extremo Sul) (Rückert, 2007).

Araújo (2012) destaca que a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste³ (Sudene), nos anos de 1960 a 1990, indicava que o PIB do Nordeste havia sextuplicado, reduzindo as políticas focadas na Região Sudeste.

Entre os anos de 2003 e 2014, o cenário apresentava outras orientações governamentais dos investimentos para o Nordeste, que indicavam o direcionamento das políticas sociais às regiões menos desenvolvidas, favorecendo o Nordeste, sendo evidentes os impactos positivos das medidas de estímulos ao consumo associado à expansão de crédito e as políticas públicas de transferência direta de renda. Devido aos reflexos econômicos na Região Sudeste, ao final desse período foram formuladas as propostas do Plano da Macrometrópole paulista.

Nesse período pode-se destacar o Estudo da Dimensão Territorial para o Planejamento (Brasil, 2008). Trata-se de um documento que previa uma nova regionalização e projeto nacional de desenvolvimento, e, ainda que não tenha se tornado plano, reorientou os investimentos para o Nordeste. Pode-se observar também, no trabalho de Araújo (2013), que as projeções dão conta de que a perspectiva de crescimento do Sudeste em relação ao Nordeste seria em taxas percentuais menores, promovendo a tentativa de diminuição de disparidades regionais; e assim o PAM surge no contexto de disputa política em se afirmar a tese de região ganhadora.

³ Foi criada a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE pela Lei no 3.692, de 15 de dezembro de 1959, uma forma de intervenção do Estado no Nordeste, com o objetivo de promover e coordenar o desenvolvimento da região (Araújo, 1981).



3. As Disparidades Regionais e o Campo da Disputa do Poder Econômico e Político do Estado de São Paulo

Com a finalidade de analisar o contexto regional que antecede as tentativas de retomada da hegemonia em São Paulo, inicia-se com a descrição histórica, partindo dos cenários de 1950 a 2002 — o contexto do Nordeste na economia nacional; o movimento de inflexão das políticas sociais destinadas ao Nordeste verificado a partir dos dados de 2003 a 2014; e a disputa do poder econômico e político do Estado de São Paulo, que pode ser observada no mapa da realidade das dinâmicas regionais, que demonstram a diversidade dos municípios por meio dos dados referentes a 2010 relativos às taxas de urbanização.

A escolha de investigar a escala regional deveu-se à proposta de discutir a realização de um projeto nacional que repensasse os desequilíbrios regionais, contrário ao pensamento localista e de competitividade urbana observado nos últimos anos, oriundo de uma política que não colocava em primeiro plano as questões sociais.

[...] Na realidade, a própria escala local-regional-metropolitana representa uma construção política, intensamente contestada por diversos agentes, atores e interesses. Neste sentido, projetos de competitividade urbana, executados por prefeitos neolocalistas em busca de atração de atividades econômicas adicionais, e desconectados de uma estratégia mais global de desenvolvimento para o país, podem desencadear uma disputa predatória entre lugares, agravando uma tendência à fragmentação do território nacional (Klink, 2010, p. 9).

Essa disputa predatória entre lugares ocorre na cidade, onde se produzem riquezas e se reproduzem relações econômicas, liga-

das às relações de poder. Para Vainer (2002, p. 28), a cidade, em primeiro lugar, constitui escala e arena passíveis de construção de estratégias transescalares e de sujeitos políticos aptos a operar de forma articulada com coalizões e alianças em múltiplas escalas.

Atualmente, nas regiões metropolitanas, as desigualdades sociais estão espacializadas, denunciando problemas arcaicos e renovados, como a iniquidade de acesso aos bens e aos serviços e as contrastantes desigualdades sociais, que se mantêm e se acentuam, sustentando a atual constatação de Santos (1998, p. 111) de que “o acesso aos bens e serviços essenciais, públicos e até mesmo privados é tão diferencial e contrastante, que uma grande maioria dos brasileiros, no campo e na cidade, acaba por ser privada desses bens e serviços”.

Segundo Santos (1998), a problemática nacional foi marcada por processos como a desruralização, as migrações brutais desenraizadoras, a urbanização galopante e concentradora, a expansão do consumo de massa, o crescimento econômico delirante e a degradação das escolas. Esses processos resultam no aumento da desigualdade social entre as populações das diversas regiões brasileiras.

Acrescente-se a esse cenário desigual, por si só intrincado, a trajetória histórica de relações interfederativas marcadas pela competitividade intermunicipal, reforçada pelo caráter municipalista da Constituição de 1988 (Souza, 2003). Parece-nos evidente que a construção de um ambiente relacional em que a solidariedade e a cooperação regional prevaleçam sobre os interesses municipais (sejam eles políticos, econômicos ou sociais) com vistas à construção de um projeto coletivo comum é um processo complexo e desafiador.



4. Cenário Anterior: 1950 a 2022

Para análise desse cenário, foram considerados e analisados dois autores principais — Clélio Campolina Diniz e Tânia Ba-

celar de Araújo — sobre os quais se realizou uma importante pesquisa bibliográfica documental baseada na discussão do desenvolvimento econômico brasileiro.

Conforme Ruviaro (2016), durante o século XIX ocorreu uma série de mudanças no Brasil, as quais deram vazão à constituição do Estado brasileiro —consolidação de uma economia capitalista — e ao desenvolvimento da indústria e do comércio interno, desencadeando alterações políticas, sociais, econômicas e culturais em todo o país, sendo uma das consequências mais importantes o progressivo apagamento da Região Nordeste, anteriormente reconhecida como polo de concentração da riqueza e do poder político e econômico do Brasil. Em vista disso, os surtos de industrialização foram mais fortes na Região Sudeste, em detrimento de outras regiões, ocasionando a superação completa da centralidade, que antes era ocupada pela Região Nordeste, no desenvolvimento econômico brasileiro.

O Nordeste, segundo análises de Araújo (2012), é constituído por áreas que possuem atividades modernas e por outras de resistência a mudanças, sendo esta sua marca principal no ambiente socioeconômico, no qual a modernização é restrita e seletiva. Esse contexto ajuda a perpetuar um padrão predominantemente tradicional, além das velhas estruturas e do domínio político das oligarquias tradicionais da região.

O economista Celso Furtado elaborou, em 1950, um diagnóstico das razões do subdesenvolvimento nordestino. Em 1959 criou as bases para sua superação e as apresentou no relatório do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN). As diretrizes do Plano de Desenvolvimento para o Nordeste, contidas no relatório do GTDN, podem ser sintetizadas em quatro grandes linhas ou programas: industrialização; transformação da agricultura da faixa úmida; transformação da economia do semiárido; e deslocamento da fronteira agrícola para o Maranhão (Diniz, 2009, p. 239).

De acordo com Diniz (2009), nesse relatório pode-se compreender a visão de Furtado a respeito do subdesenvolvimento.

O economista contesta a visão de que o subdesenvolvimento seria uma etapa do processo de desenvolvimento econômico, afirmando ser este o resultado de uma formação histórico-estrutural particular e que só pode ser superado por transformações estruturais (Diniz, 2009, p. 237).

Essa questão estrutural do subdesenvolvimento mantém-se por séculos no Brasil, estabelecendo os desequilíbrios regionais, ou seja, tem-se uma estrutura agrária dual e arcaica, com relações mercantis para fora, ao lado de relações de trabalho pré-capitalistas ou não mercantis, especialmente das atividades voltadas para a subsistência (Diniz, 2009, p. 237).

Diniz (2009) demonstra alguns dados que corroboram a tendência pessimista observada por Furtado de aumento das distâncias entre o Nordeste, detentor de características predominantemente de economia primária, e o Centro-Sul, com altos índices de crescimento e produção industrial.

Aliás, essa afirmativa estava corroborada nos dados por ele utilizados mostrando que a renda per capita do Nordeste havia caído de 48% para 37% da média nacional, entre 1948 e 1956, e que o peso da região no total da renda nacional havia caído de 15% para 13% no mesmo período (Diniz, 2009, p. 239).

Cano (1977) indica que a origem dos desequilíbrios regionais e do atraso de algumas regiões remonta a 1939, mais especificamente após a realização dos investimentos do Programa de Metas (1956/1961), que beneficiam principalmente São Paulo, pela introdução no Estado de compartimentos mais modernos da indústria.

Araújo (1999, p.12) informa que em 1970 o Sudeste respondia por 81% da atividade industrial do país, e São Paulo, sozinho, gerava 58% da indústria existente. Em resposta às políticas de desconcentração e interiorização, em 1990 o Sudeste baixou para 69% seu peso na indústria do Brasil, e São Paulo recuou sua importância relativa para 49%, enquanto o Nordeste passava de

5,7% para 8,4% seu peso na produção industrial brasileira entre 1970 e 1990 (Araújo, 1999, p.13).

De acordo com os estudos da dinâmica regional de Araújo (1999), o país chegou à década de 1970 com uma diversificada base industrial, com forte tendência a interromper a concentração de investimentos na Região Sudeste. Dessa maneira, outros estados ganharam importância econômica relativa. Observando-se a mudança desse processo, nos anos 1970, no Nordeste localizavam-se a Petrobras, o Polo Petroquímico de Camaçari, a Companhia Vale do Rio Doce. Nesse período o Nordeste aparece como importante receptor de recursos, passando de 13% do total nacional em 1970 para 17% em 1985 (Araújo, 2012, p.173).

Para Schiffer (2015), essa tendência à desconcentração era uma estratégia voltada para a manutenção da hegemonia da capital paulista, ou seja, a concentração da riqueza no Sudeste ainda é mantida, apesar do aumento na participação econômica brasileira apresentada nos dados relativos ao Nordeste. No entanto, no global, Araújo (2012) atesta que, nas décadas de 1960, 1970 e 1980, o Nordeste foi a região que apresentou a mais elevada taxa média de crescimento do PIB no país.

Apesar da elevação percebida nos dados expostos, deve-se observar que no final dos anos 1990 o país passou por uma recessão financeira gerada pelas crises econômicas e políticas, acarretando altas taxas de desemprego. Devido à abertura financeira e comercial, a economia passou a ser comandada por “ilhas dinâmicas” (Araújo, 1999, p. 15), ampliando a heterogeneidade intrarregional.

A partir daí, no setor econômico ocorre a “interrupção do movimento de desconcentração do desenvolvimento na direção das regiões menos desenvolvidas, enquanto há um reforço ao dinamismo dos espaços econômicos mais competitivos” (Araújo, 1999, p. 16), favorecendo a liderança de São Paulo.

A inversão do cenário nas regiões menos desenvolvidas e consequente dominação econômica paulista, segundo Schiffer

(2015), sempre favoreceram o Sudeste, determinando a predominância absoluta dos investimentos na implementação de infraestruturas regionais, na pavimentação de estradas e no aumento da capacidade energética, avanços que não foram distribuídos uniformemente no território nacional.

Portanto, essas ações políticas privilegiaram a Região Sudeste, favorecendo sua posição de domínio econômico interno, além do fortalecimento das desigualdades inter-regionais. No entanto, os dados apresentados nos anos seguintes, coincidentes com os programas dos governos Lula e Dilma (2003-2013), indicam uma retomada dos investimentos nas políticas sociais destinadas ao Nordeste, impactando positivamente o combate às desigualdades regionais. Entretanto, esses investimentos foram interrompidos. Tais movimentos e tendências das políticas federais de inflexão para o Nordeste e reação do Sudeste foram definidos por Araújo (2013) como movimentos de expansão e retração.



5. Movimentos de Inflexão para o Nordeste: 2003-2014

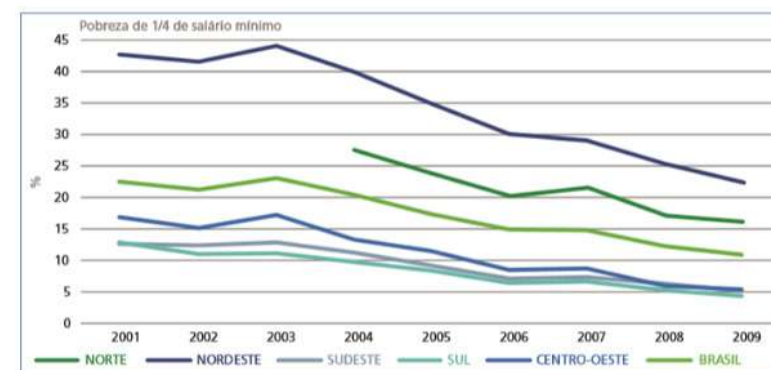
A inflexão para o Nordeste é explicada por Pochmann (2013) pela inversão da trajetória socioeconômica regional, convergente com os governos Lula e Dilma.

[...] o Brasil tem conseguido, pela primeira vez, combinar maior ampliação da renda por habitante com redução no grau de desigualdade na distribuição pessoal da renda do trabalho. Recuperou-se também a participação do rendimento do trabalho na renda nacional e houve um quadro geral de melhora da situação do exercício do trabalho, com a diminuição do desemprego e o crescimento do emprego formal (Pochmann, 2013. p. 156).

Com base na análise dos dados apresentados por Araújo

(2012; 2014; 2017), serão demonstradas as dinâmicas regionais de expansão no período em destaque, e consequentemente a retração dessas políticas de desenvolvimento regional direcionadas ao Nordeste. A diminuição dos índices de pobreza em todas as regiões do país pode ser observada nos dados apresentados na Figura 2.

Figura 2- Brasil: evolução da pobreza extrema por regiões 2001-2009



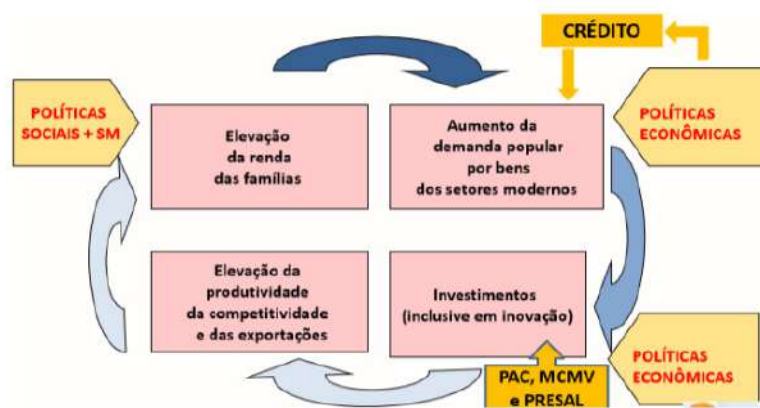
Fonte: Araújo (2014, p. 555)

A economia nacional na primeira década do século XXI estava situada em um contexto melhor que o da década anterior. Apesar da dívida pública e dos juros altos, a renda média das famílias mais pobres aumentou e a Região Nordeste se beneficiou.

É interessante observar o esquema cíclico apresentado por Araújo (2017) na Figura 3, demonstrando o modelo de crescimento do século XXI, que combina as políticas sociais com as políticas econômicas, o que resulta na elevação da renda das famílias, no aumento da demanda popular por setores modernos, no aumento dos investimentos (inclusive em inovação) e na elevação da produtividade,

Esse processo foi decorrente dos impactos positivos das polí-

Figura 3- Modelo de crescimento do século XXI



Fonte: Araújo (2017).

Políticas sociais realizadas durante os anos de 2003 a 2014. O crescimento da renda das famílias proporcionado pelo aumento do emprego beneficiou fortemente o Nordeste, como se pode verificar na Tabela 1, com a taxa de crescimento anual maior que a das outras regiões.

Tabela 1 - Brasil e regiões: evolução do rendimento médio das famílias

Área geográfica	2000 (R\$)	2010 (R\$)	Taxa (%) de crescimento médio anual 2010-2000
Nordeste	790,46	1369,51	5,6
Centro-Oeste	1537,74	2526,78	5,1
Sul	1452,45	2386,26	5,1
Norte	1006,96	1653,55	5,1
Brasil	1372,51	2127,33	4,5
Sudeste	1697,23	2490,95	3,9

Fonte: Araújo (2014, p. 547).

O Estado apresentou-se como peça fundamental na consolidação dos gastos sociais prioritários voltados à população mais carente. O gasto social agregado aproximou-se de 23% do PIB, quase 10 pontos percentuais a mais do que o verificado em 1985 (13,3%). Ou seja, de cada R\$ 4,00 gastos no país, R\$ 1,00 vincula-se diretamente à economia social (Pochmann, 2013, p. 151).

Os segmentos de menor rendimento foram os mais beneficiados pela constituição do Estado de Bem-Estar Social, uma vez que, em 2008, a base da pirâmide social (os 10% mais pobres) tinha 25% de seu rendimento dependente das transferências monetárias; em 1978, era somente de 7%, ou seja, houve um aumento de 3,6 vezes no topo da mesma pirâmide social (os 10% mais ricos), as transferências monetárias respondiam, em 2008, por 18% do rendimento per capita dos domicílios ante 8% em 1978. Ou seja, houve um aumento de 2,2 vezes (Pochmann, 2013. p. 151).

Araújo (2012) apresentou a evolução dos estoques de empregos formais, demonstrando o aumento do padrão de crescimento na participação e na importância econômica das Regiões Norte (8,05%), Nordeste (6,45%) e Centro-Oeste (5,74%) em comparação aos dados do Sudeste (5,06%) e do Sul (5,10%), como se pode verificar na Tabela 2.

Tabela 2 - Evolução do estoque de empregos formais: Brasil e grandes regiões

Brasil e grandes regiões	Dezembro 2002	Dezembro 2010	Taxa anual de crescimento 2010/2002 (em %)	Número de empregos criados no período	Peso dos novos empregos no estoque inicial (em %)
Norte	1.296.597	2.408.182	8,05	1.111.585	85,7
Nordeste	4.859.397	8.010.839	6,45	3.151.442	64,9
Sudeste	15.128.474	22.460.999	5,06	7.332.525	48,5
Sul	5.075.659	7.557.531	5,10	2.481.872	48,9
Centro-Oeste	2.323.786	3.630.804	5,74	1.307.018	56,2
Brasil	28.683.913	44.068.355	5,51	15.384.442	53,6

Fonte: Araújo (2012, p. 50).

Araújo (2014) destaca as seguintes políticas sociais que impactaram o Nordeste:

- Programa Bolsa Família – 45% dos ocupados recebem até um salário-mínimo em comparação ao Sudeste, que recebe 17,6%;
- Programa Minha Casa Minha Vida;
- descoberta do petróleo e construção de estaleiros e refinarias;
- aumento do crédito nos bancos públicos – Banco do Nordeste do Brasil e BNDES;
- crescimento das cidades médias no Nordeste;
- aumento do consumo, com crescimento do comércio e dos serviços;
- interiorização do ensino superior;
- Programa Universidade para Todos (ProUni).

Pode-se afirmar que as mudanças e as tendências verificadas a partir dos desafios enfrentados nos governos com o propósito de reduzir a desigualdade regional no país geraram “índices atenuados”, ainda segundo Araújo (2014), pois o Nordeste respondia por 12,4% da economia do país em 2000. Com as mudanças observadas, em 2010, respondia por 13,4%, ou seja, em dez anos ganhou apenas 1 ponto percentual. Em contrapartida, elevou-se o nível de renda das famílias mais pobres das áreas mais carentes, provando-se que não se atinge o desenvolvimento somente com o crescimento econômico, este precisa estar coordenado com as políticas sociais.

A partir desse momento, em meio às políticas sociais implementadas no Brasil, o Sudeste, mais especificamente São Paulo, não era o alvo principal da agenda prioritária dos recursos e dos investimentos do governo federal.

De acordo com o Estudo da Dimensão territorial para o planejamento (Brasil, 2008), o principal objetivo dessa agenda seria a construção de um país policêntrico, concentrando a carteira de investimentos nos estados mais pobres do território brasileiro⁶.

Os estudos e formulações das políticas públicas para implementação de investimentos na rede urbana paulista iniciaram-

-se em 2009/2010 com ações do governo do estado por meio do Plano da Macrometrópole paulista.



5. Cenário atual

Por meio da análise dos dados dos municípios do território da macrometrópole paulista, e da Figura 4, referente ao mapa que demonstra a taxa de urbanização dos municípios, bem como a comparação dos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH), procura-se demonstrar a realidade dos municípios e discutir a adequação dos pequenos municípios ao território da macrometrópole paulista, pois a maioria deles não se adequa ao ambiente metropolitano, demonstrando o processo homogeneizador do capital na tentativa de retomada da proeminência de São Paulo.

Utilizando-se os conceitos e os indicadores para a definição de regiões metropolitanas, segundo o documento Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano (2011), considera-se uma região metropolitana aquela que possui elevada densidade demográfica, liderança do polo, significativa conurbação e funções urbanas com alto grau de diversidade, especialização e integração. No Quadro 1 estão identificados os critérios propostos para a organização regional do Estado de São Paulo:

Quadro 1 – Critérios principais e complementares para definição das regiões metropolitanas

Critérios principais	
Densidade demográfica	Região com mais de 700 hab./km ² e mais de 1.300 hab./km ² na sede
Posição do polo na hierarquia do Regio	Sede com posição no Regio igual ou superior ao nível 5
Continuidade da mancha urbana	Existente ou não
Presença de equipamentos de porte regional	Existente ou não
Tipologia do PIB municipal	Sede com tipologia do PIB multissetorial
Valor total do PIB	Sede com valor do PIB superior a 18,5 milhões
Critérios complementares	
Tamanho da população urbana	Região com mais de 1,5 milhão de habitantes
Taxa de crescimento da população urbana	Região com taxa de crescimento populacional igual ou acima da média estadual
Fluxos pendulares recebidos	Acima de 100 mil pessoas e mais de 70 mil pessoas na sede
Fluxos de cargas recebidos	Região com proporção de fluxos recebidos superior a 50%

Fonte: Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano (2011, p. 147).

⁶ Sobre esse assunto, é possível encontrar mais detalhes na tese completa.

Pode-se ressaltar a ausência de critérios claros para o estabelecimento das regiões metropolitanas.

A partir de 1995, os estados passaram a instituir novas RMs ou a inserir novos municípios nas regiões existentes. Sem nenhum critério muito claro, e muitas vezes movidos apenas pela esperança de políticos locais de algum benefício, cada estado criou/expandiu RMs de forma tão particular que hoje temos um conjunto extremamente diversificado de aglomerados, composto por grupos de municípios com fortes diferenças entre si, seja em aspectos econômicos, seja em aspectos sociais (Garson, 2009, p. 436).

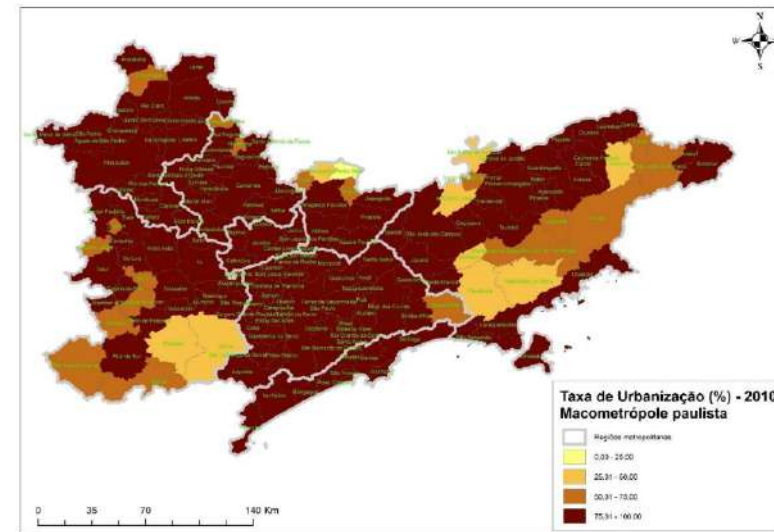
No caso dos municípios pequenos, Firkowski (2012) questiona por que as regiões metropolitanas no Brasil são regiões, mas não são metropolitanas e enfatiza a importância do planejamento regional, reduzido ao ambiente político nessas discussões.

Aí reside uma das principais diferenças entre a institucionalidade e a espacialidade metropolitana. Enquanto a primeira se reveste, por vezes, de caráter político, da frágil compreensão do fenômeno metropolitano e da ausência de uma política regional consistente que faz da região metropolitana a única instância regional prevista na legislação, a segunda se caracteriza por sua dimensão de processo socioespacial, ou seja, um processo que está para além da vontade dos atores políticos e de seus interesses, mas que surge de uma dinâmica construída historicamente e por meio da inter-relação de distintos atores sociais, inclusive, mas não exclusivamente, os de natureza política (Firkowski, 2012, p. 35).

Na Figura 4 Macrometrópole paulista – taxa de urbanização (%) – 2010 pode-se observar, de um lado, as altas taxas de urbanização da maioria dos municípios, ou seja, um grande número de população urbana acima de 75%; por outro lado, os municípios de Pedra Bela, Paraibuna, Ibiúna, Natividade da Serra, Monteiro Lobato, Piedade, Jambuí, São Bento do Sapucaí,

Pinhalzinho e Silveiras possuem a taxa de urbanização abaixo de 50%, se comparada à taxa de urbanização brasileira, que corresponde a 84,72% (IBGE, 2015).

Figura 4 – Macrometrópole paulista – taxa de urbanização (%) – 2010



Fonte: Elaboração pela autora (2018) - Seade (2023).

Na Região Metropolitana de São Paulo, encontram-se parcelas significativas da população vivendo em condições precárias. Motta et al. (2014) como exemplo apresentam a análise da rede de coleta seletiva de esgoto: a partir dos dados de 2010, verifica-se que, dos 39 municípios da Região metropolitana de São Paulo, apenas sete contam com mais de 90% dos domicílios conectados à rede geral de esgotos.

Mesmo assim se pode comparar o PIB de São Paulo (o mais alto de toda a região) ao dos municípios dessa região metropolitana, em que não se observa a existência de grandes áreas de pobreza e de favelas, como se pode verificar no documento Nova RMSP, de 2012:

A Sub-Região Leste, registrando um PIB de cerca de 52,6 bilhões de reais, foi responsável por 9,2% do PIB total metropolitano em 2008. Guarulhos, com um PIB de 32 bilhões de reais – 61% da leste –, ocupou a segunda posição no ranking metropolitano. Seu PIB foi superado apenas por São Paulo, com 357,1 bilhões de reais. Este resultado se deve tanto à atividade industrial, ainda significativa, quanto às atividades comerciais e de serviços, que assumiram papel preponderante na economia local na última década (Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano; Secretaria de Desenvolvimento Metropolitano; Governo do Estado de São Paulo, 2012, p. 69).

Com relação às demais regiões metropolitanas que compõem a macrometrópole paulista, o Ipea (2014) produziu um documento que analisou 14 delas a partir do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

São apresentadas três tabelas para se comparar e analisar quatro regiões metropolitanas pertencentes à região da macrometrópole paulista com relação aos IDHMs. O IDH é uma medida composta de indicadores de três dimensões do desenvolvimento humano: longevidade, educação e renda (PNUD; IPEA; FJP, 2014). O IDHM brasileiro segue as mesmas três dimensões do IDH global e procura adequar a metodologia global ao contexto brasileiro e à disponibilidade de indicadores nacionais. “Embora meçam os mesmos fenômenos, os indicadores levados em conta no IDHM são mais adequados para avaliar o desenvolvimento dos municípios brasileiros” (PNUD, 2023).

Na Tabela 3 é possível verificar que a Região Metropolitana de São Paulo apresenta o índice mais alto de IDHM se comparado ao índice do Brasil. Pode-se evidenciar ainda que a RM de São Paulo detém o índice mais alto de IDHM Renda (2010) – 0,794. A RM de Campinas destaca-se com o mais alto índice de IDHM Longevidade (2010) – 0,858; e a região do Vale do Paraíba e Litoral Norte, com o índice mais alto de IDHM Educação (2010) – 0,732.

Tabela 3 – IDHM do ano de 2010 de 4 RMs da região macrometrópole paulista e do Brasil

Lugar	IDHM	IDHM Renda	IDHM Longevidade	IDHM Educação
Brasil	0,727	0,739	0,816	0,637
RM Baixada Santista	0,777	0,775	0,842	0,72
RM Campinas	0,792	0,798	0,858	0,726
RM São Paulo	0,794	0,812	0,853	0,723
RM Vale do Paraíba e Litoral Norte	0,781	0,765	0,851	0,732

Fonte: Organização da autora (ano). (PNUD; IPEA; FJP, 2014).

Na Tabela 4 encontram-se as Unidades de Desenvolvimento Humano (UDHs) da RM de São Paulo. As UDHs, de acordo com o PNUD, o IPEA, a FJP (2014), foram delineadas buscando-se gerar áreas mais homogêneas do ponto de vista das condições socioeconômicas em comparação com os dados do IBGE. Ou seja, elas são construídas com o objetivo de melhor captar a diversidade de situações relacionadas ao desenvolvimento humano que ocorre no interior dos espaços metropolitanos.

Tabela 4 – UDHs com menor IDHM- RM de São Paulo (2010)

UDH	IDHM
Jardim Capela: E. E. Professora Amélia Kerr Nogueira	0,625
A. E. Carvalho	0,632
A. E. Carvalho: Escola Municipal Antônio Duarte Almeida	0,632
Cidade Líder	0,632
Gleba do Pêssego: Vila Nova Cabaré	0,632
Itaquera: Centro de Educação Infantil Irmã Mariana Sala	0,632
Itaquera: Lopes Supermercados	0,632
Jardim Eliane	0,632
Jardim Marabá	0,632
Jardim Santa Teresinha II	0,632
José Bonifácio: Escola de Educação Infantil Edukar Sc Ltda. Me	0,632
José Bonifácio: Escola Municipal de Educação Infantil Ronald de Carvalho	0,632
Santa Marcelina: Rua Casa da Boa Vista/Residencial Veredas do Carmo	0,632
Sem denominação (1355030813035)	0,632
Vila Muna	0,632

Fonte: P NUD; IPEA; FJP (2014, p. 106).

Na Tabela 4 pode-se observar a grande variação dos índices de IDHM na mesma região. Esses dados demonstram a desigualdade metropolitana no interior desta. Destacam-se as Unidades de Desenvolvimento Humano da Berrini/Via Funchal, que possuem o mais alto índice – 0,965 –, e a região do Jardim Capela, que apresenta o índice mais baixo – 0,625.

Discute-se que a transformação desse espaço regional em um ambiente macrometropolitano, com a homogeneização dos espaços, não reconhece a diversidade existente em todo seu território, na ausência de perspectiva de incorporação de todos os municípios, assim como englobar em seu planejamento toda a problemática existente.

Subentende-se que esse processo homogeneizador, conforme Brandão (2012), diz respeito à imposição do mercado pelo capital, à capacidade de incorporar massas humanas à sua dinâmica, à atração de todos os entes à órbita de seu mercado, destacando-se principalmente a construção de um espaço uno de acumulação e destruição de quaisquer barreiras espaciais e temporais que possam gerar atritos e fricções em seu movimento geral.

Assim, compreende-se que a tentativa de articulação dos municípios no planejamento regional enfrenta obstáculos na prática, nas políticas dos interesses particulares, que impedem os avanços na diminuição das desigualdades encontradas nesse vasto território em todos os seus aspectos. A coesão é criada simbolicamente, com a elite local articulando seu discurso “em prol dos interesses legítimos da região”. Os donos do poder local instrumentalizam-se contra os valores universais e reacendem toda sorte de particularismos (Brandão, 2012, p. 54), reforçando o poder hegemônico e a riqueza concentrada em São Paulo.



7. Conclusão

Com base nos cenários apresentados e discutidos na pesquisa, conclui-se que a unidade regional ainda está mal resolvida. O

Plano da Macrometrópole Paulista evidencia a tentativa de retomada da hegemonia com a inversão do cenário estabelecido entre 2003 e 2014, propício às áreas carentes.

Até os anos 1970, a maior parte dos grandes investimentos concentrava-se em São Paulo, que vivenciou o auge da expansão econômica no país. Araújo (2013) informa que, devido às políticas de desconcentração industrial implementadas pelo governo federal a partir dos anos 2000, o governo brasileiro redirecionou os investimentos, fazendo um movimento de desconcentração industrial na direção das regiões menos desenvolvidas. Mesmo assim, os avanços não se distribuíram uniformemente no território nacional, pois as políticas continuavam privilegiando o Sudeste.

A estruturação da macrometrópole paulista teve origem nos anos 1950, com o avanço da industrialização e os reflexos da urbanização no entorno dos municípios de São Paulo e do Rio de Janeiro. Com base nas pesquisas realizadas, constata-se que a tentativa de consolidação desse território foi concebida com perspectivas de concentração de riqueza em uma região, ou seja, no Estado de São Paulo, que busca na reorganização do espaço regional a reconstituição da hegemonia política por meio dos planos estratégicos do PAM.

Tal processo pode ser relacionado à ideia de hegemonia inacabada ou realizada de modo incompleto como consequência do fracasso da hegemonia, explicado pelo isolamento paulista, pela tentativa de dominação apenas pelo mercado e pela falsa construção de um imaginário que coloca São Paulo como o futuro do Brasil, contando com a formação de alianças entre grupos de interesses específicos e utilizando os poderes do Estado para manejar e organizar a concorrência, prejudicando ainda mais a unidade regional.

O debate da hegemonia inacabada, sustentada por Oliveira (1993), aponta que a questão regional nunca teve uma perspectiva de um projeto de nação e organização territorial a fim de diminuir as disparidades regionais, nas

quais a economia e o mercado foram, e parece que sempre serão, os fatores mais relevantes, resultantes de processos de competição e alianças de interesses políticos.

O enfrentamento das dificuldades para o acesso ao debate metropolitano encontra obstáculos em uma “cultura urbana individualista, localista e cosmopolita, o que dificulta a construção da identidade coletiva com o território metropolitano e o engajamento da população nos problemas coletivos” (Ribeiro, 2017, p. 211). Os estudos acadêmicos relativos à discussão da governança metropolitana, buscando o aumento da participação da sociedade, são, portanto, instrumentos importantes de transformação para que seus estados direcionem investimentos para a melhoria de sua totalidade, incluindo todos os municípios, sendo estes periféricos ou não, não privilegiando somente um estado ou determinada região.



8. Referências

ARAÚJO, T. B. A Industrialização do Nordeste: Intenções e resultados. Comunicação apresentada no Seminário Internacional sobre Disparidade Regional. FÓRUM NORDESTE, Recife, 1981.

ARAÚJO, T. B. Assimetrias regionais e intra-regionais. In: ENCONTRO NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO, 2017, João Pessoa. 2017. Anais [...]. João Pessoa: UFPB, 2017.

ARAÚJO, T. B. Brasil nos anos noventa: opções estratégicas e dinâmica regional. R. B. Estudos Urbanos e Regionais, Recife, n. 2, p. 9-24, 1999.

ARAÚJO, T. B. Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro:

heranças e urgências. Rio de Janeiro: Revan, 2012.

ARAÚJO, T. B. Tendências do desenvolvimento regional recente no Brasil. In: BRANDÃO, C. A.; SIQUEIRA, H. (org.). Pacto federativo, integração nacional e desenvolvimento regional. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013. p. 39-51.

ARAÚJO, T. B. Nordeste: Desenvolvimento recente e perspectivas. In: GUIMARAES, Paulo Ferraz (org.). et al. Um olhar para o desenvolvimento : Nordeste. Rio de Janeiro: BNDES, 2014. Disponível em: <https://web.bndes.gov.br/bib/js-pui/handle/1408/2801> Acesso em: 27 jul. 2017.

BLANCO Jr., C. Experiências de gestão e governança metropolitanas pós-Constituição Federal de 1988. In: ENANPUR, 18., 2017, São Paulo. Anais Eletrônico [...]. [S.l.]: Anpur, 2017. Disponível em: <https://anais.anpur.org.br/index.php/anais-enanpur/article/view/1593/1572>. Acesso em: 19 jun. 2018.

BRANDÃO, C. Território & desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2012.

BRASIL. LEI COMPLEMENTAR n.14, de 8 de junho de 1973. Estabelece as regiões metropolitanas de São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Curitiba, Belém e Fortaleza. Diário Oficial da União, Brasília, 11 jun. 1973. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp14.htm. Acesso em: 7 out. 2023.

BRASIL. Lei n. 13.089, de 12 de janeiro de 2015. Institui o Estatuto da Metrópole, altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 13 jan. 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113089.htmr. Acesso em: 16 out. 2015.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 1 jan. 2017.

BRASIL. Ministério do Planejamento. Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos - SPI. Estudo da Dimensão Territorial para o Planejamento: volume I, sumário executivo. Brasília: MP. 2008. v.1. Disponível em: https://brasil2100.com.br/wp-content/uploads/2023/05/Estudo-da-Dimensao-Territorial_vol_1.pdf. Acesso em: 30 ago. 2023.

CANO, W. Raízes da concentração industrial em São Paulo. São Paulo: Difel, 1977.

CÔRTE, P. T. O. Questão metropolitana: os novos Tempos impõem novos desafios e exigem Novas capacidades para os atores e a nova governança. In: CONGRESSO CONSAD DE GESTÃO PÚBLICA, 3., 2010, Brasília. Anais [...]. Brasília: Consad, 2010. Disponível em: <https://www.consad.org.br/eventos/congressos/iii-congresso-consad-de-gestao-publica-brasil-ia-df/>. Acesso em: 2 dez. 2014.

DINIZ, C. C. Celso Furtado e o desenvolvimento regional. Nova economia, v. 19, n. 2, p. 227-249, 2009.

EMPRESA PAULISTA DE PLANEJAMENTO METROPOLITANO . PAM Macrometrópole Paulista Leitura do território. São Paulo: Secretaria de Desenvolvimento Metropolitano, 2013. Disponível em: <http://www.sinaenco.com.br/downloads/Rovena.pdf> . Acesso em: 13 nov. 2014.

EMPRESA PAULISTA DE PLANEJAMENTO METROPOLITANO . Plano de Ação da Macrometrópole Paulista 2013

– 2040: uma visão da Macrometrópole, volume 2. São Paulo: Secretaria da Casa Civil, 2014.

EMPRESA PAULISTA DE PLANEJAMENTO METROPOLITANO . SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO METROPOLITANO; GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Nova RMSP. Reorganização da Região Metropolitana de São Paulo consolida novo sistema de gestão. [São Paulo: Emplasa], 2012.

EMPRESA PAULISTA DE PLANEJAMENTO METROPOLITANO . Rede urbana e regionalização do Estado de São Paulo. São Paulo. 2011.

EMPRESA PAULISTA DE PLANEJAMENTO METROPOLITANO . Região Metropolitana de São Paulo. São Paulo Emplasa, 2017. Disponível em: <https://www.emplasa.sp.gov.br/RMSP>. Acesso em: 9 maio 2018.

FIRKOWSKI, O. L. C. F. Porque as regiões metropolitanas no Brasil são regiões mas não são metropolitanas. Revista Paranaense de Desenvolvimento-RPD, n.122, p.19-38, 2012. GARSON, S. Regiões metropolitanas: diversidade e dificuldade fiscal da cooperação Cadernos Metrôpole, v. 11, n. 22, p. 435-451, 2009.

IPEA. Fatos recentes do desenvolvimento regional no Brasil. Brasília, DF: IPEA, 2014. (Texto para Discussão, 2054). Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/3635>. Acesso em: 22 maio 2017.

IBGE. Regiões Metropolitanas, Aglomerações Urbanas e Regiões Integradas de Desenvolvimento. [Rio de Janeiro: IBGE], 2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/>

resultados.html. Acesso em: 22 maio 2017.

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9127-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios.html>. Acesso em: 22 maio 2017.

KLINK, J. Por que as regiões metropolitanas continuam tão ingovernáveis? Problematizando a reestruturação e o reescalonamento do estado social-desenvolvimentista em espaços metropolitanos. In: FURTADO, B. A. KRAUSE, C. FRANÇA, K. C. B. Território metropolitano, políticas municipais: por soluções conjuntas de problemas urbanos no âmbito metropolitano. Brasília: IPEA, 2013. p. 83-113.

METRÓPOLE cresce em outras três direções. O Estado de São Paulo, São Paulo, 28 out. 1991.

MEYER, R. M. P.; GROSTEIN, M. D.; BIDERMAN, C. São Paulo Metrópole.1. Reimpr – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de SP, 2013.

MOTTA, D. M. et al. A governança do uso do solo enquanto função pública de interesse comum na região metropolitana de São Paulo. In: COSTA, M. A.; MARGUTTI, B. O. (org.). Funções públicas de interesse comum nas metrópoles brasileiras: transportes, saneamento básico e uso do solo. Brasília, IPEA, 2014. 519p.

OLIVEIRA, F. A questão regional: a hegemonia inacabada. Estudos Avançados, São Paulo, v.7 n.18, pp. 43-66. 1993.

PNUD; IPEA; FJP. Atlas do Desenvolvimento Humano nas Regiões Metropolitanas. Brasília: IPEA, 2014. 120p.

PNUD. O que é o IDHM. Disponível em: <https://www.undp.org/pt/brazil/o-que-%C3%A9-o-idhm> Acesso em: 9 out 2023.

POCHMANN, M. Políticas públicas e situação social na primeira década do século XXI. In: SADER, Emir. (org.). 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma. São Paulo, SP: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO. 2013.

RIBEIRO, L. C. Q. A metrópole: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito. In: RIBEIRO, L. C. de Q (org.). Metrópoles: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito. 2. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital; Observatório das Metrópoles; INCT, 2015.

RÜCKERT, A. A. A Política Nacional de Ordenamento Territorial, Brasil. Uma política territorial contemporânea em construção. Scripta Nova: Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, v. 11, 2007. Disponível em: <https://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-24566.htm>. Acesso em: 30 ago 2023.

RUVIARO, D. Uma leitura gramsciana da” questão nordestina”. 2016. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

SANTOS, M. Espaço do Cidadão. São Paulo: Edusp, 1998. SEADE. Fundação Sistema Estadual de análise de dados. São Paulo. Disponível em <http://www.seade.gov.br/> Acesso em: 9 out 2023.

SCHIFFER. S. R. São Paulo como polo dominante do mercado unificado nacional. In: DEÁK. C.; SCHIFFER. S. R.(org.). O processo de urbanização no Brasil. São Paulo: Edusp. 2015.

SOUZA, C. Regiões Metropolitanas: condicionantes do regime político. Lua Nova, São Paulo, n. 59, p. 137-158. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/TXzGvfYQNQRTGF3TsjDjgfK/?lang=pt>. Acesso em: 30 ago. 2023.

VAINER, C. As escalas do poder e o poder das escalas: o que pode o poder local. Cadernos IPPUR, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 13-32, 2002. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/ippur/issue/download/281/91>. Acesso em: 30 ago. 2023.





Fonte: PPGPLUR/
CEHVAP-Univap

O Papel da Teoria **13** de Schumpeter na Gestão do Conhecimento *na Cidade de São José dos Campos*

1. Introdução

O objetivo desse artigo é realizar uma discussão entre o papel da teoria de Schumpeter, um cientista destacado entre aqueles que consideram a inovação tecnológica uma das principais formas de desenvolvimento capitalista, e a gestão do conhecimento na cidade de São José dos Campos/SP. Recentemente, a cidade de São José dos Campos, um centro que atrai pessoas oriundas de diversas localidades na região diariamente, com o intuito de desenvolver negócios, estudar e trabalhar, recebeu o selo de Cidade Inteligente.

Nesse sentido, a partir do uso de uma metodologia baseada no levantamento bibliográfico e de dados demográficos e socioeconômicos da cidade de São José dos Campos, esse trabalho busca responder à seguinte questão: como a teoria de Schumpeter e a gestão do conhecimento que ocorre na cidade, contribuem para a compreensão do fato de São José dos Campos ter recebido o título de Cidade Inteligente?

¹ Doutoranda em Planejamento urbano e Regional, Univap.

² Graduada em Geografia e Mestre em Planejamento Urbano pela Universidade do Vale do Paraíba; Doutora em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo; Docente e Pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade do Vale do Paraíba (PPGPLUR – UNIVAP).

³ Atualmente é professora na graduação e pós-graduação em administração na Universidade de Taubaté. Possui graduação em Ciências Econômicas, mestrado em Administração, doutorado e Pós-doutorado em Saúde Pública.

Marcela Façanha Silva¹
Adriane Aparecida Moreira de Souza²
Quésia Postigo Kamimura³

Desde 1999, quando a cidade de Singapura ganhou o prêmio de Cidade Inteligente, esse termo, Cidade Inteligente, passou a ganhar destaque. Desde então, a mídia, a academia, organizações e instituições passaram a discutir o tema (Strapazzon, 2010; Cury; Marques, 2017). Silveira (2003) associa o termo Cidade Inteligente a um processo de transformação, renovação, criação de novos espaços e a mudanças no padrão tecnológico.

De acordo com Schumpeter (1998), a inovação tecnológica é um dos pilares essenciais para o desenvolvimento econômico de uma sociedade, mediante o desenvolvimento de conhecimentos, e deve ser aplicada buscando gerar melhorias na qualidade de vida para os cidadãos.

Há evidências de que a inovação se justifica pelo conhecimento tácito, ou seja, baseado na experiência, no conhecimento que é transmitido por meio de vivências e das práticas dos indivíduos (Vale, 2009). Assim, a gestão do conhecimento é uma estratégia utilizada para transformar bens imateriais; registrar novas informações; desenvolver novos talentos individuais no sentido de possibilitar maior produtividade, novos valores e o aumento de competitividade. (Murray, 1996, p.4).

Dado o exposto, o presente artigo está organizado da seguinte forma: no primeiro tópico é exposta uma revisão de literatura sobre a teoria de Schumpeter acerca da inovação tecnológica no âmbito econômico; em seguida, são trazidos os conceitos sobre gestão do conhecimento. No terceiro tópico, são apresentados dados gerais sobre a cidade de São José dos Campos; seguido pelo conceito de Cidade Inteligente e por fim são mostrados os resultados e discussões e as considerações finais.



2. A Teoria do Schumpeter

O início do século passado foi marcado pela obra de Joseph Schumpeter “A Teoria do Desenvolvimento Econômico” de 1911. Segundo Schumpeter, a inovação se inicia com novas

maneiras de produção, a introdução de um novo produto ou serviço no mercado e a conquista de novas matérias-primas, criação de novos conhecimentos e, principalmente, a habilidade de inovar em seus produtos e serviços (Schumpeter, 1998, apud Santos, 2011).

Segundo Schumpeter (1911), toda vez que há uma inovação tecnológica, cria-se um rompimento no sistema econômico, havendo um desequilíbrio, alterando dessa forma a produção dentro das empresas, os produtos e serviços que são ofertados no mercado e até mesmo o modo de vida da população.

No mesmo livro, Schumpeter (1911), divide o processo de inovação em três fases, sendo: a invenção (ideia que tem o potencial de ser explorada pelo mercado); a inovação (momento em que o mercado passa a fazer a comercialização do produto ou serviço) e difusão (divulgação de novos produtos e processos no mercado). Nesse sentido, o economista austríaco ainda enfatiza sobre as inovações radicais que envolvem as mudanças no sistema econômico e as inovações incrementais, que são o desenvolvimento das inovações radicais (Santos, 1998).

Um dos pontos abordados por Schumpeter é que os consumidores são educados para sempre esperar algo novo do mercado. Nesse sentido, o autor apresenta os cinco estágios para a introdução de um novo produto no mercado ou a oferta de um novo tipo de serviço (Schumpeter, 1911 apud Santos, 1998):

- Introdução de um novo bem: algo inovador no mercado, com que os consumidores ainda não tiveram contato;
- Introdução de um novo método de produção: uma maneira nova de desenvolver produtos, que precisa ser baseada em uma descoberta científica ou uma nova maneira de comercializar o produto;
- Abertura de um novo mercado: algo novo, que a indústria ainda não tenha produzido;
- Conquista de uma nova fonte de oferta de matérias-primas ou de bens semimanufaturados;

- Estabelecimento de uma nova organização de qualquer indústria: criação de um novo segmento ainda não existente no mercado.



3. Gestão do Conhecimento

A partir de 1990, a Gestão do Conhecimento se torna, se usarmos uma terminologia da língua inglesa, um front office⁴ dos procedimentos de gestão nas empresas atuantes no mercado. Isso ocorreu por intermédio das teorias de autores como Nonaka e Takeuchi (1995); Davenport e Prusak (1998) e Senge (1999), que, entre diversos outros autores renomados, realizaram pesquisas e fundamentaram o que atualmente é conhecido como GC.

Para o conceito de GC, é plausível inferir que pode ser uma contextualização da capacidade de conhecimento interiorizada em cada indivíduo. Os autores Garcia e Coltre (2017) e Costa (2018, p. 15) explanam que a GC tem como finalidade a renovação, criação, identificação e ampliação dos conhecimentos. O conhecimento está voltado para a criação de sua capacidade na internalização, ampliação e geração de conhecimentos inovadores.

Portanto, o que configura o conhecimento tácito é sua pessoalidade, incorporado na pessoa, com características e dificuldades de serem transferidas para outros. Já o conhecimento explícito é articulado e transferido por linguagem formal e sistemática. Em outras palavras, um conhecimento adquirido tecnicamente a partir de livros e que podem ser extraídos por imagens, fórmulas, planilhas entre diversos outros (Coltre, 2017).

Nesse sentido, os autores Garcia e Coltre (2017) explanam que o conhecimento está nas pessoas e, para que tal seja aguça-

do, é preciso uma dinâmica para que essa percepção seja direcionada de maneira correta por seus gestores.

Segundo Storper e Venables (2002), o entorno geográfico promove interações por meio do compartilhamento de linguagem, normas e valores culturais comuns. Os mesmos autores denominam “buzz geográfico”⁵ como um estímulo à produção de conhecimento e aprendizagem local.

De acordo com Maskell e Malmberg (1999), o conhecimento e a inovação são explicados pelas dinâmicas das redes sociais e dos contextos institucionais locais e regionais.

Nesse contexto, as cidades muitas vezes permitem uma aceleração de conhecimento, por meio da inovação, e a enxurrada de tecnologia frequentemente traz efeito da melhoria tecnológica entre os agentes próximos (Maskell; Malmberg, 1999).



4. Cidade Inteligente

Inicialmente o termo Cidade Inteligente foi utilizado na década de 90, no entanto naquela época havia poucas informações sobre o conceito, e o objetivo era compreender qual o significado da Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), e a relação com as cidades. (Albino; Berardi; Dangelico, 2015).

Desde então diversos significados foram atribuídos ao termo Cidade Inteligente. Para Silveira (2003), a Cidade Inteligente é um processo de transformação e renovação, recriação de novos espaços e mudanças no padrão tecnológico.

Contudo, para os autores Estévez e Janowski (2016), o termo Cidade Inteligente advém de cidade digital, que significa juntar as Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), na construção de transportes, escolas, espaços públicos, na forma de sistemas urbanos inteligentes.

⁴ front office – Linha de frente. “as mais prováveis estão ligadas às pessoas responsáveis pelo atendimento – sejam elas do front office quando responsáveis pelo atendimento da “linha de frente” que atuam como “radares”. (REIS, 1998). Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/8075/IARACA-NABARROFERNANDES.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 3 jan. 2023.

⁵ O buzz refere-se à criação e à proliferação do conhecimento advindo do contato face a face, da copresença e da colocação de pessoas e empresas em um mesmo setor, lugar ou região.

Caragliu, Del Bo e Nijkamp (2011) asseguram que uma Cidade Inteligente é aquela que, quando obtém investimentos em capital humano, social e infraestrutura, busca o desenvolvimento sustentável, a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, com uso inteligente dos recursos naturais e a participação política dos habitantes. Os autores ainda destacam cinco aspectos que acreditam serem os principais para tratar de Cidades Inteligentes, sendo eles: (i) investimento na formação e/ou capacitação humana, da mesma forma que em infraestruturas; (ii) sistemas produtivos sustentáveis; (iii) proporcionar um alto padrão de qualidade de vida para os residentes; (iv) um manejo inteligente dos recursos naturais; e (v) práticas coletivas participativas e comprometidas.

Os autores Washburn e Sindhu (2010) acreditam que o termo Cidade Inteligente diz respeito ao uso da tecnologia para entregar os principais serviços à população como: administração, saúde, segurança, moradia e educação, de forma mais inteligente e conectada.



5. Cidade de São José dos Campos

O município de São José dos Campos, maior cidade da RM-VPLN na arrecadação de impostos, está localizado no estado de São Paulo, entre os dois principais centros econômicos do país: São Paulo e Rio de Janeiro (Figura 1). Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2020 o município possuía 729.737 habitantes.

No município estão localizados, o atualmente denominado Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA) e diversos Institutos de Pesquisas, entre os quais o Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA); a sede da Empresa Brasileira de Aeronáutica S/A (EMBRAER) e empresas menores de base tecnológica. A cidade ainda possui um conjunto de infraestrutura voltada aos serviços, com destaque ao hoteleiro, orientado ao

turismo de negócios; bem como ao setor de comércio.

A cidade é a única a ter em seu Parque Tecnológico as três maiores fabricantes de aviões do mundo: Embraer, Boeing e Airbus. Dono do oitavo Produto Interno Bruto (PIB) de São Paulo e do 19º do Brasil, o município é o quinto maior exportador do país. Em 2014, enviou para o exterior US\$ 4,6 bilhões em produtos, principalmente aviões e equipamentos aeronáuticos. Já em 2015 esse valor chegou a US\$ 2,5 bilhões, considerando-se apenas o período de janeiro a julho. (São José dos Campos, 2016).

O município possui empresas como a General Motors (setor automotivo), Petrobras (óleo e gás), Ericsson (telecomunicações), Johnson & Johnson (farmacêutica) e Panasonic (eletroeletrônicos), bem como importantes instituições de ensino como o Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), a Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), a Universidade Estadual Paulista (UNESP) e a Faculdade de Tecnologia do Estado de São Paulo (FATEC).

Figura 1 - Localização do município de São José dos Campos - SP



Fonte: [achetudoeregiao.com.br](https://www.achetudoeregiao.com.br/sp/sao_jose_dos_campos/localizacao.htm). Disponível em: https://www.achetudoeregiao.com.br/sp/sao_jose_dos_campos/localizacao.htm

Conforme apresentado na Figura 1, a cidade está localizada de forma estratégica, desde a proximidade das cidades de praias, da região serrana e de outros destinos turísticos do Vale do Paraíba Paulista (São José dos Campos, 2022). A cidade possui disponibilidade de energia elétrica em abundância e lençol freático rico, proximidade de grandes mercados consumidores, boa rede viária, clima agradável e boa topografia (Medeiros, Perilo 1990).

Desde a década de 1960, o município atravessado pela Rodovia Presidente Dutra atrai muitas empresas e investimentos de toda ordem. Em 2022, a cidade possuía 1.913 indústrias, 11.390 estabelecimentos comerciais e 15.800 empresas de serviços (São José dos Campos, 2022). Em março de 2022, a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) concedeu à cidade a certificação de Cidade Inteligente.

Consta na página eletrônica da Prefeitura Municipal de São José dos Campos que “a certificação tem como principal objetivo não apenas destacar os fatores de aplicação tecnológica, mas também detectar as boas práticas de gestão que afetam diretamente a qualidade de vida da população”.



6. Resultados e discussão

A Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) tornou-se referência internacional nos indicadores detalhados em relação a cidades sustentáveis, segundo a NBR ISO (37120, 37122 e 37123). Os especialistas da norma referente a ISO Technical Committee (ISO/TC 268/WG), considerada a norma internacional para Cidades Inteligentes, identificaram a necessidade de indicadores adicionais e incluíram as normas da ABNT em relação a cidades sustentáveis (ABNT, 2020).

Conforme já mencionado, a cidade sustentável é aquela que busca minimizar seu impacto no meio ambiente, promovendo o bem-estar social e o crescimento econômico de maneira si-

multânea (Jacobs, 1961; Mumford, 1961).

A ABNT (2020) conceitua Cidade Inteligente da seguinte forma:

“Cidade que aumenta o ritmo em que proporciona resultados de sustentabilidade social, econômica e ambiental e que responde a desafios como mudanças climáticas, rápido crescimento populacional, e instabilidades de ordem política e econômica, melhorando fundamentalmente a forma como engaja a sociedade, aplica métodos de liderança colaborativa, trabalha por meio de disciplinas e sistemas municipais, e usa informações de dados e tecnologias modernas, para fornecer melhores serviços e qualidade de vida para os que nela habitam (residentes, empresas, visitantes), agora e no futuro previsível, sem desvantagens injustas ou degradação do ambiente natural” (ABNT, 2020).

Conforme referido anteriormente, a cidade de São José dos Campos recebeu em março de 2022 uma certificação de Cidade Inteligente, que foi concedida pela Agência Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Segundo informações do município, para que a cidade de São José dos Campos pudesse receber as certificações foram consideradas as seguintes ações do município; (São José dos Campos, 2022).

- Implementação do CSI (Centro de Segurança e Inteligência), considerado o melhor projeto de segurança do País;
- A construção da linha verde, corredor sustentável com a utilização de ônibus 100% elétricos;
- O sistema de coleta de resíduos, coleta e tratamento de esgoto, cobertura de 100% da área urbana e rural com lâmpadas de LED;
- O novo sistema de estacionamento rotativo, semáforos inteligentes;
- Na saúde, ênfase à quantidade de leitos hospitalares disponíveis, o prontuário médico unificado na rede e a campanha de imunização contra a Covid-19;
- Investimentos e ferramentas tecnológicas por meio do pro-

grama Educação 5.0;

- A prefeitura proporciona projetos de empreendedorismo nas escolas;
- A cidade possui um parque tecnológico com 330 empresas vinculadas, sendo 145 residentes, 11 institutos/ laboratórios, 5.500 universitários e 2.200 postos de trabalho;
- O município possui o carro guardião que circula pelas vias, verificando o controle de estacionamento rotativo e placas de veículos roubados;
- A frota de carros municipal é 100% elétrica;
- Monitoramento por satélite do território municipal, buscando mais eficiência à fiscalização de áreas clandestinas, de risco e desmatamento;
- Foi construída uma usina fotovoltaica que vai gerar 25% de economia nos prédios municipais e na linha verde.

Conforme apresentado, a cidade de São José dos Campos realizou e vem realizando diversas ações de inovação no município, dessa forma movimentando a economia. A esse respeito, vale ressaltar o pensamento do sociólogo Manuel Castells (2003), o qual aponta que a inovação em Sistemas Regionais de Inovação se destaca pelo estímulo que exerce no avanço das regiões, podendo influenciar e desenvolver toda uma cadeia produtiva regional. Do mesmo modo, Schumpeter (1998) afirma que é papel do Estado criar condições de inovação por meio da educação, da tecnologia e da regulamentação dos mercados.

Nesse contexto, observa-se que São José dos Campos vem tentando criar ambientes inovadores por meio de ações que possam atrair mais investimentos e gerar qualidade de vida, em conjunto com ações e práticas de gestão do conhecimento, buscando novas habilidades e competências, além do desenvolvimento de produtos, serviços e processos mais eficientes, para gerar melhor qualidade de vida à população.

Para Hall (2000) a Cidade Inteligente é aquela que integra toda a infraestrutura como: rodovias, pontes, transportes, comunicação, água e energia, dessa maneira garantindo os

serviços que são ofertados aos cidadãos. O estudioso ainda enfatiza que no futuro os sistemas que monitoram as infraestruturas também, serão responsáveis por realizar reparos. Já para os autores Estévez e Janowski (2016), o termo Cidade Inteligente advém de cidade digital, que significa juntar as Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), na construção de transportes, escolas, espaços públicos, na forma de sistemas urbanos inteligentes.



7. Considerações Finais

Conforme mencionado, o presente artigo buscou relacionar a teoria de Schumpeter sobre os impactos da inovação tecnológica no âmbito econômico e a gestão do conhecimento na cidade de São José dos Campos, que em 2022 recebeu o título de Cidade Inteligente.

O artigo buscou responder à seguinte questão: como a teoria de Schumpeter e a gestão do conhecimento que ocorre na cidade, contribuem para a compreensão do fato de São José dos Campos ter recebido o título de Cidade Inteligente? A teoria da Schumpeter nos proporcionou o entendimento sobre inovação, enfatizando a importância de investir em todos os segmentos. Numa visão complementar, a gestão do conhecimento proporcionou o entendimento de que é preciso explorar o conhecimento tácito e explícito a fim de criar ou melhorar um processo, um produto ou um serviço em qualquer segmento, por meio das habilidades e competências de cada indivíduo, e que o entorno geográfico promove interações mediante o compartilhamento de linguagem, normas, regras e valores culturais comuns.

Ressalta-se que os estudos aqui mencionados possibilitaram o entendimento de que nos últimos anos a cidade de São José dos Campos uma das mais importantes da RMVPLN, investiu em inovação nos mais diversos setores, contribuindo para que

a cidade obtivesse o título de Cidade Inteligente.

Obter a certificação da ABNT como Cidade Inteligente é uma conquista significativa, todavia, é imprescindível continuar trabalhando no sentido de promover melhores condições de vida na cidade, bem como mitigar as mudanças climáticas e, se adaptara estas, questão de grande importância na atualidade, a ser enfrentada com medidas que busquem um desenvolvimento sustentável e eficiente. Investir em infraestrutura de transporte sustentável, em sistemas de gerenciamento de resíduos eficientes e, sobretudo, investir fortemente em infraestrutura verde, são medidas incontestáveis que São José dos Campos deve abarcar de agora em diante.

No entanto, mais do que se tornar uma Cidade Inteligente, é preciso gerar qualidade de vida para a população. E, acima de tudo, uma cidade sustentável, ou excelente, segundo preconizam Minayo, Minayo, Hartz&Buss (2000), deve oferecer qualidade de vida, bem como um mínimo de condições para que os indivíduos nela inseridos possam desenvolver o máximo de suas potencialidades, seja estas: viver, sentir, amar, trabalhar, produzindo bens e serviços, ciências ou artes.



8. Referências

ABNT. Associação Brasileira de Normas Técnicas. Cidades e comunidades sustentáveis - Indicadores para serviços urbanos e qualidade de vida, Rio de Janeiro, p. 166, mar. 2021

ALBINO, V.; BERARDI, U.; DANGELICO, R. M. Smart cities: Definitions, dimensions, performance, and initiatives. *Journal of Urban Technology*, v. 22, n. 1, p. 3-21, 2015.

ALMEIDA, Larissa de Paiva. A relação entre aprendizagem organizacional e centros de excelência: um estudo de caso em uma empresa americana com subsidiária no Brasil. Disserta-

ção Departamento de Administração da faculdade de Economia, Administração e Contabilidade - Universidade de São Paulo. São Paulo, 2019. 105p. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12139/tde-17012019-152606/publico/CorrigidoLarissa.pdf>. Acesso em: 29 nov. 2022.

BAUMAN, Z. Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadorias/ Zygmunt Bauman; tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

CARAGLIU, A.; DEL BO, C.; NIJKAMP, P. Smart cities in Europe: 3rd Central European Conference in Regional Science – CERS, p. 45-59, 2009.

CASTELLS, M. A sociedade em rede. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

COSTA, Antônio Roberto da. Gestão do conhecimento e cultura organizacional: estudo de caso sobre a Natura Cosméticos S.A. *Rev. Administração de Empresas em Revista*. v. 9.n. 10. 2010. pp. 191-200. Disponível em: <http://revista.unicuritiba.edu.br/index.php/admrevista/article/view/59/36>. Acesso em: 10 nov 2020.

CURY, M. J.; MARQUES, J. A. L. F. A cidade inteligente: uma reterritorialização. *Redes - Santa Cruz do Sul: Universidade de Santa Cruz do Sul*, v. 22, n. 1, janeiro-abril, 2017.

DAVENPORT, Thomas H. e PRUSAK, Laurence. Conhecimento empresarial: como as organizações gerenciam seu capital intelectual. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

DINIZ, M. T. M. Inovação Tecnológica na Produção Brasileira

de Sal Marinho e as Alterações Socioterritoriais Dela Decorrentes: Uma Análise Sob a Ótica da Teoria do Empreendedorismo de Schumpeter. Uberlândia, set/dez/2015.

ESTÉVEZ, E.; JANOWSKI, T. Gobierno digital, ciudadanos y ciudades inteligentes. *Bit & Byte*, a. 2, p. 11-13, 2016.

GARCIA; O. P. G.; COLTRE, S. M. A gestão do conhecimento como fator determinante na retenção dos colaboradores na empresa: um estudo de caso em uma organização do ramo moveleiro. *Brazilian Business Review*, Vitória, v. 14, n. 2, p. 182-203, 201

HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

IBGE. Estatísticas. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 13 jun. de 2022.

JACOBS, J. *The death and life of great American cities*. New York: Vintage Books, 1961 Nova Iorque. 1993.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. *Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projetos e relatório publicações e trabalhos científicos*. São Paulo: Atlas, 2009.

MEDEIROS, J. A.; PERILO, S. A. Implantação e consolidação de um pólo tecnológico: o caso de São José dos Campos. *Revista de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas*. Jun. 1990/Jun. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rae/a/zqmnffgzgWky54qNjWQJrmb/>. Acesso em: 13 jun. 2022

MINAYO, Maria Cecília de Souza. “Violência contra a pessoa idosa. O direito pelo avesso”. In: *Tratado de Gerontologia*, por Matheus Papaelo Netto, 912. São Paulo: Atheneu, 2007.

MUMFORD, L. *La Cultura de las Ciudades*. Buenos Aires: Emecé, 1945 [1938].

MURRAY, Philip C. *New language for new leverage: the terminology of knowledge management (KM)*. 1996. Disponível em: http://www.ktic.com/topic6/13_TERM0.HTM. Acesso em: 2 maio 2019.

NONAKA, I. *A Empresa Criadora de Conhecimento*. In: *HARVARD BUSINESS REVIEW*. *Gestão do Conhecimento*. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

NONAKA, Ikujiro; TAKEUCHI, Hirotaka. *Criação de conhecimento na empresa: como as empresas japonesas geram a dinâmica da inovação*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

SANTOS, Adriana; FAZION, Cíntia B.; MEROE, Giuliano P.S. *Inovação: Um Estudo Sobre a Evolução do Conceito de Schumpeter*. *Caderno de Administração*, v. 5 n. 1 (2011). Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/caadm/article/view/9014>. Acesso em: 13 mar. 2023.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. 15. ed. Rio de Janeiro: Record, 2011.

SANTOS, M. *A Urbanização Brasileira*. 5. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1993.

SANTOS, M. *Metamorfoses do Espaço Habitado: Fundamentos Teóricos e Metodológicos de Geografia*. 6. ed. 1. reimpr. São Paulo: Edusp, 2012.

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. *Câmara Municipal São José dos*

Campos. História de São José dos Campos - SP - até 1977. Disponível em: <https://www.camarasjc.sp.gov.br/promemoria/2021/06/05/historia-de-sao-jose-dos-campos-sp-ate-1977/>. Acesso em: 14 jun. 2022.

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS: Cotidiano, Gênero e Representação / Antônio Carlos Guimarães e Valéria Zanetti(org.); Maria Aparecida Papali, Valéria Zanetti (Coords. da série). - São José dos Campos, SP: UNIVAP, 2014.

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. Prefeitura Municipal de São José dos Campos. Legislação Municipal da Cidade de São José dos Campos. 2016 Disponível em: <http://servicos2.sjc.sp.gov.br/servicos/legislacao.aspx>. Acesso em: 13 mar.2022.

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. Prefeitura Municipal de São José dos Campos. Anexo ao boletim do município nº 2419 de 29 de setembro de 2017, Anexos da Lei Complementar n. 597, de 26 de setembro De 2017(Planta Genérica de Valores 2018). Disponível em: <https://servicos.sjc.sp.gov.br/governo/boletim/boletimPDF/20170929213141e590226d-f4a3-426d-8e70-9bb-33cedca7f.pdf>

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. Prefeitura Municipal de São José dos Campos. PMSJC. Prefeitura de São José dos Campos Secretaria de Planejamento Urbano Departamento de Projetos Urbanísticos Divisão de Pesquisa. Informações sobre a cidade de São José dos Campos. 2016. Disponível em: https://servicos2.sjc.sp.gov.br/media/667370/sjdados_2016.pdf. Acesso em: 13 mar. 2022.

SENGE, P.M. THE FIFH discipline: the art and practice of the learning organization. London: Century Business, 1990

SILVEIRA, M. L. Território usado: dinâmicas de especialização, dinâmicas de diversidade. *Ciência Geográfica*, Bauru, AGB, v. 15, n.1, p. 4-12, jan./dez. 2011.

STORPER M. (2009) Regional context and global trade. *Economic Geography*, 85(1): 1-21.

STORPER M., Venables A. (2002) Buzz: face-to-face contact and the urban economy. *Journal of Economic Geography*, 4: 351-370.

STRAPAZZON, C. Convergência tecnológica nas políticas urbanas: pequenas e médias cidades inteligentes. O governo eletrônico e suas múltiplas facetas, Zaragoza. p. 265-284. 2010. No prelo. Disponível em: http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/lefis_10.pdf#page=265. Acesso em: 14 jun. 2022.

VALE. M. Conhecimento, Inovação e Território. *Finisterra*, XLIV, 88, 2009, pp. 9-22.

Washburn, D., & Sindhu, U. (2009) Helping CIOs understand “smart city” initiatives: defining the smart city, its drivers, and the role of the CIO. Cambridge: Forrester Research. Recuperado em 18 de junho de 2012, de http://www-935.ibm.com/services/us/cio/pdf/forrester_help_cios_smart_city.pdf



Fonte: PPGPLUR/
CEHVAP-Univap

Responsabilização Socioambiental das Instituições Financeiras e as Resistências das Comunidades Afetadas¹⁴

1. Introdução

Neste ano em que o Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade do Vale do Paraíba comemora os seus 30 anos, este trabalho visa contribuir com o enriquecimento de debate acadêmico, apresentando um projeto de pós-doutorado que será realizado no Instituto de Arquitetura e Urbanismo de São Carlos/IAUSC/USP, em parceria com a Universidad Nacional de General Sarmiento (UNGS) e o Observatório da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte.

Diante da crise do multilateralismo, a partir da crise de 2008, esta pesquisa procurará entender como os escritórios de

¹ Professor e historiador graduado em História pela Universidade do Vale do Paraíba/Univap (2012). Foi o primeiro doutorando direto do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Univap. Está realizando o estágio de pós-doutorado com bolsa pelo CNPq no Instituto de Arquitetura e Urbanismo da USP de São Carlos/IAUSC/USP. dougsjc2023@usp.br.

² Professor doutor do IAU-USP. Possui graduação em Direito pela Universidade do Vale do Paraíba (2002), especialização em Direito Ambiental pela Universidade de São Paulo (2003), mestrado em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade do Vale do Paraíba (2005) e Doutorado em Geociências (subárea Política e Gestão de Recursos Naturais) pela Universidade Estadual de Campinas (2011) com PhD Sanduíche pelo Département de Génie des mines et de la métallurgie de Université Laval (2010). Professor Visitante da Universidad Nacional de General Sarmiento, vinculado a linha de pesquisa Tendências e Dinâmicas Regionais de Reestruturação dos Territórios e do Mundo do Trabalho (2021). E-mail: mfantin@sc.usp.br.

³ Agradecimentos: O presente trabalho foi realizado com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – Chamada CNPq 25/2021.

Douglas de Almeida Silva¹
Marcel Fantin²

auditoria das Instituições Financeiras Internacionais (IFIs), autodenominados Mecanismos Independentes de Prestação de Contas (IAMs, na sigla em inglês) têm atuado na resolução de conflitos e responsabilização socioambiental das Instituições Financeiras Internacionais (IFIs) pelo financiamento de grandes projetos, assim como as formas de enfrentamento das comunidades lesadas do Sul global.

Parte-se da hipótese da existência de relações de conivência e cumplicidade entre os IAMs e as IFIs em processos de auditoria financeira que não efetivam a responsabilização socioambiental dos agentes cujas ações causaram prejuízos às comunidades afetadas. De forma complementar, essas comunidades estão se articulando numa rede internacional de resistências aos grandes projetos multilaterais, autointitulada Rede de Comunidades Impactadas por IFIs.

Em contrapartida, os escritórios de auditoria integram uma rede internacional denominada Rede de Mecanismos Independentes de Prestação de Contas (IAMNet na sigla em inglês). O objeto desta pesquisa são Mecanismos que organizaram dois eventos no formato on-line durante a pandemia da Covid-19, quais sejam: Painel de Inspeção (IPN), Mecanismo Independente de Consulta e Investigação (MICI), Mecanismo Independente de Reparação (IRM), Unidade de Conformidade Social e Ambiental (SECU), Assessor em Cumprimento e Ombudsman (CAO). As reclamações de comunidades latino-americanas enviadas aos IAMs, ao todo dez, foram mapeadas e selecionadas como estudos de caso.

O objetivo principal desta pesquisa é compreender como os Mecanismos Independentes têm atuado no atendimento às reclamações das comunidades afetadas por financiamentos multilaterais para cidades e regiões do Sul Global.

Justifica-se a importância deste trabalho, que contribuirá para o melhor entendimento do modus operandi das Instituições Financeiras Internacionais e seus escritórios independentes. Ademais, este estudo teve o mérito de identificar a

formação de uma rede de movimentos sociais latino-americanos, unificados em torno da luta por reparação aos danos ambientais causados por grandes projetos multilaterais.

A metodologia deste trabalho se baseia numa pesquisa exploratória, estruturada numa triangulação de métodos: pesquisa documental, entrevistas semiestruturadas e pesquisa-ação. A análise documental investigará as fontes primárias e secundárias. As fontes primárias analisadas serão os documentos legais, em especial os documentos referentes aos projetos financiados pelas IFIs e, conseqüentemente, os casos dos IAMs oriundos das reclamações das comunidades afetadas. As fontes primárias serão encontradas nos websites das IFIs e Mecanismos Independentes; em contraste, as informações acerca das comunidades afetadas poderão ser encontradas nos acervos particulares das próprias comunidades e organizações da sociedade civil.

As fontes secundárias da pesquisa serão os jornais antigos e atuais, tanto impressos como digitais, que porventura poderão ser encontrados ao longo da pesquisa documental.

A pesquisa-ação será conduzida nas comunidades afetadas, na qual será aplicado o método de sistematização de experiências, segundo a abordagem de Oscar Jara Holliday, cujo método se baseia numa proposta participativa que inclui as comunidades em cinco tempos pré-definidos: a) Ponto de partida; b) Perguntas iniciais; c) Recuperação do processo vivido; d) Reflexão de fundo; e) Pontos de chegada (apud Holliday, 2006). As comunidades participarão ativamente das cinco etapas da sistematização de experiências, cuja finalidade, segundo Thiollent (2006), é contribuir para a construção social do conhecimento por meio da metodologia participativa e da pesquisa-ação.

Por fim, as entrevistas com os atores selecionados que participaram dos eventos virtuais de setembro de 2020 a maio de 2021. Serão entrevistados cinco representantes dos IAMs e cinco representantes das IFIs. Ademais, almeja-se entrevis-

tar pelo menos cinco representantes das ONGs. Por fim, com base nas dez reclamações selecionadas, será entrevistado ao menos um representante de cada comunidade afetada.

A metodologia de análise dos resultados terá como base a Análise do Discurso das entrevistas e da documentação empírica, fundamentada na abordagem de Foucault (1999) e Pechêux (1997).

O projeto de pesquisa que origina este artigo foi aprovado pelo comitê de ética da instituição proponente, o CEP da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da USP (CEP EACH 03.028.000), sob o n.º 68488123.0.0000.5390 e o comitê de ética da instituição coparticipante, o CEP da Universidade do Vale do Paraíba (CEP-Univap 12.244-000), sob o n.º 68488123.0.3001.5503.



2. Neoliberalismo: Sistema de Governo Mundial e Hostilidades Políticas no Sul Global

Na definição de Boaventura de Souza Santos, o conceito de Sul Global se sobrepõe em parte ao Sul geográfico, pois compreende o conjunto da população mundial oprimida pela dominação do capitalismo e do colonialismo. No interior do Norte geográfico, há uma diversidade de classes e grupos sociais oprimidos, como os negros, as mulheres, os indígenas e outros. No Sul geográfico, a herança do colonialismo se manifesta na contemporaneidade não somente na dominação externa, mas com a dominação interna exercida por pequenas elites locais (Santos; Meneses, 2009).

Com a globalização neoliberal, as fronteiras do capital avançaram sobre os territórios habitados pelos grupos oprimidos. Para Svampa (2010), a desigual divisão do trabalho tem repercussões na distribuição dos conflitos territoriais. A década de 1990 iniciou um ciclo de lutas contra a globali-

zação neoliberal. Na América Latina diferentes movimentos sociais corroboram uma constelação de movimentos sociais, pontilhada por causas indígenas, urbanas, partidárias etc. O ponto que os unifica são os elementos terra e território, de tal modo que as convergências surgem a partir das diferenças (Svampa, 2010).

A década de 1990 inaugurou o cenário vitorioso do capitalismo no mundo pós-Guerra Fria, mas, em contraste, repercutiu em mobilizações contrárias ao neoliberalismo, cujo caso pioneiro foi o levante Zapatista em Chiapas, no México, em 1994. A partir da liderança do Banco Mundial, as Organizações Multilaterais prepararam uma resposta, buscando sanar as tensões sociais, principalmente na América Latina (Maranhão, 2018). As insatisfações nesse contexto foram geridas por um longo processo de apropriação privada da esfera pública, no qual Chico de Oliveira (2000) aponta que o processo de privatização de empresas estatais é apenas sua forma mais aparente. Na aparência, a privatização do público se objetivava na ideia da falência do Estado, supostamente sustentado pela iniciativa privada. Na verdade, a privatização do público representa um processo em que a riqueza pública sustenta a reprodutibilidade do capital privado.

Precocemente no pós-guerra, as medidas liberalizantes abriram o caminho para a apropriação privada da esfera pública, com a colonização do Estado de Bem-Estar por uma racionalidade administrativa (Oliveira, 2000). A inserção do neoliberalismo, segundo Gago (2014), remonta ao contexto das ditaduras militares da década de 1970, que transformaram a América Latina em laboratório das políticas neoliberais. As privatizações, o desmantelamento das políticas sociais e a flexibilização das leis trabalhistas são medidas de ajuste estrutural nas quais a América Latina foi vanguardista.

Os efeitos atingem as subjetividades, normalizando a ideia da desnecessidade do público e da obsolescência do Estado (Oliveira, 2000). Na abordagem de Gago (2014), o neoliberal-

lismo é definido por duas tipologias: a primeira, “de cima para baixo”, caracterizando as medidas impulsionadas por organismos multilaterais, corporações e governos que modificaram o regime de acumulação; a segunda, “de baixo para cima”, em que o neoliberalismo se desenvolve por meio do impulso às liberdades, constituindo uma racionalidade que não é totalmente macropolítica, mas que está presente de forma capilar nos territórios e nas subjetividades (Gago, 2014, p. 16-17).

O mérito do neoliberalismo como sistema de poder global, segundo Laval (no prelo), não se resume ao seu caráter revolucionário, mas a sua capacidade adaptativa às estruturas e ao meio ambiente. Desse modo, as crises são constituintes do capitalismo neoliberal, cujo sistema se sustenta e se reforça por meio de crises. Na década de 1990, por exemplo, o contexto indicava um momento de transformação, acentuadamente marcado pela destituição das possibilidades de democratização. O “desmanche neoliberal”, expressão de Roberto Schwarz, resgatada por Cibele Rizek, caracteriza o início do processo de desregulamentação das relações sociais, dos bens e espaços públicos, destruindo as formas democráticas precocemente instauradas pela Constituição de 1988 (Rizek; Paoli, 2007).

No começo dos anos 2000, Chico Oliveira foi pioneiro ao compreender o neoliberalismo como totalitário, por se constituir como única alternativa viável. Nesse cenário a política passa a ser destruída por meio da domesticação de alternativas contrárias (Oliveira, 2000). Numa concepção arendtiana, se fazem presentes nos governos democráticos os métodos totalitários de coação simbólica e material, por sua vez impedindo a ação espontânea e a constituição política dos grupos sociais no espaço público (Arendt, 1989 apud Paoli, 2007).

Aparentemente, a vitória do modelo neoliberal não é absoluta, pois o funcionamento do sistema suscita hostilidades políticas. As experiências dos movimentos sociais na América Latina têm modulado o perfil das “resistências de baixo”, assim como configuram “outros territórios”, divergentes dos territó-

rios dominados pelo capital multinacional (Zibechi, 2007, p. 4-5). Nesse sentido, os fóruns sociais caracterizam um fenômeno da contemporaneidade surgido a partir de questões comuns às lutas dos movimentos sociais (Svampa, 2010).

No entanto, os movimentos sociais no século XXI possuem fragilidades. Laval (no prelo) chama atenção para o sequestro das pautas identitárias dos movimentos sociais por setores do empresariado e do mercado financeiro. Resgatando as tipologias de Nancy Fraser, Laval salienta que, antes da chegada de Donald Trump à presidência dos Estados Unidos, o neoliberalismo “progressista” conseguiu aglutinar no mesmo bloco tanto os novos movimentos sociais como os setores de ponta do empresariado. Dessa forma, considera o autor:

Com efeito, esses novos movimentos sociais não são forçosamente anti-capitalistas; lutam por um reconhecimento “meritocrático” que repousa sobre uma concepção essencialmente individual de emancipação e de igualdade, perfeitamente compatível com a financeirização da economia (Laval, no prelo, p. 4).⁴



3. Breve histórico das organizações multilaterais e mecanismos independentes

O Grupo Banco Mundial (GBM) é originário do pós Segunda Guerra, e constituído por um conjunto de organizações, com mandatos, estruturas e instâncias de decisão distintas. Na esteira do Banco Mundial, surgiram os bancos regionais de desenvolvimento, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), braço regional do Banco Mundial para a América Latina, de 1959 (Makino, 2015).

Pedro Arantes (2004) classificou as políticas do Banco Mundial e do BID para a América Latina no que se refere à questão

⁴ Por opção dos autores, manteve-se a escrita original das citações diretas, sem atualização e/ou correção ortográfica.

urbana em quatro categorias historicamente situadas:

a) Provisão habitacional (1960-1971): política de remoção de favelas e construção de unidades habitacionais baseadas em métodos rústicos de autoconstrução;

b) Estímulo à urbanização (1972-1982): pautado em padrões diferenciados de urbanização, inferiores aos padrões do urbanismo moderno implementado na reconstrução das cidades europeias no pós-guerra;

c) Ajuste estrutural das cidades (1983 - até o presente): no contexto do fim da Guerra Fria, as orientações dos Bancos para a América Latina visavam o fortalecimento municipal e o federalismo competitivo, priorizando o pagamento das dívidas;

d) Ajuste urbano (1995 - até o presente): no contexto do capitalismo informacional, são propostos modelos de cidade (“cidades-empresa”), novas políticas de combate à pobreza e regras de governança urbana.

Para Arantes (2004) os organismos multilaterais têm como objetivo intervir nos países em desenvolvimento, buscando criar um ambiente favorável para realização mundial do valor. O Banco Mundial e seus bancos regionais, como o BID, atuam nos países da periferia do capitalismo com o papel de estabilizar as contradições do sistema, investindo em reformas sociais e industriais.

Diante do acirramento dos conflitos sociais no contexto da crise econômica da década de 1980, o Banco Mundial formulou uma série de políticas operacionais (OPs), com o objetivo de trazer maior segurança aos investimentos. Logo, o BID e demais organismos internacionais passaram a elaborar suas próprias políticas operacionais, adotando como modelo as políticas do Banco Mundial (Makino, 2015). Durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento — a ECO -92, as Instituições Financeiras Internacionais (IFIs) estabeleceram a criação dos Mecanismos Independentes de Prestação de Contas (IAMs), como parte de suas estruturas de governança (MICI 2017).

No ano de 1993, foi criado o Painel de Inspeção (IPN),

mecanismo independente do Banco Mundial e precursor dos demais Mecanismos Independentes. Em 1994 foi instituído o primeiro Mecanismo do BID, posteriormente substituído pelo Mecanismo Independente de Consulta e Investigação (MICI), de 2010 (MICI, 2020g). Com efeito, uma rede de Mecanismos Independentes de Prestação de Contas (IAMNet) se formou no início do século XXI. Desde 2004 os escritórios independentes têm promovido reuniões anuais de cooperação mútua para o fortalecimento da IAMNet. De modo geral, os IAMs atuam como canais de reclamação dos cidadãos que porventura sintam-se lesados por projetos financiados pelas IFI, podendo buscar acordos e reparações (MICI, 2017).

No entanto, o modelo neoliberal de construção de crises põe em evidência as fragilidades das medidas de reparação implementadas pela IAMNet. Com a crise de 2008, segundo Laval (no prelo), o neoliberalismo reacionário (definido por Nancy Fraser) teve a oportunidade de se apresentar como única alternativa, combinando nacionalismo, fundamentalismo religioso e *laissez-faire*. Com efeito, o multilateralismo tem perdido força diante do avanço dos grupos conservadores nos espaços políticos, sobretudo antagônicos aos organismos supranacionais (Laval, no prelo).

Nesse cenário, alguns eventos virtuais promovidos por Mecanismos Independentes nos forneceram os resultados preliminares sobre a atuação dos IAMs no contexto do neoliberalismo contemporâneo.



4. As estratégias de diálogo da IAMNET com a sociedade civil: conflitos em torno da responsabilização socioambiental das organizações multilaterais e a criação da rede de comunidades afetadas

Numa análise preliminar, a IAMNet pode ser enquadrada na vertente do neoliberalismo denominada por Laval (2019) como ecológico-social. Essa vertente do neoliberalismo surge como resposta à crise ambiental e social, uma espécie de ecologia neoliberal fundamentada em ações dos atores privados como forma de amenizar os riscos dos investidores diante das mudanças climáticas. Todavia, o cenário político contemporâneo vem sendo dominado por uma crise de legitimidade da democracia representativa, uma vez que facilitou a inserção da extrema direita nos governos mundiais, cuja visão autoritária desvirtua as conquistas sociais, promovendo um desmonte das políticas ambientais e sociais.

Por conseguinte, a crise ambiental que se avizinha tem repercussões sociais que se refletem nos Financiamentos Multilaterais. Segundo o Painel de Inspeção (IPN), houve aumento do número de reclamações enviadas ao escritório a partir de 2008. No que tange às contestações, a crise de 2008 contabilizou aumentos gradativos do número de casos, cujo ápice foi no ano de 2020, início da pandemia da Covid-19. Em 2020, o IPN contabilizou 13 reclamações; em 2021, o percentual caiu para 5 reclamações; enquanto 2022 já registrou 6 reclamações recebidas pelo escritório (IPN, 2020a).

Nesse cenário um coletivo de movimentos sociais autodenominados “Red de comunidades impactadas por el BID” enviou uma declaração à Diretoria do BID solicitando a abertura de um processo de diálogo público virtual, por meio do

qual pudessem se expressar diretamente a respeito dos danos causados por investimentos do Banco. O objetivo da proposta era solicitar a reparação direta dos impactos socioambientais causados por investimentos do BID, por sua vez exacerbados pela pandemia do Covid-19. A declaração foi assinada por três movimentos sociais latino-americanos: Asociación Aso-pesca Tocopilla (Chile), Associação de Favelas de São José dos Campos-SP (Brasil) e o Movimiento Rios Vivos (Colômbia) (Vide Quadro 1) (IAP, 2020; SAMPAIO, 2020).

No quadro síntese abaixo (Quadro 1) apresentam-se os casos selecionados que irão compor esta pesquisa. As informações foram compiladas com base na documentação disponibilizada nos websites dos mecanismos independentes que organizaram os encontros virtuais. Identificaram-se dez casos recebidos pelos IAMs, no período de 2011 a 2020:

Quadro 1 – Casos mapeados nos cinco mecanismos independentes que organizaram os eventos virtuais

IFI	IAM	Projeto	Data da solicitação	Solicitantes	Apoiadores	Descrição	Status
Grupo Banco Mundial (GBM)	Painel de Inspeção (IPN)	Teresina: Governança Municipal e o Projeto de Qualidade de Vida (P146870)	23/8/2019	BRASIL: 202 famílias domiciliadas nos bairros Afonso Mafrense e São Joaquim, de Teresina-PI	Arquidiocese de Teresina; Ministério Público Estadual; Defensoria Pública da União.	Os solicitantes alegam que o projeto causará o reassentamento das famílias, e danos socioambientais incommensuráveis.	Aberto
Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)	Mecanismo Independente de Consulta e Investigação (MICI)	Programa Ambiental Saneamento Rio Reconquista – Solicitação II	7/5/2019	ARGENTINA: Sr. Marlin Nunziata e moradores da Provincia de Buenos Aires	Não divulgado	Os solicitantes criticam a intervenção no Rio Reconquista, fato que poderá ocasionar danos ambientais e à saúde dos moradores locais.	Aberto
		Projeto Hidroelétrico Alto Maipo	23/1/2017	CHILE: Sra. Marcela Mella e comunidades do Cânion do Maipo da cidade de Santiago	Coordenadora Ciudadana No Ato Maipo e a ONG Ecosistemas	Os solicitantes alegam uma série de danos ambientais e sociais decorrentes do Projeto Hidroelétrico Alto Maipo.	Aberto
		Programa de Estruturação Urbana de São José dos Campos (BR-L1160) – Solicitação II	10/6/2011	BRASIL: Jardim Nova Esperança (Banhado), de São José dos Campos-SP	Sr. Cosme Vitor da Central de Movimentos Populares	O Programa de Estruturação Urbana de São José dos Campos causará impactos sociais e ambientais irreversíveis para áreas protegidas.	Fechado

Fonte: IPN (2020b); MICI (2020a; 2020b; 2020c; 2020d; 2020e; 2020f; 2020g); IRM (2020); PNUD (2022); CAO (2020).

Quadro 1 – Casos mapeados nos cinco mecanismos independentes que organizaram os eventos virtuais (continuação...)

	Planta Dessalinizadora Radomiro Tomic	16/11/2020	CHILE: 175 moradores do litoral costeiro da comuna de Tocopilla, região de Antofagasta	<i>International Accountability Project</i> (IAP), ASOPESCA TOCOPILLA A. G.)	Os reclamantes são contrários à construção da Usina de Dessalinização Radomiro Tomic, projetada na região costeira de Tocopilla.	Fechado	
	Apoio à Estruturação do Projeto Hidrelétrico de Ituango	5/6/2018	COLÔMBIA: 480 moradores de 8 municípios da região do cânion do Rio Cauca, em Antioquia	Sra. Isabel Zuleta, da organização Rios Vivos Antioquia	Os solicitantes denunciam diversos casos de violência contra as lideranças que se posicionaram contra o projeto.	Fechado	
	Projeto de Cadastro, Titulação e Registro de Terras Rurais no Peru	27/8/2015	PERU: 1.166 comunidades nativas da Amazônia peruana	<i>Asociación Interétnica de Desarrollo de la Selva Peruana</i> (AIDSESP)	Os solicitantes alegaram que o projeto causará danos irreparáveis aos povos indígenas da Amazônia peruana.	Aberto	
Fundo Verde para o Clima (GCF)	Mecanismo Independente de Reparação (IRM)	Promovendo a Resiliência de Zonas Úmidas na Província de Datan del Marañón	Agosto de 2019	PERU: Não divulgado	Falta de consentimento dos povos indígenas afetados na implementação do projeto.	Aberto	
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)	Unidade de Conformidade Social e Ambiental (SECU)	Fortalecimento institucional de Gestão	22/8/2017	PANAMÁ: <i>Movimiento 10 de Abril M10</i>	Não divulgado	A denúncia alega que estaria violando os direitos humanos dos povos indígenas locais da região.	Fechado
Corporação Financeira Internacional (IFC)	Assessor em Cumprimento e Ombudsman (CAO)	Projeto #26031 Hidro Santa Cruz - Guatemala	15/7/2015	GUATEMALÁ: Moradores da cidade de Santa Cruz Banillas	Não divulgado	Os denunciantes alegaram que o projeto não foi devidamente discutido com as comunidades indígenas.	Aberto

Fonte: IPN (2020b); MICI (2020a; 2020b; 2020c; 2020d; 2020e; 2020f; 2020g); IRM (2020); PNUD (2022); CAO (2020).

Apesar das diferenças geográficas dos movimentos, ambos têm em comum a defesa de seus modos de vida tradicionais, incluindo moradia, localização, trabalho, relação com a terra etc. Gago (2014) considera como neoliberalismo “de baixo para cima” as economias que resistem à exploração e, ao mesmo tempo, assumem a forma racionalista do neoliberalismo em seus modos de vida. Nesse sentido, o diálogo proposto entre as comunidades e as IFIs foi capturado pela IAMNet e organizado por cinco Mecanismos Independentes no formato de seminários virtuais, contando com o apoio de organizações da sociedade civil e universidades. No quadro abaixo (Quadro 2) consta a relação dos atores responsáveis pela organização dos Seminários Virtuais.

Na visão de Chico de Oliveira (2000), apesar de as classes dominadas reinventarem constantemente a política diante do domínio autocrático das forças dominantes, na verdade,

Quadro 2 – Entidades organizadoras do evento “Seminários Virtuais sobre Responsabilização Socioambiental e Organizações Multilaterais”

IFI	IAM	Organizações da Sociedade Civil e Universidades	
Grupo Banco Mundial (GBM)	Painel de Inspeção (IPN)	Conectas Direitos Humanos	Associação Interamericana para a Defesa do Meio Ambiente (AIDA)
Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)	Mecanismo Independente de Consulta e Investigação (MICI)	Instituto Socioambiental (ISA)	Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC)
Fundo Verde para o Clima (GCF)	Mecanismo Independente de Reparação (IRM)	<i>International Accountability Project</i> (IAP)	Associação de Defesa Etnoambiental Kanindé
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)	Unidade de Conformidade Social e Ambiental (SECU)	Rede Brasileira pela Integração dos Povos (REBRIP)	<i>International Rivers</i> (IRN)
<i>Corporação Financeira Internacional & Agência Multilateral de Garantias de Investimentos</i> (IFC-MIGA)	<i>Compliance Advisor Ombudsman</i> (CAO)	Defensoria Pública do Estado de São Paulo	Observatório das Migrações em São Paulo (NEPO/UNICAMP)

Fonte: Silva (2020a). Elaborado pelo autor com base nos resultados iniciais da pesquisa, fruto da participação nos Seminários Virtuais.

o caso dos seminários virtuais evidencia algumas questões investigadas por Paoli (2007) acerca dos novos mecanismos que dificultam a invenção política da cidade. Em muitos cenários, o neoliberalismo obtém sucesso pela supressão de qualquer possibilidade de invenção política por parte dos cidadãos, em geral, não apenas por meio da violência, mas também por sua domesticação através da instrumentalização governamental (Paoli, 2007).

Em linhas gerais, o diálogo proposto pelas comunidades se transformou numa exposição sobre o mandado e o funcionamento dos IAMs, conseqüentemente, anulando a construção política da Rede de comunidades afetadas pelo BID.

Vale ressaltar que o evento se restringiu ao Brasil, sem a participação de representantes de comunidades do Chile e Colômbia. Como apontou Paoli (2007), a modulação dos espaços participativos na contemporaneidade, por estratégias de gestão empresarial, é responsável por minar as potencialidades políticas dos cidadãos, ao mesmo tempo que cumprem uma função necessária para o controle social.

No primeiro dia (3/9), o moderador John Garrison, do Painel de Inspeção (IPN), realizou a abertura do evento. Camila Jorge do Amaral (IPN) apresentou os objetivos dos IAMs, que são: promover a participação cidadã no desenvolvimento sustentável, dar voz às comunidades afetadas e auxiliá-las a buscar reparações. Eva Heiss, do Mecanismo Independente de Consulta e Investigação (MICI), tratou das represálias sofridas pelas comunidades que apresentam reclamações para os IAMs. Apesar da tolerância zero quanto às represálias, os IAMs não podem proteger fisicamente os reclamantes. O posicionamento da IAMNet para com as retaliações nos indica previamente os limites institucionais dos IAMs.

Retomando Maranhão (2018), a partir do Consenso de Washington, a participação social passa a ser vista como o instrumento principal de articulação entre as estratégias de desenvolvimento e a resolução dos problemas de cada localidade. No plano ideológico, os pobres são vistos como parceiros das estratégias de desenvolvimento e não mais como beneficiários dos programas (Maranhão, 2018).

Na segunda parte foram apresentados três casos que envolveram projetos do GBM e do BID no Brasil: a) Projeto de Gestão de Recursos Naturais de Rondônia; b) Programa Habitar Brasil BID e o Programa de Estruturação Urbana de São José dos Campos-SP e c) Programa de aprimoramento a Governança Municipal e Qualidade de Vida em Teresina-PI. Os casos foram expostos por quatro representantes da sociedade civil: a) Maria Lúcia, representante das comunidades

tradicionais de Rondônia; b) Cosme Vitor, da Associação de Favelas de São José de Campos e Jairo Salvador, defensor público estadual de São José dos Campos e c) Altamiran Ribeiro, representante das famílias afetadas de Teresina-PI. Em última instância, os representantes das comunidades expressaram toda sua insatisfação para com as IFIs e seus Mecanismos Independentes, pois em nenhum caso houve responsabilização dessas instituições pelos danos causados às comunidades afetadas.

No debate houve conflitos entre os representantes da sociedade civil e os IAMs, principalmente com Cosme Vitor, que foi incisivo ao questionar a finalidade dos seminários, que em nenhum momento trataram das reivindicações por reparação socioambiental. Esse cenário pode ser compreendido a partir da abordagem de Shore (2009), na qual aponta que a gestão empresarial dos espaços participativos envolve necessariamente sua colonização por técnicas de auditoria financeira (accountancy). Segundo Shore (2009), os processos de neoliberalização incluem em seu bojo a disseminação da auditoria como forma de organização dos padrões de vida em sociedade. A cultura de auditoria pode ser descrita como: “uma condição moldada pelo uso de técnicas e princípios modernos de auditoria financeira” (Shore, 2009, p. 27). Todavia, Maranhão (2018) aponta os limites das estratégias participativas de desenvolvimento do Banco Mundial, estritamente consensuais, desde que contribuam para a disseminação de medidas liberalizantes.

Diante dos conflitos do primeiro seminário, no segundo dia (10/9), houve uma reestruturação do evento em temas específicos, quando tiveram voz os representantes das ONGs. Adhemar Ribeiro, da Rede Brasileira pela Integração dos Povos (REBRIP), realizou uma breve contextualização do cenário político. Para ele, com o enfraquecimento do multilateralismo a partir da crise de 2008, raras são as reclamações enviadas aos IAMs que são completamente

solucionadas. Júlia Neiva, da Conectas Direitos Humanos, tratou das perspectivas de responsabilização socioambiental no Brasil. Para ela, diante do cenário de criminalização dos movimentos sociais, faz-se necessário criar mecanismos de responsabilização socioambiental e não somente de resolução de conflitos.

Diante da impunidade generalizada por parte das IFIs (Bancos e agências multilaterais), Paoli (2007) recupera os conceitos foucaultianos de técnicas disciplinares e biopolítica, segundo os quais as formas de controle social da modernidade se expressam numa racionalidade corporificada nas instituições políticas, tal como o Estado, em que coexistem mecanismos de cuidado à população e mecanismos de destruição das estruturas políticas.

De fato, a responsabilização socioambiental dos Bancos e Agências Multilaterais por danos causados às populações locais ainda é algo distante no horizonte das Organizações Multilaterais. A impunidade impera em um cenário contraditório no qual os programas de desenvolvimento coexistem com o massacre das populações locais. Podemos citar como exemplo os casos dos movimentos que impulsionaram a criação da Rede de Comunidades Impactadas pelo BID.

Na região de Antioquia/Colômbia, o financiamento do BID na construção da barragem Hidroituango tem implicado na remoção de moradias e no empobrecimento das comunidades tradicionais situadas no cânion do Rio Cauca, cujo projeto tem sido denunciado pelo Movimento Rios Vivos. Como agravante, a região é marcada pela violência perpetrada por mercenários, contratados pelas grandes empresas transnacionais envolvidas na construção da barragem, contra os ativistas socioambientais (RIOS VIVOS, 2020). Na cidade de Tocopilla/Chile, os pescadores associados à Asociación Asopesca Tocopilla são contrários ao projeto registrado no BID-Invest para a instalação de uma empresa de dessalinização da água do mar, que poderá causar prejuízos

aos modos tradicionais de vida dos pescadores (Instituto Maíra, 2020). Em São José dos Campos/Brasil, o Programa Habitar Brasil-BID removeu no ano de 2004 cerca de 453 famílias, oriundas de três assentamentos precários, para um conjunto habitacional localizado a uma distância de 16 Km dos assentamentos originais, e, noutro financiamento, firmado em 2011, para um programa de desenvolvimento urbano e habitacional, destinava-se para a construção de uma via expressa uma área de proteção ambiental habitada por uma comunidade centenária, a Comunidade do Banhado, atualmente ameaçada de remoção (Silva, 2020b).

Com a moderação de Marcela Ribeiro, da Associação Interamericana para a Defesa do Meio Ambiente (AIDA), foram apresentados os temas específicos: Andrea Repetto, da Assessoria de Cumprimento e Ombudsman (CAO), falou sobre os “Limitantes Institucionais dos Mecanismos”. Para ela os limitantes institucionais dos IAMs são os seguintes: a) os IAMs não podem cancelar os projetos das IFIs; b) não possuem recursos de reparação para os reclamantes; c) não podem investigar empresas e governos; d) não podem proteger os reclamantes de represálias; e) não podem resolver problemas estruturais de determinado país. Na verdade, segundo Maranhão (2018), as políticas de combate à pobreza das Organizações Multilaterais são políticas locais, portanto, não visam alterar as desigualdades estruturais de determinado país. No plano ideológico do Consenso de Washington, o desenvolvimento deve ser construído junto com os “parceiros” em cada localidade, de tal modo que os grupos da sociedade civil desempenhem o papel central no debate, dando voz às comunidades.

Os demais temas específicos foram sobre os “Acordos Internacionais sobre Responsabilização Socioambiental e Direitos Humanos”, por Brent Millikan, da International Rivers (IRN) e Paula Nunes (Conectas) e o “Sistema de Alerta Prévio”, por Alexandre Andrade da International Accoun-

tability Project (IAP). Por conseguinte, os participantes foram divididos em salas virtuais para discussão dos temas. Particpei da sala 1, sobre os limitantes institucionais dos IAMs. As perguntas dos participantes foram respondidas por Andrea Repetto (CAO) e Eva Heiss (MICI). Ambas as especialistas fizeram uma autocrítica sobre os projetos das IFIs, considerando a necessidade de melhorias nos projetos e políticas dos Bancos. Perguntei a Eva Heiss em quais situações os Bancos podem cancelar projetos em decorrência de reclamações. Eva Heiss respondeu que as contestações não implicam necessariamente no cancelamento de projetos, mas em situações específicas e, dependendo dos achados dos Mecanismos, os Bancos podem decidir se afastar dos projetos.

Nas reflexões finais, John Garrison (IPN) fez uma autocrítica sobre o papel das IFIs, considerando que os financiamentos têm causado mais prejuízos às comunidades do que desenvolvimento. Podemos extrair alguns aprendizados dos seminários. Apesar de ampliarem as vozes das comunidades, os IAMs restringem sua atuação unicamente aos canais de reclamação, tornando os processos de diálogo e reparação insuficientes. A responsabilização socioambiental das IFIs e empresas privadas não está no escopo de atuação da IAMNet, somente a resolução de conflitos entre as comunidades e as IFIs.

Maranhão (2018) descreve a ambiguidade marcante de ONGs e associações da sociedade civil a partir do Consenso de Washington, após o qual as ONGs passaram a ser vistas como instituições garantidoras de maior eficiência aos projetos. Tendo como base essa referência, chama-nos atenção o caso dos Seminários Virtuais, ao passo que o evento foi conduzido de forma conjunta entre os Mecanismos Independentes e as ONGs. Para as comunidades afetadas, o seminário teve apenas o efeito simbólico de escuta, ou seja, somente mais um canal de reclamação.

Em última instância, a criação da Rede de Comunidades Afetadas pelo BID aponta um cenário promissor de articulação de diferentes lutas contra o *modus operandi* das Organizações Multilaterais. O lançamento oficial da Rede ocorreu no dia 10 de dezembro de 2020 no formato on-line de videoconferência, e simultaneamente no canal da Rede no YouTube e nas redes sociais. O evento foi organizado internacionalmente pela Associação de Favelas de São José dos Campos (Brasil), Movimento Rios Vivos (Colômbia), Asopesca Tocopilla A. G. (Chile) e Coordenadora Ciudadana no Alto Maipo (Chile). A Rede conta o apoio da Defensoria Pública do Estado de São Paulo e algumas ONGs brasileiras, incluindo a International Accountability Project, Sustentarse e o Instituto Maíra. Uma Carta Aberta foi publicada no evento, contendo uma apresentação da Rede e seus objetivos. No documento a Rede exige: “reparação dos danos causados pelo BID a cada uma das comunidades aqui presentes. Queremos voltar a viver onde vivíamos. Mais que isso, queremos retomar o controle de nossos territórios” (Rede..., 2020, p. 4). Recentemente, a denominação do movimento foi alterada de “Rede de Comunidades Impactadas pelo BID” por “Comunidade Impactadas por IFIs”, fato que demonstra uma ampliação do escopo de atuação da rede no âmbito mundial (Comunidades... 2022).

Svampa (2010) reforça a necessidade de articulação das lutas, que não depende somente dos temas em comum, mas também dos vínculos político-ideológicos presentes do campo político. Para Zibechi (2007) é preciso detectar as resistências de baixo que não estão formuladas de modo explícito, mas estão presentes de modo subterrâneo nas relações sociais, configurando formas de resistência que criam territórios contra-hegemônicos.

No ano de 2021, o MICI realizou um evento virtual direcionado apenas às comunidades assistidas pelo Banco. Assim como os Seminários Virtuais, o evento denominado “Conver-

sa com Organizações da Sociedade Civil 2021” apresentava publicamente o escritório para a sociedade civil, descrevendo seus objetivos e atuação. O primeiro evento (27/4) foi conduzido exclusivamente em língua espanhola, fato que valeu inúmeras críticas dos ativistas brasileiros presentes ao encontro (ACCESSMICI, 2021a). Como reparação, uma segunda sessão (25/5) foi realizada exclusivamente em língua portuguesa. No geral, os movimentos cobraram por reparação aos danos causados pelo BID aos modos de vida das comunidades latino-americanas. O MICI, por sua vez, procurou se isentar publicamente da responsabilidade, pois, enquanto escritório independente do BID, sua jurisdição se limita unicamente à resolução de conflitos (ACCESSMICI, 2021b).

Em suma, as estratégias de desenvolvimento das Organizações Multilaterais implicam necessariamente na coexistência de medidas de combate à pobreza e medidas de eliminação das populações pobres. Para Foucault (1988 apud PAOLI, 2007) “o reverso da biopolítica é a tanatopolítica”; em outras palavras, o cuidado com a população implica necessariamente na gestão da morte, em que a exceção se torna a regra, conduzindo à formulação de tecnologias políticas que produzem um estágio de negação dos direitos a uma parcela da população.



5. Considerações finais

Apesar de ampliar as vozes das comunidades, os IAMs restringem sua atuação unicamente aos canais de reclamação, tornando os processos de diálogo e reparação parcos e insuficientes. A responsabilização socioambiental das IFIs e empresas privadas não está no escopo de atuação da IAM-Net, somente a resolução de conflitos entre as comunidades e as IFIs. As críticas às IFIs podem ser efetuadas até mesmo

por representantes dos IAMs, mas não são capazes de evoluir para responsabilização socioambiental, pois os Mecanismos são escritórios de auditoria submetidos às regras dos bancos.

Outra questão a ser investigada é o papel das ONGs como auxiliares no processo de auditoria dos Mecanismos Independentes. Nos Seminários Virtuais, o evento foi conduzido de forma conjunta entre os Mecanismos Independentes e as ONGs. Com inserção das ONGs como colaboradoras da gestão empresarial dos espaços participativos, os Seminários Virtuais reduziram-se a um simples canal de reclamação, de maneira que as ONGs cumpriram o papel de estabilização das tensões sociais.

Por fim, a articulação de diferentes movimentos sociais latino-americanos em torno de uma rede de comunidades afetadas representa um sinal de construção de lutas políticas por responsabilização socioambiental a nível global, com capacidade de reunir povos e comunidades afetadas por IFIs em todos os continentes.



6. Referências

ACCESSMICI. Access MICI. Conversatorio MICI con sociedad civil – 27 de abril de 2021. Mensagem recebida por accessmici@iabd.org em 26 de abril de 2021a. Disponível em: <https://mail.google.com/mail/u/2?ik=3aabfd83d1&view=pt&search=all&permmsgid=msg-f%3A1698111582242226313&simpl=msg-f%3A16981115>. Acesso em: 26 abr. 2021.

ACCESSMICI. Access MICI. Conversa com o MICI – 25 de maio, 10.30 hrs. Mensagem recebida por accessmici@iabd.org em 21 de maio de 2021b. Disponível em: <https://mail.google.com/mail/u/2?ik=3aabfd83d1&view=pt&search=all&permthid=thread-f%3A1700398735089112249&simpl=msg-f%3A17003987>. Acesso em: 21 maio 2021.

ARANTES, Pedro Fiori. O ajuste urbano: as políticas do Banco Mundial e do BID para as cidades latino-americanas. 2004. Dissertação (Mestrado em Estruturas Ambientais e Urbanas/ Faculdade de Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

COMUNIDADES IMPACTADAS POR IFIS. Facebook: @Comunidades Impactada por IFIs. 2022. Disponível em: <https://www.facebook.com/ComunidadesimpactadasIFIs>. Acesso em: 14 jan. 2021.

COMPLIANCE ADVISOR OMBUDSMAN. CAO. Guatemala / CIFI-01/Santa Cruz. CAO/IFC-MIGA. 2020. Disponível em: http://www.cao-ombudsman.org/cases/case_detail.aspx?id=241. Acesso em: 3 ago. 2020.

FOUCAULT, M. As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas. 8. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

GAGO, Verónica. La razón neoliberal: economías barrocas y pragmática popular. Buenos Aires-ARG: Tinta Limón, 2014.

HOLLIDAY, O. J. Para sistematizar experiências. 2. ed. Brasília: MMA, 2006.

INTERNATIONAL ACCOUNTABILITY PROJECT - IAP. Work. 2020. Disponível em: <https://accountabilityproject.org/work/>. Acesso em: 26 set. 2020.

INSTITUTO MAÍRA. Pescadores Artesanales de Tocopilla, 2020. Disponível em: www.institutomaira.org/pescadores-artesanales-de-tocopilla. Acesso em: 24 set. 2020.

IPN. INSPECTION PANEL. Recebimento de casos (anos fiscais) [gráfico] / Painel de Inspeção – Grupo Banco Mundial.

2020a. Disponível em: <http://www.inspectionpanel.org/panel-cases/data>. Acesso em: 30 set. 2020.

IPN. INSPECTION PANEL. Brasil: Teresina aprimoramento a Governança Municipal e o Projeto de Qualidade de Vida Financiamento Adicional (P146870) (Casos de Painel) / Painel de Inspeção – Grupo Banco Mundial. 2020b. Disponível em: <http://www.inspectionpanel.org/panel-cases/teresina-enhancing-municipal-governance-and-quality-life-project-additional-financing>. Acesso em: 3 ago. 2020.

IRM. INDEPENDENT REDRESS MECHANISM. FP001: Construindo a resiliência de áreas úmidas na província de Datem del Marañón, Peru. 2020. Disponível em: <http://www.greenclimate.fund/project/fp001> Acesso em: 3 ago. 2020.

LAVAL, C. As duas faces do neoliberalismo contemporâneo. Tradução C. Rizek, no prelo. Revista proposta FASE. Rio de Janeiro.

MAKINO, Rogério. Bancos multilaterais de desenvolvimento e capacidade estatal: o BID, o Brasil e a Argentina. 2015. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade de Brasília, 2015.

MARANHÃO, T. A. O consenso das oportunidades: banco mundial e PNUD no combate à pobreza. / Tatiana de Amorim Maranhão. São Paulo: Alameda, 2018.

MICI. MECANISMO INDEPENDENTE DE CONSULTA E INVESTIGAÇÃO. Red de Mecanismos Independientes de Rendición de Cuentas: Criterios de participación y principios de cooperación. 2017. Disponível em: <http://www.iadb.org/es/mici/red-internacional-de-mecanismos-de-rendicion-de-cuentas> Acesso em: 1/8/2020.

MECANISMO INDEPENDENTE DE CONSULTA E INVESTIGAÇÃO - MICI. MICI-BID-AR-2019-0148 – Programa Ambiental Saneamento Ríó Reconquista – Solicitação III. 2020a. Disponível em: <http://www.iadb.org/pt/mici/complaint-detail?ID=MICI-BID-AR-2019-0148&nid=25642> Acesso em: 3 ago. 2020.

MECANISMO INDEPENDENTE DE CONSULTA E INVESTIGAÇÃO - MICI. MICI-BR-2011-020 – Brasil – Programa de Estruturação Urbana de São José dos Campos. 2020b. Disponível em: <http://www.iadb.org/pt/mici/complaint=-detail2014-?ID=MICI-BR-2011-020&nid=22998> Acesso em: 3 ago. 2020.

MECANISMO INDEPENDENTE DE CONSULTA E INVESTIGAÇÃO - MICI. MICI-BID-CH-2020-0153 – Planta Desalinizadora Radomiro Tomic. 2020c. Disponível em: <http://www.iadb.org/pt/mici/complaint-detail?ID=MICI-CII-CH-2020-0153&nid=27279> Acesso em: 3 ago. 2020.

MECANISMO INDEPENDENTE DE CONSULTA E INVESTIGAÇÃO - MICI. MICI-BID-CO-2018-0133 – Apoio à Estruturação do Projeto Hidrelétrico de Ituango. 2020d. Disponível em: <http://www.iadb.org/pt/mici/complaint-detail?ID=MICI-BID-CO-2018-0133&nid=23505> Acesso em: 3 ago. 2020.

MECANISMO INDEPENDENTE DE CONSULTA E INVESTIGAÇÃO - MICI. MICI-PE-2015-0094 – Projeto de Cadastro, Titulação e Registro de Terras Rurais no Peru – Terceira Fase (PTRT-3). 2020e. Disponível em: <http://www.iadb.org/pt/mici/complaint-detail?ID=MICI-PE-2015-0094&nid=21854>. Acesso em: 3 ago. 2020.

MECANISMO INDEPENDENTE DE CONSULTA E INVESTIGAÇÃO - MICI. MICI-BID-CH-2017-0115 – Projeto Hidrelétrica Alto Maipo. 2020f. Disponível em: <https://www.iadb.org/pt/mici/complaint-detail?ID=MICI-BID-CH-2017-0115&>

[nid=21796](https://www.iadb.org/pt/mici/complaint-detail?ID=MICI-BID-AR-2019-0148&nid=21796). Acesso em: 3 ago. 2020.

MECANISMO INDEPENDENTE DE CONSULTA E INVESTIGAÇÃO - MICI. Mais prestação de contas, mais sustentabilidade, 2020g. Disponível em: <https://www.iadb.org/pt/mici/mici-mecanismo-independente-de-consulta-e-investigacao>. Acesso em: 20 fev. 2020.

OLIVEIRA, Francisco de. Privatização do público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal. Petrópolis-RJ: Vozes, 2000. p. 55-81. In: OLIVEIRA, F.; PAOLI, M. C. (org.). Os sentidos da democracia: políticas do dissenso e hegemonia global. Petrópolis-RJ: Vozes, 2000.

PAOLI, M. C. O mundo do indistinto: sobre gestão, violência e política. In: OLIVEIRA, F; RIZEK, C. S. (org.). A era da indeterminação. / [Francisco de Oliveira, Cibele Saliba Rizek, organizadores]. – São Paulo: Boitempo, 2007.

PECHÊUX, Michel. O discurso: estrutura ou acontecimento. Campinas, SP: Pontes Editores, 1997.

RED DE COMUNIDADES IMPACTADAS POR EL BID. Constituição da Rede de Comunidades Impactadas pelo BID. 2020. Disponível em: <https://www.instagram.com/comunidade-simpactadasifis/> Acesso em: 10 dez. 2020.

RIZEK, C. S; PAOLI, M. C. Apresentação: Depois do Desmanche. In: OLIVEIRA, F; RIZEK, C. S. (org.). A era da indeterminação. / [Francisco de Oliveira, Cibele Saliba Rizek, organizadores]. – São Paulo: Boitempo, 2007.

RIOS VIVOS. Movimento rios vivos. 2020. Disponível em: <http://www.riosvivoscolombia.org/en/who-we-are/rios-vivos-movement/> Acesso em: 29 set. 2020.

SAMPAIO. A. A. A Responsabilidade dos bancos de desenvolvimento: auxiliar primeiro as comunidades afetadas por seus

projetos. 2020. Disponível em: <http://www.medium.com/@accountability/a-responsabilidade-dos-bancos-de-desenvolvimento-auxiliar-primeiro-as-comunidades-afetados-por-5c7b4a-b991e>. Acesso em: 28 set. 2020.

SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. Introdução. In: SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. Epistemologias do sul. Coimbra/Portugal: Edições Almedina, 2009.

SECU. SOCIAL & ENVIRONMENTAL COMPLIANCE UNIT. SECU0004: Fortalecimento Institucional de Gestão por Resultados no Ministério das Relações Exteriores. 2020. Disponível em: <https://info.undp.org/sites/registry/secu/SECUPages/CaseFile.aspx?ItemID=22>. Acesso em: 13 jan. 2022.

SILVA, D. A. Diário de Campo do pesquisador: Pós-doutorado. Acervo particular do autor, 2020a.

SILVA, Douglas de Almeida. Planejamento urbano, campo intelectual e sistema simbólico: a vida no Banhado, cartão postal de São José dos Campos, SP (1937-2016). 2020. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade do Vale do Paraíba, São José dos Campos, SP, 2020b.

SHORE, Cris. Cultura de auditoria e governança iliberal: universidades e a política da responsabilização. Mediações. Dossiê: C&T – Análises sobre a cultura da avaliação na produção acadêmica. v. 14, n.1, p. 24-53, jan./jun. 2009.

SVAMPA, Maristella. Movimientos Sociales, matrices socio-políticas y nuevos escenarios en América Latina. Working Papers. [s.l]: Unikassel Versität, 2010. Disponível em: https://kobra.uni-kassel.de/bitstream/urn:nbn:de:hebis:34-2010110334865/1/OWP_Working_Paper_2010_01.pdf. Acesso em: 3 mar. 2018.

THIOLLENT, Michel. A inserção da pesquisa-ação no contexto da extensão universitária. In: BRANDÃO, C. R.; STRECK, D. R. Pesquisa participante: o saber da partilha. Aparecida: Ideias & Letras, 2006.

ZIBECHI, Raúl. Territorios en resistencia: cartografía política de las periferias urbanas latinoamericanas. Buenos Aires, Argentina: Cooperativa de Trabajo Lavaca Ltd., 2007.



Fonte: PPGPLUR/
CEHVAP-Univap

Requalificar para quê? Para quem? Estudos Iniciais do Processo de Requalificação da Área Central de Boa Vista-RR

15

1. Introdução

Atualmente, a Geografia Urbana afirma a importância da reflexão sobre a produção do espaço urbano, bem como sobre o processo de acumulação e reprodução do capital, e pode colaborar com a asserção de soluções para os problemas locais e regionais relacionados à gestão do território. Entender todo esse processo de produção espacial nos força a compreender e a ver o mundo marcado pelas revoluções técnico-científicas informacionais.

Para Alves (2016, p.365), os processos de transformação urbana nas áreas centrais têm sido uma estratégia comum às cidades em todo o mundo, pautada na criação de consensos para a efetivação das mudanças socioespaciais, de modo que a sociedade, em geral, não se opõe a tais ações para a realização das mudanças. Há vários registros e análises de processos de transformações urbanas, em especial, nos centros das metrópoles.

As operações urbanas, requalificação ou renovação das cidades ou partes delas, por meio dos seus projetos urbanos,

¹ Possui Pós-doutorado em Geografia pela Universidade de São Paulo-USP. Doutorado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista UNESP-Rio Claro. Mestrado em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade do Vale do Paraíba e Graduação em Geografia pela Universidade de Mogi das Cruzes. Atualmente é Professor Associado da Universidade Federal de Roraima.

têm sido, hoje, muito estudadas por diversos profissionais de diferentes áreas. Podemos identificar alguns exemplos já realizados em grandes metrópoles brasileiras, como São Paulo e Rio de Janeiro; em metrópoles regionais, como Belém e Macapá; e em cidades de outros países, como Buenos Aires (Argentina), Barcelona (Espanha), Baltimore (Estados Unidos), entre outras.

Nessas áreas ocorreram transformações no perfil dos usuários. Os moradores de baixa renda foram forçados a sair da região, pois os preços dos imóveis aumentaram, ou foram expulsos a partir do momento da demolição de suas moradias. Com isso, novas formas espaciais surgiram.

Via de regra, situar a requalificação no contexto da (re) produção do espaço, é observar claramente a atuação dos agentes sociais que produzem e reproduzem esse espaço. Nesse sentido, podemos encontrar, de modo geral, a atuação do Estado e dos promotores imobiliários articulados defendendo os seus interesses. Nesse contexto é de competência exclusiva dos municípios a ordenação legal do território municipal, pois a legislação que define as operações urbanas é municipal, de acordo com a Constituição Federal de 1988.

É importante destacar que há a necessidade de uma parceria entre alguns setores nos grandes projetos de requalificação urbana, que o poder público sozinho não consegue arcar com todos os custos da infraestrutura e dos equipamentos públicos necessários para as transformações na paisagem e o setor privado também não, o que justifica tal parceria. Será que requalificação urbana se coloca hoje, como necessária, à medida que as cidades vão envelhecendo ou sofrendo processo de degradação ou deterioração?

Alves (2016, p. 366), considera que:

quando analisamos os projetos de intervenções no espaço urbano, os termos mais utilizados nos documentos oficiais (ao menos no Brasil) e em muitos trabalhos acadêmicos são revitalização,

refuncionalização e que, em geral, enfatizam processos que promovem as transformações socioespaciais. Essas são apresentadas como necessárias social e economicamente já que, em geral, os diagnósticos, elaborados por especialistas, caracterizam as áreas centrais como degradadas, abandonadas e esvaziadas de população.

Entender o processo de requalificação da área central de Boa Vista, a sua relação com a transformação e alteração da paisagem urbana e o impacto dessa alteração na população é o principal objetivo dessa investigação. Isso porque o lugar mais dinâmico da vida urbana é o centro das cidades, onde há fluxo de pessoas, veículos e mercadorias decorrentes da marcante presença das atividades terciárias.

Trataremos aqui da requalificação da área central de Boa Vista. Contudo, temos as operações urbanas que incidem sobre outras áreas da cidade, embora não apresentem as características de requalificação. Cada operação urbana tem que ser regulamentada por lei específica e aprovada pelo Legislativo. É por meio da lei que são definidos os objetivos, os locais que passarão por transformações/renovações urbanas. Nesse contexto, as operações urbanas apresentam o pressuposto de que são realizações de interesse público, porém, nem sempre ações de interesse público apresentam benefícios públicos.

Cabe destacar aqui alguns conceitos importantes no tocante às pesquisas sobre requalificação e operação urbana, os quais fundamentaram essa investigação. Em Cardoso (2007 p. 33), temos:

Revitalização, processo que conjuga a reabilitação arquitetônica e urbana de centros históricos e a revalorização de atividades urbanas potenciais. A revitalização urbana engloba operações destinadas a reimpulsionar a vida econômica e social de uma parte da cidade em declínio. Essa noção, próxima à de reabilitação urbana, se aplica a todos os setores das cidades com ou sem identidade

e características notáveis.

Renovação, ação que implica a demolição de estruturas morfológicas e tipológicas em um setor urbano degradado e sua conseqüente substituição por um novo modelo urbano, com novas construções (pela adoção de novas tipologias contemporâneas), configurando um setor com uma nova estrutura funcional. Hoje, esta estratégia se desenvolve sobre tecidos urbanos degradados nos quais se reconhecem valor enquanto patrimônio arquitetônico ou conjunto urbano preservado.

Requalificação são operações realizadas em locais que não são usados para habitação. Essas operações propõem a esses espaços novas atividades mais adaptadas ao contexto atual. Reabilitação é uma estratégia de gestão urbana que permite a requalificação de uma cidade existente, por meio de múltiplas intervenções, destinadas a valorizar suas potencialidades sociais, econômicas e funcionais, a fim de melhorar a qualidade de vida das populações residentes. Esta última exige a melhoria física do conjunto construído através da reabilitação e da instalação de equipamentos, de infraestruturas e de espaços públicos, conservando, assim, a identidade e as características da área em questão.

Em seu artigo “Estratégias de desenvolvimento e discurso do declínio em políticas de requalificação urbana no Brasil e na Europa”, Trindade Júnior (2010, p. 195) destaca algumas denominações contemporâneas de intervenção em áreas centrais. Para ele, “várias adjetivações têm sido usadas para nomeá-las, dentre as mais recorrentes destacam-se: renovação, revitalização, reabilitação, requalificação, regeneração, reciclagem e recuperação”. Segundo o autor:

Na Europa o termo reabilitação tem sido mais utilizado, seja nas políticas oficiais de intervenção, seja no debate acadêmico, a exemplo do que acontece na França e em Portugal. No Brasil, a

ideia de revitalização tem sido mais difundida, não sendo necessariamente compartilhada no interior do debate acadêmico. Trindade Júnior considera a requalificação urbana como uma forma de renovação urbana, que, por sua vez, busca dar uma nova qualidade ao espaço e que se mostra em estreita sintonia com estratégias de desenvolvimento e com denominados interesses de agentes que definem formas específicas de controle de frações do espaço das áreas centrais. (Trindade Júnior, 2010, p.195)

Muitas vezes, alguns territórios tendem a se esvaziar, dada a força de renovação definida pela implantação de equipamentos culturais, de espaços de lazer e de diversão e às melhorias urbanísticas dos espaços públicos circundantes. (Trindade Júnior, 2010). Segundo o autor, surgem novas qualidades no espaço, qualidades estas que substituem aquelas outras que demarcam espacialidades e territorialidades bem próprias das dinâmicas e vivência cotidianas e, portanto, cheias de vida, da área central, mas que buscam se ajustar ao perfil do novo papel a que essas cidades se propõem a assumir na perspectiva da competitividade global.

O referido autor conclui afirmando que:

segundo o discurso de “declínio” urbano, a requalificação urbana, poderia, entre outras coisas: a) estimular a renovação desses setores centrais e decadentes; b) incentivar o uso dos mesmos para fins turísticos, pela riqueza por eles apresentada; c) dar um novo impulso econômico por meio de atividades terciárias em substituição às antigas indústrias que se desconcentraram; d) possibilitar um novo conteúdo social a esses espaços, de maneira a mudar a imagem decadente e estigmatizada a qual frequentemente estão associados. (Trindade Júnior, 2010, p.199)

Para Scarlato e Costa (2013, p.369), é reconhecido, nas últimas décadas, o crescente número de geógrafos envolvi-

dos em estudos sobre o patrimônio cultural, especialmente aquele referente às cidades: o patrimônio urbano. Nesse contexto, a análise ora apresentada assenta-se em duas questões: na inquirição geográfica sobre os aglomerados da vida e na justificativa para a relação entre patrimônio e totalidade em Geografia. Tais apontamentos auxiliarão na reflexão sobre uma possibilidade analítica do patrimônio urbano nesse campo do saber, que é a de ultrapassar a dimensão do bem em si e dialogar com a noção de totalidade nos estudos patrimoniais.

A requalificação urbana melhora a qualidade de ambiente e de vida nas cidades, (Silva, 2011) e pode envolver a articulação e a integração de diversos componentes, como a habitação, a cultura, a coesão social e a mobilidade. Com o objetivo de melhorar as suas condições de uso e fruição, a adoção e implementação de programas urbanos revelam a primazia da reutilização de infraestruturas e equipamentos existentes em detrimento da construção nova ou a reutilização de espaços urbanos abandonados ou degradados.

Para Rosmaninho (2002 apud Silva 2011, p. 26), “as cidades têm que se ajustar aos instrumentos e às soluções projetadas na política de cidades, a fim de proporcionar novas condições relacionadas com a melhoria na qualidade de vida da população urbana, bem como daqueles que aí se deslocam diariamente para trabalhar ou simplesmente visitar”.

Os comportamentos das cidades perante os programas de intervenção, a análise de alguns dos seus processos internos e a capacidade de organização dos atores locais revelaram-se de extrema importância para delinear ou alcançar a estratégia de desenvolvimento adotada ou a adotar pela cidade. Parte-se do princípio que os programas de intervenção possam ser um pretexto para a reorganização dos atores locais e que os projetos de transformação possam representar para a cidade, elementos de política urbana que constituem in-

dicações estratégicas para o desenvolvimento local. (Silva, 2011 p. 26)

Requalificação e revitalização são sinônimas (Yázigi, 2006), as duas palavras se constituem de intervenções que mudam a função do edifício ou do espaço urbanístico, sem grandes alterações estruturais, divergindo da renovação urbana, que ocorre com total demolição do que existia. A nova vida começa pelo edifício e pode contagiar o entorno.

Como exemplos mais notáveis na América Latina, podem ser citados Porto Madero, em Buenos Aires, e várias edificações na cidade do México. Na mesma trilha, Curitiba (com várias zonas renovadas ou revitalizadas), Rio de Janeiro (com seu Corredor Cultural e a Barra da Tijuca), Belém (com seus restaurantes turísticos de beira-rio, Santos (com seus velhos edifícios do auge cafeeiro no Centro), São Luiz (com restaurações de interesse histórico), Salvador (com sua Ladeira do Pelourinho), Recife e outras mais na busca pela tendência mundial. (Yázigi, 2006).



2. Metodologia

A Amazônia Setentrional é uma extensa área na região Amazônica, constituída por características de natureza geográfica, sendo uma delas a sua localização: situada em grande parte no Hemisfério Norte. É uma imensa região, com 1,4 milhão de quilômetros quadrados (17% do território do país), e compreende parte do estado do Amazonas, todo o estado de Roraima, parte do Pará e o estado do Amapá. Abriga apenas 2,7 milhões de habitantes e é onde vivem 25% dos indígenas do Brasil. Possui 7, 4 mil quilômetros de fronteiras, com o Peru, Colômbia, Venezuela, Guiana, Suriname e Guiana Francesa (Becker, 2009, p. 67).

Para Silva (2007, p. 197), o Município de Boa Vista tem

essa denominação em referência à paisagem que o circunda, pois esta foi aclamada pela grande beleza revelada no conjunto formado pelo Rio Branco, pelos igarapés, pela vegetação ribeirinha e pelas praias que ali se formam, e que encantaram os primeiros desbravadores, quando ali se estabeleceram, ou, como relata a história, causaram a admiração de Inácio Lopes de Magalhães.

Com 15 municípios, o estado de Roraima é o menos populoso do país. Segundo estimativas do IBGE (2015), o estado possui 505.665 habitantes e é também o estado com a menor densidade demográfica, com 2,25 h/km². A economia é baseada no setor terciário, mas com atividades no setor primário.

Os procedimentos metodológicos foram passos importantes para atingir o objetivo proposto. Primeiramente, procurou-se realizar uma pesquisa bibliográfica. Nesse processo, alguns autores se destacaram por terem estudado requalificação urbana no Brasil e no mundo. Para embasar o estudo, foram importantes as contribuições dos textos de autores como Ana Fani Alessandri Carlos, Edward Soja, Nabil Bonduki, Lúcio Kowarick, Andréa de Oliveira Tourinho, Francisco Capuano Scarlato, Glória da Anunciação Alves, David Harvey, Bertha Becker, Neil Smith, Simone Scifone, Everaldo Batista da Costa, Saint-Clair da Trindade Júnior, Otília Arantes entre outros.

A pesquisa documental realizou-se em fontes coletadas em órgãos da prefeitura e em outros documentos oficiais em arquivos do governo, de domínio público, como o Plano Diretor de Boa Vista-RR (Boa Vista, 1991). A análise documental constitui uma técnica importante na pesquisa qualitativa, seja complementando informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema.

A pesquisa de campo aconteceu em duas partes, entre os dias 15 e 28 de julho de 2017. A primeira parte da atividade de campo se deu por meio da observação. Caminhar



Figura 1 - Vista parcial do Beiral após a demolição das primeiras casas

Fonte: Rosa Filho, 2018

pela orla, pela área central e pelas praças, além de conversar informalmente com as pessoas ajudou na compreensão da realidade local, bem como na observação de certos aspectos da cultura e da organização social do lugar. Ao retornar dessa primeira parte de campo, puderam-se tecer as primeiras anotações de cunho geral, que nos ajudaram na compreensão da complexidade do local estudado.

Na segunda parte da atividade de campo, realizaram-se registros fotográficos dos lugares onde ocorreu a observação (Figura 1). Apesar da pesquisa documental em órgãos públicos, o levantamento fotográfico feito pelo pesquisador foi fundamental para registrar os diversos aspectos da paisagem urbana, para o entendimento da realidade local.



3. Resultado e Discussão

3.1 A Requalificação Urbana da Área Central de Boa Vista

3.1.1 Orla Taumanan

A Orla Taumanan (Figura 2) é um dos principais pontos turísticos de Boa Vista. Segundo a Prefeitura, a orla foi inaugu-



**Figura 2 -
Orla Taumanan**

Fonte: Lima (2011).

rada em julho de 2004, totalizando 6.500 metros quadrados. À primeira vista, a orla é uma grande estrutura suspensa sobre a margem direita do rio, porém, ao conhecer e caminhar pelo local, no centro histórico da cidade, percebemos que é mais que isso. É um amplo espaço de lazer e entretenimento para a população boavistense passear não só aos sábados e domingos, mas também durante a semana, pois a Orla Tuamanan permanece aberta e conta também com lanchonetes e áreas para descanso. Há também um espaço para exposição de trabalhos artesanais, que fica aberto em horário comercial para todos que queiram comprar souvenirs roraimenses e indígenas. A orla foi revitalizada em 2016 após quase dois anos fechada. Próximo dela operam serviços particulares de navegação fluvial turística.

Segundo Veras (2009 p. 180), dada a sua importância como uma das principais áreas de entretenimento da cidade, durante a construção da Orla, ocorreram diversos “conflitos” de opiniões entre a população e o poder público por conta de a área ser uma Área de Proteção Permanente – APP, isto é, imprópria para a construção. O que se viu foi prevalecer à força a vontade do poder público e o interesse de uma pequena parcela da população. Para Veras:



Figura 3 - Beiral

Fonte: Farias (2014).

Essa ação da prefeitura não atendeu a uma totalidade da cidade, pois beneficiou uma parcela da população de maior poder aquisitivo, bem como a parcela mínima de empresários influentes, que foram contemplados com os pontos comerciais localizados na orla. (Veras, 2009 p. 180).

À margem direita do Rio Branco e próximo à Orla Taumanan, há uma ocupação denominada de Beiral. De acordo com a Lei n. 1.117, de 31 de dezembro de 2008, publicada no Diário Oficial do Município de Boa Vista, o Beiral é considerado uma Área Especial de Interesse Social (Boa Vista, 2008). A área (Figura 3) possui 1.356.159,31 metros quadrados e 5.528,60 metros de perímetro. As famílias, a maioria de baixa renda, vivem nessa área há mais de 60 anos, porém, o poder público a vê como uma área de interesse para investimentos públicos.

Para requalificar a área central de Boa Vista (Figura 4), o poder público local tem realizado uma verdadeira “limpeza” ou higienização do Beiral. O processo de demolição das casas iniciou-se em julho de 2017. Dezenas de famílias já deixaram o local e outras dezenas deverão ser retiradas até o início das obras. Como o Beiral se localiza na região central



Figura 4 - Projeto de revitalização do Beiral

Fonte: Brandão (2018).

da cidade, muitas famílias não querem ser removidas, pois irão para lugares distantes do centro e terão gastos extras com deslocamento para o trabalho, estudos para as crianças, entre outras demandas. No total, 242 imóveis serão desocupados e demolidos até o fim das obras.

Em entrevista ao portal g1.globo.com/rr/roraima/noticia/prefeitura, a prefeita afirmou que: “Aqueles que não quiserem negociar vão receber o que eles têm direito e aí a gente pede que eles entrem na Justiça, que é o lugar correto para qualquer outro questionamento”, disse a emedebista.

Os moradores removidos do Beiral, aqueles que aceitaram ir morar em conjuntos habitacionais distantes do centro e aqueles que tentam permanecer no local, vêm sofrendo

um processo acirrado de segregação socioespacial. Alguns moradores do entorno dessa área em mudança, que não são afetados com desapropriações, viram no projeto da prefeitura uma possibilidade de valorização dos seus imóveis, seja pela obra em si, seja pela remoção dos moradores de baixa renda. Por tudo isso, seriam beneficiados com o aumento do valor dos imóveis tanto para venda quanto para o aluguel.

Segundo a prefeita de Boa Vista “É uma obra de geração de emprego e renda que vai mudar o Centro da cidade. Vamos ter um aquecimento no comércio do Centro, que perdeu muito com a construção dos shoppings”, afirmou.

Vejamos: geração de emprego e renda? Para isso, pessoas, em nome do mercado, são removidas dos seus lugares? Ainda que se gere emprego e renda, o que impera nessa lógica? Fica claro no projeto da prefeitura que o que impera é a segregação socioespacial, a limpeza, a higienização do lugar, os pobres sendo empurrados para as longínquas periferias das cidades.

Existe uma relação muito próxima dos habitantes do Beiral com o Rio Branco. Próximos às suas margens, alguns moradores ainda resistem ao avanço das atuais práticas modernas de produção, pois usam o espaço ainda como mercadoria, e reproduzem o modo de vida dos chamados povos ribeirinhos. O espaço foi alterado e modificado, provocando conflitos socioespaciais pela permanência e apropriação desse espaço. Embora Boa Vista seja uma cidade da Amazônia Setentrional, aqui, se segue a mesma lógica das grandes cidades, como São Paulo e Rio de Janeiro, no tocante à requalificação da área central: o aumento da reprodução do capital e aprofundamento das desigualdades socioespaciais.



4. Considerações Finais

Em Boa Vista, Roraima, as alterações na paisagem tiveram como proposta a requalificação urbana da área central da cidade. Contudo, observou-se que muitos moradores não queriam deixar o local onde viviam há muitos anos e ser empurrados para os bairros periféricos, afastados do centro.

A requalificação, a renovação das cidades ou parte delas, por meio dos seus projetos urbanos, tem sido hoje muito estudada por diversos profissionais, porém, muito criticada também, justamente por indicar o espaço como valor de troca em detrimento do seu uso.

Em cada cidade, o poder público local define suas estratégias e objetivos para realizar seus processos de alterações no espaço urbano. Definem as localidades da cidade, que passarão por esse processo de reestruturação, melhorias sociais e, conseqüentemente, terão uma valorização futuramente no espaço.

Nesse sentido, os conflitos entre os agentes que produzem o espaço urbano e as populações envolvidas no processo sempre existirão. Entretanto, a partir de consensos criados pela mídia local, esses conflitos se minimizam mediante discursos do poder público, reforçando alguns argumentos técnicos de que esses moradores e suas moradias são, em geral, os culpados pela “desvalorização” espacial.

As transformações socioespaciais analisadas no processo de requalificação urbana na área central de Boa Vista tiveram única e exclusivamente, de acordo com a análise do pesquisador, a intenção de aumentar a reprodução do capital e, nesse sentido, aprofundar as desigualdades socioespaciais.



5. Referências

ALVES, G. A. Processos de requalificação das áreas centrais das cidades de Belém, Marabá e São Paulo. *Geosp: Espaço e Tempo*, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 364-375, 2016.

BARBOSA, T. M. S. A (re) produção do espaço urbano nas pequenas cidades da Amazônia Setentrional: um estudo sobre Bonfim-RR. 2014. Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade Federal de Roraima, Boa Vista-RR, 2014.

BECKER, B. K. Amazônia: geopolítica na virada do III milênio. Rio de Janeiro: Garamond, 2009. 172 p.

BRANDÃO, I. prévia de projeto de revitalização do ‘Beiral’. G1 RR, Boa Vista, RR, 14 jul. 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/prefeitura-de-boa-vista-divulga-previa-de-projeto-de-revitalizacao-do-beiral.ghtml>. Acesso em: 20 maio 2018.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [1988]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 27 jan. 2023.

CARDOSO, J. J. Patrimônio Ambiental Urbano & Requalificação: contradições no Planejamento do Núcleo Histórico de Santos. 2007. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2007.

CUNHA, V. P. A (re) produção como forma de valorização do espaço urbano em Boa Vista-RR: um estudo no bairro Aeroporto e entorno no período de 2000 a 2015. 2016. Dis-

sertação (Mestrado em Geografia) Universidade Federal de Roraima, Boa Vista-RR, 2016.

FARIAS, M. V. A. As territorialidades do “Beiral”, no contexto de reprodução do espaço em Boa Vista-RR. 2014. Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade Federal de Roraima, Boa Vista-RR, 2014.

LIMA, M. G. L. As transformações da Paisagem do Sítio Histórico urbano de Boa Vista: um olhar a partir da fotografia. 2011. Tese (Doutorado em Geografia Humana) Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

BOA VISTA. Lei Ordinária nº 244, de 06 de setembro de 1991. Dispõe sobre: a promoção do desenvolvimento urbano, zoneamento, uso e ocupação do solo, sistema viário, parcelamento do solo e dá outras providências. Boa Vista, RR: Câmara Municipal, 1991. Disponível em: https://sapl.boavista.rr.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/1991/3437/lei_244-1991.pdf. Acesso em: 15 mar. 2023.

BOA VISTA. Lei n. 1.117, de 31 de dezembro de 2008. Institui a área denominada Francisco Caetano Filho, nesta cidade e dá outras providências. Diário Oficial do Município de Boa Vista, Boa Vista, RR, 2008. Disponível em: https://sapl.boavista.rr.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/2008/2380/lei_no_1117_de_31_de_dezembro_de_2008.pdf. Acesso em: 15 mar. 2023.

SCARLATO, F. C.; COSTA, E. B. Geografia e Patrimônio Urbano: questão metodológica. Espaço e Geografia, São Paulo, v. 16, n. 2, 369-387, 2013.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

SILVA, A. M. R. Requalificação urbana o exemplo da intervenção Polis em Leiria. 2011. Dissertação (Mestrado em Geografia) Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2011. 174 p.

SILVA, P. R. F. Dinâmica Territorial Urbana em Roraima - Brasil. 2007. Tese (Doutorado em Geografia Humana) Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

TRINDADE JÚNIOR, S-C. C. Estratégias de Desenvolvimento e Discurso do Declínio em Políticas de Requalificação Urbana no Brasil e na Europa. Revista Cidades, v. 7, n. 11, p. 194-218, 2010.

VARGAS, H. C; CASTILHO, A. L. H. Intervenções em Centros Urbanos: objetivos, estratégias e resultados. 3. ed. rev. Atual. São Paulo: Manole, 2013.

VERAS, A. T. R. A produção do espaço urbano de Boa Vista - Roraima. 2009. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. doi:10.11606/T.8.2009.tde-19022010-163714.

YÁZIGI, E. Esse estranho amor dos paulistanos: requalificação urbana, cultura e turismo. São Paulo: Global, 2006.



Fonte: PPGPLUR/
CEHVAP-Univap

André Luiz de Toledo¹
Cilene Gomes²

A Radiodifusão **16** Des(Aparecida): *Desconstrução Tecno-Social e a Dinâmica Socioespacial Contemporânea, na Terra e no Ar.*

1. Introdução

O objetivo deste artigo é relatar a compreensão do processo de desconstrução tecno-social que atinge o setor de telecomunicações, e especificamente, da radiodifusão sonora. Em particular, o pioneirismo da Rádio Aparecida, que operou em várias faixas de frequência em Amplitude Modulada (AM), incluindo Ondas Tropicais (OT), Ondas Curtas (OC) e Ondas Médias (OM), entre as décadas de 1950 a 2010.

Os esforços e resistência dos Missionários Redentoristas foram fundamentais para que, durante cerca de 60 anos, a emissora estabelecesse uma curva exponencial crescente de desenvolvimento em dois eixos: a. infraestrutura técnica (edifícios, transmissores, antenas, faixas de transmissão); b. infraestrutura social (criação do programa “Encontro com os Romeiros”, criação do “Clube dos Sócios da Rádio Aparecida” e o programa “Os Ponteiros Apontam para

¹ Doutorando em Planejamento Urbano e Regional pela Univap.

² Possui graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo (1983), mestrado e doutorado em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (1994, 2001). Estágios de pós-doutorado concluídos no Instituto de Pesquisa e Planejamento da Universidade Federal do Rio de Janeiro (2011), no Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (2014) e no Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional (PLUR) da Universidade do Vale do Paraíba (2017). Atualmente é docente-pesquisadora do PLUR da Universidade do Vale do Paraíba e é coordenadora do Observatório Regional do Vale do Paraíba e Litoral Norte, sediado no Núcleo de Estudos do Espaço Urbano e Regional (NEEUR).

o Infinito”). Ambas as frentes foram fundamentais para que a emissora alcançasse em poucas décadas todo o território nacional, por meio da própria potência de transmissão nas diversas faixas de Ondas Curtas e pela interação da emissora com os ouvintes por meio de cartas, ligações telefônicas e visitas ao Santuário Nacional de Aparecida, que se estendia à própria emissora.

Para os ouvintes do rádio de antena, essa relação de proximidade e afetividade começa abalada entre os anos de 2015 a 2018 com a expansão da TV Aparecida - priorizando os investimentos na comunicação televisiva, que transborda também para a internet - e o programa de migração da AM analógica para FM. Os autores buscam também refletir sobre qual é o papel contemporâneo da radiodifusão no período de convergência tecnológica onde a programação do rádio transborda para a plataforma da internet, por meio da transmissão que é replicada no sítio eletrônico e aplicativo.

Diante de um cenário social em constante construção e reconstrução, Whitaker (2022) nos convida a refletir para quem são as cidades no século XXI, pois “somos às vezes levados a pensar que a vida está cada vez melhor”. A migração das emissoras das faixas de AM para o FM nos convida a refletir a respeito do impacto nas áreas urbanas a serem desocupadas com o desligamento dos transmissores de Amplitude Modulada (OC e OM) e complexo de antenas, que ocupam uma grande porção territorial, se comparada com a infraestrutura necessária para a transmissão em FM.

As relações estruturais entre Estado, sociedade e território, centradas em discussões atuais da comunicação social via rádio, estabelecem nova conexão com a dimensão política do planejamento territorial, ao enfatizar, de um lado, a questão da conscientização social, democracia e cidadania, e de outro lado, a problemática da segregação socioespacial em relação às tendências tecnológicas ligadas à radiodifusão.

Este trabalho traz um breve histórico da edificação do pa-

trimônio radiodifusor da Rádio Aparecida. Em seguida, apresenta novas contribuições onde são abordadas rupturas de vínculos sociais e afetivos entre ouvintes e emissora, diante do silêncio que toma conta dos receptores de AM e da sensação de isolamento da população que ainda não conta com serviços de comunicação pela internet. Posteriormente, novas indagações são apresentadas não com o objetivo de imputar unicamente à emissora a responsabilidade pelo desligamento das faixas de AM, porém, abrir espaço para debater formas alternativas de comunicação radiofônica, que busquem alcançar todo o território nacional, a casa comum, levando conteúdo, compartilhando histórias e resgatando laços afetivos, condição essencial para que se estabeleça a realidade e o conceito da radiocidadania. A limitação do alcance territorial por meio da limitação da distribuição do serviço e acesso à comunicação radiofônica estabelece a conexão com o espaço geográfico, a segregação socioespacial e, conseqüentemente, com os estudos do planejamento urbano e regional, em suas relações com as políticas públicas de comunicação social.



2. Metodologia

Foram consultadas publicações da Rádio Aparecida em seu sítio eletrônico, com destaque para RÁDIO APARECIDA (2021) que reuniu a trajetória de 70 anos da emissora. A experiência empírica e a prática da radioescuta³, entre os anos de 2018 e 2022, e análise netnográfica, por meio da rede social YouTube, possibilitaram mensurar o processo de desconstrução em curso. Em destaque nesse trabalho, a transmissão da missa celebrada pela Arquidiocese de Belo Horizonte em Brumadinho/MG, realizada pela emissora em janeiro de 2020 - por meio das ondas curtas - foi o ponto de partida para a redação desse trabalho, uma

³ Prática de escuta de transmissões radiofônicas em faixas de Ondas Curtas (OC), Frequência Modulada (FM) e por aplicativos por meio da internet.

espécie de “último suspiro” de pioneirismo diante do novo mapa da radiodifusão da Rádio Aparecida, a depender da rede internet e da transmissão limitada na faixa de FM, fatores determinantes para o novo arranjo de transmissão regional.



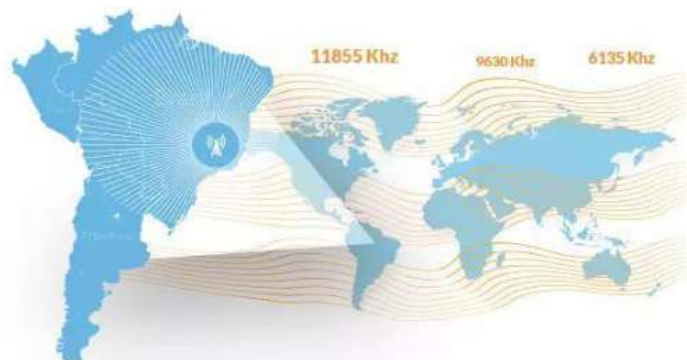
3. Rádio Aparecida: do Pioneirismo à Distância da Relação Emissora e Ouvinte

A emissora, entre 1954 a 2013 acumulou em sua trajetória inúmeras conquistas, seja na ampliação da transmissão em várias faixas, como em OC, OT, OM e FM, seja o aumento da potência para maior alcance territorial, além de nova infraestrutura física, tecnológica e de novos conteúdos de programação diária.

A Rádio Aparecida traz em sua trajetória uma história de pioneirismo que parece estar ameaçada pelo cenário da modernidade que direciona quase que exclusivamente toda sua transmissão radiofônica no suporte da internet, incluindo rede social Facebook, YouTube e aplicativos Aparecida e portal A12.com - conectados pela fê.

A figura 1 destaca a abrangência em Ondas Curtas da Rádio Aparecida, nas faixas de 25, 31 e 49m, divulgado em maio de 2018 e atualizado em agosto de 2020.

Figura 1 – Mapa de Abrangência da sintonia da Rádio Aparecida



Fonte: Mapa de Abrangência da sintonia da Rádio Aparecida.



Figura 2 – Rádio portátil 7, personalizado para recepções da Rádio Aparecida

Fonte: Motobrás, 2023.

A atual incerteza de transmissões de longo alcance, que assola as ondas hertzianas, revela um cenário contraditório se for analisada a proposta do antigo programa “Os Ponteiros Aparentam Para O Infinito”. O marketing da única fabricante de receptores de rádio no Brasil destaca o receptor de rádio RM-PF-T744C (figura 2), da Motobrás (fabricante especializada em rádios portáteis, aptos a receber emissoras nas faixas de FM, AM e Ondas Curtas) personalizado com a identidade visual da padroeira (santa que destaca a localidade), traz a ideia de que “ainda” é possível sintonizar a Rádio Aparecida, em Ondas Curtas, reforçando essa contraditoriedade do que é prometido e o que de fato é oferecido.

Dados de recepção coletados entre 2020 a 2022 apontam para o “desaparecimento” do sinal das transmissões em Ondas Curtas (OC) da emissora Rádio Aparecida que, parece poupar esforços para alcançar todo o território nacional, direção oposta em sua trajetória pioneira, desde sua fundação, até meados de 2020.

A transmissão da cerimônia de um ano do rompimento da barragem de Brumadinho, considerado o segundo maior desastre industrial do país após o rompimento de Mariana/MG, marca não somente triste realidade da crise sócio ambiental como também um dos “últimos suspiros” das transmissões em



Figura 3 - Recepção em rádio de mesa, com antena externa.

Fonte: Elaborado pelos autores, 2020.

Ondas Curtas da Rádio Aparecida, nesse contexto da desconstrução tecno-social de ordem neoliberal. Na figura 3 é possível observar o ambiente doméstico onde foi realizada a recepção da missa celebrada pela Arquidiocese de Belo Horizonte em Brumadinho/MG, transmitida pela Rádio Aparecida em Ondas Curtas, 6135 kHz, 49 metros.

Foi por meio da transmissão da Rádio Aparecida que a mensagem de Ferreira (2020) ecoou, representando centenas de familiares e sobreviventes de mais um crime socioambiental em Minas Gerais. Dom Vicente esclareceu veemente que:

[...] Tiremos as vendas dos nossos olhos, aquelas que nos impedem de sermos irmãos, que lutam pela igualdade social e pelo cuidado de nossa “casa comum”. Não nos acomodemos, não naturalizamos.

O que nos violenta oprime e mata. Olhem ao nosso redor. Nós somos os sobreviventes. Nós somos o povo de Deus comprometido com a luta de um mundo mais justo, democrático e igualitário... e menos desigual (Ferreira, 2020).

Não é objetivo nesse artigo aprofundar no estudo de questões ambientais ou religiosas. Mas, sim, valorizar o meio radiofônico, como veículo que permite a acessibilidade da informação para ampliação das condições necessárias, essenciais para fortalecer o conceito em construção na pesquisa de doutoramento, a “radiocidadania”. O conceito baseia-se na informação com expansão da consciência social, ambiental e política.

Nesse sentido, trechos da fala do celebrante, abaixo transcritos, reforçam o papel social do meio radiofônico em Ondas Curtas, trazendo realidades regionais de problemas globais:

Diante desse primeiro aniversário da tragédia aqui em Brumadinho, nada mais justo do que pensarmos nessa palavra “conversão”. Eu queria trazer e agregar no evangelho, a palavra de Deus, a insistência do Papa Francisco com essa questão da conversão ecológica. Quando a “Laudato Si’

[...Como que ele nos questiona, nos interroga, não só os cristãos católicos para dentro da igreja, mas toda a humanidade, os líderes de todos os países, para a questão do meio ambiente, do clima e da água. Enfim, gostaria então de mais uma vez com toda a nossa fraternidade...]

[...manifestar a nossa solidariedade, trazer também para esse tema, para dentro desse tema, da conversão ecológica, aquilo que o Papa também insiste: ecologia e ética e humanidade estão juntos, não tem jeito de separar. E hoje cresce demais, entre nós, a agressão à vida que prejudica tantas pessoas, aumenta fileiras daqueles que são vítimas desse sistema de ganância, que só visa o lucro].(Ferreira, 2020).

Experiências como essa, onde o impacto da informação colabora para que ouvintes se tornem autores, reverberando o conhecimento do rádio para a academia, fortalece o espírito de luta pela democratização da informação e resistência ao processo de aniquilamento da radiodifusão pública, trazendo consequências negativas nas relações entre emissora e ouvinte, e, conseqüentemente, no verdadeiro significado de democracia, igualdade social, justiça e paz.

A ameaça de privatização da Empresa Brasil de Comunicação (EBC) e extinção da Rádio MEC AM em 2018 reforçam a intencionalidade do governo federal anterior em silenciar a transmissão em Amplitude Modulada (incluindo as transmissões Ondas Curtas e Ondas Médias).

É preciso dar atenção aos relatos de diferentes categorias de ouvintes que, de certa forma, constituem em termômetro do alcance, ou não, da comunicação radiofônica: seja a escuta mais técnica ou aguçada dos ouvintes de radioescutas; seja a escuta cotidiana do ouvinte de antena do tradicional rádio à pilha, que interage também com a emissora por meio de cartas; ou ainda o ouvinte conectado, que acompanha a programação pela internet e deixa sua mensagem nas redes sociais da emissora.

Por hipótese, nasce uma nova categoria: a daqueles que não podemos mais chamar de ouvintes. Cidadãos que utilizavam, apenas, os espectros em Amplitude Modulada (incluindo as faixas de Ondas Curtas e Ondas Médias) para sua comunicação. Esse contingente, compõem-se de novos órfãos que acreditavam que o(a) genitor(a), na figura da emissora, vendeu a promessa de que, os novos investimentos e a migração das transmissões de AM para o FM, as transmissões televisivas e as plataformas da internet constituíam-se como estratégia de atingir maior alcance territorial. O que se pode antever é que, o cerceamento ao direito à comunicação é maior do que a oferta das novas tecnologias, ou seja, de natureza inclusiva.

A desconstrução tecno-social acelera o desligamento e “silenciamento” da radiodifusão pública em certas faixas do es-

pectro. Este silenciamento pode ser interpretado pelo conceito de desterritorialização de Ianni (1992), citado por Neves (1998, p. 272), onde a “desterritorialização” é um produto da “globalização (que) tende a desenraizar as coisas, as gentes e as ideias”. Nesse raciocínio, Neves aponta ainda a conclusão de Weil (1979) onde “quem é desenraizado, desenraiza. Quem é enraizado, não desenraiza”. Os ouvintes que possuem meios de receber o “novo rádio”, por meio da internet, em seus diferentes formatos, são os indivíduos enraizados que não desenraizam. De outro lado, a população que ainda depende do “velho rádio”, em seu formato tradicional, permanece desterritorializada, desenraizada. Ou seja, na ordem neoliberal, há uma tendência de as novas tecnologias passarem a ser acessíveis para aqueles enraizados que podem acompanhar as novas plataformas, seja ela dependente de assinatura de plano ou pacote de dados de internet, seja ela dependente de novo hardware (chip ou microprocessadores) com a nova tecnologia embarcada.

Em primeira análise, é possível dizer que o decreto presidencial nº 8.139. de 2013 (BRASIL, 2013), que dispõe sobre as condições para extinção do serviço de radiodifusão sonora em ondas médias de caráter local, legitima a desconstrução do veículo de transmissão em AM, assinada pelo governo federal, segundo Custódio (2021):

Outra mudança significativa e mais recente na história da Rádio Aparecida foi o desligamento de suas ondas médias, em outubro de 2018, dando lugar ao novo canal, desta vez, em frequência modulada (FM 104,3), atendendo assim ao processo de migração AM-FM instaurado pelo governo federal. O fato impactou a programação, que foi reformulada, baseando-se, a partir de então, em quatro pilares: formação, informação, evangelização e boa música. (CUSTÓDIO, 2018)

Em um segundo momento, em junho de 2021, “a emissora desativa seus canais de ondas curtas, devolvendo-os à União

após mais de 60 anos de operações” conforme publicação de portaria MCOM 5.563 11 maio 2022. (IMPrensa NACIONAL, 2022)

Desta forma, o atual modelo que regula as telecomunicações e a radiodifusão sonora, colaborou direta ou indiretamente para que a Fundação Rádio Aparecida apontasse seus investimentos para os veículos televisivos e, dependentes da internet, colaborando assim para a finitude do tradicional meio de comunicação de antena, que consagrou a própria história de pioneirismo da emissora.

Esse novo arranjo da transmissão do serviço de comunicação radiofônica, por meio da transmissão em FM que limita o alcance apenas à região do Médio Vale do Paraíba, e não mais a todo território nacional, em ondas curtas, traz a evidência da desconstrução técnica diante do desligamento e sucateamento dos equipamentos de transmissão, a exemplo de transmissores e parque de antenas, e a desconstrução social, que sentencia a distanásia dos ouvintes da emissora, fora do alcance regional.



4. A Dinâmica Socioespacial Contemporânea e o Rebatimento no Espaço Eletromagnético

A proposta nesse tópico é relacionar os efeitos da desconstrução técnica no território, de modo que o novo arranjo no ar (espaço hertziano) se reflete no espaço geográfico, urbano-metropolitano. Para isso, o conceito de redes é um dos elementos de mediação para estabelecer esse paralelo.

Gisela Ortriwano explica o fenômeno:

O objetivo principal dessa nova tendência está ligado unicamente a fatores econômicos: fortalecer o rádio como alternativa publicitária, procurando obter maior lucratividade com menor investimento.



Figura 4 - Parque de Transmissão da Rádio Globo AM, São Paulo.

Fonte: Google Maps, 2020

As emissoras que fazem parte de uma rede, recebem, ao mesmo tempo, programação e patrocinador (Ortriwano, 1985, p. 31).

Sendo assim, a tendência do rádio na faixa de FM, que, em sua essência, é sustentado por uma estrutura comercial, reflete o menor investimento em equipamentos técnicos de longo alcance de transmissão, trazendo como consequência, um novo arranjo no espaço hertziano, pela formação de redes associadas de emissoras na faixa de FM, em pequenos estúdios ou em formato de webrádios, enquanto que paralelamente, no espaço urbano, reduz-se a ocupação de grandes áreas territoriais de transmissão em ondas curtas, como apontado por Toledo (2020, p. 3) com o exemplo do antigo parque de transmissão da emissora Globo AM 1100 kHz (figura 4).

Para estabelecer um paralelo de ocupação terrestre com o espaço hertziano (ocupação “atmosférica”, a lente teórica de Lencioni (2017) é adequada, pois ajuda a entender aspectos contemporâneos do processo de metropolização,

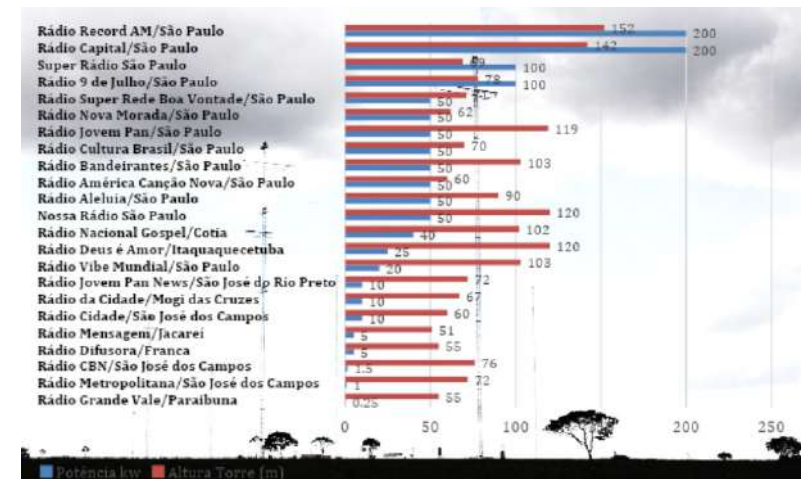
que combina concentração socioespacial, de um lado, e propagações, de outro lado, justamente hoje por meios de redes, sistemas de redes (composta por nós, fluxos) que envolve tanto aspectos materiais, quanto sociais. Por meio do gráfico 1, é apresentada a interpretação dos conglomerados do espaço hertziano e a “metropolização” da comunicação regional, com base nas escutas realizadas pelo autor desse artigo, na faixa de Ondas Médias, por meio de receptor portátil, entre os dias 7 a 15 de maio de 2022, na cidade de São José dos Campos.

A prática da escuta revelou que as três emissoras com maior potência de sinal são do segmento popular: 1. Rádio Record, de propriedade de Edir Macedo, bispo fundador e líder da Igreja Universal do Reino de Deus e também proprietário do Grupo Record e da RecordTV, a terceira maior emissora de televisão do país; 2. Rádio Capital, de propriedade de Nelson Marizono, empresário que adota “a estratégia de comprar marcas fortes e sustentá-las com pesados investimentos em marketing”, relatou Onaga (2010); 3. A terceira emissora, Rádio Capital, de propriedade de Paulo Masci de Abreu (irmão do ex-deputado José Masci de Abreu) que também é o dono da Rede Mundial de Comunicações.

A hegemonia de grandes grupos de comunicação no espaço hertziano implica, também, em rebatimentos no processo de ocupação do espaço urbano. Para manter a hegemonia no espaço hertziano, se faz necessário área urbana suficiente para instalar equipamentos adequados “à altura de onde se quer chegar”, ou seja, alcançar seu público. No exercício de escuta realizado, é possível identificar que as duas emissoras com maior infraestrutura de transmissão, possuem antenas com a média de 150 metros de altura, exigindo assim uma área física expressiva para os estais de sustentação.

Se for levada em consideração o atual momento da desconstrução técnica e social que afeta o setor de telecomuni-

Gráfico 1 – Relação Potência x Altura Torre de emissoras em Ondas Médias/SP



Fonte: Dados do autor e portal Tudoradio.com (2022). Foto: Lucio Haeser.

cações no país, com a ameaça de extinção a Rádio MEC AM (800kHz)⁴ e obstáculos à EBC em manter os transmissores da Rádio Nacional da Amazônia em operação, afetando os ouvintes da Região da Amazônia Legal, que dependem do rádio como meio de comunicação dentro e fora da floresta, é possível pensar que esse processo pode ser entendido como uma desterritorialização dos ouvintes em relação ao espaço hertziano, e conseqüentemente, de sua relação com a emissora e outros ouvintes?

O artigo busca compreender no recorte regional os nexos do atual momento histórico que afetam o setor da comunicação social e o impacto no território e na vida das pessoas. Por meio da Radiodifusão Comunitária visualiza-se uma perspec-

³ É pertinente relatar nessa nota que durante a elaboração desse trabalho, no decorrer do mês de junho de 2022, houve redução da potência do sinal da Rádio MEC AM. Para a frente #FICA EBC, na rede Facebook, “A #EBC quer empurrar a audiência para a web. No entanto, lembramos que o acesso à internet é limitado no país, principalmente, entre o público do interior do país, da faixa AM. “É preciso defender este patrimônio, sobretudo no contexto de privatização da EBC. É importante destacar que um em cada quatro brasileiros (25,3%) não tem acesso à internet: são 46 milhões de pessoas”, declarou o deputado @waldeckcarneiro” (Fica EBC, 2022).

tiva onde o ouvinte possa ter a possibilidade de reterritorializar seus laços de afeto, ou seja, reconquistar seus vínculos socio-afetivos que estavam presentes nas transmissões de ondas curtas e ondas médias, por meio da comunicação popular, e o ideal de conquista da cidadania de modo a propor outro cenário, distinto do apontado por Lencioni (2017, p. 56), “onde a cidade é cada vez menos pensada como um todo”. Nesse sentido, o caminhar da pesquisa busca refletir sobre a reconquista das redes de afetividade desfeitas com os desligamentos de transmissões em AM (Ondas Curtas e Médias) na nova fase do capitalismo neoliberal.

Acredita-se assim em uma remodelação do espaço hertziano que poderá ser alcançada com a popularização da internet livre, em conjunto com ampliação da rede das rádios comunitárias, considerando o aumento da potência de transmissão para 250 watts e o fim das restrições quanto à veiculação de publicidade e propaganda, como foi permitido para a faixa da FM. A capilarização promovida pela radiodifusão comunitária é o elemento agregador, que além de trazer contribuições para o desenvolvimento local é que, por meio da internet e redes sociais (Youtube e Facebook) oferece um novo arranjo: transborda da escala hertziana, limitada às condições de potência de transmissão e condições atmosféricas, para onde a internet pode alcançar.



5. Discussão: Mapa da Audiência Regional

Para interpretar os dados coletados de escuta de emissoras de rádio no município polo da RMVPLN, os autores apoiaram-se no trabalho de Rizzatti (2015, p. 224) que reforça que a informação “é considerada uma variável-chave do atual período histórico, denominado por Santos (1999) em “O território e o saber local”, como período técnico-científico-informacional”. (2015).

Em sua análise da urbanização de Campinas, a autora Rizzatti (2015, p. 224), destaca a produção das “informações ascendentes”, ou seja, é aquela edificada a partir da “pluralidade de meios e agentes (antigos e novos) que organizam informações políticas, econômicas, culturais, ao lazer, entre outras, mais destinadas à construção da cidadania, à produção de um sentido político-cultural”, tal como apontado por Santos (2007).

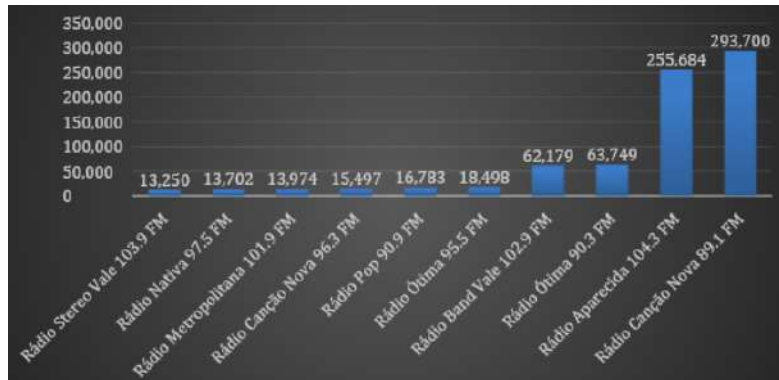
De outro lado, nas maiores ocupações urbanas da cidade, a região do Jardim Campo Belo e a região do Parque Oziel, a autora cita também o trabalho de Silva (2001), visualizando no contexto da urbanização mundial, uma possibilidade de distinguir a existência de “círculos de informações”, destinados à produção e de “círculos de informações banais”, associadas ao cotidiano; ambas informações são em larga medida manipuladas por grandes empresas, porém, a segunda é menos restrita e se capilariza no território. Rizzatti (2015, p. 224) aponta ainda que no universo de informações banais, é possível destacar “a produção e a veiculação de notícias, monopolizadas por grandes grupos de comunicação e associadas ao consumo e à indústria cultural”.

Com base na audiência de emissoras de Ondas Médias tendo como recorte a RMVPLN, na escala FM, divulgada pelo Portal Radios.com.br e do aplicativo Portal RadiosNet, os dados apresentados no gráfico 2 poderão ser melhor interpretados se for considerado que:

São informações hierárquicas, que atingem verticalmente os lugares e, por isso, conforme Santos (2000), seriam informações descendentes. Mas, entre as informações banais também se destaca a pluralidade de meios e agentes (antigos e novos) que organizam informações políticas, econômicas, culturais, ao lazer, entre outras, mas destinadas a conquista da cidadania, à produção de um sentido político-cultural. Tratar-se-iam de dinâmismos mais arraigados ao lugar, ao dilema da

sobrevivência, da resistência e da reprodução e constituição ascendente (Rizzatti, 2015, p. 224).

Gráfico 2 – Acesso de emissoras (FM) mais ouvidas nos municípios da RMVPLM.t



Fonte: Portal Radios.com.br e do aplicativo Portal RadiosNet, 2023. Elaborado pelo autor.

Pensa-se aqui em uma nova possibilidade de comunicação, ancorada na radiodifusão comunitária, horizontalizada, aquela que deve superar a atual limitação “operada em baixa potência e cobertura restrita” e “com potência limitada a um máximo de 25 watts ERP” (ANEXO II, artigo 1º. §. 1). Essa chama de resistência, em forma ascendente, será fundamental para que se possa efetivar uma proposta de ação conjunta, por meio da comunicação radiofônica comunitária, em escala supra regional.

O conceito de radiocidadania, enunciado muito inicialmente no próximo tópico, terá forte apoio teórico com base na afirmação de Rizzatti (2015, p. 225), ao dizer que “a produção de informações ascendentes é uma possibilidade de resistência às mazelas causadas pela desigualdade social, inclusive à desigual distribuição das informações no território”. Isso é o que dá sentido ao conceito de densidade comunicacional: onde há densidade de troca de saberes e conhecimentos sobre o lugar e para o lugar de residência,

permitindo assim melhor compreensão do mundo, frente à realidade manipulada pelas grandes corporações de mídia (Rizzatti, 2015, p. 225).

Rizzatti, ao citar Santos (2006, p. 6), em “A natureza do espaço”, esclarece que “a análise das densidades técnica, informacional e comunicacional pode ser essencial para compreender grandes cidades e metrópoles da periferia do sistema mundo atual”.

Essa tríade conceitual torna-se elemento basilar para que os estudos relativos à comunicação regional, possam ser analiticamente operacionalizáveis - em suas diversas faixas de transmissão OC, OM e FM e em seus diversos suportes (transmissão de antena, webrádio ou podcast) – dando condições para que a análise da geografia da desconstrução tecno-social possa colaborar para uma nova cartografia da radiodifusão além dos limites do espaço regional.



6. Radiocidadania: Um conceito em elaboração

A proposição do conceito de radiocidadania, pode ser interpretada a partir da intersecção dos conceitos de democracia e cidadania, onde a comunicação, a tecnologia e a radiodifusão constituem elementos fundamentalmente sincrônicos para sua existência.

A discussão da perspectiva de cidadania a partir da comunicação radiofônica, e conseqüentemente, a conquista da radiocidadania, busca seu viés teórico na emergência de racionalidades contra-hegemônicas. Por hipótese, tais conquistas devem se dar paralelamente. Para isso, formas de comunicação e interação popular, mediante interconexões entre suportes técnicos variados, tendem a potencializar diálogos, debates, difusão de informação e conscientização,

comunicação e cultura, entre as entidades da radiodifusão pública e rádios comunitárias, elementos estes que se fortalecem reciprocamente.

Ao se pensar tendências e perspectivas do rádio na comunicação social para a conquista da radiocidadania, soma-se a perspectiva de Del Bianco e Moreira (1999) ao destacarem que:

É incontestável a importância do rádio hoje na sociedade brasileira. Ele desempenha inúmeros papéis e funções, entre os quais destacam-se a capacidade de influenciar o comportamento das pessoas, de criar novos hábitos de consumo e de atender a demandas simbólicas por lazer, entretenimento, informação e companhia. É o veículo que está mais perto do ouvinte. A audição acontece em qualquer lugar, sem precisar de fios ou tomadas, e serve como trilha sonora do dia-a-dia da grande maioria da população brasileira (Del Bianco; Moreira, 1999, p. 11).

A radiodifusão que insere, educa e transforma, na contracorrente daquela pertencente ao mainstream comercial e de massa, pode trazer ao ser cidadão novas possibilidades de participação ativa e democrática no debate social sobre o país e o lugar de vida.



7. Conclusões

Esse trabalho permitiu evidenciar o impacto nas transmissões radiofônicas por meio da prática escuta radiofônica em rádio de antena e pilha, onde os próprios autores se viram isolados nos novos processos de comunicação radiofônica limitada ao FM e FM Estendido (e-FM) e priorizada nas plataformas da internet. Soma-se aos estudos da desconstrução da radiodifusão brasileira novas indagações que merecem ser

compartilhadas para que se possa ter um contingente, não apenas de ouvintes órfãos de conteúdo, como também, da comunidade acadêmica, para que juntos, sintonizem-se na resistência à lógica política e econômica, de natureza neoliberal, que legitima o destino da informação: do formato público para o privado.

Desta forma, indaga-se se é possível uma nova territorialidade com o vácuo nas comunicações? Como tornar públicos a angústia e o silêncio dos esquecidos, isto é, aqueles ouvintes órfãos das faixas de transmissão desligadas? É possível um plano de ação conjunta entre ouvintes, sociedade civil, radioescutas e acadêmicos em combate à lógica hegemônica neoliberal que estreita, quando não, extingue os meios tradicionais e públicos de acesso à informação?

Sabe-se que há, ainda, milhares de receptores de rádio com as faixas de Ondas Curtas e Ondas Médias em posse da população brasileira. O que se vê é uma espécie de grilagem do espaço hertziano, ou mesmo uma desocupação das faixas de frequência de longo alcance, por meio da construção de um discurso que os ruídos dos grandes centros urbanos, ou inúmeros equipamentos eletrônicos, são os causadores de interferências na transmissão. Os autores não negam esse aspecto, porém, para boa parte da população da região da Amazônia Legal, o verdadeiro ruído é aquele que tira o direito dos povos originários de ter acesso à informação pública por meio das Ondas Curtas e Médias.

Diante do rádio que se renova, seja no meio da faixa do FM Estendido que se apresenta mais como uma novidade “escondida” dos antigos receptores de rádio, ou do rádio expandido, por meio dos aplicativos ou plataformas digitais que não cumprem a transmissão efetivamente livre, há a destruição do espaço e da voz popular. Não basta apenas “orar” para que as novas tecnologias sejam inclusivas. A conquista da cidadania requer ações de guerra e de resistência, para que seja estabelecida a democratização da informação.

Indaga-se: se muitos ouvintes estão silenciados, onde o rá-

dio já não passa de um equipamento de “decoração”, como podemos reforçar a resistência com esse contingente que ficou órfão e isolado? É preciso empenho nas várias frentes que possam alcançar o antigo ouvinte de antena, que ficou isolado do som do rádio, e apartado de uma rede de acolhimento e pertencimento.

Esse cenário que compromete a conquista da cidadania e soberania de um povo, é necessário avaliar o discurso veiculado “Rádio Aparecida, a fé está no ar” promovido pela emissora, ou ainda o próprio tema anual do Dia Mundial do Rádio proposto pela Unesco em 2022, “Rádio e Confiança”. É preciso “ir além da fé e da confiança”.

A acessibilidade ao conteúdo transmitido pela Rádio Aparecida, em Ondas Curtas, trouxe o benefício da possibilidade de acesso - no rádio de antena e pilha, e espelhado na rede social YouTube - a problemas locais e regionais de causas globais, como foi o caso da tragédia socioambiental ocorrida em Brumadinho.

A interpretação do “Laudato Si” onde Zampieri (2016) traz cinco possíveis chaves de leitura interpretativas, sendo elas:

- 1) Não é uma encíclica verde. É uma encíclica de ecologia integral ou orgânica;
- 2) Não é uma encíclica ideológica. É uma encíclica entre teologia, ética e ciências;
- 3) Não é uma encíclica para fechar o debate, mas para estimulá-lo;
- 4) Não é uma encíclica datada. É uma encíclica para o futuro;
- 5) Não é uma encíclica para os amantes da ecologia. É uma encíclica de provocação para todos.

Em síntese, essa reflexão que se originou por meio de uma transmissão radiofônica, traz a possibilidade de buscar outros instrumentos para que se possa ter clareza dos problemas sociais e estimular ações concretas, tendo de um lado, atores da comunicação social, instituições religiosas e progressistas, e

de outro, ouvintes e a sociedade civil, para que possam transformar ação em políticas públicas.

É preciso que juntos, ouvintes, “ouvintes pesquisadores”, missionários redentoristas, movimentos sociais, sociedade civil e acadêmicos reconheçam o papel social do rádio como veículo da comunicação educativa e inclusiva, que colabora na conquista da própria cidadania de um povo.

Necessitamos agora, urgente, de mais ação do que “apenas” oração. Necessitamos de uma real devoção à transformação: da comunicação que silencia para a comunicação que liberta. Desta forma queremos saber qual o papel da mídia sonora e qual a disputa em jogo? Legitimar o silêncio dos pobres por meio das novas plataformas, ou a informação livre nos territórios da radiodifusão da antena à internet?

É necessário reconhecer o papel social da Rádio Aparecida ao longo de seus 70 anos porém é vital apontar novas possibilidades para que Rede Aparecida de Comunicação possa angariar esforços para que a transmissão por meio das Ondas Curtas e Médias continuem “apontando para o futuro”, porém, estudando a possibilidade de utilizar a plataforma Digital Radio Mondiale (DRM) e que, conjuntamente, políticas públicas do setor de telecomunicações propiciem a oferta de receptores do gênero a preços populares. Vislumbra-se a possibilidade de que o pioneirismo da Rádio Aparecida possa continuar em escala crescente ao reinventar o rádio de antena, para todos, não apenas centralizado nas regiões do Vale do Paraíba, Serra da Mantiqueira e parte do Sul Fluminense.

A letra de Notícias (Nascimento; Brant, 1988) que aponta que “o Brasil não é só litoral” e que “...ficar de frente para o mar de costas pro Brasil, não vai fazer desse lugar um bom país” é um lúcido convite para que se possa legitimar a informação para todos. Para isso, acredita-se que novas tecnologias e plataformas sejam desenvolvidas, independentes do monopólio das Big Tech’s⁵. É preciso estabelecer um serviço que traga maior alcance territorial e acessibilidade, do que o processo contrá-

rio, característico da ordem capitalista neoliberal.

O estudo apresentado destaca mais uma oportunidade para que se possa praticar a radiocidadania, isto é, ação de resistência ao pensamento de que o “rádio acabou” ou ainda que ele só existirá por meio da internet. Para os autores, a radiodifusão que se espera no futuro, será aquela que se fará junto com as plataformas abertas de transmissão.



8. Referências

BRASIL. Decreto nº 8.139, de 7 de novembro de 2013. Dispõe sobre as condições para extinção do serviço de radiodifusão sonora em ondas médias de caráter local, sobre a adaptação das outorgas vigentes para execução deste serviço e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/decreto/d8139.htm. Acesso em: 4 out. 2023.

CUSTÓDIO, Andresa. Rádio Aparecida: setenta anos evangelizando o Brasil sob o manto de Nossa Senhora. Revista Ave Maria, n. 121, 2021, p. 22-23.

DEL BIANCO, N. R.; MOREIRA, S. V. Rádio no Brasil: Tendências e Perspectivas. Rio de Janeiro: UERJ, 1999.

FERREIRA, V. P., Dom. Missa em homenagem às vítimas de Brumadinho. [Aparecida]: TVEVANGELIZAR; PADRE-MANZOTTI, 2020. 1 vídeo Youtube (ca. 1h32min06 seg). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Dif7H-1GeV2M&t=179s>. Acesso em: 06 mar. 2022.

FICA EBC. No centenário do Rádio no Brasil, EBC reduz e praticamente desliga a Rádio MEC 800 AM ALERJ: Não ao veto do Cláudio Castro. Rio de Janeiro, 22 jun. 2022. Face-

book: FicaEBC. Disponível em: <https://www.facebook.com/ficaEBC/photos/a.242461722583026/2281230972039414>. Acesso em: 06 mar. 2023.

IMPRESA NACIONAL. Portaria Mcom no 5.256, de 12 de abril de 2022. Dispõe sobre o pagamento de preço público de outorga para execução de serviços de radiodifusão, decorrentes de processo licitatório, alteração de características técnicas e adaptação de outorga do serviço de radiodifusão sonora em onda média para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-mcom-n-5.256-de-12-de-abril-de-2022-393467366>. Acesso em: 11 out. 2023.

LENCIONI, S. Metrópole, metropolização e regionalização. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2017.

MOTOBRA'S. Rádio portátil 7 faixas: Aparecida RM-PF-T74AC. Disponível em: <https://motobras.com.br/portfolio-item/radio-portatil-7-faixas-aparecida/>. Motobras, 2023. Acesso em: 23 maio 2023.

NASCIMENTO, M. Notícias do Brasil: os pássaros trazem. In: NASCIMENTO, M.; BRANT, F. Caçador de mim. Diadema: Ariola, 1988. 1 disco vinil, lado A, faixa 4 (1min55seg).

NEVES, G. Territorialidade, desterritorialidade, novas territorialidades (algumas notas). In: SANTOS, M. Território: globalização e fragmentação. São Paulo: Anpur; Hucitec, 1998.

ORTRIWANO, G. S. A informação no rádio: os grupos de poder e a determinação dos conteúdos. São Paulo: Summus, 1985. v. 3. RÁDIO APARECIDA. Rádio Aparecida: 70 anos de devoção. Aparecida, 2021. Disponível em: <https://www.a12.com/radio/historia-radio-aparecida>. Acesso em: 22 fev. 2022.

PORTAL RADIOSNET. Rádios online. Disponível em: ht-

⁵ Amazon, Apple, Google, Facebook e Microsoft.

[tps://www.radiosnet.com/portal/resultado/46/regiao/Vale-do-Para%C3%ADba-Paulista](https://www.radiosnet.com/portal/resultado/46/regiao/Vale-do-Para%C3%ADba-Paulista). Acesso em: em 23 maio 2023.

RIZZATTI, H. A urbanização de Campinas/SP e a produção de informação nas maiores ocupações da cidade. *Revista Rua*, v. 2, n. 21, nov. 2015. p. 221-245.

SANTOS, M. O território e o saber local: algumas categorias de análise. *Cadernos IPPUR*, v. 13, n. 2, 1999.

TOLEDO, A. L.; GOMES, C.; ZANETTI, V. R. O futuro do território da radiodifusão em debate: digitalização, convergência tecnológica e a construção da cidadania. V SEMINÁRIO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, ESTADO E SOCIEDADE, 5., 2021, Taubaté, 2021. Anais [...]. Taubaté: EdUnitau, 2021. Disponível em: <http://editora.unitau.br/index.php/edunitau/catalog/view/44/37/171-1>. Acesso em: 24 ago. 2021a.

WEIL, S. A condição operária e outros estudos. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

WHITAKER, J. S. A Ucrânia, o fim do mundo, ou a vitória suicida de sua santidade, a mercadoria. *Blog Cidades para que(m)?* [S.l.], 04 mar. 2022. Disponível em: <https://cidadesparaquem.org/blog/2022/3/4/a-ucrnica-o-fim-do-mundo-ou-a-vitria-suicida-de-sua-santidade-a-mercadoria?fbclid=IwAR243myldRHkZmoI-m54Q3EiCj47DTFbmzUXfznRCuWWfBwa-2Fx51TJtm0>. Acesso em: 06 mar. 2022.

ZAMPIERI, Gilmar. *Laudato Si': sobre o cuidado da Casa Comum: um guia de leitura*. *Teocomunicação*, v. 46, n. 1, p. 4-23, 2016. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/teo/article/download/24347/14944/>. Acesso em: 07 out. 2023.



Fonte: PPGPLUR/
CEHVAP-Univap



Sobre os Autores

Adriane Aparecida Moreira de Souza

Possui graduação em Geografia pela Universidade do Vale do Paraíba (1997); mestrado em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade do Vale do Paraíba (2000) e Doutorado em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (2008). Atua na Universidade do Vale do Paraíba como docente da Graduação desde 2000 é docente e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional desde 2009. *CV:* <http://lattes.cnpq.br/4811577759329677>.

Agnes Yuri Uehara Bezerra

Doutorado em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade do Vale do Paraíba (2019). Possui Mestrado em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade do Vale do Paraíba (2012) e Graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Estadual de Maringá (2005). Atualmente atua como Professora Substituta no IFSP, campus Campos do Jordão, SP. Docente no curso de Graduação de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Paulista - UNIP de 2014 até 2021, atuação nos Campus São José dos Campos (SP) Norte (SP) e Campus Tatuaapé (SP). *CV:* <http://lattes.cnpq.br/5505277806239575>.

André Luiz de Toledo

Editor da Revista Univap (e-ISSN 2237-1753); Membro Efetivo da ABEC (Associação Brasileira de Editores Científicos). Doutorando em Planejamento Urbano e Regional / Universidade do Vale do Paraíba (2021). Mestre em Planejamento Urbano e Regional / Universidade do Vale do Paraíba (2015); Especialista em Organização de Arquivos - Universidade Estadual de Campinas - Unicamp (1999); Bacharelado e Licenciatura em História pela Universidade do Vale do Paraíba (1997); Participou do Processo de Informatização Sistema de Bibliotecas da Univap - 1992-2016. *CV: <http://lattes.cnpq.br/5259746954201870>*.

Artur Rosa Filho

Possui Pós-doutorado em Geografia pela Universidade de São Paulo-USP. Doutorado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista UNESP-Rio Claro. Mestrado em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade do Vale do Paraíba e Graduação em Geografia pela Universidade de Mogi das Cruzes. Atualmente é Professor Associado da Universidade Federal de Roraima. *CV: <http://lattes.cnpq.br/6982762074713213>*.

Bruno Peregrina Puga

Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional (PLUR) da Universidade do Vale do Paraíba (UNIVAP). Pesquisador pós-doutorado no Instituto René Rachou / Fiocruz. Possui graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2010), mestrado em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Estadual de Campinas (2014) e doutorado em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Estadual de Campinas (2018). *CV: <http://lattes.cnpq.br/3658728948997801>*.

Bianca Siqueira Martins Domingos

PRÊMIO CAPES DE TESE 2023 NA ÁREA DE PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL // Pós-Doutoranda no Núcleo de Antropologia Urbana (NAU) do Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH - USP) com bolsa CAPES (2023 -). Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional na Universidade do Vale do Paraíba - UNIVAP (2019 - 2022). Mestre em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade pela Universidade Federal de Itajubá - UNIFEI (2013-2015). Graduada em Administração pelo Centro Universitário Teresa D'Ávila - UNIFATEA (2009-2012). Atua como Especialista em Educação Profissional na Gerência de Educação (GED) da Sede do SENAI SP. *CV: <http://lattes.cnpq.br/7210085651960891>*.

Cilene Gomes

Possui graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo (1983), mestrado e doutorado em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (1994, 2001). Estágios de pós-doutorado concluídos no Instituto de Pesquisa e Planejamento da Universidade Federal do Rio de Janeiro (2011), no Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (2014) e no Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional (PLUR) da Universidade do Vale do Paraíba (2017). Atualmente é docente-pesquisadora do PLUR da Universidade do Vale do Paraíba e é coordenadora do Observatório Regional do Vale do Paraíba e Litoral Norte, sediado no Núcleo de Estudos do Espaço Urbano e Regional (NEEUR). *CV: <http://lattes.cnpq.br/4907904919744128>*.

Cintia Fabíola Mota Alves

Mestre em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade do Vale do Paraíba. Graduada em Biblioteconomia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), com experiência em Biblioteca Universitárias. Atualmente é Bibliotecária na Universidade do Vale do Paraíba (Univap).
CV: <http://lattes.cnpq.br/5469499326798113>.

Douglas de Almeida Silva

Possui graduação em História pela Universidade do Vale do Paraíba (UNIVAP, 2012). Foi o primeiro Doutorado Direto do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da UNIVAP, no qual concluiu em 2020. Realiza estágio de pós-doutorado com bolsa do CNPq no Instituto de Arquitetura e Urbanismo USP São Carlos/IAUSC/USP.
CV: <http://lattes.cnpq.br/5280869908858897>

Fabiana Felix do Amaral e Silva

Pós-doutorado pela Escola de Artes, Ciências e Humanidades - EACH-USP (2017). Doutora em Ciências da Comunicação pelo Programa Ciências da Comunicação pela Escola de Comunicação e Artes- ECA-USP (2011). Mestre em Ciências da Comunicação pelo Programa Ciências da Comunicação pela Escola de Comunicação e Artes- ECA-USP (2006). Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (2000). Atua como Docente e Pesquisadora do Programa em Planejamento Urbano e Regional (PLUR UNIVAP). Atua como Docente colaboradora e Pesquisadora do Centro de Estudos Latino-Americanos sobre Cultura e Comunicação (CELACC-ECA-USP). Coordenadora do Núcleo de Extensão Pesquisa-Ação e Cartografias Sociais (NEPACS/UNIVAP).
CV: <http://lattes.cnpq.br/9584609707431515>.

Jairo Salvador de Souza

É Defensor Público do Estado de São Paulo, Doutor em Planejamento Urbano e Regional, pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade do Vale do Paraíba. Mestre em Direito, na área de Concretização dos Direitos Sociais, Difusos e Coletivos, do Centro Universitário Salesiano - UNISAL, campus Lorena/SP. *CV: <http://lattes.cnpq.br/2785687252779991>.*

Lidiane Maria Maciel

Possui Graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos (2009), mestrado (2012) e doutorado (2016) em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas. Realizou estágio Sanduíche na Université de Paris - Ouest Nanterre (2014-2015) e é Pós-doutora pelo Departamento de Sociologia da Universidade Estadual de Campinas na área de técnicas e métodos de pesquisa social (2017). Docente-pesquisadora na Faculdade de Educação e Arte, da Universidade do Vale do Paraíba (UNIVAP) e do Programa de Pós-graduação em Planejamento Regional e Urbano (PLUR IPD UNIVAP), é coordenadora do Núcleo de Extensão Pesquisa-ação e Cartografias Sociais da Universidade do Vale do Paraíba (NEPACS/UNIVAP) e vice coordenadora do Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade do Vale do Paraíba (PPGPLUR, 2023 -) *CV: <http://lattes.cnpq.br/8346883006355481>.*

Luiz Carlos Andrade de Aquino

Possui Doutorado em Filosofia da Educação, concluído em 2016 pela Universidade Metodista de Piracicaba (UNI-MEP), Mestrado em Ciência Política pela Universidade de

São Paulo (1995), Graduação em Ciências Sociais pela Univap (1988), Graduação em Ciências Econômicas pela Univap (1984). Exerceu entre 2006 e 2011 o cargo de Diretor Acadêmico da Faculdade de Direito. Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Univap. Membro da Comissão Própria de Avaliação (CPA) da Univap. Pesquisador Líder do Núcleo de Estudo em Direito, Estado e Sociedade (NEDES) da Univap, atuando na linha de pesquisa Teoria Crítica do Direito e da Justiça. *CV: <http://lattes.cnpq.br/5332080606830233>*

Lucas de Souza Santos

Geógrafo - Formado pela Universidade do Vale do Paraíba (UNIVAP- 2020). Atuou como bolsista de Iniciação Científica (CNPq) no Laboratório de Estudo das Cidades, desenvolvendo pesquisas sobre Ambiente e Saúde nas pequenas cidades da Amazônia. Mestre em Planejamento Urbano e Regional pelo Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento (IPD - UNIVAP), como Bolsista FAPESP, na linha de pesquisa sobre as Pequenas Cidades da Amazônia, trabalhando os conceitos de Vulnerabilidade, Ambiente, Saúde, Geoprocessamento e Análise Espacial. Atualmente vem estudando ciências de dados, para integrar o conhecimento acadêmico e das Geotecnologias aos Machine Learning. *CV: <http://lattes.cnpq.br/9135314455325495>*.

Maria Aparecida Chaves Ribeiro Papali

Possui graduação em História pela Universidade do Vale do Paraíba, Mestrado em História do Brasil pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1996) e Doutorado em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2001). Atualmente é professora doutora da Universidade do Vale do Paraíba, atuando na Pós-Graduação, como docente

permanente do Mestrado e Doutorado em Planejamento Urbano e Regional, na Linha de Pesquisa “Sociedade, Espaço e Cultura”. É coordenadora do Núcleo de Pesquisa “Pró-Memória São José dos Campos” e do Laboratório de Pesquisa e Documentação Histórica/ IP&D/UNIVAP. É coordenadora do CEHVAP (Centro de História e Memória da UNIVAP. *CV: <http://lattes.cnpq.br/2818832208578259>*.

Maria Angélica Toniolo

Possui graduação em Agronomia pela Universidade Federal de Santa Maria (1989), Mestrado em International Development Policy pela Duke University (1998) e Doutorado em Public Policy pela Indiana University (2004). Docente-pesquisadora da Faculdade de Engenharias, Arquitetura e Urbanismo (FEAU) e do Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional (PPGPLUR/IPD), na Universidade do Vale do Paraíba (UNIVAP). É pesquisadora associada do Laboratório de Estudos Sócio-ecológicos de Paisagens (LESP/PLUR/UNIVAP) e do Center for the Analysis of Social-Ecological Landscapes (CASEL) da Indiana University, Estados Unidos. É coordenadora do Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade do Vale do Paraíba (PPGPLUR, 2023 -). *CV: <http://lattes.cnpq.br/1967561388391201>*.

Mário Valério Filho

Possui graduação em Engenharia Agrônoma pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (1969), mestrado em Sensoriamento Remoto pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (1976) e doutorado em Agronomia (Solos e Nutrição de Plantas) pela Universidade de São Paulo (1984). Atualmente é professor titular da Universidade do Vale do Paraíba, Membro de corpo editorial da Revista UNIVAP. *CV: <http://lattes.cnpq.br/7495379046463838>*.

Marcel Fantin

Professor doutor no IAU-USP (curso de graduação e no PP-GAU-IAU). Membro dos grupos de pesquisa YBY - Grupo de Estudos Fundiários, Políticas Públicas e Produção do Espaço e da Paisagem e LEAUC - Laboratório de Estudos do Ambiente Urbano Contemporâneo. Possui graduação em Direito pela Universidade do Vale do Paraíba (2002), especialização em Direito Ambiental pela Universidade de São Paulo (2003), mestrado em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade do Vale do Paraíba (2005) e Doutorado em Geociências (subárea Política e Gestão de Recursos Naturais) pela Universidade Estadual de Campinas (2011) com PhD Sanduíche pelo Département de génie des mines et de la métallurgie da Université Laval (2010). *CV: <http://lattes.cnpq.br/0466568768012496>.*

Marcela Façanha Silva

Professora de Graduação e cursos Técnicos de Administração, Marketing, Logística e Recursos Humanos. Doutoranda em Planejamento Urbano e Regional, Mestre em Gestão e Desenvolvimento Regional pela Universidade de Taubaté, Pós Graduação em Gestão Estratégica de Projetos pela Fundação Armando Alvares Penteado, Licenciatura em Matemática e Graduação em Administração de Empresas pela Escola Superior de Administração de Empresas. *CV: <http://lattes.cnpq.br/1990702021757208>.*

Maria Helena Alves da Silva

Graduada em História, mestre e doutora em Planejamento Urbano e Regional pela UNIVAP (Universidade do Vale do Paraíba). Trabalha como gestora de documentos no CEHVAP - Centro de História e Memória da UNIVAP, onde reúne, hi-

gieniza, cataloga e disponibiliza documentos relacionados à história institucional, além de realizar e transcrever entrevistas com alunos e funcionários da Universidade. Faz parte do GEDOCH - Grupo de Estudos e Documentação Histórica da Univap. *CV: <http://lattes.cnpq.br/3455526803120792>*

Nathan David Vogt

Possui Doutorado (2005) em Ciências Ambientais e Dimensões Humanas das Mudanças Ambientais Globais pela Indiana University, IU Bloomington, Estados Unidos. Atualmente é professor colaborador do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional (PPGPLUR/IPD) e diretor do Laboratório de Estudos Sócio-ecológicos de Paisagens (LESP/PLUR) da Universidade do Vale do Paraíba (UNIVAP) e pesquisador associado do Center for the Analysis of Social-Ecological Landscapes (CASEL), da Indiana University, IU Bloomington, Estados Unidos. *CV: <http://lattes.cnpq.br/0958881162000385>.*

Pedro Ribeiro Moreira Neto

Arquiteto e urbanista pela FAU “Elmano Ferreira Veloso” - São José dos Campos (1970-1974) com especialização em Urbanismo - Centre de Recherche d’Urbanisme-CRU (Paris 1978); mestrado em “Analyse Régionale et Aménagement de l’Espace - Institut d’Etudes du Développement Economique et Social - Université Paris I” (1980), doutorado em “Géographie Humaine et Organisation de l’Espace - Institut de Géographie Université Paris I - Panthéon-Sorbonne” (1982) e História Social - Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas FFLCH - Universidade de São Paulo-USP (2002). É produtor cultural e docente do Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade do Vale do Paraíba – UNIVAP. *CV: <http://lattes.cnpq.br/7406478621328602>.*

Priscila Maria de Freitas

Possui graduação em Arquitetura e Urbanismo, com Doutorado e Mestrado em Planejamento Urbano e Regional, com três especializações: “Crecimiento urbano: hacia una transformación sustentable del Territorio; Gestão de Cidades; em Docência no Ensino Superior. É servidora pública municipal na Prefeitura de Jacareí desde 2011. *CV: <http://lattes.cnpq.br/3726064109813475>*.

Quésia Postigo Kamimura

Atualmente é professora na graduação e pós-graduação em administração na Universidade de Taubaté. Possui graduação em Ciências Econômicas, mestrado em Administração, doutorado e Pós-doutorado em Saúde Pública. Tem experiência na área de Gestão e Economia da Saúde, Administração Pública e Privada, atuando principalmente nos seguintes temas: economia e gestão de serviços de saúde; logística em serviços; saúde, planejamento, qualidade de vida e desenvolvimento econômico, finanças e saúde. *CV: <http://lattes.cnpq.br/7058502976831665>*.

Rubia Gravito Gomes

Possui graduação em Curso de Biblioteconomia e Documentação pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (1989) e graduação em Tecnologia em Análise de Sistemas de Informação pela Faculdade IBTA (2006). Atualmente é bibliotecário da Universidade do Vale do Paraíba. *CV: <http://lattes.cnpq.br/6657929328375406>*.

Sandra Maria Fonseca da Costa

Possui graduação em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1985), mestrado em Sensoriamento Re-

moto pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (1989), doutorado em Informação Espacial pela USP (1996), com estágio sandwich na University of New South Wales (1995). Fez seu estágio pós-doutoral na Indiana University no período 2007-2008. Atualmente, é professor adjunto da Universidade do Vale do Paraíba. *CV: <http://lattes.cnpq.br/4480639361832564>*.

Viviana Mendes Lima

Doutora em Saúde Global e Sustentabilidade pela USP - Faculdade de Saúde Pública (2017). Formada em Licenciatura e Bacharelado em Geografia pela Universidade do Vale do Paraíba - UNIVAP (2004 - 2007), Mestre em Planejamento Urbano e Regional (2010). Pesquisadora associada do Laboratório de Estudos das Cidades. Pesquisadora Pós-doutoranda (CAPES, 2018-2023) e professora colaboradora do Planejamento Urbano e Regional na UNIVAP. *CV: <http://lattes.cnpq.br/1711383409586419>*.

Valéria Regina Zanetti

Doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2008); mestre em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (1994); graduada em História pela Universidade Federal de Ouro Preto (1988). Foi professora de graduação (História, Geografia) de 1992 a 2019 e pós-graduação (Mestrado e Doutorado) em Planejamento Urbano e Regional na Universidade do Vale do Paraíba, de 2008 a 2019. Foi pesquisadora do Núcleo de Pesquisa e Documentação Histórica do Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento da UNIVAP. Foi membro do COMPHAC/SJC. *CV: <http://lattes.cnpq.br/5861966066047404>*

Cenários e *Perspectivas:*

**Os trintas anos do programa
de Pós-graduação em Planejamento
Urbano e Regional da Univap**

